

ORÇAMENTO. 2022



Relatório (Anexo)

Orçamentos das Empresas Municipais

Instrumentos de Gestão Previsional

2022 — 2026

Ágora - Cultura e Desporto
do Porto, E.M., S. A.
NIF: 507 718 640
Rua Bartolomeu Velho, 648
4150-124 Porto

Porto.
Ágora
Cultura e
Desporto



ex
5
6

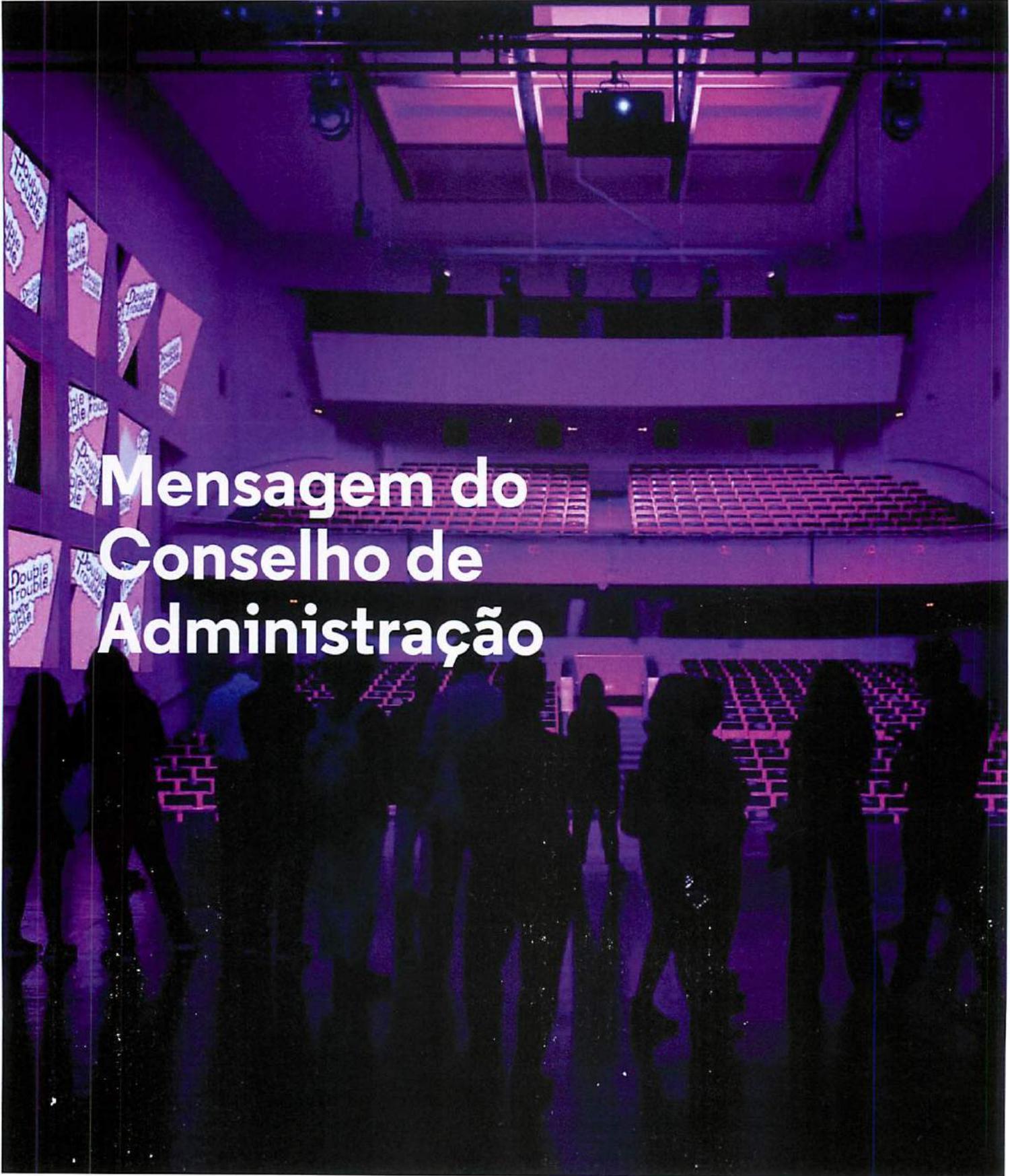
Índice

1. Política e estratégia	6
1.1 Visão, missão e princípios estratégicos	6
2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2022—2026	8
2.1 Enquadramento do orçamento para 2022—2026	8
2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos	8
2.3 Investimentos propostos para o período de 2022—2026.....	8
2.4 Contingências fiscais e de contencioso	9
2.5 Critérios de gestão	9
2.6 Plano de Capital Humano para o ano de 2022.....	9
2.7 Pressupostos dos instrumentos de gestão previsional	11
3. Plano anual de atividades	14
3.1 Cultura	14
3.2 Desporto	53
3.3 Entretenimento	61
3.4 Plataformas.....	64
4. Demonstrações orçamentais previsionais	66
4.1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual	67
4.2 Receita	68
4.3 Despesa.....	68
4.4 Plano Plurianual de Investimento	68

ex
5
6

5. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional.....	70
5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2022	70
5.2 Plano de Capital Humano para o período de 2022—2026	71
5.3 Plano financeiro para o ano de 2022	72
5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2022.....	73
5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2022	79
5.6 Balanço previsional para o ano de 2022	80
5.7 Planos económico-financeiros para o período de 2022—2026	82
5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2022	84
5.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento para o ano de 2022	85
5.10 Prestação de serviços no âmbito das atividades de enriquecimento curricular para o ano de 2022.....	85
5.11 Prestação de serviços de estacionamento para o ano de 2022	85
5.12 Transferências financeiras 2021 vs. 2022 do Município do Porto	86
6. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional.....	88

ex
5.
6a



Mensagem do Conselho de Administração

Num documento que aponta o futuro e perspetiva os caminhos a trilhar pela empresa ao longo dos próximos anos, nas suas diversas áreas de atuação, impõe-se, apesar de tudo, um olhar para o passado mais recente, uma vez que os efeitos da pandemia continuam ainda hoje a influenciar comportamentos e tendências, condicionando fortemente a definição de estratégias de programação e quadros orçamentais a curto ou médio prazo.

Se hoje parece consensual que teremos já ultrapassado a fase mais grave desta crise de saúde pública, também não deixa de ser verdade que a pandemia é ainda um fator de risco que traz alguma incerteza, especialmente no que se refere à programação no espaço público, onde há formatos, escalas e objetivos que serão difíceis de reeditar nos tempos mais próximos. Isto apesar dos sinais positivos que se começam a verificar nos mais variados setores de atividade – inclusivamente no comércio e turismo.

Parece-nos, ainda assim, que o regresso à dita normalidade levará ainda o seu tempo, sendo prudente continuarmos a antecipar cenários de segurança que nos permitam gerir com maior flexibilidade, rapidez e eficácia qualquer contratempo nesta fase de retoma gradual da atividade.

Apesar das incertezas e das muitas variáveis que ainda se colocam nesta fase, este novo ciclo será encarado com renovada esperança e otimismo, constituindo também uma oportunidade para revermos procedimentos, repensarmos estratégias e definirmos novas e ambiciosas metas, em linha com os objetivos traçados pelo novo Executivo.

Mantendo como farol o desígnio do serviço público que esta empresa sempre perseguiu, vamos procurar, desde logo, manter os nossos espaços abertos, continuando a adaptar os vários formatos de atividades e serviços às melhores condições de segurança, procurando fortalecer a sua ligação com o público, tornando-a ainda mais próxima, dinâmica e envolvente.

Em paralelo, continuaremos a desenvolver um trabalho profundo de retoma de confiança de públicos, privilegiando, sempre que possível, a dimensão presencial, mas sem deixar de recorrer, também, aos meios digitais, para garantir que chegamos a mais pessoas e a novas geografias.

Abarcando cada vez mais espaços culturais e desportivos no seu portefólio, a Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M. S.A. não deixará de promover o acesso diversificado e qualificado aos seus bens e serviços, oferecendo uma programação multidisciplinar, abrangente e inclusiva, capaz de corresponder à diversidade dos seus vários públicos.

A cultura continuará a ser um pilar fundamental nesta estratégia e o ano de 2022 marcará o lançamento de mais um projeto estruturante na cidade, com abertura do *Batalha Centro de Cinema*, um novo centro cultural para o cinema na cidade, com uma estratégia programática centrada na divulgação de correntes cinematográficas, cultura fílmica e investigação em cinema. Será também o ano em que iniciaremos a recuperação e atualização da Galeria Municipal do Porto e começaremos a preparar a abertura de um novo espaço expositivo no Matadouro.

O crescimento dos programas de apoio direto à criação artística e o reforço do papel do Teatro Municipal do Porto como epicentro das artes performativas na cidade são outros dos objetivos traçados para o próximo ano.

O desporto será outra das áreas que merecerá especial atenção neste novo ciclo. A par da contínua requalificação dos equipamentos desportivos municipais, apostaremos também na criação de novas infraestruturas, novos programas de apoio, na diversificação da oferta de modalidades e no alargamento dos espaços destinados à prática desportiva informal.

Mas, além de uma cidade culta e saudável, o Porto pode e deve ser também uma cidade cada vez mais vibrante, onde se forjam e materializam as mais variadas iniciativas no espaço público, fundamentais para a fruição dos portuenses e para a retoma da atividade turística na cidade. Continuaremos assim a desenvolver a nossa atividade numa perspetiva de “descentralização”, percorrendo os mais variados territórios da cidade, com o objetivo assumido de promover novas centralidades e envolver as comunidades locais.

Para cumprir todos estes desafios, e em face do atual contexto e dimensão da empresa, continuaremos empenhados no reforço da qualificação e especialização das várias equipas, a quem o Conselho de Administração manifesta o seu reconhecimento pelo trabalho desenvolvido neste ano.

O Conselho de Administração

Pauline Inácio

1. Política e estratégia

1.1 Visão, missão e princípios estratégicos



Visão

Olhar a cidade como um todo, onde cultura, desporto e entretenimento percorrem todos os territórios e podem acontecer em todos os lugares, envolvendo todos os cidadãos e convocando os seus mais diversos agentes dinamizadores.

Missão

Ser o catalisador da mudança e a referência de uma cidade que se quer cada vez mais irreverente, arrojada e cheia de vida, promovendo a diversidade da oferta através de uma intervenção inovadora, criativa e sustentada, num diálogo permanente entre a cidade e os seus diferentes públicos.

Princípios estratégicos

A Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., tem por objeto social a promoção e desenvolvimento da cultura, da atividade física, desportiva e de animação, bem como a promoção e desenvolvimento de marcas associadas à cidade do Porto, para além das atividades que sejam definidas no âmbito da gestão dos espaços e equipamentos delegados.

No âmbito da prestação de serviço público, constituem atribuições e objetivos da Ágora:

1. Assegurar a programação e gestão geral dos espaços e equipamentos que, a cada momento, lhe estejam afetos;
2. Colaborar com o Município do Porto no cumprimento dos programas relacionados com a sua área de atuação ou com a participação deste;
3. Participar em coproduções ou colaborar com outras entidades, públicas ou privadas, em iniciativas que se enquadrem no seu objeto social;
4. Assegurar a programação, produção e supervisão de atividades culturais e de animação de iniciativa municipal que se enquadrem no âmbito das opções culturais e de fomento e apoio à cultura definidas pelo Município do Porto;
5. Promover e dinamizar a prática das diferentes atividades físicas e desportivas na cidade, com especial enfoque no desporto adaptado, no desporto de formação e na igualdade de género, privilegiando sempre a responsabilidade social das instituições;
6. Contribuir para o desenvolvimento desportivo do Porto e da sua Área Metropolitana;
7. Otimizar a gestão das infraestruturas desportivas da cidade, ao nível da operação, manutenção, bem como da maximização da utilização das diferentes instalações;
8. Contribuir para a formação de públicos, designadamente dos mais jovens, nos domínios da sensibilização e da divulgação das artes do espetáculo e da arte contemporânea;
9. Fomentar o intercâmbio cultural e desportivo a nível nacional e internacional;
10. Organizar e apoiar ações culturais e desportivas de prestígio;
11. Manter e criar espaços de divulgação e acompanhamento das várias atividades de desporto, cultura e ativação da marca da cidade;
12. Identificar e implementar os principais desafios que enfrenta a área da cidade do Porto denominada de "Porto Histórico", situada na zona histórica da cidade do Porto, elaborar e apresentar medidas que harmonizem os interesses entre uma oferta turística adequada, as expectativas dos habitantes e dos agentes económicos, bem como uma boa gestão do espaço público, integrando também os termos e competências do regulamento "Movida do Porto" que não sejam cumpridas diretamente pelo município;
13. Participar na coordenação de ação naquilo que contende diretamente com a área e atividade dos estabelecimentos comerciais e esplanadas situados na área do "Porto Histórico", permitindo uma maior transparência e eficiência do conjunto de ações levadas a cabo pelo Município do Porto, nomeadamente de fiscalização;
14. Promover as obras de conservação ou reabilitação dos edifícios e estruturas municipais afetos ou a afetar às atividades relacionadas com a sua área de atuação;
15. Colaborar na elaboração, cumprimento e execução dos regulamentos e das decisões dos órgãos municipais sobre a utilização e funcionamento dos espaços e equipamentos;
16. Adquirir os bens e equipamentos, bem como os direitos a eles relativos e necessários às suas atividades, mantendo organizado e atualizado o cadastro dos bens que lhe são confiados;
17. Promover os processos de expropriação necessários relativamente a bens afetos ou a afetar ao exercício das atividades constantes do objeto social;
18. Exercer as atividades que lhe venham a ser cometidas pela Câmara Municipal do Porto e que se mostrem compatíveis com o seu objeto social;
19. Praticar os demais atos necessários à prossecução do seu objeto social.

2. Enquadramento e pressupostos do orçamento de 2022-2026

2.1 Enquadramento do orçamento para 2022-2026

A elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) relativos ao período económico de 2022 tiveram por base as seguintes orientações estratégicas:

- Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;
- Promoção da eficiente afetação dos recursos disponíveis na esfera da Ágora à implementação dos seus objetivos estratégicos;
- Priorização estratégica dos projetos culturais, desportivos e de entretenimento a implementar, no sentido de potenciar a maximização do retorno social, físico-emocional, cultural e económico da cidade e dos seus cidadãos. O objetivo final da intervenção da Ágora visa a dinamização cultural da cidade e o incremento da qualidade dos serviços desportivos e de entretenimento prestados aos cidadãos pela autarquia, impactando assim positivamente a qualidade de vida dos munícipes e de todos os que visitam a cidade;
- Enfoque na gestão equilibrada dos gastos relativos a: (i) contratos que se encontram em vigor, (ii) estratégia de manutenção de natureza preventiva (visando por esta via uma gestão eficiente dos níveis de encargos com a manutenção corretiva); (iii) segurança e preservação do património, (iv) gastos com remunerações, e (v) obrigações fiscais e legais; e,
- Assegurar a concretização de iniciativas que permitam manter os níveis de segurança e preservação dos ativos patrimoniais da Ágora, ou dos que se encontrem sob a sua gestão.

2.2 Equilíbrio financeiro e aspetos legais e fiscais conexos

Os IGP relativos ao exercício de 2022 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, o qual inclui o subsídio à exploração atribuído pelo Município do Porto. O referido subsídio é atribuído com o intuito de financiar, por um lado, as despesas com os serviços transversais e de suporte e as atividades de natureza desportiva desenvolvidas e, por outro, o diferencial entre os preços de mercado e os preços praticados pela Ágora no que respeita à exploração das infraestruturas desportivas municipais. Adicionalmente, o referido subsídio à exploração visa igualmente assegurar os encargos decorrentes da exploração dos equipamentos culturais cuja gestão o Município do Porto atribuiu à Ágora. De salientar que o referido subsídio não é sujeito a Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA).

De notar ainda que a regulação dos termos em que o referido subsídio é atribuído à Ágora se encontra prevista em contrato programa, o qual define os objetivos e os indicadores de resultados para 2022, conforme previsto no artigo 47.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Simultaneamente, a Ágora desenvolve um conjunto de atividades que se consubstanciam na prestação de serviços ao Município do Porto. As referidas prestações de serviços abarcam a organização de um vasto conjunto de eventos no âmbito da cultura, do desporto e do entretenimento. A este respeito cumpre referir que os referidos serviços são sujeitos a IVA à taxa normal.

2.3 Investimentos propostos para o período de 2022-2026

Atendendo à política de melhoria contínua em vigor na Ágora, com referência ao exercício de 2022, o investimento previsto terá como alvo as seguintes áreas: (i) requalificação dos bens que integram as infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora, (ii) aquisição de equipamentos indispensáveis ao funcionamento dos equipamentos culturais sob gestão da Ágora, e (iii) equipamento para a produção de eventos, e (iv) aquisição de equipamentos informáticos e software destinado aos serviços transversais e de suporte.

Para os anos de 2023 a 2026, prevê-se, essencialmente, dar continuidade à estratégia de desenvolvimento definida para 2022.

2.4 Contingências fiscais e de contencioso

No que respeita ao processo existente de Imposto do Selo (IS) e Imposto Municipal sobre as Transações Onerosas de Imóveis (IMT), o mesmo está em fase de impugnação judicial, não sendo reconhecida pela Ágora a obrigação de pagamento destes impostos no âmbito da entrega, pelo Município, do Monte Aventino aquando da realização do capital social da Ágora no momento da sua constituição. De referir que quer relativamente ao IMT da sede quer relativamente ao Monte Aventino, a Ágora obteve decisões favoráveis sendo que a Autoridade Tributária recorreu somente do IMT relativo ao Monte Aventino.

2.5 Critérios de gestão

Este documento considera a gestão para o período de 2022-2026, com base no princípio da continuidade da empresa.

Com base numa gestão orçamental eficiente e rigorosa, será possível concretizar os projetos equacionados para o período em causa, sem descuidar o equilíbrio das contas da Ágora, num esforço contínuo de ajustamento e alinhamento entre rendimentos auferidos e gastos executados.

A execução do plano de intervenção da Ágora para o quinquénio em análise visará igualmente:

- Reforçar as parcerias, não só, com entidades do universo do Município do Porto, mas também, junto de outras entidades públicas e privadas, permitindo a dinamização da cidade numa lógica de custos otimizados; e
- Adequar os gastos aos rendimentos disponíveis na esfera das infraestruturas desportivas e plataformas sob gestão da Ágora, atendendo adicionalmente à função social da empresa, a qual decorre da delegação de competências pelo Município do Porto.

2.6 Plano de Capital Humano para o ano de 2022

O ano de 2021 foi um ano de incerteza, as lideranças tiveram de se reinventar para garantir que, apesar da distância, as equipas estivessem envolvidas com a empresa. Os Recursos Humanos tiveram um papel fundamental na reorganização do trabalho, resiliência e na aprendizagem. Procuramos garantir a segurança e bem-estar de todos, através de uma política de gestão de proximidade. O Plano Nacional de Vacinação em curso permitiu-nos avançar com a convicção de que a retoma é não só uma necessidade, mas cada vez mais uma certeza.

Em 2022 queremos retomar o caminho que vinha a ser traçado, no desenvolvimento da política de gestão de pessoas. Os maiores desafios atuais prendem-se com a agilidade de adaptação com a aprendizagem de novas competências e reinvenção de processos.

Estrutura previsional de recursos humanos

A Ágora apresenta o seguinte quadro de pessoal previsional de 298 colaboradores para o ano de 2022, segundo os seguintes vínculos contratuais.

Vínculo	N.º de Colaboradores
Conselho de Administração	3
Quadro	253
Cedência	42
Total	298

Estão incluídos nos números apresentados no quadro anterior, os três membros do Conselho de Administração, sendo que respeitando o enquadramento legal vigente para o setor empresarial local, apenas dois são remunerados pela empresa municipal como Administradores Executivos.

Está prevista a integração de novos trabalhadores para o quadro da Empresa. Essas contratações resultam de necessidades identificadas pelos serviços, seja pela necessidade de reforço das equipas do *Cinema Batalha*, *Museu da Cidade*, *Artes Performativas* e *Arte Contemporânea* - seja para reforço dos serviços transversais enquanto áreas de suporte face à necessária adequação ao crescimento da empresa em virtude das competências assumidas na área da cultura, ou, ainda, porque se identificaram áreas deficitárias e prementes para a execução da missão da empresa.

Gastos

Os valores considerados em termos de gastos são globais, e retratam por um lado a correspondência dos vencimentos à tabela salarial em vigor, bem como da atualização da base remuneratória e o valor das remunerações base mensais da Administração Pública.

Este ponto encontra-se desenvolvido na parte financeira dos IGP.

Desenvolvimento pessoal

O desenvolvimento pessoal e de carreira dos colaboradores passa pela articulação e valorização da avaliação de desempenho e da formação, sendo pedras basilares da política de Recursos Humanos.

O plano de formação, em curso, procura corresponder às necessidades identificadas por cada Unidade Orgânica, antecipando necessidades que se verificam de forma recorrente e que resultam da atividade da empresa. Em 2022 procuraremos garantir a preservação do conhecimento, sustentando planos de sucessão e o desenvolvimento de competência através da criação de percursos formativos orientados para as diversas carreiras/categorias/cargos.

Definimos como objetivo a implementação de ações de promoção da saúde e do bem-estar no trabalho, bem como de boas práticas de conciliação entre vida profissional e vida familiar.

Por forma a tornar os processos de recrutamento mais eficientes e céleres iremos desenvolver uma plataforma *online*, que permitirá otimizar tempo e recursos, e desmaterialização do processo.

Procuramos desenvolver e repensar os nossos sistemas de informação e plataformas de apoio ao colaborador, envolvendo todas as áreas, equipamentos e trabalhadores para garantir o sucesso do desenvolvimento de ferramentas diárias de trabalho, como por exemplo a implementação do Portal dos Recursos Humanos, bem como facilitar a gestão do capital humano através do desenvolvimento de canais de comunicação.

Em 2021 alargamos o âmbito do sistema de Gestão da Qualidade (ISO 9001:2015) a todas as Unidades orgânicas da Ágora.

Em 2022 pretendemos robustecer o sistema através do controlo da implementação de ações de melhoria e corretivas, dinamização de ações formativas e desenvolvimento de um portal de gestão da qualidade. Procuraremos desenvolver e implementar a norma de gestão de pessoas (NP 4427:2018), com o objetivo de caminharmos para um sistema integrado de gestão.

Da interligação destes processos acreditamos que haja um forte envolvimento e mobilização dos colaboradores, no sentido de atingir os objetivos estabelecidos, permitindo desta forma reforçar o papel dos Recursos Humanos enquanto facilitador de práticas de excelência.

2.7 Pressupostos dos instrumentos de gestão previsional

a) Contrato programa de 2022-2026

As transferências financeiras ao abrigo do contrato programa estão enquadradas como subsídio à exploração, as quais se destinam a assegurar:

- Gastos com os serviços transversais e de suporte;
- Gestão da rede de infraestruturas desportivas pertencentes ao Município do Porto;
- Gestão da rede de equipamentos culturais pertencente ao Município do Porto.

b) Contratos de prestação de serviços com o Município do Porto de 2022-2026

As transferências financeiras ao abrigo dos contratos de prestação de serviços estão enquadradas como rendimentos de exploração as quais se destinam a assegurar:

- Prestação de serviços da Ágora ao Município nas áreas da cultura, desporto e entretenimento;
- Prestação de serviços de coordenação na área das atividades de enriquecimento curricular ao Município do Porto;
- Prestação de serviços de estacionamento ao Município do Porto.

c) Atividade não comparável com o ano de 2022

Ao longo do ano de 2021, o plano de atividades da Ágora sofreu relevantes alterações, adiamentos e cancelamentos, fruto da situação pandémica causada pelo vírus SARS-coV-2.

Para o ano de 2022, prevê-se a continuidade da atividade da Ágora, apesar de todas as incertezas que se depararam face à atual pandemia, o maior desafio que agora se nos coloca.

d) Critérios e pressupostos macroeconómicos

Na elaboração dos IGP para o exercício de 2022 foram considerados os seguintes pressupostos abaixo apresentados:

Pressupostos	2022	2023	2024	2025	2026
Taxa de inflação anual ¹	0,90%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de IRC e Derrama Municipal	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Tempo médio de recebimento de clientes (número de dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento a fornecedores (número de dias)	7	7	7	7	7

¹ Fonte: Banco de Portugal

e) Outros Pressupostos

Processos de impugnação judicial – IVA liquidado em excesso ao Município (2010, 2011 e 2012)

Na sequência dos pedidos de revisão oficiosa do ato tributário apresentados pela Ágora junto da Autoridade Tributária relativos a IVA liquidado em excesso ao Município do Porto nos anos de 2010, 2011 e 2012, foram interpostos os seguintes processos de impugnação judicial:

- Em face do decurso do prazo para presunção do indeferimento tácito da Administração Tributária do pedido de revisão oficiosa do ato tributário apresentado relativamente ao ano de 2012 (referente a um montante de IVA liquidado em excesso ao Município de 802.575 euros), a Ágora avançou com processo de impugnação judicial junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto [Processo n.º 2635/16.0 BEPRT - Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto];
- No final de 2016, a Administração Tributária notificou a Ágora do indeferimento explícito do pedido de revisão oficiosa do ato tributário relativamente ao processo de IVA liquidado em excesso no montante de 504.257 euros referente aos anos de 2010 (185.617 euros) e 2011 (318.610 euros). Em face da referida decisão, entendeu a Ágora encetar processo de impugnação judicial da mesma junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto [Processo n.º 549/17.6 BEPRT - Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto - UO4];
- Ainda no final do ano de 2016, foi a Ágora notificada do indeferimento explícito do pedido de revisão oficiosa do ato tributário relativo a 2012 descrito acima, pelo que, com base nesta posição da Administração Tributária avançou com impugnação judicial da referida decisão (explícita) junto do Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto; e,
- Por sentença transitada em julgado em 16/09/2021 no Processo n.º 549/17.6 BEPRT, foi julgado procedente a impugnação da Ágora, pelo que, em consequência, deverá a Autoridade Tributária apreciar o pedido de revisão oficiosa inicialmente formulado.

Considerando a matéria em discussão, e tendo como base a análise jurídica realizada, o Conselho de Administração da Ágora tem a expectativa de que, em sede de impugnação judicial, será reconhecido o mérito dos fundamentos subjacentes aos pedidos de revisão do ato tributário descritos anteriormente.

No entanto, em caso de decisão desfavorável e conforme instruções do Município do Porto e em conformidade com o teor do parecer jurídico do Dr. João Taborda da Gama, a Ágora procederá à reversão dos movimentos contabilísticos inicialmente efetuados sem qualquer impacto a nível do Património Líquido, dando conhecimento do facto ao Município, conforme instrução do mesmo.

Não sendo possível estimar a data de desfecho deste processo judicial, os IGP mantem no ativo o valor a receber e no passivo a respetiva contrapartida durante todo o período de projeção.

503
E



3. Plano anual de atividades

3.1 Cultura

3.1.1 Departamento de Artes Performativas

- Teatro Municipal do Porto
- Festival DDD - Dias da Dança
- *CAMPUS* Paulo Cunha e Silva

O presente e o futuro

No ano de 2021, o Teatro Municipal do Porto (TMP) tem vindo a concretizar, materializar e reforçar a sua missão, não só pelo conteúdo, mas também pela forma do seu desenho de programação. Numa primeira instância, fê-lo através de um estreito diálogo com artistas e companhias, para que os muitos projetos que se viram recalendarizados ou reformulados (no formato e duração de apresentação, ou até nos próprios conteúdos) devido à pandemia da Covid-19, pudessem ser apresentados, num exercício de conjugação com os espetáculos que já antes se encontravam definidos.

Como exemplo deste esforço, destaca-se a realização de uma “temporada extra”, no mês de julho, muito para além da data tradicional de fim de temporada, permitindo assegurar e concretizar a coprodução / apresentação de projetos da cidade e nacionais.

Numa segunda instância, a persecução da missão do TMP tem sido levada a cabo pela capacidade e qualidade na resposta aos desafios que advieram da pandemia, nomeadamente no que diz respeito à manutenção dos vínculos e das dinâmicas com os artistas e com os públicos, de forma continuada. Este exercício permanece constante e dedicado, na tentativa de antecipar e precaver múltiplos cenários ao longo do contexto pandémico (que, todavia, não terminou, e cuja evolução e timing final permanecem desconhecidos), sempre com o objetivo de manter o Teatro Municipal em pleno funcionamento, algo fundamental e urgente enquanto plataforma de encontro entre artistas e públicos.

O presente tem sido por isso mesmo marcado pela deambulação entre o físico e o digital, entre o presencial e o *online*, alternadamente ou em simultâneo (como foram exemplos o programa do *89º Aniversário do Teatro Rivoli*, a 2ª edição do *Double Trouble* ou o *DDD – Festival Dias da Dança* que este ano se realizou num modelo misto, entre o presencial e o *online*, numa edição especial *DDD no Palco / em Casa*), tudo fazendo o TMP para acompanhar os enormes esforços e a infundável resiliência dos artistas, e para satisfazer a necessidade do público da cultura.



Estabilizados que se encontram os compromissos assumidos, e perspectivando-se a normalização progressiva do contexto pandémico e o consequente levantamento de restrições, a história e a experiência adquiridas deste passado recente e do presente afigura-se como basilar para a projeção dos anos futuros - o ano de 2022 e os seguintes - e a manutenção da persecução dos objetivos do TMP, nos seguintes pontos:

- O *online* e o digital integram agora de forma continuada e refinada o desenho de programação do TMP, constituindo-se não só como veículo de divulgação e transmissão de conteúdos como também como palco e plataforma para a criação e o desenvolvimento de projetos;
- O **CAMPUS Paulo Cunha e Silva**, recentemente inaugurado e já num funcionamento pleno, afirma-se rapidamente como um importante centro de residências, espaço laboratorial de criação e de formação;
- O forte investimento no apoio aos artistas e na criação e formação de públicos encontra-se reforçado, ouvindo e dialogando com as estruturas, com as companhias e com os parceiros da cidade, numa cumplicidade e num compromisso inabaláveis com o Porto e com a cultura;

- A organização do **DDD** prossegue, com os municípios vizinhos de Matosinhos e Gaia, com os coprodutores e parceiros do Festival, contando com o mecenato do BPI / Fundação La Caixa, fortalecendo o espírito, a dinâmica, a escala e o alcance do **DDD**, beneficiando assim os artistas através do estímulo à criação e circulação dos seus trabalhos;

- A manutenção do TMP de forma bem presente e ativa no circuito internacional das artes performativas, pela via de coproduções internacionais e pela via da participação em projetos europeus, com especial destaque, em 2022, para a Temporada Cruzada / *Season Croisée* Portugal - França;

- A continuidade de sólidas e importantes parcerias que alicerçam a programação do TMP, com instituições de referência da cidade e do país, como as que são estabelecidas com a Universidade Lusófona do Porto, o Curso de Música Silva Monteiro, o Instituto Francês e a Embaixada Francesa em Portugal e o *IndieJúnior*, apenas para citar algumas entre muitas.

As temporadas 2021/2022 e 2022/2023, que neste documento se intersectam pela programação do ano de 2022 (que de seguida se pormenorizará), serão assim norteadas por estes eixos, robustecendo a condição e a ação do TMP nos planos nacional e internacional das artes performativas.

A missão e os principais eixos estratégicos

O TMP detém como principal eixo de intervenção estratégica o trabalho e envolvimento com diferentes e múltiplas comunidades, através de projetos e processos artísticos que privilegiam e têm por base a produção artística multidisciplinar, com um forte enfoque na Dança mas também no Teatro Contemporâneo.

Como principal objetivo, e pela via de uma programação artística autónoma, o TMP visa o empoderamento de artistas e das comunidades, sustentado pela criação e desenvolvimento de processos e redes que promovam competências sociais, profissionais e culturais, ancorados e fortalecidos por alargadas parcerias com instituições da cidade, do país e do estrangeiro.

Nos polos do Teatro Rivoli e do Teatro Campo Alegre é desenvolvido um projeto artístico multidisciplinar, orientado para as artes performativas e outras disciplinas – Dança, Teatro, Música, Circo Contemporâneo, Cinema, Literatura, Pensamento –, com especial foco na Dança Contemporânea, num programa orientado para (e aberto a) diferentes e diversos públicos.

O TMP intervém sobretudo em três eixos distintos: o apoio e a apresentação do trabalho de agentes culturais da cidade, a circulação e apresentação dos mais recentes trabalhos de reconhecidos criadores nacionais, e também dos mais proeminentes artistas da cena internacional, em estreia nacional.

O seu programa **PARALELO – Programa de Aproximação às Artes Performativas** estabelece e promove a proximidade com os diferentes públicos do TMP (com ponto de partida e foco na mediação), numa relação com as comunidades que se pretende continuada, desmistificando a inacessibilidade (social, económica, cultural e estética) da prática artística contemporânea, através de um discurso e de um diálogo permanentes e acessíveis que estimulam a reflexão e uma perspetiva crítica e ativa.

O **DDD - Festival Dias da Dança**, o maior festival de dança contemporânea do país, assume-se como um dos projetos basilares do TMP para a persecução da sua missão, no que diz respeito ao apoio, circulação e internacionalização de artistas (com enfoque para os artistas que trabalham a partir da cidade). Agregador, inscrito nos circuitos internacionais mas atento ao panorama nacional e da região, o **DDD - Festival Dias da Dança** é nos dias de hoje um ponto de passagem (e paragem) obrigatória, para artistas e públicos das artes performativas.

No **CAMPUS Paulo Cunha e Silva** promove-se a partilha entre artistas e a formação, refletindo-se sobre formas e metodologias de trabalho, com enfoque no apoio ao desenvolvimento do tecido cultural, sobretudo de artistas e companhias da cidade, direcionado para as áreas de dança, teatro, cruzamentos disciplinares, circo contemporâneo, formas animadas, escrita e reflexão.



OTMP norteia-se e define-se, assim, nos pontos seguintes:

1. Um projeto cultural ancorado em dois Teatros emblemáticos da cidade, o Rivoli e o Campo Alegre, e desde 9 de junho de 2021 também no **CAMPUS Paulo Cunha e Silva**, polo dedicado a residências artísticas e à formação, um equipamento de extrema relevância estratégica para o Executivo Municipal e seus planos para a cultura no Porto e na região;
2. Um projeto artístico com programação multidisciplinar de reconhecida qualidade, abrangendo numerosos e diferentes públicos;
3. Um projeto já enraizado na comunidade artística e académica - visto e tido como referência para estas comunidades -, com visibilidade nacional já estabelecida e crescente notoriedade internacional;
4. Um projeto que apresenta o maior volume anual de propostas artísticas ao nível nacional, na sua programação geral, e que coproduz e promove o maior festival de dança contemporânea no país, o **DDD – Festival Dias da Dança**;
5. Um projeto ativo na formação de novos públicos, no seio da comunidade estudantil em todas as suas etapas e ciclos formativos e no seio da comunidade em geral;
6. Um projeto com uma forte componente de aproximação e sensibilização dos públicos infanto-juvenis, jovens adolescentes e adultos para as Artes Performativas, através do **PARALELO - Programa de Aproximação às Artes Performativas**, com programação de espetáculos, *workshops*, oficinas e muitas outras atividades especialmente dedicadas ao contexto de participação em família ou em grupos escolares.

O Teatro Municipal do Porto em 2022 (de janeiro a dezembro)

Estratégia de programação

A programação do TMP para o ano de 2022 assentará nos pontos seguintes:

- **Manutenção das relações com artistas e companhias, sobretudo da cidade**, assegurando condições para a continuidade no desenvolvimento dos seus trabalhos (num contexto particularmente difícil, como é aquele que atravessamos à data, e que seguramente terá consequências alargadas no tempo) assim como a solidificação dos hábitos e das rotinas que têm vindo a ser promovidos e estimulados nos diversos e diferentes públicos - ainda que novas vias tenham que ser exploradas, conforme o antes explanado;
- Perseguir de um **equilíbrio entre programação internacional, nacional e de estruturas/artistas que trabalham a partir da cidade**, mantendo assim uma oferta diversificada com a qual os diferentes tipos de públicos se podem identificar;
- Reforço no **investimento no apoio à criação artística**, através do robustecimento das coproduções nacionais e internacionais, solidificando assim o posicionamento do TMP no circuito internacional das artes performativas (concretizado também pela via de parcerias internacionais com proeminentes estruturas culturais e artísticas de diferentes partes do mundo).

O desenho artístico do TMP manterá a base e os pressupostos da sua programação regular - na sua multidisciplinidade, diferentes estéticas e proveniência de diversas latitudes, pontuada por programas e projetos de foco em artistas/temáticas/disciplinas/contextos específicos, assim como por projetos desenvolvidos e/ou apresentados em parceria; e uma vez mais, reforçando o papel da dimensão digital e *online*.

Destacam-se aqui alguns dos momentos da programação, que entre muitos outros irão implementar e materializar a missão do TMP, com base na estratégia aqui enunciada:

- **A Temporada Cruzada / Saison Croisée Portugal - França**, a decorrer entre fevereiro e outubro de 2022. No âmbito desta Temporada, o TMP apresentará um denso programa de espetáculos e atividades de formação / mediação, parte do qual desenvolvido em parceria com reputadas instituições culturais francesas, com são exemplo o *Centre Pompidou*, o *Théâtre National de Chaillot* e o *Théâtre de la Ville*, em Paris, ou a *La Manufacture*, em Bordéus, tendo como objetivo a circulação e internacionalização de artistas e o estreitamento de relações sócio-culturais entre estes países;
- O projeto internacional **IMPACT (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies)**, numa candidatura europeia e intercontinental cujo resultado será conhecido brevemente. Este projeto, que se espera aprovado, consiste numa colaboração conjunta entre o *CNSMD de Lyon* (França), *Les Subs* (Lyon, França), *The Academy of Dance and Theatre* (Amesterdão, Países Baixos), a *Universidade das Artes de Estocolmo* (Suécia), o *Centro Internacional para a Dança Tradicional e Contemporânea Africana - École des Sables* (Toubab Dialo, Senegal) e o TMP (com o **DDD - Festival Dias da Dança**), e visa o desenvolvimento de um programa de estudos em coreografia e *performance*, com vertente teórica e prática;
- O **90º Aniversário do Teatro Rivoli** em janeiro de 2022, que será celebrado através de um programa composto por artistas da cidade, alargado também a outros parceiros do Porto;
- O **Foco de Programação** dedicados ao trabalho de Phia Ménard, numa vertente internacional e nacional, permitindo uma imersão no trabalho e no universo desta encenadora/criadora, e a continuidade dos programas **Retratos** e **Double Trouble...** entre muitos outros, cujo detalhe se apresenta de seguida, na interseção das temporadas de 2021/2022 e 2022/2023, num *overview* do desenho estabelecido nas principais áreas/disciplinas artísticas do TMP (para janeiro - dezembro 2022).

Dança

A programação do TMP manterá o enfoque na Dança Contemporânea, num universo que apresenta e perpassa espetáculos de artistas que trabalham a partir da cidade, artistas nacionais e internacionais, a formação, a reflexão e o acolhimento de residências artísticas e artistas/companhias/estruturas residentes.

Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Estruturas Residentes no Teatro Campo Alegre (*Companhia Instável* e *Nome Próprio* - Victor Hugo Pontes);
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação.

Artistas / Companhias Nacionais

Companhia Nacional de Bailado, Companhia Instável, Hélder Seabra, Catarina Miranda, Jonathan Saldanha, Inês Campos e Teia Campos, Xana Novais (no *Double Trouble*), Marco da Silva Ferreira (no *DDD* e *Temporada*), Né Barros (no *DDD*), Clara Andermatt (no *DDD*), Anaísa Lopes (no *DDD*), André Braga / *Circolando* (no *DDD*), Martim Pedroso / *Nova Companhia* (no *DDD*), Nuno Lucas, Joana Von Mayer Trindade (*Retratos*), Joana Castro (*Retratos*), *Dançando com a Diferença*, entre outros a confirmar/definir... e ainda sessões dos *Palcos Instáveis* (com artistas a definir).

Artistas / Companhias internacionais

Phia Ménard (França), Emmanuel Eggermont (França) & Luca Schulte (Alemanha), Julian Hetzel (Alemanha / Países Baixos), Sharon Eyal / *LEV Dance Company* (Israel), Boris Charmatz (no *DDD*, França), Christian Rizzo (no *DDD*, França), Meg Stuart (no *DDD*, EUA / Alemanha), Amala Dianor (no *DDD*, Senegal), Gustavo Ciriaco (no *DDD*, Brasil), Bruno Beltrão (no *DDD*, Brasil), Marta Soares (Brasil), Tatiana Julien (França), Matija Ferlin (Croácia), Marcelo Evelin (Brasil), Alessandro Sciarroni (Itália), François Chaignaud (França), Anna Massoni (França), *La Tierce* (França), entre outros a confirmar/definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos de *Companhia Instável*, Hélder Seabra, Inês Campos e Teia Campos, Marco da Silva Ferreira (no *DDD* e *Temporada*), Clara Andermatt (no *DDD*), Anaísa Lopes (no *DDD*), *Circolando* (no *DDD*), Martim Pedroso / *Nova Companhia* (no *DDD*), Nuno Lucas, Joana Von Mayer Trindade (*Retratos*), Joana Castro (*Retratos*), *Dançando com a Diferença* e ainda das sessões dos *Palcos Instáveis* (com artistas a definir), assim como as coproduções internacionais do trabalho de Boris Charmatz (no *DDD*, França), Christian Rizzo (no *DDD*, França), Amala Dianor (no *DDD*, Senegal), Gustavo Ciriaco (no *DDD*, Brasil), Bruno Beltrão (no *DDD*, Brasil), Marcelo Evelin (Brasil), Alessandro Sciarroni (Itália) e François Chaignaud (França), entre outros a confirmar / definir – num total de 8 coproduções internacionais já confirmadas, reforçando o estatuto do TMP no panorama das artes performativas, ao nível nacional e europeu.



Teatro

A programação de Teatro do TMP é delineada em contraponto às propostas apresentadas por outras instituições da cidade, em diálogo com estas, selecionando os projetos de forma particular e complementar. Com privilégio para as companhias da cidade, para que estreiem as suas mais recentes criações no TMP - com especial enfoque nas novas dramaturgias -, o teatro internacional tem vindo a ocupar também um lugar de especial destaque nos palcos do Rivoli e do Campo Alegre.

Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Residências artísticas com artistas da cidade, nacionais e internacionais;
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação do Teatro Nacional São João;
- Compañias residentes (José Nunes & Cátia Pinheiro / *Estrutura*);
- Pensamento e reflexão, *workshops*, encontros, conferências, formação.

Compañias / Encenadores Nacionais

Palmilha Dentada, Guilherme Sousa & Pedro Azevedo, *Cão Danado* / Diana Sá, *mala voadora*, Mafalda Banquart & Emanuel Santos (*Double Trouble*), Inês Barahona & Miguel Fragata / *Formiga Atómica*, Marco Martins, Cláudia Gaiolas, Sónia Baptista (*Retratos*), Teresa Coutinho (*Retratos*), *TN21* (no *FITEI*), Martim Pedroso / *Nova Companhia* (no *FITEI*), Cláudia Dias, *TEP - Teatro Experimental do Porto*, *Teatro Praga*, *Quarteto Comtratempus*, Pedro Gil & Raquel Castro entre outros a confirmar/definir.

Compañias / Encenadores Internacionais

Joris Lacoste (França), Marina Otero (no *FITEI*, Argentina), Constanza Makras (no *FITEI*, Alemanha), entre outros a confirmar/definir.

Destacam-se, deste leque de artistas, as coproduções nacionais dos trabalhos de *Palmilha Dentada*, Guilherme Sousa & Pedro Azevedo, *Cão Danado* / Diana Sá, *mala voadora*, Mafalda Banquart & Emanuel Santos (*Double Trouble*), Marco Martins, Cláudia Gaiolas, *TN21* (no *FITEI*), Martim Pedroso / *Nova Companhia* (no *FITEI*), *TEP - Teatro Experimental do Porto*, *Teatro Praga*, *Quarteto Comtratempus*, entre outros a confirmar/definir, assim como a coprodução internacional do trabalho de Joris Lacoste (França), com Nuno Lucas.

Festivais

FITEI - Festival Internacional de Teatro de Expressão Ibérica

No âmbito do *FITEI* encontra-se já prevista a apresentação, no TMP, dos espetáculos de *TN21* (no *FITEI*), Martim Pedroso / *Nova Companhia* (no *FITEI*), Marina Otero (no *FITEI*, Argentina) e Constanza Makras (no *FITEI*, Alemanha), entre outros a confirmar/definir - estando estes últimos espetáculos (de Constanza Makras e Marina Otero ainda em análise).

Música

As escolhas na Música seguem a linha de orientação programática que conduziu à seleção das propostas na área do Teatro: espetáculos em contraponto e equilíbrio com a programação da *Casa da Música*, do *Hard Club* ou do *Coliseu do Porto Ageas* (instituições na cidade dedicadas à Música).

Eixos:

- *Concertos de câmara* no Pequeno Auditório do Teatro Rivoli;
- *Understage* - ciclo dedicado à música atual, inserida no circuito alternativo ou "não comercial" (subpalco do Teatro Rivoli);
- Contraponto e equilíbrio em relação à programação da *Casa da Música*, do *Coliseu do Porto Ageas* ou do *Hard Club*;
- Concertos "mainstream qualificado" nos Grandes Auditórios do Teatro Rivoli e do Teatro Campo Alegre;
- Companhia residente (*Drumming GP*).





Festival Porta Jazz

Será no subpalco do Grande Auditório do Rivoli que a música manterá a sua particularidade e o seu ritmo, na programação do TMP, continuando a dar visibilidade a projetos de música contemporânea, pouco conhecidos e de sonoridades diversas, com periodicidade mensal.

O **Ciclo Understage**, iniciado em 2015, conta com a cumplicidade de três estruturas parceiras da cidade: a *Matéria Prima*, a *Lovers and Lollipops* e a *Amplificasom*, responsáveis pela programação. Este Ciclo acontece uma vez por mês, no Subpalco do Grande Auditório do Teatro Rivoli, programado em alternância pelas três estruturas enunciadas.

Manter-se-á de igual forma a parceria com o *Curso de Música Silva Monteiro*, dando a conhecer os *Novos Talentos* da música clássica, também uma vez por mês.

Outras propostas musicais são pontualmente apresentadas noutros contextos da programação do TMP, como são os casos dos projetos do *Quarteto Contratempus* (um projeto que cruza a Ópera com o Teatro) e de Jonathan Saldanha (no *Aniversário do Teatro Rivoli*) - ou de Festivais ou apontamentos no âmbito do **Ciclo Quintas de Leitura**.

De destacar a realização do **Festival Porta Jazz**, que concretiza e torna visível, uma vez por ano, a dedicação e o trabalho desenvolvidos pela *Associação Porta Jazz* na promoção deste estilo musical.

Marionetas / Formas Animadas

As Marionetas e as Formas Animadas manterão a sua presença na programação do TMP, como fiel homenagem a todo o trabalho desenvolvido na cidade nesta área. Esta presença é sobretudo mais intensa em outubro (por ocasião da realização do **FIMP - Festival Internacional de Marionetas do Porto**), período no qual este Festival continuará a manter o seu "quartel-general" no Teatro Rivoli.

Festivais: FIMP – Festival Internacional de Marionetas do Porto

Circo Contemporâneo

Dando sequência às temporadas anteriores – nas quais foram apresentados os trabalhos de Yoann Bourgeois (França / no contexto do **DDD**), Cia. João Garcia Miguel / João Paulo dos Santos (no contexto do **TRENGO**), *Erva Daninha* e Tsihaka Harrivel e Vimala Pons (França), Daniel Seabra entre outros artistas – o TMP continuará a dedicar grande atenção ao Circo Contemporâneo, de forma crescente.

Eixos:

- Programação de artistas da cidade, nacional e internacional;
- Incremento no investimento e na visibilidade desta disciplina;
- Companhias residentes (*Erva Daninha*).

Festivais / Mostras: TRENGO – Festival de Circo do Porto e Mostra Estufa

Desta forma, esta disciplina marcará presença no Aniversário do Teatro Rivoli, em 2022 – uma data de fundamental relevância, no projeto do Teatro Municipal do Porto e na sua cidade -, através da companhia *Erva Daninha*.

Manter-se-á, em 2022, a coprodução anual ao **TRENGO – Festival de Circo do Porto** (julho) e à **Mostra Estufa** (novembro), ambos promovidos pela *Erva Daninha*, uma das mais importantes companhias do país na área do Novo Circo, residente no Teatro Campo Alegre no âmbito do **Programa Teatro em Campo Aberto**.

No âmbito do **TRENGO**, em julho de 2022, encontra-se prevista a apresentação da *Companhia Baro D'Evel* (França / Espanha) e do seu espetáculo **Falaise** - que será igualmente apresentado em Lisboa, no Centro Cultural de Belém, numa coapresentação com o TMP -, no Grande Auditório do Teatro Rivoli, na abertura deste Festival.



Cinema

Nas próximas temporadas, o Cinema manterá presença regular no TMP. Para além da programação diária da Medeia Filmes no Teatro Campo Alegre – que de igual forma prosseguirá com o ciclo mensal *Ver Primeiro*, no Teatro Rivoli –, muitas outras colaborações terão sequência, resultando de parcerias continuadas.

No entanto, com a inauguração e abertura do *Cinema Batalha*, muitos dos Festivais e das Mostras dedicadas ao Cinema que por norma se realizavam no TMP ao longo do ano (com grande concentração no último quadrimestre de cada ano), apresentar-se-ão neste novo equipamento municipal, lugar privilegiado para o Cinema na cidade. As exceções serão o *Festival IndieJúnior* e o *Fantaspporto*, que ainda se realizarão no Teatro Rivoli.

O Cinema marcará também presença no *90.º Aniversário do Teatro Rivoli*, com a exibição dos projetos coproduzidos e apresentados no contexto do programa *PAR(s)* no Cinema Passos Manuel (um dos parceiros do Teatro Municipal do Porto nas celebrações desta data).

Eixos:

- Programação assente em parcerias com estruturas/iniciativas dedicadas à promoção do cinema, sobretudo autoral e fora dos circuitos comerciais/“mainstream”, em torno de distintos universos e temáticas – maximizando a diversificação dos públicos;
- Companhia residente (Medeia Filmes e Casa da Animação).

Festivais / Mostras – Estruturas: IndieJúniorAllianz, em parceria com o IndieLisboa, e Fantaspporto.

Literatura

O Ciclo *Quintas de Leitura* mantém-se, enquanto projeto basilar e de referência na promoção da palavra e das letras, com base estabelecida no Teatro Campo Alegre.

A partir de 2022, maximizando recursos e num alinhamento orgânico com o desenho de programação global do TMP, as *Quintas de Leitura* serão realizadas nos seguintes meses (no âmbito da programação regular do TMP): janeiro, fevereiro, março, abril, maio, outubro, novembro e dezembro.

O *Café Rivoli* continuará a acolher lançamentos de livros, de obras e autores relevantes no contexto literário nacional. A continuidade dos *Cafés Literários* - sessões onde se dão a conhecer novos autores e novas obras, em formatos informais e descontraídos, numa deambulação intercalada entre o Teatro Campo Alegre e o Teatro Rivoli - encontra-se em análise, para o ano de 2022.



Adicionalmente, e ainda no campo da Literatura, o *90.º Aniversário do Teatro Rivoli* será pontuado - como é já tradição – por um projeto nesta disciplina artística: o lançamento de novos números dos *Cadernos do Rivoli*, uma vez mais com edição de Tiago Bartolomeu Costa.

Também em 2022, o Teatro Municipal do Porto coproduzirá duas obras relacionadas com as artes performativas: *Actividário da Dança*, da Editora Pato Lógico e *Quem tem medo das emoções*, de Ana Pais.

Pensamento

Após o Ciclo *Modos de Ocupar*, desenvolvido e apresentado com curadoria e moderação de Pedro Santos Guerreiro, e os Ciclos de conversas online *Nada ficou no lugar, e agora?* e *Dança Iminente* (no contexto do *DDD*), o Teatro Municipal do Porto desenvolverá, entre o final de 2021 e o primeiro trimestre de 2022, o Ciclo *ON FIRE*, numa programação cruzada entre o TMP e o *CAMPUS Paulo Cunha e Silva*. Em torno da lareira do *CAMPUS* serão discutidos temas prementes da actualidade, e de que forma as artes se posicionam, regaem e reflectem sobre eles.

No contexto do *PARALELO*, terá continuidade o programa *História(s) da Dança*, um projeto de capacitação e desenvolvimento de públicos (profissionais e não profissionais, estudantes e/ou todos os interessados) que tem como base a obra de coreógrafos internacionais e nacionais com relevante percurso e obra, o seu contexto e contributo históricos, e a forma como estes influenciaram (e continuam a influenciar) as gerações que se seguiram.

Em 2022, alguns dos artistas / companhias abordados neste programa serão Phia Ménard, Raimund Hoghe e Marcelo Evelin, entre outros.

Manter-se-á, mensalmente, o *Ciclo de Conferências* em parceria com a Universidade Lusófona. Depois de “*O Estranho*” (2018), o “*Comum*” (2019), “*Olhares da Terra*” (2020) e “*O Acontecimento*” (2021), um novo tema emergirá em 2022, uma vez mais sob a curadoria da Professora Isabel Babo e do Professor Bragança de Miranda.

Performance / Cruzamentos Disciplinares

Pontualmente serão apresentadas propostas ou desenvolvidas parcerias para a apresentação de projetos híbridos, assumidamente do campo da *performance* ou que cruzam várias disciplinas, estéticas e linguagens artísticas.

O programa *Double Trouble* (que se estreou em novembro de 2020 e que em 2021 tem a segunda e terceira edição em março e outubro) concentra algumas destas propostas. *Double Trouble* é um espaço para a apresentação de projetos de artistas de diferentes latitudes geográficas e disciplinares, espaço laboratorial para a apresentação, experimentação e discussão de projetos multidisciplinares.

O *Double Trouble #4*, em março 2022, contará com apresentações do trabalho de Julian Hetzel (Alemanha / Países Baixos), Mafalda Banquart & Emanuel Santos e Xana Novais.

Eixos:

- Possibilidade para a apresentação pontual de projetos híbridos, que cruzam universos distintos e que possibilitam, por isso, uma interação com novos públicos e a sua cativação;
- Programação assente em parcerias com estruturas/ iniciativas dedicadas à promoção de disciplinas artísticas que não se encontram tão presentes no TMP (como a *performance*, as artes visuais, etc.) – maximizando a diversificação dos públicos –, sobretudo no contexto do programa *Double Trouble*.

Exposições

Não constituindo prioridade no panorama artístico e linha programática do Teatro Municipal do Porto, algumas Exposições poderão marcar pontualmente a temporada em vários espaços do TMP e no âmbito de diferentes contextos – Festivais, Mostras, Focos de programação, entre outros –, sempre complementares à programação.

Neste contexto, encontra-se prevista a exposição / instalação *Poromechanics*, de Catarina Miranda, a acontecer no *90º Aniversário do Teatro Rivoli*, bem como um possível dispositivo expositivo a acontecer por ocasião do programa de homenagem a Raimund Hoghe.

Programas e Projetos

PARALELO – Programa de Aproximação às Artes Performativas

O *PARALELO – Programa de Aproximação às Artes Performativas* do Teatro Municipal do Porto tem na mediação o seu principal eixo de ação, propondo um conjunto de conteúdos e atividades conectados com a programação artística, para todos os públicos.

Assim, pode traduzir-se quer em conteúdos impressos, nomeadamente as folhas de sala, e digitais - vídeo-entrevistas, “*Descortinar*”, vídeo-retratos ou publicações digitais - quer em atividades *online* e/ou presenciais, podendo, neste caso, ter lugar nos teatros Rivoli e Campo Alegre, no *CAMPUS Paulo Cunha e Silva* e em contexto escolar. Os modelos de atividades em *PARALELO* serão mais desenvolvidos abaixo.

A partir da diversidade das obras artísticas apresentadas, o *PARALELO* pretende possibilitar aos públicos do Teatro Municipal do Porto um diálogo próximo e construtivo com estas obras, os seus criadores e processos, fornecendo chaves para um descortino consciente e sustentado.

O programa visa, assim, expandir a reflexão e o debate sobre as artes performativas na sua desejável relação com outras áreas artísticas, do saber e do viver em sociedade.

Eixos:

- Promover a proximidade dos diferentes públicos às artes performativas e aos seus intervenientes, apresentando propostas diferenciadas para diferentes públicos-alvo, sem descuidar as atividades dirigidas especificamente para grupos escolares e famílias;
- Desenvolver e potenciar uma perspetiva crítica, ativa e reflexiva;
- Apresentar propostas em diferentes áreas artísticas;
- Trabalhar em parceria com outras instituições artísticas e culturais, no sentido de viabilizar e rentabilizar a encomenda e apresentação de novos projetos;
- Promover o trabalho dos artistas da cidade do Porto, assim como dos artistas nacionais e internacionais;
- Apresentar propostas e desenvolver projetos que promovam a inclusão e a capacitação dos públicos/ participantes.



Modelos de atividades em *PARALELO* em 2022

Aquecimento Paralelo

É uma oficina - dinamizada por um artista local - que acontece associada a um espetáculo, desafiando quem nela participa a experimentar, pelo movimento, o vocabulário e a dramaturgia de determinada obra. Esta oficina possibilita uma breve abordagem a diferentes linguagens artísticas e proporciona uma relação com os espetáculos bastante diferente da habitual.

A primeira sessão acontece no mês de fevereiro no âmbito do programa *Retratos II*.

Encontros com artistas

Ancorados nos espetáculos da temporada, nestes encontros, todos são convidados ao diálogo, que se pretende acima de tudo participativo e enriquecedor. Estes encontros promovem um debate alargado sobre obras ou temas variados, com durações e formatos diferentes e podem ter lugar no TMP, em escolas ou outros espaços.

Conversas pós-espetáculo

A conversa pós-espetáculo tem como intuito a partilha direta e participada com os artistas e uma aproximação às ideias e processos base do trabalho que acaba de ser apresentado e sobre o qual pretende-se estimular uma reflexão consciente por parte de todos daqueles que assistiram ao trabalho.

História(s) da Dança

Nesta atividade, cada participante constrói a sua enciclopédia, o seu manual. A sua *História da Dança*. A partir de novas obras de artistas consagrados, bem como remontagens de peças icónicas, esta atividade acompanha alguns dos espetáculos de dança da temporada. A atividade desdobra-se assim numa aula aberta presencial e transmitida *online* com um especialista nacional no corpo de trabalho e repertório de um coreógrafo de renome nacional e internacional, assim como na produção de um texto ("fascículo"), a partir dos conteúdos abordados. Este texto é disponibilizado gratuitamente para *download* no site do Teatro Municipal do Porto.

Em 2022, alguns dos coreógrafos neste programa serão Phia Ménard, Raimund Hoghe e Marcelo Evelin.

Palco para toda a obra

Palco para toda a obra é uma atividade para o público escolar e/ou familiar que pode assumir diferentes formatos - oficina, visita, conversa. É sobre a descoberta - dos bastidores e do palco, da montagem e do ensaio, da obra e do artista. Orientada por Ângela Diaz Quintela, coreógrafa e bailarina, propõe a crianças dos 8 aos 12 anos uma descoberta pela experiência, e em conjunto, das diferentes fases de construção de um espetáculo e de novas perspetivas de olhar o trabalho artístico.

Oficinas e encontros para as escolas

Maioritariamente em contexto escolar, estas atividades, cujo formato é variável mediante o projeto artístico e/ou pedagógico a desenvolver, acompanham toda a programação para escolas e famílias do Teatro Municipal do Porto em estreita articulação com os docentes e demais profissionais das escolas e jardins de infância, assim como com as equipas artísticas e/ou pedagógicas associadas aos espetáculos e iniciativas que integram a programação.

Em 2022, algumas dessas atividades serão as seguintes: oficinas *Eu programo um festival de cinema* no âmbito do festival *IndieJúnior*; encontros *O Meu Ministério da Educação* no âmbito do espetáculo *Má Educação*; oficinas pedagógicas no âmbito do lançamento da publicação *Atividário Dança*.

Visitas guiadas

O Teatro Municipal do Porto abre as portas dos seus dois polos, Rivoli e Campo Alegre, de forma a desvendar os seus bastidores. Uma visita guiada dá a conhecer estes dois teatros, o trabalho desenvolvido e a equipa que neles trabalha.

Programa Artistas Associados do TMP

O convite dirigido aos artistas associados reforça, por um lado, a missão do TMP ao apoiar e projetar novos trabalhos na área da dança e do teatro e, por outro lado, ao incentivar a participação continuada e ativa de criadores em momentos importantes da programação.

Em 2022 terá continuidade o programa de **Artista Associado** com Jonathan Uliel Saldanha, que durante duas temporadas – 2020/2021 e 2021/2022 - pensou com e para o Teatro Municipal a sua linguagem híbrida. Em 2022, Jonathan Saldanha apresentará no Teatro Rivoli o espetáculo *Lago*, último dos quatro projetos que estreou no contexto do **Programa Artista Associado** do TMP.

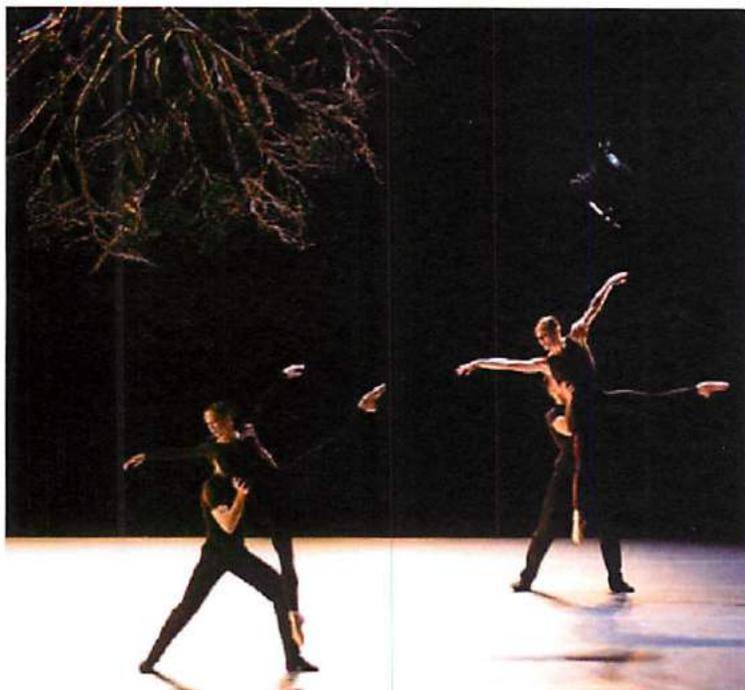
O programa **JAA! - Jovens Artistas Associados** encontra-se ainda em fase de reflexão, em jeito de ponto de situação, após as colaborações mantidas com Ana Isabel Castro e a dupla Pedro Azevedo e Guilherme de Sousa, ponderando as linhas estratégicas a seguir no futuro.



Saison Croisée / Temporada Cruzada França - Portugal 2022

O desenho artístico do Teatro Municipal do Porto tem vindo a manter nas suas temporadas uma base e pressupostos ligados à multidisciplinidade, a diferentes estéticas e a proveniências de diversas latitudes, pontuados por programas e projetos de foco em artistas/temáticas/disciplinas/contextos específicos, assim como por projetos desenvolvidos e/ou apresentados em parceria.

No que diz respeito à presença de artistas e companhias que trabalham a partir de França, na programação do Teatro Municipal do Porto, desde 2015 e até à data, são cerca de 35 os nomes de artistas / companhias / coletivos que representam as artes performativas francesas: Philippe Quesne, Christian Rizzo, Bouchra Ouizguen, François Chaignaud, Dorothée Munyaneza, Nino Laisné, Joris Lacoste, Ambra Senatore, Boris Charmatz, Olivier Saillard, Maguy Marín, Noé Soulier, Yoann Bourgeois, Rachid Ouramdane, Julie Nioche, Mathilde Monnier, Amala Dianor, Jean Baptiste André, Shantala Shivalingappa, *Compagnie Dyptik*, *La Horde*, Renauld Herbin, Salia Sanou, Aurélien Bory / *Compagnie III*, Tsirihaka Harrivel e Vimala Pons, Mohamed El Khatib, *Le Ballet de l'Opéra de Lyon*, Olivier de Sagazan, Fragan Gehlker & Alexis Auffray & Maroussia Diaz Verbèke, *Compagnie Bakélite*, *Ballet de Lorraine*, *Cirque Aïtal*, Théo Mercier & Steven Michel e Jérôme Bel, sendo que muitos deles se apresentaram em diferentes ocasiões e contextos (e por diversas vezes em coapresentação/parceria com instituições culturais nacionais e internacionais) num total de mais de 50 espetáculos e 65 apresentações / sessões.



Adicionalmente, o Teatro Municipal do Porto tem vindo a colaborar anualmente com o Instituto Francês de Portugal para a organização da *Festa do Cinema Francês em Portugal* no Porto. Estes elementos, no seu conjunto fazem do Teatro Municipal do Porto uma das principais plataformas para a divulgação da cultura francesa na Península Ibérica, e um dinamizador na promoção da aproximação de diferentes e múltiplos públicos a esta cultura.

Em 2022, no espírito da sua missão e no quadro da *Saison Croisée / Temporada Cruzada França - Portugal*, que se realizará entre fevereiro e outubro, a programação internacional do Teatro Municipal do Porto vai manter uma presença significativa de artistas e companhias francesas, contando com o prestigiado apoio do Instituto Francês / Governo Francês e da DGArtes / Governo Português. No contexto da programação regular do Teatro Municipal do Porto, será apresentado o espetáculo *Falaise* de *Baro D'Evel*.

Será também realizado um *Foco de programação* dedicado ao trabalho de Phia Ménard, com três espetáculos (*Saison Sèche, L'après midi d'un Foehn* e *Maison Mère*) e diversas atividades de mediação / formação (uma sessão de Cinema com a sua curadoria, uma *masterclass* com a sua orientação, uma conferência/*artist-talk* dedicada ao seu trabalho e um período de aulas dirigidas a alunos e profissionais das artes performativas), possibilitando aos diferentes públicos mergulhar com profundidade no universo desta artista.

No âmbito do *DDD - Festival Dias da Dança*, serão apresentados os novos trabalhos de Boris Charmatz e

Christian Rizzo (*SOMNOLE* e *MIRAMAR*, respetivamente), ambos coproduções internacionais do Teatro Municipal do Porto.

Esta representação francesa no quadro da *Saison Croisée 2022* estreitará ainda mais a relação entre as culturas portuguesa e francesa – e, consequentemente, entre ambos os países. Ao fazê-lo, o TMP mantém também a persecução da sua missão e dos seus objetivos, pela via dos pontos seguintes:

- **Pela pluridisciplinaridade:** a dança contemporânea, elemento central nos trabalhos e no percurso de Boris Charmatz e Christian Rizzo, o Circo Contemporâneo e o Teatro, com forte componente plástica e elementos no campo das Artes Visuais, bem patentes no trabalho de Phia Ménard e *Baro D'Evel*, e a Música, que perpassa o universo criativo de todos estes artistas e dos seus projetos (porventura encontrando o seu máximo expoente e porto de abrigo em Christian Rizzo, mas também de forma vinculada no solo de Boris Charmatz e nas peças de *Baro D'Evel* e Phia Ménard – nos mais variados estilos musicais);
- **Pela diversidade e diferença:** em primeira instância, na forma e na estética (aportadas pelos universos distintos dos artistas apresentados, provenientes de diferentes “escolas” e gerações, e com percursos muito distintos); em segunda instância, pelos conteúdos e conceitos associados, desde a noção de tempo, memória e projeção/ausência do “eu” presentes no trabalho de Christian Rizzo e de Boris Charmatz (associados a uma disciplina e técnica cirúrgicas) – bem como a relação com a música e a composição, já aqui destacados –, passando pelas questões de género, pela matéria e suas metamorfoses, no trabalho de Phia Ménard (caracterizado pela sua plasticidade), ao constante questionamento da nossa condição humana (e animal) - e de outras possibilidades para a mesma - que atravessa o trabalho da companhia *Baro D'Evel*, são muitos e distintos os meios e as abordagens que estes artistas exploram;
- **Pela igualdade e pela paridade:** o Teatro Municipal do Porto trabalha com atenção especial aos equilíbrios na representatividade dos artistas, no que diz respeito às questões de género. Esta programação francesa reflete esta atenção, pelo equilíbrio atingido na presença de artistas homens e de artistas mulheres: Boris Charmatz, Christian Rizzo, Blai Mateu Trias (*Baro D'Evel*), e Phia Ménard e Camille Decourtye (*Baro D'Evel*). Adicionalmente, o Foco de programação dedicado a Phia Ménard colocará em destaque o universo desta artista multifacetada – universo esse que se debruça em grande parte sobre as questões de género -, dos seus trabalhos e das suas linhas de criação;

- Pela coprodução de duas novas criações de artistas destacados no campo das artes performativas. Após ter apresentado os espetáculos de Boris Charmatz, *Manger* em 2016 e *10000 gestes* em 2020 (este último em copresentação com os *Teatros del Canal* em Madrid e com a *Culturgest* em Lisboa), e de Christian Rizzo, *D'après une histoire vrai* em 2015 (em copresentação com o *Circular Festival de Artes Performativas*), *Le syndrome lan* em 2017 e *Une Maison* (uma coprodução do TMP/DDD) em 2019, o Teatro Municipal do Porto volta a apoiar o trabalho destes artistas ao coproduzir *SOMNOLE*, de Boris Charmatz, e *MIRAMAR*, de Christian Rizzo (pela via do DDD – *Festival Dias da Dança*).

Desta forma, o Teatro Municipal do Porto reforça o seu posicionamento no circuito internacional das artes performativas e estreita laços e cumplicidades com dois dos maiores coreógrafos franceses da atualidade, contribuindo de forma indelével para a difusão e o aprofundamento do conhecimento do seu trabalho. O contacto com os artistas franceses presentes neste programa do TMP e a exposição ao seu trabalho (reconhecido pela comunidade artística internacional) permitirão incrementar a sensibilização e a aproximação dos públicos para as artes performativas, bem como o potencial criativo da comunidade artística do Porto e da região, através de abordagens de mediação e formação, pela via da realização de uma série de atividades paralelas para comunidades específicas - como estudantes e profissionais das artes performativas.

Ainda no contexto da *Saison Croisée 2022*, o Teatro Municipal do Porto colabora com destacadas instituições culturais francesas, como o Centre Pompidou, tendo em vista o cumprimento de um dos eixos principais da sua Missão artística: a circulação e internacionalização de artistas nacionais, sobretudo de artistas que trabalham a partir da cidade do Porto.

Assim, serão apresentados em Paris - no Centre Pompidou - os trabalhos de Catarina Miranda e Jonathan Saldanha, estando em aberto outras colaborações com outros parceiros, ainda a definir.

Estas colaborações institucionais internacionais, no quadro da *Saison Croisée*, promovem não só a circulação e internacionalização de artistas como também estimulam a dinâmica e os vínculos histórico-humanos e culturais, entre França e Portugal. O desafio a atingir é a manutenção e a dinamização, num esforço conjunto, de intercâmbios artísticos, colocando em foco o papel e a importância dos artistas e dos espaços culturais, em França e em Portugal.

Focos de Programação

Após a realização dos *Focos Brasil* (2015), *Rock* (2015), *Marionetas* (2015), *Voyeur* (2016), *Deslocações* (2017), *Marlene* [Monteiro Freitas] (2020) e *Steve* [Reich] (2021) - enunciando alguns exemplos - encontram-se agora previstos outros *Focos de programação*, no TMP.

Os focos de programação no Teatro Municipal do Porto visam desenvolver uma plataforma de possibilidades para diversos públicos conhecerem aprofundadamente o universo criativo de determinado artista, em diferentes eixos e vertentes. Da apresentação de espetáculos para públicos adultos ou infanto-juvenis, à realização de *masterclasses* para profissionais, passando por *artist talks* - para interessados, curiosos ou profissionais - e *mostras/ciclos* organizados pelos artistas em foco, estes momentos da programação do Teatro Municipal do Porto criam um contexto para a difusão do trabalho de determinados artistas, em todas as suas dimensões.

No contexto da *Saison Croisée*, o TMP desenvolve um extenso Foco dedicado a Phia Ménard. *Saison Sèche* e *Maison Mère* serão apresentados ao “público em geral”, enquanto que *L'après midi d'un Foehn* terá apresentações dedicadas ao público infanto-juvenil, em família ou no contexto escolar; a Conferência dedicada ao trabalho de Phia Ménard, dirigida a académicos, alunos e/ou profissionais das artes performativas (bem como a outros interessados e curiosos) ocorrerá no âmbito de mais uma edição de *História(s) da Dança*, um programa do TMP que parte de obras de artistas consagrados - sejam elas novas criações ou remontagens de peças icónicas -, pela voz de um estudioso ou profundo conhecedor das mesmas, para um melhor conhecimento da História da Dança, nos seus mais diferentes capítulos.

A *masterclass* e as aulas, dirigidas a alunos ou profissionais das artes performativas, decorrerão no *CAMPUS Paulo Cunha e Silva*, cruzando aqui e uma vez mais a programação do TMP com a dinâmica do mais recente centro de residências artísticas e espaço de trabalho para as artes performativas, na cidade do Porto. Uma sessão de Cinema (com a curadoria da artista, e sua presença para conversa no final) completa este foco de programação dedicado à artista.

O TMP desenvolve também um Foco / programa de homenagem a Raimund Hoghe, coreógrafo que partiu recentemente, deixando uma obra imensa de qualidade imensurável, parte da qual foi dada a conhecer de forma continuada ao longo da existência do projeto artístico do TMP (e desde o início do mesmo).

G.S. or

Em dezembro de 2022 realizar-se-á o *Foco Familias*, na sua 6.ª edição. Trata-se de um Foco de programação que propõe um conjunto de atividades para ver e fazer com a escola e em família. Ao longo de uma semana, o Teatro Campo Alegre é “ocupado” e pensado para que todos tenham a possibilidade de descobrir “fazendo”. Sempre em torno de um tema - a definir - há momentos descontraídos, atividades intensas para gastar energias, espaço para ser mero observador ou para falar ativamente. Um Foco para ser vivido em “família”. No momento presente apenas se encontra previsto o espetáculo *“Um Lobo à Porta”*, de Vasco Mendonça, com outros espetáculos / conteúdos em análise e definição.

Outros Focos terão lugar no TMP, como *Double Trouble* e *Retratos*, já abordados noutras secções deste documento.

Programa de Residências Artísticas

O programa de residências artísticas do TMP concentra-se maioritariamente, desde Junho de 2021, no CAMPUS Paulo Cunha e Silva, ao abrigo do *Programa Artists at Work*.



Contudo, em ambos os polos do Rivoli e do Campo Alegre desenvolvem-se, pontualmente, residências artísticas e técnicas, sobretudo no âmbito das coproduções do Teatro Municipal do Porto. Adicionalmente, no Teatro Campo Alegre, sete estruturas da cidade desenvolvem residências de longa duração que comportam espaços de produção, ensaios e apresentação. Estão representadas cinco áreas diferentes - dança, teatro, música, cinema e circo contemporâneo - transformando o Campo Alegre num autêntico laboratório criativo. As estruturas residentes são: *Companhia Instável* e *Nome Próprio/Victor Hugo Pontes* (Dança), TEP - Teatro Experimental do Porto e Estrutura/ Cátia Pinheiro & José Nunes (Teatro), Casa da Animação e Medeia Filmes (Cinema/Animação), *Drumming Grupo de Percussão* (Música) e Erva Daninha (Circo Contemporâneo).

Retratos

Em 2022 decorrerão a segunda e a terceira edição de *Retratos*, nome do mais recente programa do TMP, no qual os artistas convidados se (re)veem ao espelho, seja pela particularidade / especificidade do seu trabalho, seja pela discussão / reflexão em torno do seu universo artístico. O programa marcou o início da temporada 2021 / 2022, com as apresentações de Susana Chiocca e de Filipe Pereira em Setembro 2021. Em 2022 apresentam-se Teresa Coutinho e Sónia Baptista no Teatro Campo Alegre, e Joana Von Mayer Trindade e Joana Castro no Teatro Rivoli.

Impact (International Master in Performance Art and Choreographic Technologies)

O objetivo deste projeto e desta candidatura é a criação e o desenvolvimento conjunto de um programa / um curso internacional de coreografia e *performance-art* (denominado *IMPACT*) dirigido a bailarinos/coreógrafos/performers que possuam já alguma experiência (5 anos de atividade após a conclusão da formação académica), e que pretendam prosseguir na carreira internacionalmente.

As temáticas e conteúdos do programa versarão sobretudo na prática e experimentação, no desenvolvimento de ferramentas / técnicas / métodos de criação, pesquisa, análise / pensamento crítico, na interdisciplinaridade, na apresentação pública / ao público, na reflexão e no empreendedorismo.

O TMP integra este projeto (com o *DDD - Festival Dias da Dança*), juntamente com o Conservatório Nacional Superior de Música e Dança de Lyon (França, líder e coordenador do Projeto), a Universidade das Artes de Estocolmo (Suécia), a Escola de Artes de Amsterdão (Países Baixos), a *Association Jant Bi L'École des Sables* (Senegal) e *Les Nouvelles Subsistances - ou Subs* - (em Lyon, França). Um projeto com arranque previsto para 2022, caso o mesmo se veja aprovado.

Pós-Graduação em Dança Contemporânea

Em parceria com duas escolas do IPP (ESMAE e ESE), esta Pós-Graduação anual tem como formadores muitos dos coreógrafos que se apresentarão no Teatro Municipal ao longo da sua temporada artística - cruzando assim a programação -, para além de um corpo de docentes selecionado das várias escolas e da equipa do TMP.



90.º Aniversário do Teatro Rivoli

Em 2022, o Teatro Rivoli celebra 90 anos de existência. Para marcar esta data tão importante, as celebrações serão levadas a cabo, sobretudo, com propostas de artistas que trabalham a partir da cidade: Jonathan Saldanha, Catarina Miranda, Guilherme Sousa & Pedro Azevedo, Palmilha Dentada, Erva Daninha, Companhia Instável, entre outros - numa programação multidisciplinar que abrange a Dança, o Teatro, o Circo Contemporâneo, a Música, a Literatura, o Cinema e as Artes Visuais.

O programa será estendido a parceiros na cidade, que se aliam ao Teatro Municipal do Porto para assinalar esta data e este marco, como os Maus Hábitos, o Passos Manuel e o Teatro do Bolhão.

O Aniversário do Rivoli será ainda, e uma vez mais, contexto para o lançamento dos *Cadernos do Rivoli*, em edições coordenadas novamente por Tiago Bartolomeu Costa.

Outras colaborações e parcerias

O Teatro Municipal do Porto, por cumplicidade artística e/ou institucional, acolhe e apresenta, ao longo de cada ano, diversos projetos e iniciativas. Em seguida enumeram-se apenas algumas dessas colaborações já previstas ou adivinhadas para 2022, às quais poderão vir a juntar-se outras:

- *Concerto pela Paz*, Conselho Português para a Paz;
- *Concerts for Good*, Curso de Música Silva Monteiro e Orquestra da Bonjóia;
- ... entre outros ainda a definir.

Festival Dias da Dança em 2022

O *DDD – Festival Dias da Dança* partiu de uma ideia de ligação que se pode construir entre as cidades do Porto, de Matosinhos e de Gaia, através de uma programação que atesta a diversidade no âmbito da dança contemporânea e promove a deambulação entre espaços de apresentação e espaço público.

Este festival internacional de dança contemporânea, de periodicidade anual e com coorganização das Câmaras Municipais do Porto, Matosinhos e Gaia no contexto da Frente Atlântica, e coprodução de instituições artísticas de referência destas três cidades - num alinhamento encabeçado pelo Teatro Municipal do Porto - é ainda sustentado por inúmeras parcerias institucionais, artísticas, de comunicação e difusão, logísticas entre outras.

Com uma primeira edição em 2016, rapidamente o *DDD* alcançou e assumiu a posição de maior Festival de dança contemporânea a nível nacional, estando já inscrito como lugar obrigatório de passagem e paragem no circuito artístico internacional das artes performativas – para artistas e companhias, e para programadores/curadores artísticos.

Em 2021, o *DDD – Festival Dias da Dança* realizou-se num modelo misto, entre o presencial e o *online*, numa edição especial *DDD no Palco / em Casa*. Um modelo que, por um lado, permitiu a estreia de muitos trabalhos em palco, com a presença de público, e que, por outro lado, possibilitou a difusão do trabalho de múltiplos artistas nacionais e internacionais, além-fronteiras.



Resumindo, no total dos espetáculos presenciais e *online*, o *DDD – No Palco / Em Casa* apresentou 22 espetáculos e um projeto expositivo, 16 dos quais em estreia absoluta ou nacional, e 11 dos quais em coprodução. Destes espetáculos em coprodução, seis foram de artistas que trabalham a partir da região. Somaram-se ainda inúmeras atividades paralelas, num exercício de resiliência e de enorme capacidade de adaptação e de resposta, da parte de todos os artistas, coprodutores e parceiros do Festival.

A edição de 2022 do *DDD*, à semelhança do que sucede com a programação regular do TMP, é projetada com base na experiência adquirida e na história recente (mais concretamente, na edição de 2021) e mediante as expectativas e perspectivas de uma normalização contínua do cenário pandémico, sempre assente, claro está, na missão e nos objetivos programáticos do Festival.

A Missão

A Missão do *DDD – Festival Dias da Dança* assenta sobretudo nos seguintes eixos:

- A promoção e o desenvolvimento do sector da dança contemporânea no nosso país, enquanto disciplina artística agregadora de múltiplos estilos e estéticas, de carácter universal e transnacional – pela priorização do movimento face à palavra -, e consequentemente de vasta abrangência e largo alcance no potencial de circulação de obras e na cativação e formação de novos públicos para as artes e a cultura;

- A capitalização do crescente fulgor que se tem vindo a registar na criação artística no campo das artes performativas, e mais concretamente na dança contemporânea, a partir do Porto – consequência do investimento realizado nos últimos anos pelo Município do Porto nas estruturas artísticas da região, fortalecendo e cimentando as suas condições e capacidades de trabalho, estimulando e impulsionando outras fontes de financiamento, com múltiplas replicações no panorama artístico regional e nacional;
- O contributo para o reconhecimento e o desenvolvimento crescente, saudável e sustentável do sector das artes performativas – especificamente da dança contemporânea - e dos seus profissionais, nos panoramas nacional e internacional.

Os principais objetivos

Como principais objetivos, o *DDD – Festival Dias da Dança* almeja:

- O incremento quantitativo e qualitativo da oferta cultural e artística na região Norte do país, com enfoque e incidência na dança contemporânea, a partir das cidades do Porto, Matosinhos e Gaia, e a promoção de uma intensa circulação de diversificados públicos nacionais e internacionais entre as mesmas, através de uma programação vasta e diversificada - nos conteúdos e na forma -, na qual se apresenta uma multiplicidade aportada pelas diferentes latitudes, linguagens, estéticas e gerações das quais provêm os artistas presentes em cada edição do Festival;
- O investimento na vinda de programadores internacionais ao Festival, estimulando assim a promoção e difusão do trabalho artístico nacional fora de portas, potenciando a sua internacionalização;
- A contribuição ativa para a criação de novos públicos e para a formação artística, ancorada na diversidade, abrangência e no volume de propostas do Festival, consolidando a corrente de públicos da dança que se tem vindo a formar na região, mas também atraindo e captando novos públicos, ainda afastados desta expressão artística, fomentando uma intersecção entre a fruição de espetáculos e a participação em projetos pontuais e/ou continuados e duracionais (desde *workshops* a *masterclasses*, desde conversas pós-espetáculo a mesas redondas e demais encontros);
- A cimentação de um Festival enquanto plataforma de mediação de públicos, intermediando, traduzindo, desconstruindo e desmistificando – tornando assim mais acessível – as práticas artísticas contemporâneas, nas artes performativas em geral, e na dança em particular.



O programa artístico em 2022

Na programação nacional do *DDD - Festival Dias da Dança 2022*, constam os nomes de Marco da Silva Ferreira, Anaísa Lopes, André Braga / *Circolando*, Martim Pedroso / Nova Companhia, Clara Andermatt e Né Barros.

No alinhamento internacional figuram Boris Charmatz (França), Christian Rizzo (França), Meg Stuart (EUA / Alemanha), Amala Dianor (Senegal), Gustavo Ciriaco (Brasil), Marta Soares (Brasil), Tatiana Julien (França), Matija Ferlin (Croácia) e Bruno Beltrão (Brasil).

Como é já tradição, o *DDD* contará ainda com um vasto programa (cuja definição se encontra em curso) de formação e mediação de públicos em torno dos artistas e dos espetáculos: desde conversas a *masterclasses*, desde residências artísticas a documentários e festas.

A partir de 2022, conforme já referido (e no caso de apreciação positiva da candidatura) o TMP / *DDD* estará envolvido no projeto *IMPACT*, juntamente com o Conservatório Nacional Superior de Música e Dança de Lyon (França, líder e coordenador do Projeto), a Universidade das Artes de Estocolmo (Suécia), a Escola de Artes de Amesterdão (Países Baixos), a *Association Jant Bi L'École des Sables* (Senegal) e *Les Nouvelles Subsistances - ou Subs* - (em Lyon, França).

O CAMPUS Paulo Cunha e Silva em 2022

O *CAMPUS Paulo Cunha e Silva*, inaugurado simbolicamente a 9 de junho de 2021 - data na qual se festejaria o quinquagésimo nono aniversário de Paulo Cunha e Silva - é o mais recente centro de residências artísticas e espaço de trabalho para as artes performativas no Porto. O *CAMPUS* veio colmatar a escassez de infraestruturas desta natureza, potenciando condições logísticas e financeiras nas fases de pesquisa e criação, preferencialmente para quem trabalha a partir da cidade, mas também para outros artistas do país e de outros pontos do globo.

Os seus quatro estúdios, dois apartamentos e diversas áreas comuns constituem um espaço para o ensaio, para a experimentação e para a formação, desenhado a partir de um processo participativo que envolveu os principais utilizadores e beneficiários do espaço (os artistas e companhias da cidade), através de uma intensa e atenta auscultação e de um diálogo ativo.

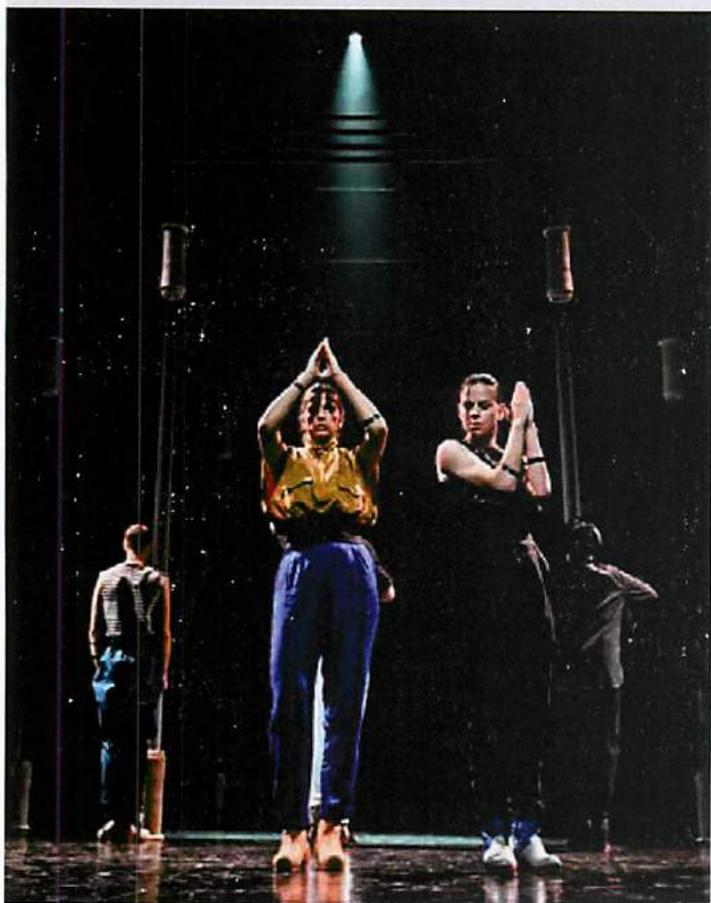
Apesar da sua recente inauguração, no *CAMPUS Paulo Cunha e Silva* já se realizaram (até finais de setembro de 2021) 11 residências artísticas no âmbito da primeira edição do *Programa Reclamar Tempo*, entre 17 de maio e 13 de junho de 2021. Foram também lançados os três processos de *open call* para residências artísticas e técnicas, bem como para a 2ª edição do *Programa Reclamar Tempo*, tendo sido rececionadas um total de 148 candidaturas. Destas 148 candidaturas, foram selecionados 37 artistas / projetos, que irão realizar as suas residências a partir de outubro 2021 e até julho de 2022. Para o início de 2022 encontra-se prevista uma nova fase de *open call* para residências artísticas e técnicas.

Adicionalmente, desde a sua inauguração e até finais de setembro de 2021, enquanto espaço de formação / mediação dos mais diversos públicos, o *CAMPUS* já promoveu mais de 20 dias de aulas dirigidas a profissionais e estudantes das artes performativas, números que atestam e comprovam a urgência, pertinência e elevada dinâmica deste equipamento, no tecido e contexto cultural do Porto.

Artists at Work – Processos de Trabalho Artístico

Um espaço cultural é, acima de tudo, habitado e vivido por artistas. É neste espaço que se cria, recria, reflete e se geram discursos e práticas artísticas. *Artists at Work* engloba um lado mais invisível, e por isso mesmo importante, do Teatro Municipal do Porto, concretizado e materializado no *CAMPUS Paulo Cunha e Silva*, que se foca em promover a sustentabilidade e condições de trabalho para vários artistas (sobretudo) da cidade (mas também) e de outras latitudes.

É um programa de relação direta entre a pesquisa e a criação, entre o visível e o invisível, pela sustentabilidade do território artístico, onde vários e distintos programas e projetos são desenvolvidos.





No âmbito do **Artists at Work** (anteriormente denominado *Teatro em Campo Aberto*, e que agora engloba mais projetos), o TMP desenvolve programas e projetos de natureza distinta, ao nível da forma, conteúdos e públicos a que se destinam. No contexto do programa **Artists at Work** desenvolvem-se assim os programas de **Residências Artísticas** e **Artistas Associados**, assim como o projeto **Reclamar Tempo** (com grande concentração no **CAMPUS Paulo Cunha e Silva**).

No contexto do **Artists at Work** desenvolve-se ainda um extenso programa de formação, que se desenvolve diariamente no **CAMPUS Paulo Cunha e Silva**. As aulas diárias, com início em setembro de 2021, são dirigidas a profissionais das artes performativas, com um nível avançado e que abrangem várias disciplinas, com foco na partilha de prática artística.

Estas aulas aprofundam metodologias e conhecimento, promovem sinergias e enriquecem a comunidade local, criando também oportunidades de trabalho para formadores locais.

São convidados a leccionar artistas locais, bem como artistas de renome internacional e nacional, entre eles coreógrafos, encenadores e intérpretes de companhias que estejam de passagem na cidade. Este projeto de aulas regulares será piloto entre setembro e dezembro de 2021, mês a partir do qual se aferirá a pertinência do formato para 2022.

É neste contexto e enquadramento que o **CAMPUS Paulo Cunha e Silva** rege a sua atividade, na persecussão dos seguintes objetivos:

- Favorecer e apoiar o desenvolvimento de projetos resultantes do meio criativo, nas áreas performativas;
- Dar resposta a lacunas identificadas previamente, como a intensa procura de espaço e de condições de trabalho, por parte dos artistas;
- Fomentar espaços informais de contacto, de cooperação e de convergência entre artistas;
- Acolher projetos em fase de criação nas áreas performativas, disponibilizando espaços, condições e períodos adequados ao seu desenvolvimento;
- Incrementar uma forte vertente formativa, contribuindo desta forma para a formação dos / de diversos públicos.

Todos estes eixos de intervenção, no seu conjunto, na sua articulação e sinergia, fazem do TMP e do **CAMPUS Paulo Cunha e Silva** espaços privilegiados para a apresentação, experimentação, a discussão e a reflexão, verdadeiro laboratórios com portas abertas para a descoberta da prática artística contemporânea, e para o incremento do conhecimento através da mesma.

Programa de Residências Artísticas

Para além das já referidas residências de longa duração que decorrem no Teatro Campo Alegre (com as sete estruturas residentes), o *CAMPUS* - conforme foi igualmente exposto - acolhe a grande maioria de residências artísticas, tendo alargado a capacidade de resposta do TMP às inúmeras solicitações de artistas e companhias que necessitam de espaços para desenvolverem o seu trabalho.

Cerca de 50% da utilização dos estúdios do *CAMPUS* correspondem à possibilidade de reserva imediata de espaço de trabalho, gratuita, em plataforma digital - neste formato, entre junho e finais de setembro de 2021, já foram efetuados 549 pedidos de reserva de espaço.

Este eixo do programa artístico não contempla apoio financeiro nem técnico e destina-se apenas a criadores locais profissionais, que trabalhem nas áreas da dança contemporânea, do teatro contemporâneo, do circo contemporâneo, das formas animadas e de cruzamentos disciplinares.

O objetivo deste eixo de atividade é apoiar a criação artística local e consolidar o tecido artístico profissional, disponibilizando recursos e espaços com condições excecionais que proporcionam aos artistas tempo e espaço para pesquisar, criar, ensaiar e partilhar os seus processos criativos.

Programa Reclamar Tempo

Também em 2022 terá continuidade o recente *Reclamar Tempo* (iniciado em 2020) - programa de pesquisa e investigação artística que toma lugar e assume como prioridade um modo de trabalhar mais lento e de reflexão, potenciando novos e aprofundados discursos artísticos na cidade.

Reclamar Tempo é um programa de pesquisa e investigação artística, que surge especificamente num contexto, no qual a principal premissa das artes performativas fica suspensa: a partilha física de espaço e de tempo com o outro. Numa altura em que somos obrigados a desacelerar, é urgente parar para (re)pensar os processos criativos e os modos de produção, debruçando-nos sobre a construção de discurso e mergulhando no que é a prática artística atual, de uma forma mais introspetiva.

Com este programa, pretende-se então resgatar tempo para investigar, solidificar ideias, gerar discurso e pesquisar práticas que irão seguramente enriquecer o universo artístico de cada um. Mais tarde, o resultado deste período terá certamente um eco positivo em futuras criações num tempo em que todos possam voltar a estar juntos.

Future Laboratories - Uma rede de artes performativas conectando artistas e públicos para a descoberta das narrativas europeias de amanhã

Doze instituições culturais europeias do campo das artes performativas, com forte presença e ação internacional, uniram forças para criar um projeto de pesquisa colaborativa, dirigido a artistas emergentes de diferentes origens e *backgrounds* culturais, com um interesse particular no trabalho estruturado e planeado. Para além do TMP, integram este projeto / esta candidatura as seguintes instituições: *Théâtres de la Ville de Luxembourg* (do Luxemburgo, promotores e líderes da candidatura, implementada pela produtora *Cyclorama*), *Théâtre de Liège* (Bélgica), *Fondazione Piccolo Teatro Milano* (Itália), *Conde Duque Centro de Cultura Contemporânea* (Madrid, Espanha), *Teatrul Tineretului* (Bucareste, Roménia), *Nowy Teatr* (Varsóvia, Polónia), *Théâtre National de Strasbourg* (França), *Staatstheater Mainz* (Alemanha) e *Comédie de Reims* (França).

Os artistas selecionados terão a oportunidade de explorar o contexto cultural e social, o tecido artístico das instituições parceiras em dez diferentes cidades europeias, e de se conectarem com prioridades urgentes e importantes para essas instituições na sequência de um dos períodos mais desafiadores desta geração - a pandemia da Covid-19. Ao relacionarem-se, em cada cidade, com a comunidade académica e científica, com a comunidade artística e cultural, com fundações e organizações de pesquisa e apoio social, entre outras, os artistas desenvolverão o seu trabalho de pesquisa com enfoque no questionamento, na procura e na identificação de soluções para a mobilidade internacional, as instituições culturais e as artes performativas de amanhã, numa perspetiva de sustentabilidade e responsabilidade.

Cada parceiro do projeto acolherá 4 artistas em residência. Os artistas serão selecionados de uma *shortlist* elaborada pelos parceiros, com previsão de inclusão de um artista nacional. Serão, no total, 16 os artistas selecionados, sendo que cada um dos quais realizará três residências (para um total de 48 residências artísticas).

No TMP, o projeto - cujo arranque se encontra previsto para 2022 - será sobretudo realizado à luz do *CAMPUS Paulo Cunha e Silva*, dada a natureza do mesmo e a sintonia com a missão deste equipamento.



3.1.2 Departamento de Arte Contemporânea

Projetos de Arte Contemporânea e projeto de Arte e Coesão

O presente e o futuro

Ao longo do ano de 2021 o Departamento de Arte Contemporânea (DAC) continuou a prossecução da sua missão, adaptando as estratégias e reforçando o seu compromisso na promoção da Cultura e da arte contemporânea em face dos desafios impostos pela pandemia de Covid-19.

Neste contexto, tendo em conta a diversidade e âmbito de ação dos projetos que integram o Departamento de Arte Contemporânea – entre programas de apoio à prática artística e a gestão e programação de equipamentos – foram adotadas várias medidas que garantam a concretização dos objetivos propostos e o cumprimento dos compromissos, através do acompanhamento próximo, da flexibilidade demonstrada e o suporte prestado a todos os envolvidos nas atividades e programas do DAC.

Em 2021, apesar da situação pandémica que forçou o encerramento temporário da Galeria Municipal do Porto (GMP) pela segunda vez, tem sido apresentado todo o programa expositivo, que se prolongará para lá do período inicialmente previsto, com as suas duas últimas exposições a manterem-se patentes até fevereiro de 2022. Ao longo deste período foi demonstrada capacidade de resposta e adaptação, tendo em estreita colaboração com artistas e curadores sido realizados reajustes de calendário que possibilitaram a manutenção de toda a programação inicialmente desenhada. Findo este ciclo de programação, a Galeria Municipal do Porto entrará num período de intervenções que têm em vista a melhoria e renovação das instalações e dos seus equipamentos. Durante este período, a GMP continuará com a sua atividade, principalmente no que se refere aos programas público e educativo e à sua linha editorial, estendendo-se para fora do seu espaço físico.

Em 2021 a Galeria Municipal do Porto apresentou também o seu projeto educativo – *Programa de Incursão à Galeria (ping!)* – que se desenvolveu tendo como base as ideias de tempo e continuidade, mantendo uma relação de proximidade com o público — escolar e não escolar – e que se prolongará para 2022.

A plataforma *Pláka* tem em 2021 dado continuidade à sua missão de apoiar, através de diferentes abordagens, a prática artística contemporânea. Ao longo de 2021, o verdadeiro desafio residiu na gestão próxima e acompanhamento dos vários programas que integram a plataforma e dos projetos apoiados através deles – como o *Criatório*, *Shuttle*, *Aquisições* e o *Inresidence* – que têm enfrentado muitos obstáculos devido à pandemia. Em 2022, todos estes programas de apoio regressarão nos seus vários formatos, com novos painéis de júri e especialistas e a expectativa de continuação de grande adesão por parte da comunidade artística.

Os *Coletivos Pláka*, cuja vertente física de juntar pessoas de vários territórios é impeditiva no contexto atual, não realizou até ao momento cursos em 2021. No entanto, ao longo deste ano continuam a ser lançadas publicações resultantes de cursos anteriores. Em 2022, os *Coletivos Pláka* regressarão ao ativo com um novo curso.

O *Anuário*, por sua vez, teve em 2021 a terceira e última edição, registando novamente grande adesão. Em 2022, o *Anuário* regressará sob a forma de uma publicação que servirá de registo e reflexão sobre este projeto.

Em 2021 o *Fórum do Futuro*, programa de debates e *performances* que decorre anualmente na cidade do Porto, voltou a não se realizar devido às dificuldades impostas pela pandemia. Após o lançamento do projeto editorial *Fórum do Futuro: Vita Nova*, no final de 2020, este ano foi editada a versão inglesa da publicação, que tem distribuição internacional, assim como uma segunda edição da versão portuguesa, devido à forte procura que obteve junto do público.

A *Fonoteca Municipal do Porto* (FMP) tem recebido ao longo de 2021 vários visitantes que se dedicam a explorar o seu vasto arquivo de discos de vinil. Dando cumprimento à sua missão, para além das várias resenhas, artigos e *podcasts* que são possíveis de consultar no *website* da FMP, deu-se também início à programação física, através de um ciclo de conversas com convidados ligados aos aspetos técnicos e artísticos da música que se pode escutar no acervo. Em 2022, a FMP continuará a apresentar uma programação ambiciosa, que convidará o público a conhecer e relacionar-se mais proximamente com este espaço.

Para o *Cultura em Expansão*, que integra o projeto de *Arte e Coesão*, foi criado um modelo estruturado a partir da coesão entre estruturas artísticas e associativas, que nele ganharam um novo papel de participação e de construção no projeto. A partir de 2019 foi desenvolvido um novo modelo de apresentação que, em 2021, concentrou grande parte da sua programação em quatro espaços distintos – Associação Nun'Álvares de Campanhã, o Auditório do Grupo Musical de Miragaia, a Associação de Moradores do Bairro Social da Pasteleira – Providência/Torres, e a Associação de Moradores do Bairro da Bouça – que assumiram assim o papel de centros culturais na cidade do Porto. Para o sucesso deste modelo foram essenciais as parcerias estabelecidas com as estruturas que em 2021,

para além do acompanhamento artístico, se encarregaram também da programação de cada um dos territórios onde estão sediadas: o *Visões Úteis* em Campanhã, o *Teatro do Frio* na Pasteleira, a *Confederação* em Miragaia e a *Sonoscopia* na Bouça. Em 2022 pretende-se seguir o mesmo modelo dando continuidade a esta parceria com as Estruturas e as Associações de cada território.

A missão e os principais eixos estratégicos

Projetos e equipamentos de arte contemporânea municipais

Ao longo dos últimos anos, a política da Câmara Municipal distinguiu-se no contexto nacional e também no contexto internacional pela forma como inscreveu a Cultura como área prioritária no desenvolvimento da cidade, com o entendimento de que a Cultura deve ser interpretada e ativada a partir de uma relação estreita com domínios da economia e da inclusão social.

O papel da arte contemporânea neste projeto político é decisivo. Continuam por isso, a partir deste objetivo a ser desenvolvidos um conjunto de medidas de apoio e reativados equipamentos municipais no âmbito da prática das artes visuais contemporâneas, que permitem levar a cabo um plano que tem subjacente princípios estratégicos cujo cumprimento é garantido pela *Ágora - Cultura e Desporto do Porto, E.M., SA*.

Destes, destacam-se:

- A promoção de oportunidades de aprendizagem a partir da criação artística contemporânea nacional e internacional, contribuindo-se para a formação de públicos nos múltiplos domínios da cultura e das artes de hoje;
- A dinamização dos espaços e programas municipais que permitem a apresentação, o desenvolvimento e o conhecimento de novos discursos e práticas artísticas nas áreas das artes visuais e pensamento contemporâneo;
- O apoio direto a novos artistas para desenvolverem projetos originais no contexto da cidade do Porto;
- A ampliação de oportunidades competitivas para a fixação na cidade de artistas de todas as idades e territórios de criação contemporânea;
- A valorização, preservação e difusão do património artístico contemporâneo, material e imaterial, da cidade do Porto, também em diálogo com o seu património histórico;
- O fomento do intercâmbio artístico a nível nacional e internacional, e a internacionalização da arte contemporânea criada na cidade do Porto;
- A promoção e o apoio a iniciativas culturais em zonas carenciadas da cidade, em articulação com tecidos associativos locais e a criadores contemporâneos da cidade, de forma a disseminar geograficamente as oportunidades de fruição e criação culturais na cidade.

el
h.
6

Galeria Municipal do Porto

A Galeria Municipal do Porto foi reaberta como espaço de atividade cultural permanente no ano de 2013, sob a presidência municipal de Rui Moreira, e direção programática de Paulo Cunha e Silva. Entre 2014 e 2016, apresentou em média quatro exposições coletivas por ano, dedicadas a múltiplos assuntos contemporâneos. A partir de 2017, sob direção artística de Guilherme Blanc (2017-2021), a GMP foi reestruturada programaticamente, passando a apresentar um programa anual regular de exposições e eventos dedicados à arte contemporânea, fomentando a reflexão sobre as tendências artísticas e discursivas da prática artística atual, contribuindo para o debate, a investigação e a disseminação de ideias em torno da produção artística nacional e internacional.

A Galeria Municipal do Porto colabora atualmente com parceiros nacionais e internacionais na programação e comissariado de exposições, *performances* e debates, estimulando o envolvimento a longo prazo de novos públicos através do projeto educativo e dos programas públicos, assim como da publicação de edições desenvolvidas a partir dos projetos expositivos.

Tem como objetivos estratégicos fundamentais:

- Promover o interesse pela arte, com particular incidência sobre a arte contemporânea;
- Formar públicos, sensibilizando-os para a apreciação e compreensão do fenómeno artístico contemporâneo, e do património artístico contemporâneo da cidade;
- Estimular a compreensão sobre a arte da cidade do Porto, numa perspetiva da sua relação com a prática artística nacional e internacional;
- Estimular a criação artística e os diálogos interdisciplinares;
- Contribuir para o desenvolvimento cultural do município e da região através da arte contemporânea;
- Fomentar o diálogo cultural entre parceiros e curadores no domínio da arte contemporânea, nos planos local, nacional e internacional.

Em linha com os objetivos estabelecidos para o projeto entre 2019 e 2020, a Galeria Municipal do Porto alcançou um aumento significativo do n.º de visitantes, passando de 109.508, no ano de 2018, para 127.983 em 2019. Tais valores refletem o cumprimento do compromisso e missão institucional de promover o interesse pela arte contemporânea e sensibilizar os públicos para a apreciação e compreensão do fenómeno artístico contemporâneo.

Devido às condições e restrições de mobilidade, à lotação reduzida nos espaços e ao encerramento das instalações culturais durante os confinamentos impostos pela pandemia de Covid-19 nos anos de 2020 e 2021, o número de visitantes da Galeria durante este período

sofreu um decréscimo em relação aos anos anteriores, recebendo um total de 30.405 visitantes (número referente a 2020 e primeiro semestre de 2021).

Durante os anos de 2020 e 2021, as exposições da Galeria Municipal foram, por diversas vezes, referenciadas em artigos e críticas de publicações nacionais e internacionais, especializadas em arte contemporânea. A internacionalização da GMP é verificável no interesse demonstrado por diferentes revistas internacionais, dedicadas à difusão de arte contemporânea, nas exposições e atividades realizadas, como exemplifica o artigo publicado na Frieze de Abril 2021 sobre a exposição "*Nets Of Hyphae*" - de Diana Policarpo, com curadoria de Stefanie Hessler e coprodução da Kunsthall Trondheim: www.frieze.com/diana-policarpo-nets-of-hyphae-2021-review.

No primeiro trimestre de 2021, e devido à situação pandémica, a Galeria Municipal do Porto esteve encerrada novamente entre os dias 15 de janeiro e 6 de abril. As exposições patentes neste período, "*Que Horas São Que Horas*" e "*Nets Of Hyphae*", foram prolongadas e mantiveram-se abertas ao público até o dia 25 de abril.

Atualmente o programa de exposições está a decorrer com normalidade, mantendo-se a Galeria Municipal aberta ao público no horário habitual e cumprindo as medidas de segurança adaptadas à atual situação, através do uso obrigatório de máscara, desinfeção de mãos à entrada e saída das instalações, uso de auriculares descartáveis para a interação com as diferentes obras das exposições.

PLÁKA

PLÁKA reúne projetos que consubstanciam a política municipal de apoio à prática artística contemporânea no Porto, dando forma às iniciativas **Aquisições, Coletivos Pláka, Anuário, Criatório, Shuttle e Inresidence** – projeto que se desdobra entre as bolsas **Inresidence** e os **Ateliers Municipais**.

Mediando processos de criação, reflexão e investigação em diferentes territórios da arte contemporânea, constitui-se enquanto plataforma de medidas de apoio financeiro, científico e crítico a artistas e agentes culturais no campo da criação contemporânea, e simultaneamente de reflexão sobre a sua articulação com a política cultural do município.

AQUISIÇÕES

O projeto *Aquisições* privilegia a documentação da prática artística do Porto através da aquisição de novas obras a integrar na Coleção de Arte Municipal. As novas aquisições decorrem de recomendações realizadas ao município por um grupo de especialistas em diferentes domínios da arte contemporânea que acompanha e avalia projetos artísticos em duas modalidades distintas: a aquisição a galerias de arte comerciais de obras apresentadas no contexto da sua programação ao longo do ano e, desde 2020, a aquisição direta a artistas visuais sediados na cidade do Porto, mediante propostas submetidas a avaliação pelos próprios artistas.

O projeto tem como principais objetivos dinamizar a Coleção de Arte Municipal, valorizar o património artístico do Porto e documentar a memória da prática artística da cidade.

COLECTIVOS PLÁKA

O programa *Coletivos Pláka* reúne grupos de reflexão e produção de pensamento sobre arte contemporânea e a prática artística, coordenados por coletivos de Tutores que programam cursos dedicados a temáticas específicas.

Esta iniciativa tem como objetivo central exponenciar as oportunidades de pensamento, aprendizagem e partilha de conhecimento entre artistas e agentes culturais residentes no Porto, possibilitando oportunidades de encontro com discursos relevantes nos domínios da arte contemporânea e novas formas de reflexão sobre a produção artística.

Os grupos podem ser integrados pelos participantes através de candidaturas. Os resultados de cada ciclo de formação são apresentados através de uma série de publicações.

SHUTTLE

O programa *Shuttle* tem como principais objetivos promover internacionalmente a cultura da cidade e o trabalho de artistas, autores e agentes culturais sediados no Porto.

Esta iniciativa visa atribuir bolsas de apoio à internacionalização nas áreas de artes visuais e curadoria, artes performativas, *performance* e composição musical, tradução e criação literária e ensaística.



ANUÁRIO

O *Anuário* é uma exposição que documenta a prática artística e curatorial do Porto e que resulta de um trabalho de um coletivo de curadores que analisa o programa expositivo de diversos espaços públicos da cidade durante um período de doze meses.

O projeto parte de um processo curatorial participado e atuante, comissariado por João Ribas e Guilherme Blanc, exigindo por parte dos curadores acompanhamento, documentação e reflexão próximos à prática artística apresentada no Porto.

CRITÓRIO

Criatório é um concurso anual de apoio à criação artística no Porto, que abrange diferentes áreas: Artes visuais e curadoria; Artes performativas; Composição, programação e *performance* musical; Literatura e ensaio crítico.

O concurso desdobra-se em duas modalidades: *Projetos de Criação*, que tem como finalidade apoiar artistas e agentes culturais através do financiamento de projetos de criação ou programação artística desenvolvidos na cidade do Porto; e *Espaços de Programação*, que tem como finalidade apoiar os espaços de programação artística sediados no Porto, através do financiamento das suas necessidades logísticas, estruturais, de recursos humanos e outras que resultem da sua atividade de programação. O concurso conta com um júri composto por dois grupos distintos, que se ocupam de avaliar, separadamente, as áreas de criação artística e os espaços de programação.

Este programa de financiamento tem como missão e principais objetivos contribuir para a consolidação da atividade de artistas e agentes culturais provenientes de múltiplas disciplinas, e que no Porto podem encontrar um contexto propício ao desenvolvimento de atividades de carácter artístico.

Nas últimas cinco edições – de 2017 a 2021 – foram apoiados 77 novos projetos de criação artística e 20 espaços de programação.

INRESIDENCE

InResidence é uma plataforma que aproxima artistas a oportunidades de trabalho, na área de artes visuais e demais disciplinas artísticas, em espaços da cidade do Porto.

○ *InResidence* integra dois projetos distintos:

- **Bolsas InResidence**, um programa de financiamento a projetos de residência artística, com a duração mínima de dois meses, em espaços de residência não municipais. Os valores anuais de financiamento são diretamente atribuídos aos espaços gestores dos programas de residência, variando entre os 4000 e os 6000 euros, consoante a origem do artista seja nacional, europeia ou de fora da Europa.

Em 2020 foram atribuídas 8 bolsas, tendo esse número aumentado para 10 em 2021, financiando projetos de residência de artistas oriundos do Brasil, EUA, Espanha, Alemanha, Moçambique e Nova Zelândia. Atualmente estão inscritos na plataforma 13 espaços da cidade.

- **Ateliers Municipais**, o mais recente eixo de apoio à criação artística contemporânea, composto por 6 espaços de trabalho dedicados às artes visuais com rendas acessíveis e durante um período de 3 anos. A atribuição dos ateliers foi decidida através de concurso com um júri externo, que decorreu no segundo semestre de 2020. Esta iniciativa tem como missão e principais objetivos:
 - Fomentar o estabelecimento do tecido artístico local, e da sua prática profissional, no centro da cidade;

- Permitir que a dinâmica cultural possa acompanhar as dinâmicas comerciais, turísticas e de lazer que se desenvolvem no centro histórico do Porto.
- Estimular a participação ativa de agentes internacionais na produção artística do contexto local.

Paulo Cunha e Silva Art Prize

○ *Paulo Cunha e Silva Art Prize* foi criado em 2016 enquanto projeto de homenagem ao vereador da Cultura que exerceu funções de setembro de 2013 até ao seu falecimento a 11 de novembro de 2015. O prémio sediado na cidade do Porto tem um valor monetário de 25.000 euros e dirige-se a artistas internacionais com menos de 40 anos que não tenham tido mais do que uma exposição individual em instituições ou espaços de relevo internacional.

Os artistas nomeados são indicados por um conjunto de 16 curadores escolhidos pelos 4 elementos do júri convidados pelo Departamento de Arte Contemporânea da Ágora. Cada um dos curadores indica três artistas, formando um conjunto de 48 artistas cujos portefólios são apreciados pelo júri. Deste conjunto são selecionados seis finalistas, que apresentam o seu trabalho numa exposição coletiva na Galeria Municipal do Porto. A decisão final do júri é tomada após a análise das obras apresentadas e, durante o decorrer da exposição, é anunciado o vencedor.



Fonoteca Municipal

A *Fonoteca Municipal do Porto* (FMP) é um arquivo sonoro e um espaço público de apreciação musical constituído pela coleção de discos de vinil da cidade.

Inserida no complexo da Arda, em Campanhã, o projeto inclui um acervo de cerca de 35 mil fonogramas, na sua grande maioria provenientes de coleções doadas à Câmara Municipal do Porto pela Rádio Difusão Portuguesa e pela Rádio Renascença.

Além de disponibilizar um arquivo representativo de grande parte da produção discográfica em Portugal, na coleção também se encontram discos importados, de artistas internacionais e obras de conteúdo não musical, como poesia ou discursos políticos.

A Fonoteca assume assim um compromisso divulgativo e pedagógico aberto a todos os públicos, oferecendo uma agenda de atividades que reflete a intenção de relacionar a história da música com a cultura contemporânea.

Coproduções – Projetos de Arte Contemporânea

Com o propósito de apoiar ações culturais e artísticas de qualidade e diversidade reconhecidas, com especial incidência na área das artes visuais, ao longo de 2021 foram promovidas coproduções com diversas entidades culturais, como a exposição coletiva *“SITUAÇÃO 21 – Histórias com amanhã - Uma cartografia solidária da relevância das Galerias do Porto”*, coproduzida com 6 galerias de arte da cidade, o evento *Porto Academy* e uma monografia, coeditada com a *Kunsthalle Lissabon*, sobre a dupla Mariana Caló & Francisco Queimadela que venceu a primeira edição do Prémio Paulo Cunha e Silva.

Projeto de Arte e Coesão

O Gabinete de Arte e Coesão integra o programa *Cultura em Expansão*, tendo como principais objetivos promover o acesso direto e gratuito à cultura e a criação de oferta cultural de elevada qualidade, junto a populações de diferentes áreas da cidade onde a oferta cultural pode estar mais condicionada.

A programação do Gabinete de Arte e Coesão é composta por múltiplos formatos de apresentação, em espaços extrínsecos aos locais centrais da cultura do Porto, promovendo a aproximação entre as associações locais, o tecido artístico da cidade e os habitantes de diferentes geografias urbanas.

O Gabinete de Arte e Coesão pretende estimular o desenvolvimento de veículos de exploração e descoberta dos territórios da cidade através de diversas disciplinas artísticas. Estas iniciativas possibilitam um desenvolvimento e formação de novos públicos, que usufruem de programas de periodicidade regular e contínua e que também participam em atividades de criação e experimentação artística em projetos de envolvimento cultural com residentes.



Cultura em Expansão

O *Cultura em Expansão* é um programa anual de promoção cultural e artística, que se materializa em diferentes iniciativas em associações de moradores, coletividades e diferentes espaços por toda a cidade. Permitindo a fruição de uma programação cultural multidisciplinar de forma gratuita, apresenta um vasto número de projetos nas áreas da música, teatro, cinema, dança, literatura e *performance*.

Ao mesmo tempo que cria oportunidades culturais para diferentes comunidades, o *Cultura em Expansão* permite uma experimentação artística em espaços de apresentação não convencionais, fora do circuito de palcos tradicionais da cultura da cidade, promovendo ainda novas formas de exploração e descoberta do território e cruzamento de públicos. Desde a sua criação, o programa tem vindo a acompanhar e simultaneamente alimentar a dinâmica cultural da cidade, crescendo geograficamente e no número de ações.

O *Cultura em Expansão* tem como principais objetivos estratégicos:

- Permitir um acesso não condicionado por fatores sociais e económicos à oferta cultural da cidade;
- Promover a coesão social e a regeneração urbana através da arte e cultura;
- Eliminar barreiras sociais e encurtar distâncias culturais;
- Estimular o envolvimento da comunidade artística na reativação de associações de moradores e auditórios de freguesia;
- Envolver moradores de diferentes locais da cidade na criação artística local e nacional;
- Desafiar artistas e agentes culturais para a criação de projetos artísticos, através de residências de longa duração em territórios específicos da cidade com a população local, potenciando a formação e educação de públicos pela integração de crianças e jovens nas iniciativas.

Os Projetos em 2022

Arte Contemporânea

Galeria Municipal do Porto

Exposições

O encerramento da GMP em 2021, resultante da pandemia, provocou um novo reagendamento do programa de exposições de 2021, fazendo com que as duas últimas exposições se estendessem até o primeiro trimestre de 2022.

ERRO 417: EXPETATIVA FALHADA

Expo'98 no Porto

11.12.2021 – 13.02.2022

Curadoria: Marta Espiridião

A exposição propõe uma reflexão em torno das noções de falhanço e sucesso. Estes dois princípios, pelos quais se regem a maioria das sociedades contemporâneas, estão intrinsecamente ligados a diversas condicionantes estruturais - como a cor da pele, o género, a sexualidade, e, acima de tudo, o cumprimento do expectável papel dentro destas categorias. Assumindo a premissa do falhanço como uma ferramenta de resistência, a exposição pretende apelar a uma crítica dos modelos estáticos de sucesso e falhanço, e ao questionamento do seu papel na construção da vida pessoal e comum.

Projeto vencedor do concurso "Expo'98 no Porto" para o piso 0 da Galeria Municipal.

A HORA ANTES DO PÔR DO SOL

de MILENA BONILLA

11.12.2021 – 13.02.2022

Curadoria: Juan Luis Toboso

A partir de uma das últimas cartas escritas por Rosa Luxemburg ao seu amigo Hans Diefenbach, a artista colombiana Milena Bonilla convida-nos a pensar nas possibilidades de construção de um imaginário que navega pela literatura, botânica, referências históricas pontuais e mitologias coletivas. Aqui, "essa hora antes do pôr do sol" surge enquanto conceção de um momento temporal mágico que liga o passado com o presente, mediante a criação de ressonâncias afetivas. O projeto infiltra-se nos espaços simbólicos de interstício entre o Jardim do Palácio de Cristal, a Biblioteca Municipal Almeida Garrett e a Galeria Municipal do Porto, no sentido de relacionar diferentes formas de produção de conhecimento para investigar a noção de algo a que poderíamos chamar de 'temporalidade histórica suspensa'.

Obras de renovação da Galeria Municipal

Findo o ciclo programático de exposições iniciado em 2021, e que se estendem até fevereiro de 2022, a Galeria Municipal entrará num período de intervenções direcionadas para a renovação e implementação de melhorias nas suas instalações e equipamentos. O período previsto para esta obra de manutenção e atualização é de 6 a 9 meses, estando previsto a sua reabertura em 2023. Durante este intervalo a Galeria Municipal do Porto pretende desenvolver um programa de atividades "fora de portas", em que a sua programação se desloca a outros espaços da cidade, sendo os programas público e educativo os principais protagonistas deste projeto. A atividade programática da Galeria Municipal ainda não está completamente delineada, apresentando-se de seguida alguns dos projetos representativos desta abordagem à programação.

EXPOSIÇÃO - OCUPAÇÃO ESPACIAL

21.05.2022 – 24.07.2023

Local a definir

A partir da ocupação de um espaço devoluto da cidade do Porto por um grupo de artistas convidados pela equipa artística da GMP, pretende-se ensaiar as possibilidades de reconfiguração espacial deste "local não-expositivo".

O intuito do projeto é desafiar os artistas convidados a explorar e trabalhar, a partir das suas práticas, vivências e investigação, as especificidades do espaço e as suas características sensoriais como possibilidade estética. Durante o período de ocupação coletiva, os artistas serão também desafiados a gerir os múltiplos processos e atravessamentos que emergirão das interações entre o processo criativo de cada um e as particularidades do trabalho "in situ".

Após o período de intervenção e manutenção nas instalações e equipamentos da Galeria Municipal pretende-se que o programa de atividades seja reiniciado em 2023. A proposta programática, a ser definida em 2022 pela nova Direção Artística do Departamento de Arte Contemporânea, juntamente com a equipa artística da GMP, marcará o início do ciclo de exposições.



Programa Público

A Galeria Municipal do Porto propõe a mediação de encontros informais entre públicos através de um conjunto de iniciativas desenvolvidas em colaboração com artistas e curadores no contexto das exposições. Com uma nova estrutura que tem como base três tipologias de ações públicas gratuitas – *Visitas*, *Conversas* e *Performances* –, os programas partem das especificidades e potencialidades de cada exposição, podendo incluir também concertos, sessões de cinema e outras atividades.

WORKSHOP E VISITA GUIADA COM MILENA BONILLA

No âmbito da exposição “*A Hora Antes do Pôr do Sol*”

Fevereiro 2022

PROGRAMA PÚBLICO DA EXPOSIÇÃO “ERRO 417: EXPETATIVA FALHADA”

No âmbito do Projeto Expo’98 no Porto

Janeiro/fevereiro 2022

Atividades a definir

READING GROUP / GABINETE DE ESTUDOS

Janeiro - outubro 2022

Grupo de estudo temático com 5 convidados, provenientes de diferentes áreas/ disciplinas, tais como artes visuais, literatura, filosofia, cinema, arquitetura, música, ou artes performativas. O grupo de estudo funcionará em formato híbrido, com sessões fechadas e 5 sessões abertas. As sessões fechadas serão voltadas para a discussão coletiva e preparação dos 5 momentos públicos. As sessões públicas, cada uma conduzida por um dos convidados, adotarão formatos diversos, tais como uma *talk*, *workshop*, projeção, grupo de leitura, entre outros.

Projeto Educativo

A Galeria Municipal do Porto oferece à comunidade escolar, de todas as idades e grupos formativos, visitas guiadas às exposições, percursos, *workshops* e participação em ações dos Programas Públicos.

Ping! - Programa de Incursão À Galeria

O *Programa de Incursão à Galeria (ping!)* desenvolve-se tendo como base as ideias de tempo e continuidade, mantendo uma relação de proximidade com o público — escolar e não escolar — a partir de um ‘vai e vem’ discursivo e prático.

Uma vez que a Galeria Municipal do Porto estará em período de intervenções e manutenção, sem exposições, o programa de atividades acontecerá em sala de aula e noutros lugares de aprendizagem não convencionais, assim como no Auditório da Biblioteca Municipal Almeida Garrett e no próprio espaço dos Jardins do Palácio de Cristal.

Para o ano de 2022, o *ping!* dará continuidade à programação iniciada em 2021 e que se estrutura em três eixos temáticos alicerçados na *Botânica dos Jardins do Palácio*, na *Primeira Exposição Colonial Portuguesa* e, ainda, na envolvente urbana da GMP.

O *ping!* propõe ainda duas iniciativas transversais, desenhadas especificamente para a comunidade escolar: as *Visitas-Pavão* e os *Embaixadores ping!*.

VISITAS-PAVÃO

A *Visita-Pavão* é um programa de visitas-oficina dirigido a alunos desde o pré-escolar ao 3.º ciclo. A partir das exposições da Galeria e da botânica dos Jardins, podem abrir-se múltiplas ações criativas, que têm como objetivo estimular a reflexão e a interação com a arte, os artistas e a paisagem.

or
L
6

Os participantes são convidados a explorar diferentes materiais e a experimentar práticas artísticas como o registo visual e sonoro dos movimentos do corpo no espaço, a construção de um arquivo com a recolha de elementos da natureza, ou ainda, a promoção do debate e do questionamento que a arte contemporânea motiva.

EMBAIXADORES PING!

Em diálogo estreito com professores, o programa integra o grupo de *Embaixadores ping!*, formado por jovens adultos, com idades compreendidas entre os 16 e 22 anos, a frequentar o ensino secundário ou superior. Em conjunto com estes alunos, a GMP construirá uma plataforma de encontro e de reflexão sobre a contemporaneidade, realizando, periodicamente, ações de dinâmica de grupo, partilha de experiências e aproximação às suas equipas de curadoria e produção. Ao assumirem o papel de *Embaixadores ping!*, os alunos darão continuidade ao projeto dentro da sua turma, através de ações que podem passar pela orientação de visitas guiadas, a moderação de conversas, ou outras que cada um queira propor e implementar.



Edições

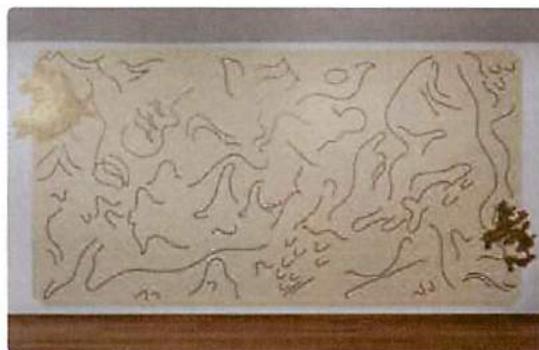
As *Edições da Galeria Municipal do Porto* são concebidas a partir dos seus projetos expositivos e programas públicos e resultam da vontade de documentar, divulgar e promover o diálogo e a investigação de ideias em torno das práticas artísticas. Na conceção de cada edição, convidam-se artistas, curadores, críticos e pensadores, para que se debatam as temáticas levantadas por cada projeto, contribuindo assim para a criação de um espaço de reflexão sobre as tendências artísticas e discursivas atuais. Durante 2022 serão publicadas novas edições relativas a projetos expositivos da Galeria Municipal: *"A hora antes do pôr do sol"*, catálogo da exposição da artista colombiana Milena Bonilla, desenvolvida para a *Mezzanine* da Galeria Municipal, *"Os novos Babilónios - Atravessar a fronteira"* do artista e curador espanhol Pedro G Romero, que recolhe a investigação desenvolvida para o *Piso 0* da Galeria em 2021, e o catálogo da *Ocupação Espacial*, entre outras edições ainda a definir.

PLÁKA

AQUISIÇÕES

2022 verá a continuação da iniciativa, na quinta edição do projeto *Aquisições*, mantendo-se as duas vertentes de aquisição de obras e ainda o orçamento correspondente a cada, tendo o valor destinado a compra direta a artistas sido reforçado na edição precedente.

Em janeiro será constituído um novo comité de seleção, desenrolando-se o projeto nos moldes e calendário adotados em 2021: na modalidade de compra a galerias comerciais haverá dois momentos para recomendação de aquisições, um em cada semestre do ano; já a modalidade de compra direta a artistas terá a abertura do período para submissão de propostas pelos artistas e análise das mesmas pelo comité a decorrer do primeiro semestre de 2022.



COLECTIVOS PLÁKA

Após uma pausa forçosa na realização dos cursos devido à situação pandémica, os *Coletivos Pláka* regressarão em 2022 com um novo curso e a respetiva publicação. A programação do mesmo será definida atempadamente pela nova Direção Artística do Departamento.

ANUÁRIO

Após a terceira edição do *Anuário*, em 2021, foi encerrado um ciclo iniciado três anos antes e que resultou num dos projetos expositivos com maior visibilidade na cidade.

Em 2022 o *Anuário* consistirá na edição de uma publicação, que permita o registo e reflexão sobre o projeto desenvolvido e que integrará conteúdos escritos e visuais relacionados com as três exposições apresentadas no âmbito do *Anuário*, em 2019, 2020 e 2021.

CRIATÓRIO

Em 2022, o *Criatório* prevê apoiar 15 novos projetos de criação artística e 10 espaços, com a atribuição de bolsas no valor de 15 mil euros. Será também constituído um novo júri, composto por dois grupos distintos para avaliação de cada uma das modalidades do concurso.

SHUTTLE

Em 2022 o programa *Shuttle* regressará com um novo júri, a nomear, e um orçamento de apoio total de 75.000 euros, reforçando o compromisso com o apoio à internacionalização e dando resposta à grande adesão por parte da comunidade artística ao programa de financiamento, que já apoiou 57 projetos artísticos da cidade.

INRESIDENCE

Para a atribuição das bolsas *inResidence*, os espaços não municipais serão convidados no final de 2021 a apresentar as suas propostas de residência de artistas para o ano de

2022, que deverão decorrer entre março e dezembro.

Quanto aos ateliers municipais, após as obras de recuperação dos espaços, a abertura do primeiro polo na Ribeira em dezembro de 2020 dotou o projeto com seis ateliers para prática artística individual ou coletiva, com rendas acessíveis e várias topologias, atribuídos por concurso em 2020.

O ano de 2022 será então o segundo ano em que artistas visuais da cidade ocuparão estes espaços de trabalho dedicados à criação artística, dotados ainda de uma cozinha e espaço comunitário de refeição e convívio. Os artistas desenvolveram aqui a sua atividade por um período total de 3 anos.



Paulo Cunha e Silva Art Prize

Em 2022 dar-se-á início aos trabalhos da 3.ª edição do prémio, que contará com um novo júri, que convidará 16 curadores a indicar 48 novos artistas. No Verão de 2022 serão conhecidos os 6 finalistas cujos trabalhos serão expostos na Galeria Municipal do Porto em 2023, ano em que será anunciado o vencedor do prémio no valor de 25.000 euros.

Fonoteca Municipal

Em 2022 a *Fonoteca Municipal do Porto* prossegue as suas iniciativas de programação, agora com maior margem para a realização de atividades presenciais com público, propondo uma série de atividades cuja programação está a ser definida e que envolve:

- A criação de *podcasts* associados a atividades e/ou mostras visuais no espaço da *Fonoteca*, nos quais são divulgados materiais que integram a coleção;

- Ciclos de conversas com convidados de diversas áreas, sobre temas conexos com a produção musical e o acervo da FMP;
- Concertos de artistas convidados, enquadrados na criação e produção musical atual, tendo como base o arquivo existente;
- Programas de escuta ativa semanal, incentivada por convidados que propõem um disco e a partilha de experiências pessoais e históricas musicais;
- Visitas escolares articuladas com instituições educativas;
- Uma residência artística anual.

Coproduções – Projetos de Arte Contemporânea

Em 2022 está prevista a coprodução com a *Amplificasom*, para a realização da 8.ª edição do festival *Amplifest*, a decorrer entre 7 e 15 de outubro de 2022, no Porto.

Ao longo de 2022 serão promovidas outras coproduções relacionadas com projetos de arte contemporânea ainda a definir.

Arte e coesão

Cultura em Expansão

Para 2022, pretende-se dar continuidade ao modelo estruturado a partir da coesão entre estruturas artísticas e associativas, mantendo-se os quatro polos culturais de 2021 com a parceria das quatro estruturas, que continuarão a ter um papel central na programação do seu território e na respetiva produção, assim como no acompanhamento artístico e na mediação de

públicos, em constante articulação com a equipa do *Cultura em Expansão*.

Estas quatro estruturas parceiras, *Confederação*, *Sonoscopia*, *Teatro do Frio* e *Visões Úteis*, representam pontos de contacto entre residentes, coletividades, público e artistas, sendo fundamentais para o envolvimento das comunidades locais em atividades cuja componente participativa, através de criações em residência, tem vindo a crescer.

Pretende-se que o programa do *Cultura em Expansão* continue a ser multidisciplinar, abrangendo várias áreas artísticas como a música, teatro, cinema, dança, literatura e *performance*, e que continue a desenvolver projetos colaborativos com a comunidade de cada território. Promoverá ainda uma *Programação Satélite* que, ao longo do ano, apresentará um conjunto de iniciativas por toda a cidade, para lá dos quatro territórios em foco, dando continuidade a um trabalho de articulação com outras associações, estruturas e artistas.

A programação do *Cultura em Expansão* para 2022 está neste momento a ser definida pelas estruturas parceiras e por uma equipa artística afeta ao projeto.



3.1.3 Departamento de Cinema e Imagem em Movimento

- Batalha Centro de Cinema
- Filmaporto — film commission
- Coproduções de Cinema

O presente e o futuro

Batalha Centro de Cinema

Com um edifício em reabilitação, a partir de um projeto da autoria dos arquitetos Alexandre Alves Costa e Sérgio Fernandez (Atelier15), atualmente a equipa do Batalha desenvolve todos os trabalhos de gestão e programação necessárias ao arranque do projeto em 2022. Deste processo, fazem parte:

- A construção de todos os programas de exibição, discussão, formação e educação para o ano de 2022 e 2023;
- A implementação de toda a estratégia de comunicação e identidade visual;
- Constituição de equipa através de processos concursados;
- Desenvolvimento de estratégias de exploração de espaços de loja e café;
- Constituição dos projetos de biblioteca e mediateca a nível logístico, técnico e de acervo; estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais com festivais de cinema e instituições análogas;
- Acompanhamento do processo de obra em tudo o que contende com o pensamento estratégico, de gestão e programação.

A equipa do Batalha Centro de Cinema começou a ser constituída em 2021. Até ao momento, possui treze trabalhadores divididos entre áreas artísticas, comunicação, gestão e produção. Entre novembro de 2021 e agosto de 2022, entrarão em funções mais treze trabalhadores, todos contratados (exceto no caso do coordenador técnico) através de concursos anunciados publicamente.

O recrutamento de toda a Equipa Técnica terá lugar ao longo do primeiro semestre de 2022 e acompanhará a finalização da obra e instalação dos equipamentos. Esta equipa será composta por dois Técnicos/as de tradução e legendagem (a iniciar funções entre março e abril), Técnico/a de Manutenção (junho), Projecionista (junho), Técnico/a de Som e Luz (junho), Frente de Casa (junho), e dois Técnicos/as de Bilheteira (julho).



Filmaporto — film commission

Criada no início do ano 2021, a **Filmaporto — film commission** tem desenvolvido o trabalho que historicamente as *film commission* produzem, tendo facilitado o processo burocrático necessário para a obtenção de licenças de filmagens, promovido o Porto nalguns dos festivais mais relevantes da indústria cinematográfica e estabelecido contactos com agentes da indústria audiovisual da cidade, de forma a perceber os problemas e os desafios que o setor enfrenta. Estes três aspetos do trabalho da **Filmaporto** são contínuos e continuarão a ser o seu o foco principal em 2022. A simplificação dos processos burocráticos, a promoção da cidade como destino para produções nacionais e internacionais e o contacto permanente com a indústria local são fundamentais para fazer o setor crescer na cidade.

A **Filmaporto** continuará a apoiar as produções que pretendem filmar na cidade, mediando o contacto entre as produtoras e produtores e os diferentes departamentos camarários necessários para a realização de filmagens. Na sua estrutura, a **Filmaporto** tem elementos que sabem interpretar guiões, planos de rodagem, que antecipam dificuldades e soluções, e que sugerem e adequam a resposta a pedidos de apoio. Estes conhecimentos,

aliados a experiência adquirida no contacto com a Câmara Municipal, facilitam o trabalho das produções e alivia algum do peso que estes projetos criam na cidade e nos serviços camarários. Com perfil de *networking*, a **Filmaporto** pretende continuar a dinamizar a presença em festivais e mercados nacionais e internacionais, captando interesse e projetos para o território e a consolidar a sua posição junto de estruturas de promoção do território internas e externas, como a Associação de Turismo do Porto e Norte, a *Portugal Film Commission*, a *European Film Commission Network*, a *Cineregio*, entre outras. O contacto contínuo com as estruturas locais de produção audiovisual permitem um conhecimento atualizado e dinâmico da oferta local, nomeadamente a nível de equipas, meios técnicos, competências e *locations* e das atividades audiovisuais a decorrer a cada momento na cidade.

Ainda em 2021, a **Filmaporto** lançou o novo programa **Bolsas Filmaporto**, atribuindo de forma concursada 5 bolsas de produção de cinema na cidade com o valor de 20.000 euros cada.

O *website* da **Filmaporto**, lançado em junho, traduz-se na sua principal ferramenta de comunicação e articulação de agentes e oportunidades de filmagem no Porto.



Coproduções de Cinema

Cumprindo a missão do Departamento de Cinema e Imagem em Movimento de disseminação da cultura na cidade do Porto, o projeto de **Coproduções de Cinema**, desde 2019, continua a apoiar e cofinanciar um conjunto de atividades que potenciam a oferta cinematográfica na cidade, tendo, em 2021, coproduzido os seguintes festivais de cinema e outras ações:

- Family Film Project;
- BEAST – Festival Internacional de Cinema;
- Shortcutz Porto;
- Queer Porto – International Queer Film Festival;
- Porto/Post/Doc: Film & Media Festival;
- Fantasporto – Festival Internacional de Cinema do Porto;
- Projeto **Cartão Tripass** no Cinema Trindade e no Cinema Passos Manuel;
- Projeto **Fernando Corrêa De Oliveira (1921-2004) ... um compositor do Parnaso**;
- Projeto de interpretação, gravação e divulgação das partituras originais dos filmes mudos portugueses **“Os Fidalgos da Casa Mourisca”** e **“Amor de Perdição”** de Armando Leça;
- Laboratório de Cinema Experimental da Torre.

Missão e principais eixos estratégicos

Batalha Centro de Cinema

A cidade do Porto reivindica, há várias décadas, o acesso público e regular ao Cinema dos diferentes períodos e estéticas que constituem a História do Cinema. Ao mesmo tempo, a par desta manifesta necessidade de existência de um projeto agregador dedicado à memória do Cinema (também do Cinema da cidade), existe a necessidade premente de um projeto que se apresente como divulgador das novas tendências do Cinema, e que pense a cultura do nosso tempo a partir da *Imagem Em Movimento* e da disciplina do Cinema.

O projeto do **Batalha Centro de Cinema** vem suprir esta evidente lacuna na cultura da cidade do Porto, assumindo-se como uma peça fundamental nas dinâmicas de fruição cultural e de bem-estar sociocultural. Neste contexto, o projeto do **Batalha Centro de Cinema** tem como prioridade cumprir um papel que complementa e potencia a atual dinâmica cultural da cidade do Porto:

- Identificando as principais lacunas que se fazem sentir no domínio do conhecimento sobre Cinema e *Imagem Em Movimento*, nos seus diferentes períodos históricos e estéticos, incluindo as correntes contemporâneas;
- Considerando o tecido sociocultural da cidade em toda a sua diversidade, nomeadamente ao nível das práticas de consumo e de programação cultural;
- Atendendo às vicissitudes logísticas e tecnológicas contemporâneas na área da exibição Cinematográfica.

A partir deste quadro operativo, definiram-se como principais eixos estratégicos que orientam a missão programática deste projeto:

- O conhecimento sobre a História do Cinema através de sessões regulares de Cinema de arquivo, em formatos analógicos e digitais;
- A disseminação de discursos contemporâneos na área do Cinema sem canais de difusão no circuito comercial e nos festivais de Cinema existentes;
- O apoio a agentes programadores e distribuidores na apresentação de novas Cinematografias, e novos debates, na área do Cinema e da *Imagem Em Movimento*;
- O apoio à investigação nos domínios da História do Cinema e do pensamento crítico sobre a *Imagem Em Movimento*;
- As ações de cruzamento disciplinar entre *Imagem Em Movimento* e outras artes, nomeadamente as visuais, através de projetos expositivos.

O projeto do novo Batalha Centro de Cinema constitui-se como um centro cultural para o Cinema e *Imagem Em Movimento*, aberto à História, a expressões contemporâneas e a intersecções disciplinares.

Para desenvolver este projeto e levar a cabo a missão programática suprarreferida, o equipamento está a ser reabilitado e as suas funcionalidades repensadas. O equipamento passará a incluir:

- Duas salas de exibição que consigam dar resposta às necessidades técnicas, estéticas e programáticas das Cinematografias a exibir – uma sala de 341 lugares e outra com 126 lugares;

- Equipamento de projeção e som atualizado do ponto de vista tecnológico e simultaneamente preparado para a exibição em todos os formatos, digitais e analógicos/em película;
- Sala de estudo e de investigação, com uma biblioteca especializada em Cinema e uma mediateca, com dois postos de visionamento, aberta ao público;
- Espaço expositivo com duas salas, onde se provocarão relações de encontro entre o Cinema e as artes visuais;
- Área de cafetaria/bar que facilite e fomente dinâmicas de lazer e fruição cultural complementares às de exibição em sala;
- Espaço de venda ao público de livros, DVD e outros objetos de índole cultural, no âmbito da arte, Cinema, Cinema expandido, ciências sociais e literatura.

Pretende-se com este projeto e todas as iniciativas programáticas que lhe estarão associadas:

- Formar novos públicos para a Cultura através do Cinema;
- Dar a conhecer a cultura nacional e internacional através da História do Cinema e da *Imagem Em Movimento*;
- Estimular o pensamento sobre as sociedades de hoje através do Cinema;
- Valorizar o património material e imaterial da cidade do Porto;
- Criar novas dinâmicas de fruição cultural e de lazer no centro da cidade através do Cinema, nomeadamente a partir de uma ligação intensa a públicos escolares e a conteúdos curriculares educativos.

Filmporto — film commission

Film Commission é como se designa uma organização não lucrativa que promove e divulga as competências do seu país, região ou cidade, visando captar e apoiar a vários níveis as produções audiovisuais. A sua missão consiste em atrair produções audiovisuais, potencializando possibilidades de locais de filmagem e facilitando a utilização dos mesmos. O conceito surgiu nos EUA na década de 50 tendo sido replicado progressivamente por todo o mundo. Funciona ainda como uma eficaz ferramenta de marketing para o território que representa, fomenta a colaboração gratuita com empresas e profissionais do setor, incrementa o número de produções na sua região, contribuindo para o desenvolvimento e consolidação da indústria cinematográfica. Desta forma, induz benefícios económicos, laborais, culturais e promocionais para um território concreto.

Coproduções de Cinema

Sendo o Cinema uma área de extrema importância para a cultura no Porto, a Ágora tem vindo a apoiar e cofinanciar um conjunto de atividades do setor que potenciam a oferta Cinematográfica na cidade. A partir de uma política de coprodução e parceria com diversas iniciativas de exibição Cinematográfica – com diferentes formatos, dimensões e temáticas – é promovido e divulgado o Cinema no Porto, estimulando uma mediação entre vários agentes, não só a nível local como também nacional e internacional. Para além desse enfoque na promoção e divulgação, estes apoios incentivam e viabilizam simultaneamente uma sinergia entre estruturas de programação e exibição cinematográfica, festivais de cinema e diferentes públicos da cidade.

Como principais objetivos estratégicos destacam-se:

- Fomentar a oferta e diversidade estética cinematográfica na cidade a partir do apoio a diversos festivais de Cinema e a estruturas de exibição regular e contínua;
- Contribuir para a ativação e formação de públicos e práticas de fruição cultural na área do Cinema;
- Promover oportunidades de aprendizagem que partem do Cinema como plataforma de discussão dos temas mais relevantes da atualidade, permitindo o encontro com novas formas de ver e pensar o mundo;
- Dinamizar uma política de acesso privilegiado ao circuito de Cinema no centro do Porto, com descontos e outros benefícios em várias salas com programação regular, que proporciona a fruição do Cinema a preços acessíveis para todos;
- Promover a cultura cinematográfica, exibindo novas formas, discursos e práticas do Cinema contemporâneo, assim como estimular a apresentação de obras Cinematográficas que não se encontram disponíveis nos canais regulares de distribuição.

Resumo da atividade a desenvolver em 2022

Batalha Centro de Cinema

A atividade prevista para 2022, no âmbito do funcionamento do *Batalha Centro de Cinema*, relaciona-se com todas as ações implicadas na abertura do equipamento.

A obra do Batalha tem término atualmente previsto para o Verão de 2022, sendo que no primeiro semestre do ano terá lugar a instalação de equipamentos, preparação dos espaços públicos com todos os equipamentos e mobiliários necessários, instalação dos espaços de trabalho, formação de todas as equipas técnicas e de apoio a públicos no local e junto dos respetivos equipamentos.

O ano de 2022 será, portanto, um ano de conclusão do trabalho de preparação e instalação a vários níveis, e de abertura do edifício ao público, atendendo a:

- Conceção e produção programática para 2022 e primeiro semestre de 2023;
- Criação e desenvolvimento comunicacional;
- Finalização da preparação e instalação técnica;
- Preparação e formação de equipas.

Conceção e produção programática

A equipa artística continuará todo o trabalho implicado no desenvolvimento programático do projeto e prosseguirá com o planeamento da programação e conteúdos públicos para o segundo semestre de programação de 2022, bem como o planeamento da programação do primeiro semestre de 2023.

O programa de exibição de Cinema do Batalha será constituído por retrospectivas monográficas e ciclos temáticos, bem como por focos programáticos em torno de práticas e autores contemporâneos. A programação integrará ainda debates e conversas, projetos editoriais, performances, parcerias com festivais de Cinema da cidade, e um projeto dedicado à formação de comunidades de apreciação fílmica e à inclusão de públicos. A atividade do Batalha Centro de Cinema será direcionada para um público cinéfilo que historicamente existe no Porto, bem como para públicos menos familiarizados com práticas artísticas.

O Batalha irá ainda desenvolver temas programáticos que irão estender-se por todo o ano de programação, através de sessões semanais. Serão também apresentadas duas exposições individuais por semestre no espaço da galeria.

Um ênfase especial do programa do Batalha Centro de Cinema é dado à sua ligação com a comunidade. Em alternativa a trabalhar um projeto educativo per se, o centro de Cinema introduzirá uma dimensão programática mais

abrangente com um trabalho em prol da inclusão social e cultural através do acesso ao Cinema, passando pela educação, mas também pela criação de comunidades de cinefilia junto a diferentes grupos de diversas identidades, demografias e culturas.

O Batalha acolherá uma Biblioteca e uma Mediateca para consulta e visualização gratuitas do público, composto por um acervo especializado, e de referência, incluindo livros, revistas e filmes, de autores e proveniências patrimoniais diversas, para apoio à investigação no domínio da História do Cinema e do pensamento crítico sobre a Imagem Em Movimento. A constituição deste acervo exige um trabalho especializado no meio cinematográfico, nas suas diferentes vertentes artísticas, das instituições, agentes e dinâmicas, e adaptado à estratégia programática do Batalha.

Para o espaço da Galeria será concebido um programa de exposições de intersecção entre o Cinema e a arte contemporânea, promovendo uma reflexão sobre as tendências artísticas e discursivas da prática artística de hoje, nacional e internacional.

Em 2022 o projeto incluirá ainda a edição de publicações que integrarão conteúdos escritos e visuais relacionados com a programação apresentada.

Para a prossecução destes objetivos será garantida a produção de todas as atividades culturais em causa, implicando, nomeadamente, a realização da investigação necessária à criação de novos programas, o convite a curadores nacionais e internacionais de instituições culturais da área do Cinema e da arte contemporânea com ligações à Imagem Em Movimento para apresentar e refletir sobre os filmes do programa, a auscultação de iniciativas de programação existentes na cidade, e edição de conteúdos para inclusão nos múltiplos suportes de comunicação.

Este processo de trabalho implicará ainda a concretização de várias parcerias com instituições de Cinema análogas a nível internacional (incluindo Cinematecas e institutos de Cinema internacionais), a contratação de filmes nacionais e internacionais a distribuidoras, parcerias no âmbito educativo com escolas e outras entidades relacionadas, e colaborações com outras instituições cuja missão se relacione, a nível local, nacional e internacional, nomeadamente as governamentais (Ministério da Cultura, Instituto do Cinema e Audiovisual, Cinemateca Portuguesa).

Conclusão da criação e desenvolvimento comunicacional

Em 2021, foi lançado o concurso para a criação da identidade visual e gráfica do Batalha Centro de Cinema e apurados os designers vencedores – Macedo Cannatà –, que ficaram responsáveis pelo projeto de identidade visual e conceção de materiais de comunicação.

Durante 2022 será concluída a criação e concretizados o plano de comunicação do Batalha Centro de Cinema e a produção de todos os materiais (digitais e impressos) para a apresentação da programação no segundo trimestre de 2022.

Sendo a comunicação uma das áreas fundamentais para a implementação da sua missão programática traduzindo a sua vocação de espaço de encontro e disseminação de conhecimento através do Cinema e da *Imagem Em Movimento*, os materiais de comunicação do Batalha Centro de Cinema deverão ser capazes de alcançar diferentes públicos mantendo uma linguagem contemporânea, estimulante e inteligente, que vá ao encontro do público local, mas que, simultaneamente, tenha a capacidade para se comunicar como centro artístico internacional.

Preparação e instalação técnica

Logo após o término da obra, agendado para o segundo trimestre de 2022, dar-se-á início à instalação de todos os equipamentos dos diferentes espaços. As duas salas de Cinema serão dotadas de equipamentos para os processos de exibição digital (DCP e ficheiros multimédia) e analógico (película 35mm e 16mm), de um sistema de legendagem eletrónica, bem como de sistemas de iluminação com teia e sistema sonoro próprios para apresentações em palco. O espaço da Galeria será equipado com sistema de som e iluminação versátil para as diferentes necessidades de projetos expositivos e com sistemas de projeção adequados à exibição de obras fílmicas e artes visuais. A Cafeteria/Bar – que será também uma sala polivalente – será equipada com sistema de projeção, e sistemas de iluminação de palco e de som para apresentações ao vivo. A Mediateca será dotada de duas cabines individuais de visionamento através de



um *software* de acesso ao arquivo de filmes. Para além dos equipamentos referente às necessidades singulares de cada um dos espaços acima mencionados, serão também implementados, nas áreas comuns do edifício, um sistema sonoro de controlo centralizado e uma rede de monitores para exibição de conteúdos informativos.

Após a instalação dos diversos equipamentos seguir-se-á uma fase de testes, deteção de falhas e adaptação, não só para as condições técnicas de cada espaço individualmente, mas também visando a associação dos módulos em conjunto, a implementação e automatização de rotinas e a garantia da convivência harmoniosa dos vários espaços. Este trabalho será conduzido pelas equipas de produção e técnica, supervisionado pela equipa artística.

Preparação e Formação de Equipas

Em 2022 iniciarão funções a equipa técnica (Projeccionista, Técnico/a de Luz e Som e Técnico/a de Manutenção), a equipa de legendagem e a equipa de frente de sala (Técnico/a de Frente de sala e Relações Públicas, Técnicos/as de Bilheteiras e Assistentes de sala). Essas mesmas equipas farão o acompanhamento da finalização da obra e da instalação dos equipamentos, e serão alvo de uma formação no manuseamento de todos os equipamentos do Batalha, com o objetivo de garantir a sua preparação, essencial para a sua abertura ao público.

Filmporto - film commission

Com as *Bolsas Filmporto*, que deverão ser atribuídas no segundo semestre de 2022, continuar-se-á a apoiar projetos de realizadores, artistas e produtores, estimulando assim a criação de cinema produzido integralmente no Porto, promovendo desta forma a empregabilidade e contratação de técnicos e empresas ligadas ao setor audiovisual da cidade, captando também projetos, profissionais e artistas que tragam um valor acrescentado ao panorama audiovisual do Porto e a consolidando assim o Porto como destino potenciador de projetos cinematográficos.

Calcula-se que cerca de 30% do orçamento de uma produção é gasto na(s) área(s) onde decorre, através de despesas com salários (técnicos, artistas, outros trabalhadores e figurantes locais), prestações de serviços diretos/indiretos, aluguer de equipamentos, logística (alojamento, alimentação, transportes e materiais), taxas de utilização e tributações fiscais, entre outras. No ano de 2021, em plena pandemia, o Porto, até ao mês de outubro, recebeu à volta de 100 pedidos para a realização de filmagens, tendo o Município cobrado à volta de 30.000 euros em taxas municipais.

Em 2022, prevendo-se o fim das restrições causadas pela pandemia e um aumento da atividade económica do setor

audiovisual, a *Filmporto* continuará a ter como missão fomentar a produção audiovisual no território e com isso provocar as respetivas externalidades positivas de índole financeira, quer para o sector, quer para a economia da cidade. Graças a sua estratégia de divulgação do território, permitira ainda agregar de forma colateral a promoção de bens e serviços de outros sectores, representativos do que "a cidade tem e faz bem" junta de novos mercados, incluindo o português.

Neste sentido, a *Filmporto* tem como função fomentar a empregabilidade num sector onde a regra é a curta duração (dias ou semanas) para técnicos e artistas (*freelancers*) muitas vezes sem trabalho efetivo. O *website* criado e a inclusão de uma base de dados para profissionais do setor e para entidades produtoras permitirão à *Filmporto* conectar profissionais e empregadores do setor audiovisual.



O Cinema estimula muitos dos seus espetadores a visitar os locais de filmagens. Muitas empresas turísticas estão atentas ao fenómeno, que frequentemente origina a criação de circuitos turísticos especializados. Em 2022, a *Filmporto* continuará a identificar as mais-valias (cénicas, técnicas, logísticas e de financiamento) da sua região, e criar estratégias de divulgação que a posicionem como potencial "palco" para a indústria audiovisual. Para tal, deverá estabelecer pontes de comunicação com as inúmeras entidades envolvidas no sector, colaborando na pré-produção de novos filmes, e na ligação entre agentes e produções de audiovisual.

A *Filmporto* proporá soluções visuais (cenários) adequadas a produções. Devera organizar visitas a locais previamente selecionados, recolher propostas orçamentais e mediar encontros entre produtores externos e nacionais. Servira ainda de elo de ligação entre os vários departamentos que contribuem para a atividade e deverá procurar parcerias estratégicas com outras *film commissions* para coproduções e financiamento.

Na área de comunicação e de secretariado, continuará a existir uma partilha de recursos com o *Batalha Centro de Cinema*.

Por último, a *Filmporto* irá exercer algumas atividades complementares como ações de formação, e eventos públicos conducentes a promoção da cidade.

De forma sumária, destacam-se as atribuições da *Filmporto* para o ano 2022:

→ **Promoção das potencialidades do território**

Nomeadamente através da promoção e melhoramento da sua plataforma digital bilingue, com base de dados atualizada e exaustiva de: técnicos, produtoras, competências, equipamentos, *decors*, *locations* e serviços complementares (*catering*, *casting*, por exemplo). A presença nos maiores festivais e mercados de cinema do mundo, como *Marché du Film - Festival de Cannes*, *Berlinale - Berlin International Film Festival*, *TIFF - Toronto International Film Festival*, *American Film Market*, *Series Mania - Festival Séries Mania* e *Focus London* permitirão também dar a conhecer, junto da indústria audiovisual, as potencialidades do Porto como destino para produções audiovisuais.

→ **Mediar mais-valias disponibilizadas pelo Município**

- Logística e licenças;
- Meios humanos;
- Espaços municipais;
- Apoio financeiro através da *Bolsa Filmporto*, a serem atribuídas no segundo semestre de 2022, apoiando assim a produção audiovisual, tendo um papel relevante na evolução dos discursos audiovisuais locais e contemporâneos.

→ **Avaliar propostas de filmagem na cidade**

Continuará a ser a *Filmporto* a avaliar as propostas de filmagem na cidade do Porto, comerciais e não comerciais, que permitam ao município arrecadar receita através do seu potencial de filmagem e mais-valias cenográficas.

→ **Apoio financeiro e logístico ao audiovisual**

A *Filmporto* terá ainda como função avaliar propostas de apoio logístico a rodagens a acontecer na cidade do Porto, suportando custos operacionais - como ocupação de espaço público, estadias, deslocações e ambientes cénicos - que viabilizem produções específicas.

A este apoio logístico acresce o apoio financeiro a produções de audiovisual de agentes locais, a decorrer na própria cidade, e que necessitem de complementos orçamentais para que os projetos se possam viabilizar no contexto da cidade do Porto.

Os apoios a atribuir serão avaliados por comissões externas, especializadas em cinema.

→ **Captação ativa de fundos internacionais**

A *Filmporto* passará a ser mobilizadora da organização de dossiers e candidaturas (também agregando parceiros) a fundos comunitários, canalizáveis para a dinamização da área audiovisual, através da parceria com outras entidades, nomeadamente a Associação de Turismo Porto e Norte.

→ **Captação de produções**

A *Filmporto* através da interação nos mercados e festivais internacionais do sector, com produtoras de cinema, séries, canais de televisão ou investidores privados, fará um trabalho de captação de produções cinematográficas, nacionais e internacionais para realizar na cidade.

→ **Location scouting**

Dar a conhecer as potencialidades do território, como um atrativo destino para as mais diversificadas necessidades de filmagem, e *repérages*, mediante pedido ou fornecimento de informação preliminar relevante sobre os locais e a sua adequação as necessidades da produção.

→ **Recursos Técnicos**

Criação e manutenção de uma base de dados de serviços de aluguer de todo o tipo de equipamento técnico necessário as produções: câmaras de cinema e digitais, iluminação, maquinaria, geradores, transporte especializado para equipas e material.



→ Recursos Humanos

Manutenção de uma base de dados de profissionais técnicos de produção e pós-produção: argumentistas, realizadores, produtores executivos, diretores de fotografia, *art directors*, *set decorators*, maquilhagem e cabeleiros, eletricitas, maquinistas, assistentes de imagem, assistentes de produção, som, compositores musicais, *foley artists*, orquestras, montadores, 3DCGI, etc. Neste aspeto, o apoio e a realização de ações de formação para profissionais do audiovisual, visando aumentar as competências dos profissionais que operam na cidade aumenta as possibilidades de empregabilidade no setor e este alargar de competências é fundamental para a captação de projetos relevantes no contexto audiovisual. Neste momento, filmar no Porto, significa ter de contratar profissionais que não vivem na cidade, o que significa em média um aumento de 10% dos gastos das produções audiovisuais relativamente ao nosso competidor direto, Lisboa.

→ Casting

Agilizar, com as principais agências de *casting* e figuração nacionais, uma procura especializada e direcionada, capaz de preencher todas as necessidades da produção. Disponibilizar, através de parceiros, listas de atores e base de dados de *casting* local.

→ Comunicação e Promoção

Produção de conteúdos audiovisuais de promoção do território e da capacidade instalada, a disponibilizar *online*.

Coproduções de Cinema

Coproduções e parcerias para 2022 com os seguintes festivais e ciclos de Cinema:

Arquitecturas Film Festival

O *Arquitecturas* nasceu em 2013 e é um projeto independente que se dedica à investigação e criação de eventos alicerçados às relações interpessoais, na arquitetura e nas artes audiovisuais. O festival apresenta filmes documentais, experimentais e de ficção, provenientes de todo o mundo, inspirados pela arquitetura, procurando valorizar e impulsionar a circulação de trabalhos baseados na *Imagem Em Movimento*, de criadores que atuam na interseção de disciplinas e linguagens artísticas.

Porto/Post/Doc: Film & Media Festival

Nascido em 2014, o Porto Post Doc é o ponto de encontro no Porto para criadores, público e profissionais do Cinema, o evento tem como objetivo promover a cultura Cinematográfica, exibindo as novas formas do Cinema contemporâneo com enfoque no real. O programa, orientado por uma filosofia eclética, apresenta uma Competição Internacional, a Competição Cinema Novo dedicada a filmes de escola, e vários programas paralelos (tais como Transmission, para documentários sobre música e festas noturnas; o Fórum do Real, com debates com especialistas e académicos; ou ainda a secção Cinema Falado destinada à exibição de filmes falados em língua portuguesa).

Semana do Cinema Português

Em dezembro de 2022, decorrerão 55 anos desde a apresentação no Porto, no Cinema Batalha, da Semana dos Encontros do Novo Cinema Português organizada pelo Cineclubes do Porto com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian e da Câmara Municipal do Porto. Os encontros revelaram-se fulcrais na definição do que viriam a ser as políticas de financiamento da produção Cinematográfica em Portugal, bem como na definição dos apoios de produção de Cinema da Fundação Calouste Gulbenkian. Tendo por base a comemoração deste momento decisivo e único na história do Cinema em Portugal e também da história do Batalha, da Gulbenkian e do Cineclubes do Porto realizar-se-á um novo Encontro do Cinema Português no ano em que o Batalha reabre ao público, promovendo a reunião dos vários agentes do Cinema, da indústria, da academia e da sociedade para um debate sobre as problemáticas contemporâneas de produção e pensamento do Cinema português.



Outras coproduções:

Projeto Tripass

O *Cartão Tripass*, lançado em 2017, dá acesso privilegiado ao circuito de Cinema no centro do Porto com descontos e outros benefícios nas salas dos Cinemas Trindade, Teatro Municipal do Porto – Rivoli / Campo Alegre e Passos Manuel, e integrando em 2022, o **Batalha Centro de Cinema**. Em todas as sessões de Cinema ao longo de um ano, o *Tripass* oferece um desconto de 25% sobre o valor do bilhete normal (excepto nas sessões de preço único). Em 2022 serão mantidas as coproduções *Tripass* com o Cinema Trindade e o Cinema Passos Manuel, com o objetivo de continuar a fomentar a dinamização e exibição cinematográfica no centro da cidade do Porto, onde se inserem estes dois espaços.

Clube Português de Cinematografia – Cineclube do Porto

O Cineclube do Porto foi fundado em 1945, sendo o mais antigo cineclube do país em funcionamento, que apresenta um programa regular de filmes e organiza regularmente sessões especiais, filmes concerto, oficinas, exposições e publicações. Trata-se de uma entidade historicamente ligada ao edifício do Batalha, e que realizou em 1948 a sua primeira sessão no espaço programando-o ao longo de várias décadas. Retomando as célebres matinés clássicas aos domingos de manhã o Cineclube trará, semanalmente, sessões diversificadas no âmbito da História do Cinema em diálogo e complementaridade com a programação do **Batalha Centro de Cinema**.

Curtas Metragens CRL

A **Loja das Curtas** abriu em 2016 na Solar - Galeria de Arte Cinemática em Vila do Conde e tornou-se uma referência no que diz respeito à promoção de encontros e de venda de artigos únicos relacionados com o Cinema, a Animação, a Ilustração, a Música, e outras formas de expressão, designadamente de DVDs, livros e outros objetos com um forte cunho autoral e que sugerem novas abordagens ou tendências. No Batalha, esta entidade será responsável pela dinamização do espaço da loja e a curadoria dos objetos para venda, em articulação com a equipa do **Batalha Centro de Cinema**, convocando o encontro e a partilha com o público, através da promoção de sessões de apresentação, debates e conversas com autores, artistas e outras personalidades relevantes, visando criar conexões entre o programa definido pela equipa artística do Batalha e os interesses do público.

Laboratório de Cinema Experimental da Torre

Este laboratório será um espaço aberto ao público com enfoque na prática, experimentação, produção e formação no âmbito dos formatos analógicos de Cinema, nomeadamente a película em formato Super-8, 16mm e 35mm, que funcionará através de um modelo diversificado para se ajustar às necessidades dos vários públicos-alvo, disponibilizando conhecimentos técnicos e ferramentas para a viabilização do trabalho através de regime *atelier* para associados, regime de laboratório aberto para uso público em horário a estipular, a criação de programas de formação, intercâmbios, prestação de serviços ou estúdios; e ainda a criação de um programa de residências artísticas. O laboratório de Cinema experimental expandirá as suas atividades através de vínculos de programação no **Batalha Centro de Cinema** e de atividades de formação comuns acolhidas pelo Departamento de Cinema e *Imagem Em Movimento*. Poderá ainda facultar serviços, como acolhimento e tratamento de cópias de exibição, serviço de projecionista e curadoria em regime remunerado.

Ao longo de 2022 serão promovidas outras coproduções relacionadas com projetos de Cinema ainda a definir.

3.2 Desporto

3.2.1 Introdução

O desporto faz parte da identidade e da história da nossa cidade. Promover o desporto e a atividade física são fatores determinantes na construção de uma cidade que se quer cada vez mais coesa, inclusiva, moderna e sustentável. A exemplo de outras áreas, esse é também um designio deste mandato e uma das metas a perseguir pela Ágora.

O desporto não melhora apenas o bem-estar físico e psicológico das pessoas, ajudando também a ultrapassar questões sociais relevantes tais como a exclusão social, as desigualdades, o racismo, a xenofobia, desempenhando, ainda, um importante papel na formação e educação dos jovens e na qualidade de vida dos mais idosos.

Nos últimos anos, o desporto e a atividade física registaram um grande desenvolvimento na cidade do Porto, com a criação de novas infraestruturas desportivas e a renovação das existentes, a realização de novos programas desportivos informais, muitos deles de cariz inovador e inclusivo e a aposta em eventos desportivos de dimensão nacional e internacional, com relevante impacto económico.

Neste novo ciclo, queremos continuar a apostar no desporto e na consciencialização dos portuenses para a prática regular do exercício físico, promovendo estilos de vida saudáveis e reduzindo comportamentos sedentários, independentemente de idade, género ou condição.

Sendo o desporto um dos setores da sociedade mais afetados com a situação pandémica, a cidade do Porto e os seus clubes e associações não foram exceção e tiveram a sua atividade limitada ou suspensa. Para fazer face a esta situação excecional, torna-se necessário reforçar o orçamento e adaptar algumas atividades a este novo momento, para que a nossa intervenção seja efetiva na retoma plena da atividade desportiva.



Objetivos gerais

O desporto e a prática da atividade física constituem uma importante componente da vida quotidiana dos munícipes, com reflexos importantes e diretos na sua qualidade de vida, no seu desenvolvimento social e no seu bem-estar físico e psicológico. O Pelouro do Desporto, em articulação com a Ágora, procura dar resposta a esse desígnio, promovendo e fomentando a atividade desportiva regular, quer a nível *indoor*, com especial incidência

nas infraestruturas desportivas municipais, quer a nível *outdoor*, através do desenvolvimento de programas regulares ao ar livre e o apoio à organização dos mais variados eventos desportivos no espaço público na cidade.

Num caso e noutro, sempre com propostas dirigidas a todas as faixas etárias e adaptadas a cada momento e a cada espaço.



Objetivos estratégicos

- Promover a generalização da prática de atividade física e desportiva;
- Aumentar o número de infraestruturas desportivas da cidade, dando continuidade ao caminho iniciado em 2013 que pretende diminuir o défice de instalações desportivas na cidade, com incidência em instalações desportivas denominadas como “grandes campos de jogos”;
- Continuar a aposta na requalificação das infraestruturas desportivas da cidade através de investimentos criteriosos, garantindo, assim, elevados índices de satisfação dos utentes;
- Apoiar os clubes, as coletividades e as associações, encontrando soluções conjuntas para a requalificação das suas infraestruturas desportivas (próprias ou sob a sua gestão);
- Apoiar os clubes, as coletividades e as associações de modo a garantir o aumento da prática desportiva de crianças, jovens, seniores e veteranos;
- Garantir uma gestão eficiente, integrada e global do parque desportivo da cidade, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades e redundâncias;
- Valorizar o desporto no seu todo, desde o desporto de alta competição à atividade física informal, envolvendo os vários agentes desportivos da cidade, o meio associativo e as Juntas de Freguesia;
- Rentabilizar e dinamizar espaços e locais *outdoor* com a realização de atividades de recreação e lazer.

3.2.2 Programas de atividade física e desportiva

A pandemia por Covid-19 demonstrou que a aposta do Município do Porto no desenvolvimento de programas e atividades físicas desportivas em espaços exteriores se revelou acertada e oportuna. Aproveitando as fantásticas condições que a cidade oferece para a prática desportiva ao ar livre, desenvolvemos vários programas regulares que tornaram a atividade física acessível a todos, mesmo em contexto pandémico.

Plano de atividades

Reforçar ainda mais a prática desportiva informal, aproveitando não só os parques, os jardins e as praias da cidade mas também os equipamentos desportivos municipais para atividades gratuitas, integradoras e diferenciadoras, foi claramente um objetivo identificado e concretizado nos últimos anos e que pretendemos potenciar neste novo ciclo.

Consideramos que o desporto informal deve preencher um espaço vital da cidade, constituindo-se, cada vez mais, como uma alternativa aos equipamentos desportivos tradicionais, vulgo, *indoors*.

Nesse sentido, pretendemos identificar e sinalizar novos percursos de corrida e caminhada, tanto na zona ribeirinha, como noutros parques da cidade, nomeadamente o Parque da Cidade e o Parque Urbano da Pasteleira, a exemplo do percurso já existente no Parque Oriental, cuja procura tem superado as melhores expectativas.

O alargamento e a descentralização dos vários programas que promovem a atividade física regular, e que agregam um vasto e diversificado leque de modalidades, continuam a fazer igualmente parte da estratégia desta empresa municipal para os próximos anos.

Também aqui, entendemos que é possível explorar novas geografias, mostrando as potencialidades de espaços mais periféricos na cidade, dando-lhes uma nova vida e novas possibilidades de vivência através do desporto e da atividade física.

Iniciativas como os programas municipais *“Dias com Energia”*, *“Domingos em Forma”* e *“Desporto no Bairro”* constituem exemplos de sucesso desta estratégia.

A Ágora, como dinamizadora do desporto na cidade, tem como principal objetivo democratizar a prática desportiva no maior número de locais na cidade. Nesse sentido, a criação de novos programas desportivos que sigam as novas tendências da população são as linhas mestras da Unidade Orgânica do Desporto para este próximo quinquénio.

Com início em 2020 e com aposta redobrada nos próximos anos, é objetivo da Ágora dar continuidade aos seguintes programas desportivos:



Desporto no Bairro

Um programa para promover e incentivar o desporto nos bairros da cidade, nomeadamente através do *Breaking*, modalidade que em 2024 se estreará no programa Olímpico. O objetivo é atrair e criar novas “paixões” nos jovens através do desporto e da cultura urbana, contribuindo assim para um novo rumo pessoal e/ou profissional. A primeira fase do projeto teve uma duração de quatro meses, entre setembro e dezembro de 2020. As ações decorreram nos próprios bairros, mas também em vários locais da cidade, fora da realidade do dia a dia dos jovens, de forma a oferecer um contacto com outros ambientes e realidades - como o acesso a eventos locais e *workshops*. Depois do sucesso no ano de estreia, o programa teve continuidade em 2021, desta vez alargando o seu âmbito a 14 bairros da cidade e introduzindo duas novas modalidades: o surf e o skate:

Surf

O surf teve uma ativação inicial nos bairros, com vários exercícios de iniciação à modalidade, aulas teóricas, *bozu surf*, *surf skate* e *tarp surfing*. Posteriormente, e na óptica de promover o contacto das crianças e jovens com o ambiente externo aos bairros, realizaram-se aulas teóricas, aulas práticas e jogos de praia na Praia Internacional do Porto.

Skate

O plano de conteúdos das aulas de Skate considerou a evolução gradual dos alunos: equilíbrio, mudanças de direção e utilização de rampas e obstáculos. Para além das aulas desenvolvidas nos bairros, o programa incluiu aulas no Skatepark de Ramalde.



Aulas gratuitas de Skate

Dada a grande procura e evolução desta modalidade olímpica na cidade, especialmente junto do público mais jovem, continuarão a ser promovidas as aulas gratuitas no Skate Park do Parque Desportivo de Ramalde//INATEL. A intenção é agora complementar a oferta, juntando às aulas de iniciação também um nível mais avançado, para todos os que pretenderem aperfeiçoar a sua técnica. Está em curso a ampliação do atual recinto, com a construção de uma área de “pool”, uma espécie de piscina vazia que permitirá aumentar as valências do espaço.

Porto Saudável

Um programa de caminhadas orientadas por técnicos de educação física que pretende combater o sedentarismo, promovendo a saúde física e mental dos participantes. Com uma extensão de cerca de 5 km, as caminhadas percorrem vários monumentos históricos e pontos de interesse da cidade, aliando desta forma o desporto à cultura. A 2ª edição do programa decorreu entre maio e outubro de 2021, desenvolvendo-se em percursos distribuídos por toda a cidade, com partidas nos seguintes locais: Praça Gomes Teixeira, Jardim de Arca D'Água, Praça da Ribeira, Castelo do Queijo, Praça da Batalha, Praça da República, Jardins do Palácio de Cristal, Parque da Cidade, Jardim do Calem, Praça Velasquez, Avenida dos Aliados, Alameda do Dragão, Campo 24 de Agosto, e Jardim do Passeio Alegre. Esta iniciativa realizou-se todos os domingos de manhã, entre os meses de agosto e dezembro, sendo gratuito para todos os participantes. Em 2022 pretende-se dar continuidade a este projeto de atividade física gratuita, transversal a toda a população.

Simultaneamente, é também objetivo desta empresa municipal lançar as bases para uma rede de lazer ao longo da costa marítima do Porto, com um programa de atividades desportivas e modalidades menos convencionais, como o ioga, a meditação, os jogos desportivos infantis, entre outros.

Estas atividades, conciliadas com o conceito do programa “*Dias com Energia*”, pretendem ser a âncora do Verão na cidade, indo ao encontro dos interesses das famílias que, cada vez mais por opção, escolhem ficar na cidade em período de férias.

Também com o objetivo de promover a atividade física ao ar livre, apostaremos, uma vez mais, na implantação de um *Estádio de Praia*, junto ao Edifício Transparente, entre os meses de junho e setembro, com um elevado número de atividades, não só de competição, mas também de demonstração e lazer.



Uma vez atingida a consolidação dos programas que abrangem as mais variadas faixas etárias, nomeadamente, através dos programas “*Missão Férias@Porto*” e “*No Porto a Vida é Longa*”, estamos agora em condições para alargar não só a duração mas também a dimensão destes programas. Através do estabelecimento de protocolos e parcerias, tal como aconteceu com a ADADA em 2021, pretendemos diversificar as atividades oferecidas e construir uma rede de oferta de proximidade.



Ao nível do associativismo, foi realizado um considerável reforço do apoio aos clubes, associações, coletividades e atletas, procurando dar resposta às necessidades mais prementes dos vários agentes desportivos da cidade. Para 2022 e anos subsequentes, pretendemos alargar esta oferta a outras modalidades olímpicas, trilhando o percurso ascendente de apoiar cada vez mais atletas. Serão igualmente reativadas novas parcerias e alargadas as existentes, no sentido de fomentar o número de praticantes.

O reforço substancial dos apoios nas inscrições dos atletas das diversas modalidades alcançado em 2019 e a garantia de efetuarem exames médico-desportivos em instituições de referência, são também medidas a manter no período de 2022-2026.

2
5
6

3.2.3 Provas desportivas

Gostamos de valorizar o desporto no seu todo, apoiando a realização dos mais variados eventos desportivos na cidade, em parceria com os mais diversos clubes, associações, juntas de freguesia e autarquias da Frente Atlântica do Porto.

Plano de atividades

O Porto continua a ser um palco privilegiado para a realização das mais diversas provas desportivas, tendo nas corridas de atletismo o seu número mais expressivo de participantes. Ao longo do ano, são várias as provas realizadas no espaço público da cidade, sempre com números crescentes de inscritos, destacando-se a **Meia Maratona do Porto**, a **Maratona do Porto** e a **São Silvestre do Porto**.

Numa cidade cada vez mais eclética, são ainda de destacar eventos como:

- O **Meeting Internacional de Natação do Porto** e o **Meeting de Atletismo do Porto**, atualmente, já considerado o maior torneio juvenil do país, envolvendo mais de 400 jovens atletas;
- O **Porto & Matosinhos Wave Series**, um programa que além de acolher algumas das mais importantes competições nacionais nas modalidades de surf, *longboard*, *bodyboard*, *skimboard* e *stand up paddle* (SUP), junta ainda uma vertente didática e solidária, com batismos de surf para crianças carenciadas e ações de surf adaptado para crianças e jovens com mobilidade reduzida;
- As competições realizadas no **Estádio de Praia**, que todos os anos instalamos na Praia Internacional do Porto, por altura dos meses de Verão. O Andebol de Praia e o Voleibol de Praia, pela forte adesão de atletas e público, são já uma referência nacional. Em 2021 estreamos uma nova modalidade na cidade, que tem registado um crescente número de praticantes a nível nacional: o Futevôlei;
- O **Porto City Race**, um evento internacional de orientação pedestre;
- O **Open Carlsberg**, o maior torneio de *padel* do país, integrado no calendário oficial da Federação Portuguesa de Padel;
- O **Torneio Internacional de Ténis em Cadeira de Rodas**; ou ainda, o **Porto Open**, um dos maiores torneios de ténis da região norte, que no ano de 2021 foi elevado à categoria de *ATP Challenger 50*. O torneio realizado no Complexo Desportivo do Monte Aventino integra há 22 anos consecutivos o calendário do circuito internacional;
- O **Red Bull BC One**, uma das principais competições internacionais de *Breaking*. A final nacional de 2021 teve como palco o piso 7 do Silo-Auto. Os vencedores desta competição têm acesso a uma final mundial, realizada este ano na cidade polaca de Gdansk.



3.2.4 Eventos desportivos internacionais

Os grandes eventos desportivos também fazem parte do nosso plano de atividades, sendo, aliás, uma grande mais-valia para a economia local, mas também para a projeção internacional da cidade.

Constituem exemplos desta estratégia eventos como o *Campeonato do Mundo de Motonáutica – F1 H20* (2015), o *Campeonato do Mundo de Ralis – Porto Street Stage* (2016, 2018 e 2021), a organização da *Liga das Nações da UEFA* (2019) e da *Final da Liga dos Campeões* (2021) ou a *Liga Pro Skate* (2021).

É nosso firme objetivo dar continuidade a esta estratégia nos próximos anos, atraindo para a cidade mais um conjunto de grandes eventos desportivos com significativo impacto na economia local e, simultaneamente, capaz de ajudar a promover a nível nacional e internacional a marca e o destino Porto.

Para os próximos anos, pretendemos continua a projetar o Porto através da realização de grandes competições internacionais, como reconhecimento da sua importância para a atividade física e o desporto, procurando apostar em eventos que integrem os princípios de desenvolvimento sustentável em termos ambientais, sociais e económicos.

Nesta estratégia, estão englobados, por exemplo, os seguintes eventos:

- Festival de desportos urbanos;
- Prova internacional de vela;
- Torneio internacional de futebol de formação sub-14;
- Etapa internacional de voleibol de praia;
- Torneio internacional de rugby de formação;
- Torneio internacional de skate.

3.2.5 Infraestruturas desportivas

Queremos proporcionar, cada vez mais, um serviço de qualidade aos nossos utentes. E é por isso que investimos continuamente na requalificação e melhoria dos nossos equipamentos desportivos.



el
h
6

Objetivos gerais

O Porto dispõe de diversas instalações desportivas municipais que têm vindo a ser requalificadas e modernizadas nos últimos anos, com vista a potenciar a sua utilização e dar resposta à crescente procura registada.

Entre pavilhões, piscinas e campos da rede municipal de infraestruturas desportivas, foram executadas diversas empreitadas com vista a repor os níveis de conforto e qualidade que infraestruturas desportivas necessitam de ter.

As diversas intervenções contribuíram sobretudo para a conservação, recuperação, modernização e melhoria das seguintes infraestruturas desportivas:

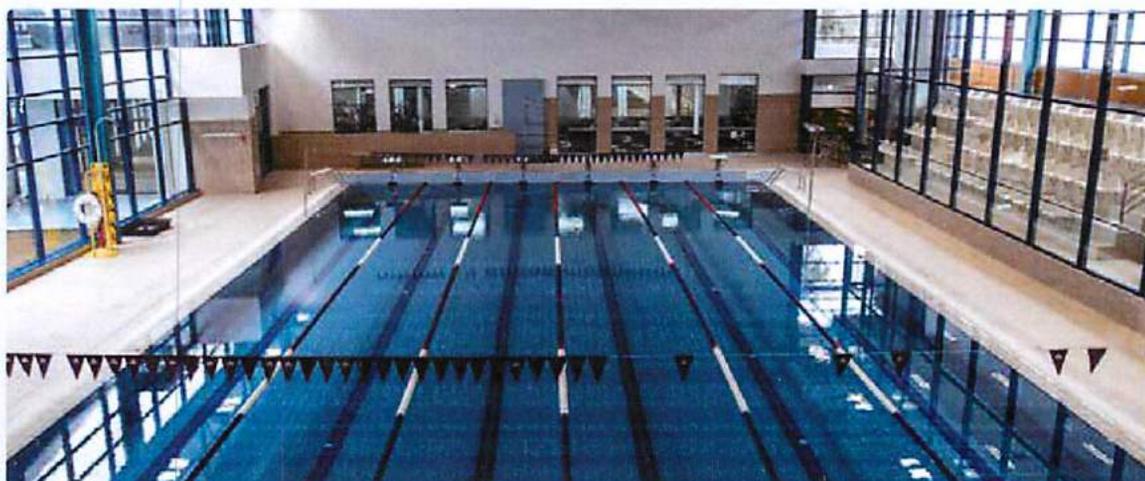
- As piscinas municipais de Cartes e da Constituição;
- Os pavilhões Fontes Pereira de Melo, Lagarteiro, Irene Lisboa, Nicolau Nasoni, Pêro Vaz de Caminha e Viso;
- E, ao nível da rede dos grandes campos, o Polidesportivo dos Choupos, o Campo Sintético do Viso e o Parque Desportivo de Ramalde/INATEL.

De forma a proporcionar cada vez melhores condições para a prática desportiva na cidade, o Município do Porto tem programado para os próximos anos um conjunto alargado de intervenções nos vários equipamentos desportivos geridos pela Ágora.

Assim, e com o intuito de promover as melhores soluções disponíveis no mercado para diminuir o impacto ambiental, iremos alterar o sistema de tratamento da água das piscinas, passando para uma solução mista entre tratamento UV e tratamento convencional por hipoclorito de sódio, entre outras medidas. Esta solução para além de reduzir a utilização de produtos químicos na água, possibilita uma melhoria das condições ambientais da piscina, aumentando assim a sensação de conforto dos utentes.

Nesse contexto, as medidas previstas para os próximos anos são:

1. No que concerne à melhoria do atendimento presencial, serão implementadas novas propostas que passam por implementação de um sistema de atendimento por senhas, marcações e pagamentos *online* ou através de *app* específica;
2. Na Piscina Eng. Armando Pimentel, o Município iniciará este ano uma grande intervenção estrutural com o intuito de dotar esta infraestrutura de condições de excelência. A obra vai centrar-se na requalificação de todos os espaços, incluindo balneários, zonas técnicas e áreas comuns, bem como na criação de uma nova sala multiusos;
3. Na Piscina da Constituição, está prevista a requalificação da área que é atualmente ocupada pela bancada outrora destinada ao público. Naquele espaço, será criada uma sala multiusos e novos balneários de uso comum. O objetivo é aumentar a capacidade desta instalação desportiva, assim como permitir a implementação de novas modalidades desportivas.



Estão ainda previstas as seguintes medidas e investimentos, a saber:

- Campos de futebol nas zonas de Justino Teixeira, Outeiro e Paranhos;
- Pavilhão Multiusos;
- Polo desportivo para a prática de desportos radicais;
- Centro de apoio a desportos náuticos;
- Espaços destinados à prática desportiva informal;
- Continuação da renovação dos equipamentos desportivos;
- Reforço do apoio ao associativismo desportivo;
- Criação de uma bolsa de apoio anual dirigida a jovens atletas de alto rendimento e elevado potencial desportivo;
- Alargamento e reforço dos programas informais de atividade física, nomeadamente destinados à população sénior;
- Impulsionar a inclusão pelo desporto (a partir do programa “Desporto no Bairro”);
- Captação de grandes eventos desportivos de referência nacional e internacional;
- Criação de um *Conselho Consultivo do Desporto*.



Para além das novas apostas anteriormente referidas, pretendemos continuar a:

1. Encontrar diversos **parceiros institucionais para alargar a nossa oferta desportiva**, como foi o caso do Clube Fluvial Portuense (devido ao encerramento temporário da Piscina Eng. Armando Pimentel para obras de reabilitação) e Universidade do Porto (oferta desportiva no renovado Estádio Universitário);
2. Efetuar uma **gestão do parque desportivo da cidade cada vez mais eficiente, integrada e global**, capaz de garantir a sua maximização e rentabilização, evitando duplicidades, redundâncias e sub-utilizações resultantes de uma gestão mais fragmentada;
3. **Participar, direta ou indiretamente**, na oferta das atividades lúdicas, físicas, culturais e desportivas realizadas na cidade, defendendo o seu equilíbrio;
4. **Valorizar a componente competitiva do desporto**, dos seus atletas e dirigentes, potenciando os êxitos desportivos dos seus atletas, enquanto elementos indutores da boa prática desportiva e da divulgação do nome da cidade a nível nacional e internacional;
5. **Monitorizar constantemente a política comercial**, garantindo a respetiva competitividade e aplicação a toda a oferta relacionada com as infraestruturas sob gestão da Ágora, auscultando constantemente o estado do mercado da oferta desportiva em que se integra a oferta desportiva municipal, e gerando soluções aptas a gerar novidade, rentabilidade e sustentabilidade dos projetos a médio e longo prazo;
6. **Organizar, atualizar e disponibilizar a atual oferta desportiva da cidade** e garantindo uma base para análise e deteção de novas oportunidades de modo a adequar a resposta às necessidades da sua população.

Conscientes de que as infraestruturas desportivas ocupam um lugar de destaque ao nível do incentivo à prática de desporto, continuarão a ser dinamizados nas instalações desportivas municipais diversos programas específicos de desenvolvimento, atração e fidelização da população para a prática de determinadas modalidades, tais como natação, rugby, tiro com arco, karaté, judo, entre outras.

5
6

3.3 Entretenimento

3.3.1 Introdução

Depois de dois anos pautados por enorme incerteza face à evolução da pandemia, é tempo de voltar ao espaço público e preparar um novo e desafiante ciclo de programação na cidade, garantindo em pleno o desígnio de serviço público que sempre caracterizou esta empresa, mesmo nos períodos mais difíceis e excecionais.

Tal como aconteceu na cultura e no desporto, também a área de entretenimento adquiriu nestes últimos tempos um conhecimento e um capital de experiência que nos permite ter a convicção de que, mesmo com condicionantes de saúde pública, é possível desenvolver, em segurança, atividades de exterior com acesso gratuito, fundamentais para a fruição dos portuenses e para a manutenção do tecido cultural e recreativo da cidade, tão fortemente afetado por esta crise.

É certo que o regresso à “normalidade” levará ainda o seu tempo. Mas, numa altura em que pandemia começa finalmente a dar tréguas, é fundamental prepararmos este novo ciclo com renovada esperança e otimismo, aproveitando para refletir e repensar estratégias, até porque há métricas, formatos, escalas e objetivos que serão impossíveis de reeditar num curto prazo.

Mais do que procurar recuperar o tempo perdido ou perseguir os níveis de atividade dos últimos anos, urge, por isso, estabelecer novas linhas de atuação, adaptando as nossas propostas aos desafios resultantes da pandemia, antecipando cenários e tendências, desenvolvendo um trabalho profundo de retoma de confiança de públicos.



Apesar das incertezas e das muitas variáveis que ainda se colocam nesta fase, este novo ciclo será encarado como uma aprendizagem coletiva e contínua do espaço público, dos novos hábitos e da própria programação de cidade, ajudando a incentivar a retoma da atividade turística e do comércio na cidade.

Tendo em conta a experiência adquirida, daremos particular importância ao enquadramento da programação em locais que facilmente permitam o controlo de acessos, procurando, ao mesmo tempo, novos espaços que, pela sua configuração, possibilitem a adaptação das atividades às eventuais contingências que possam estar em vigor, garantindo sempre as melhores condições de segurança.

Em paralelo, vamos procurar desenvolver novos formatos e escalas, privilegiando, sempre que possível, a dimensão presencial, mas sem deixar de recorrer aos meios digitais, apostando na flexibilização para garantir que chegamos a todos os públicos e também a novas geografias.

Neste novo ciclo, queremos ainda dar um impulso renovado à necessidade de introduzir práticas sustentáveis, quer internamente, quer nas atividades realizadas no exterior, procurando melhorar a sua pegada ambiental.

Objetivos gerais

- A construção de uma oferta cada vez mais especial e diferenciadora constituirá a matriz da oferta da programação ao nível do entretenimento;
- A cidade, toda a cidade, continuará a revelar-se como palco preferencial para os vários momentos programáticos;
- No seguimento da estratégia iniciada em 2018, continuaremos a descobrir e a revelar novos territórios, atraindo para estes espaços mais periféricos um conjunto de atividades e valências que não só potenciem a sua vivência, como também a sua desejável (re)descoberta pelo público. Também aqui, o objetivo é a eliminação de barreiras geográficas dentro da própria cidade e o encurtar de distâncias culturais;
- O respeito pelo espaço e o cumprimento das novas regras de fruição de espaço público, serão também a grande preocupação para 2022, procurando devolver ao Porto a sua “normalidade”, entretanto interrompida devido à pandemia por Covid-19.



Objetivos estratégicos

Fazer do Porto uma experiência única e irrepetível é um objetivo que se mantém atual e que continua a inspirar a nossa ação.

Sublinhar o espírito empreendedor e cosmopolita da cidade, valorizando o que de melhor e único tem o Porto, são pilares desta estratégia, através de uma oferta que se pretende cada vez mais global, diversificada e qualificada, em coerência com as necessidades e aspirações dos vários públicos. Mas queremos ir ainda mais longe! Queremos revitalizar ainda mais espaços públicos na cidade, derrubar ainda mais fronteiras e barreiras, promover cada vez mais eventos de qualidade e dimensão internacional. No fundo, queremos continuar a fazer do Porto uma cidade com uma dinâmica única, que se transforma em novos e renovados motivos de atração a cada dia e a cada ano que passa.

Pretendemos igualmente desenvolver e impulsionar a intervenção pública e a arte urbana, mostrando uma cidade que continuou e que continuará “viva”, que se revela através de uma programação plural, democrática, descentralizada e de proximidade, ocupando o espaço público de forma cuidada, segura e ordenada.

Para o período de 2022-2026, os objetivos estratégicos são, assim:

- Qualificar a oferta de entretenimento que a cidade tem vindo a assumir neste novo ciclo, com base numa lógica cada vez mais seletiva, integrada, criativa, surpreendente e diversificada;
- Manter a aposta em eventos de qualidade, que funcionem como fatores de diferenciação e atração local, mas também de impacto nacional e internacional, que se possam constituir como efetivos aceleradores da procura pela cidade e promoção internacional da marca Porto;
- Incrementar o seu papel, enquanto interlocutor natural e privilegiado junto das diversas entidades que participam na oferta da cidade, com o objetivo permanente de regulação, articulação e construção de uma oferta global e integrada, em que o todo seja efetivamente mais valioso que a mera soma da contribuição isolada de cada um;
- Agregar e promover a oferta da cidade nos seus momentos altos, valorizando o património histórico na cidade e a sua memória coletiva;
- Qualificar a programação, procurando dar resposta aos anseios da população, comunidades, comerciantes e turistas, encontrando convergências entre as expectativas de uns e o receio que o momento atual nos apresenta.

3.3.2 Matriz da oferta

A oferta ao nível do entretenimento procurará fazer jus a uma cidade que se inspira no que mais genuíno tem para oferecer, apostando na preservação das suas tradições, mas sem descuidar o potencial de criação e inovação das suas gentes e das instituições locais.

A conjugação de iniciativas de grande impacto, assim que as condições sanitárias o permitam, dirigidas a grandes massas, com iniciativas de menor dimensão e de maior proximidade com o público, será uma marca deste novo ciclo de programação, onde procuraremos encontrar um equilíbrio que não descaracterize as ações já reconhecidas pelo público.

Nestes momentos, outras zonas serão consideradas, tendo em vista a necessidade de revitalização social e económica de determinados espaços da cidade, como é o caso da zona oriental, e em que o fator entretenimento surge como um dos instrumentos integrados numa estratégia global de intervenção municipal.

Atendendo ao contexto do momento, a procura de levar a nossa programação a todo o espaço público de forma democratizada e inclusiva é vital. Devolver a esperança e confiança à cidade, alavancada numa programação responsável e segura para todos, num contexto claramente adverso, mas nem por isso menos estimulante.



Plano de atividades

Ao reiterado reconhecimento internacional do Porto, não será certamente alheia a atual oferta de animação da cidade, a qual faz da visita ao Porto uma experiência única, que muitos querem repetir e prescrever. Este é um entusiasmo que não podemos deixar esmorecer no presente, e que, hoje mais do que nunca, devemos fomentar.

Os pontos altos da oferta de eventos na cidade coincidirão com as Festas de São João do Porto, o programa *Verão é no Porto* (onde se incluem o *Warm Up* e a *Feira do Livro do Porto*), nos meses de julho, agosto e setembro, o Natal e a Passagem de Ano, dependendo, naturalmente, das condições de saúde pública que se verificarem em cada momento.

Mas o Porto terá muito mais para oferecer e a recetividade do público aos novos formatos ensaiados no Verão de 2021 confirmou possibilidades de reinvenção que vamos procurar projetar em 2022.

Manter uma oferta constante e variada ao longo de todo ano, combatendo a sazonalidade e reforçando as iniciativas de sucesso, em segurança e procurando restabelecer alguma confiança a todos quantos usufruem da nossa atividade serão também objetivos a cumprir ao longo do quinquénio 2022-2026.

Iniciativas como as *Inaugurações Simultâneas de Miguel Bombarda*, a *Festa da Criança*, o *Porto Beer Fest*, o *Trengo – Festival de Circo do Porto*, o *Cinema Fora do Sítio*, o *Warm Up* ou a *Feira do Livro do Porto*, entre outras, integrarão o calendário de eventos do próximo ano.

A música será também uma forte aposta no programa de atividades da Ágora, com a realização de novas edições do *Primavera Sound*, *Festival Elétrico*, *Porta-Jazz ao Relento*, *Porto Blues Fest* ou o *North Music Festival*, a par de novos ciclos dos *Concertos na Avenida* com a Casa da Música, também neste caso, adaptados às condições de saúde pública do momento e cumprindo com as orientações da Direção-Geral da Saúde.

A *Arte Urbana* mantém e reforça o seu programa em 2022, com propostas variadas, abrangentes e inclusivas.

Para isso, sugere-se uma série de eventos que vão desde convocatórias abertas ao convite direto, passando pela disponibilização de paredes livres e de parcerias com entidades locais. Pretende-se alavancar esta área com um evento de grande dimensão em formato Festival. O objetivo é permitir a participação de toda a comunidade artística, assim como atrair novos talentos, nacionais e internacionais.

3.4 Plataformas

3.4.1 Rede de Parques de Estacionamento Municipais

A Ágora tem atualmente a exploração três parques de estacionamento municipais, já que ao parque do Silo-Auto, sob gestão desta empresa municipal desde julho de 2014, se juntaram também, em junho de 2018, os parques de estacionamento dos Poveiros e do Palácio de Cristal.

Estes parques, que possuem diferentes características relacionadas com a sua dimensão, arquitetura, localização e especificidade de procura, têm uma gestão que se pretende orientada e coerente com todo o universo municipal de parques de estacionamento que, potencie uma oferta comum de produtos e preços de forma integrada.

Para a prossecução desse objetivo, a Câmara Municipal do Porto estabeleceu em maio de 2018 um novo tarifário para o Parque do Silo-Auto de forma a estimular um equilíbrio da oferta e da procura para este tipo de estacionamento, o qual também englobou os regimes de avença de residente e de comerciante nos parques dos Poveiros e do Palácio de Cristal, que passaram a ter soluções de estacionamento a preços mais acessíveis, garantindo-se a homogeneização de preços nos parques sob gestão municipal, no âmbito de estabelecer uma política integrada de mobilidade no que respeita ao estacionamento.

A atual pandemia e as medidas de contenção do vírus SARS-CoV-2, que resultaram no estado de emergência nacional decretado pelo Governo, contribuíram negativamente para os resultados globais destes parques, diminuindo a procura.

Fruto das primeiras fases da pandemia, mais agudas e cujas medidas de controlo obrigaram a elevadas restrições, a par com uma segunda medida de isenção temporária do pagamento do preço das avenças contratadas autorizada por Despacho do Senhor Presidente da Câmara Municipal do Porto, resultaram em valores de faturação bastante abaixo do previsto.

A partir do final do início do segundo trimestre, iniciou-se uma tendência crescente da faturação dos parques que tem vindo a manter-se ao longo dos restantes meses de 2021, pelo que se conclui ser este o início gradual da retoma prevista.

A retoma tem sido gradual e mais lenta nos Parques dos Poveiros e Silo-Auto, anteriormente bastante alavancados por um tecido económico dinâmico e muito baseado na atividade empresarial e turística, mas que, nesta última vertente, era constituído por pequenos negócios ao nível de hotelaria, restauração e movida, logo menos estáveis e mais sensíveis à quebra de procura resultante das medidas de contenção provocadas pela pandemia de Covid-19.

Prevê-se, contudo, que a manter-se as condições favoráveis da evolução da crise pandémica ao longo do ano de 2022 e em diante, se atinjam valores de faturação mensais muito próximos dos verificados em anos anteriores.

Parque do Silo-Auto

A envolvente geográfica deste parque tem sido alvo de investimentos que têm resultado na fixação de um novo tecido empresarial nesta zona da Baixa do Porto.

O abrandamento da dinâmica da cidade fruto das medidas preventivas da pandemia, originou um decréscimo no movimento deste parque, sensível ao funcionamento das empresas de serviços e comércio, embora atualmente já se verifique uma retoma gradual da procura, fruto deste período de desconfinamento e da retoma do trabalho presencial, mas ainda longe dos valores de 2019.

Tratando-se de um parque caracterizado por uma procura mista de estacionamento em regime de rotação e avenças, a sua lotação encontra-se atualmente equilibrada face à procura, sendo sempre preciso monitorizar os seus indicadores de forma gerir a quantidade de avenças, garantindo desta forma a oferta dos diversos produtos de estacionamento.





Parque do Palácio de Cristal

A entrada em funcionamento do *Superback Arena - Pavilhão Rosa Mota*, resultou num aumento da procura por produtos de rotatividade, potenciando uma maior rentabilidade do parque em horários que anteriormente tinham pouca procura. A dinâmica de eventos promovidos ou apoiados pela Ágora nos Jardins do Palácio de Cristal durante os meses de verão é também outro fator que contribui para uma maior ocupação.

Ao longo do ano de 2021 e das diversas fases de desconfinamento, são já notórias as melhorias nos indicadores, sendo que este parque foi o menos sensível ao abrandamento económico resultante da pandemia. Esta característica atribui-se à localização do parque e à sua envolvência que, por ser próximo de duas importantes unidades hospitalares e de um dos principais polos da Universidade do Porto, possui uma vertente de estacionamento com incidência sobre os produtos de avença.

A normalização da situação pandémica tem contribuído largamente para a dinâmica do parque, sendo aquele que

tem evoluído de forma mais positiva, tendo desde abril, superado os valores homólogos da fase pré-pandémica.

Parque dos Poveiros

A localização deste parque no centro do Porto, com uma procura amplamente influenciada pelo comércio, restauração, hotelaria e movida, bem como pela proximidade com o Coliseu do Porto, resulta numa base de negócio assente no estacionamento em regime de rotatividade, atingindo assim frequentemente a sua capacidade máxima.

Este parque foi onde mais cedo se notaram os efeitos do confinamento em face das características do tecido económico da sua envolvência. Contudo, há indicadores de evidentes melhorias da procura desde que se iniciou o período de reabertura e retoma da atividade laboral. Os resultados estão em crescimento sustentado desde abril, estando paulatinamente a aproximar-se dos valores de 2019.

3.4.2 Queimódromo

Requalificado em 2017, nomeadamente no que respeita à recuperação do pavimento, asfaltagem da pista, reparação da instalação eléctrica, substituição e reparação da vedação de segurança, este espaço apresenta-se com condições de ordem técnica e logística para receber os mais diversos tipos de eventos.

Dada a sua centralidade e boas acessibilidades, o espaço tem sido palco regular de grandes eventos na cidade, como a *Queima das Fitas*, o *Primavera Sound*, o *Festival da Comida Continente* ou a *Maratona do Porto*, entre outros.

Desde meados de março de 2020, o Queimódromo tem instalado um centro de rastreio móvel à Covid-19, tendo também albergado um centro de vacinação, fruto de uma parceria entre a Câmara Municipal do Porto, a Administração Regional da Saúde (ARS) do Norte e um laboratório de análises privado.

Com as obras de requalificação da parte poente do Parque da Cidade, esta plataforma foi alvo de uma redução da área disponível para eventos, uma vez que esse projeto englobou a anexação de uma parcela do Queimódromo ao Parque da Cidade.

4. Demonstrações orçamentais previsionais

Dando cumprimento ao expresso na Norma de Contabilidade Pública 26 (NCP 26) são apresentadas as seguintes demonstrações previsionais:

- Orçamento enquadrado num plano orçamental plurianual
- Plano Plurianual de Investimentos

Convém salientar que os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ocorrer nomeadamente na execução dos anos de 2023 e 2026.

As previsões das receitas e despesas apresentadas nas seguintes demonstrações têm por base todos os pressupostos enunciados nos pontos anteriores e que se traduzem nas demonstrações financeiras apresentadas.

e
h
Gi

4.1 Orçamento e Plano Orçamental Plurianual

Rubrica	Recebimentos	Orçamento 2022			Plano Orçamental Plurianual			
		Períodos anteriores	Período	Soma	2023	2024	2025	2026
	Receita corrente	226 770	26 471 078	26 697 848	27 025 634	27 112 735	27 222 751	27 310 360
R1	Receita fiscal	-	-	-	-	-	-	-
R11	Impostos diretos	-	-	-	-	-	-	-
R12	Impostos indiretos	-	-	-	-	-	-	-
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	-	-	-	-	-	-	-
R3	Taxas, multas e outras penalidades	-	-	-	-	-	-	-
R4	Rendimentos de propriedade	-	-	-	-	-	-	-
R5	Transferências Correntes	-	16 190 225	16 190 225	16 412 127	16 452 649	16 502 805	16 537 613
R51	Administrações Públicas	-	15 552 725	15 552 725	15 768 252	15 802 335	15 845 988	15 874 228
R511	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R512	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R513	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R514	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R515	Administração Local	-	15 552 725	15 552 725	15 768 252	15 802 335	15 845 988	15 874 228
R52	Exterior - UE	-	637 500	637 500	643 875	650 314	656 617	663 385
R53	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R6	Venda de bens e serviços	226 770	9 660 852	9 887 623	9 993 507	10 040 086	10 099 946	10 152 747
R7	Outras receitas correntes	-	620 000	620 000	620 000	620 000	620 000	620 000
	Receita de capital	-	-	-	-	-	-	-
R8	Venda de bens de investimento	-	-	-	-	-	-	-
R9	Transferências de Capital	-	-	-	-	-	-	-
R91	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
R911	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
R912	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
R913	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
R914	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
R915	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
R92	Exterior - UE	-	-	-	-	-	-	-
R93	Outras	-	-	-	-	-	-	-
R10	Outras receitas de capital	-	-	-	-	-	-	-
R11	Reposição não abatidas aos pagamentos	-	-	-	-	-	-	-
	Receita efetiva (1)	226 770	26 471 078	26 697 848	27 025 634	27 112 735	27 222 751	27 310 360
	Receita não efetiva (2)	-	-	-	-	-	-	-
R12	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
R13	Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Receita Total (3)=(1)+(2)	226 770	26 471 078	26 697 848	27 025 634	27 112 735	27 222 751	27 310 360
	Despesa corrente	2 051 366	23 918 572	25 969 938	26 597 849	26 575 182	26 676 872	26 854 903
D1	Despesa com o pessoal	1 014 358	7 099 964	8 114 322	8 537 973	8 537 973	8 537 973	8 537 973
D11	Remunerações certas e permanentes	842 392	5 394 808	6 237 200	6 600 547	6 600 547	6 600 547	6 600 547
D12	Abonos variáveis ou eventuais	-	113 835	113 835	113 835	113 835	113 835	113 835
D13	Segurança social	171 966	1 591 320	1 763 287	1 823 590	1 823 590	1 823 590	1 823 590
D2	Aquisição de bens e serviços	1 037 008	16 576 633	17 613 641	17 661 297	17 635 143	17 800 415	17 967 340
D3	Juros e outros encargos	-	-	-	-	-	-	-
D4	Transferências Correntes	-	-	-	-	-	-	-
D41	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D411	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D412	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D413	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D414	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D415	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D42	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-
D43	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D44	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D5	Subsídios	-	-	-	-	-	-	-
D6	Outras Despesas correntes	-	241 975	241 975	398 579	402 067	338 485	349 591
	Despesa de capital	4 685	1 228 545	1 233 230	355 248	337 716	337 716	337 716
D7	Investimento	4 685	1 228 545	1 233 230	355 248	337 716	337 716	337 716
D8	Transferências de capital	-	-	-	-	-	-	-
D81	Administrações Públicas	-	-	-	-	-	-	-
D811	Administração Central - Estado	-	-	-	-	-	-	-
D812	Administração Central - Outras entidades	-	-	-	-	-	-	-
D813	Segurança Social	-	-	-	-	-	-	-
D814	Administração Regional	-	-	-	-	-	-	-
D815	Administração Local	-	-	-	-	-	-	-
D82	Instituições sem fins lucrativos	-	-	-	-	-	-	-
D83	Famílias	-	-	-	-	-	-	-
D84	Outras	-	-	-	-	-	-	-
D9	Outras despesas de capital	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa efetiva (4)	2 056 051	25 147 117	27 203 167	26 953 097	26 912 898	27 014 588	27 192 618
	Despesa não efetiva (5)	-	-	-	-	-	-	-
D10	Ativos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
D11	Passivos financeiros	-	-	-	-	-	-	-
	Despesa Total (6)=(4)+(5)	2 056 051	25 147 117	27 203 167	26 953 097	26 912 898	27 014 588	27 192 618
	Saldo Total (3)-(6)	-1 829 280	1 323 961	-505 319	72 537	199 837	208 163	117 742
	Saldo Global (1)-(4)	-1 829 280	1 323 961	-505 319	72 537	199 837	208 163	117 742
	Despesa primária	2 056 051	25 147 117	27 203 167	26 953 097	26 912 898	27 014 588	27 192 618
	Saldo corrente	-1 824 595	2 552 506	727 910	427 785	537 553	545 879	455 457
	Saldo de capital	-4 685	-1 228 545	-1 233 230	-355 248	-337 716	-337 716	-337 716
	Saldo primário	-1 829 280	1 323 961	-505 319	72 537	199 837	208 163	117 742

4.2 Receita

A receita previsional do ano ascende a 26.697.848 euros e tem por base as diversas fontes de financiamento da atividade.

4.3 Despesa

Estão enquadradas na exceção deste princípio as verbas previstas pelas respetivas fontes de financiamento sendo as mesmas alocadas à execução dos respetivos contratos, bem como um valor 637.500 para a execução de uma candidatura a projeto europeu.

Estes pressupostos enquadram-se na lei vigente, nomeadamente na Lei de Enquadramento Orçamental.

Assim, é apresentado um nível de despesa total de 27.203.167 euros.

O saldo global negativo no valor de 505.319 euros, será coberto com o saldo de gerência de operações orçamentais.

4.4 Plano Plurianual de Investimentos

No plano plurianual de investimento estão refletidas as principais aquisições previstas para o ano de 2022, conforme o descrito no ponto 5.1 Plano de investimento e financiamento. O investimento é suportado na sua totalidade por receitas próprias.

Do plano de investimento previsto para 2022, destacam-se os seguintes projetos:

- Aquisição de Material Informático, Servidores, Redes e Software permitindo a infraestruturização de novos equipamentos bem como dar continuidade à modernização administrativa e técnica dos sistemas de informação implementados. Estes projetos em conjunto refletem 25% do investimento previsto;
- Em termos de investimento em infraestruturas, a Rede Municipal de Piscinas traduz também uma importância significativa no melhoramento das condições das mesmas incluindo o sistemas de segurança e equipamentos de protecção, CCTV, conservação das infraestruturas e aquisição de equipamento desportivo e técnico. A totalidade do investimento nestes projetos ascende a 459.405 euros. Este investimento visa modernizar a REMUPI tendo retornos em várias vertentes, nomeadamente financeiros, técnicos, de saúde e bem estar e ambientais;
- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados nos mesmos bem como a aquisição de equipamento para a produção de eventos dotando a respetiva área de meios próprios e diminuindo as necessidades de aluguer de material.

5. Planos económico-financeiros e instrumentos de gestão previsional

5.1 Plano de investimento e financiamento para o ano de 2022

Nos pressupostos assumidos para a elaboração do presente orçamento, o investimento previsto para o ano de 2022 considera as necessidades de aquisição de novos equipamentos destinados às infraestruturas sob nossa gestão (repartindo o foco entre as infraestruturas desportivas, culturais e as plataformas), visando o melhor funcionamento das mesmas, um maior nível de controlo e qualidade do serviço prestado aos utentes/utilizadores das mesmas, um maior nível de controlo e qualidade do serviço prestado aos utentes/utilizadores das mesmas. Adicionalmente, também se encontra previsto o reforço dos meios afetos aos serviços transversais e de suporte da Ágora.

Do plano de investimento previsto para 2022, cumpre destacar o seguinte:

- Aquisição de equipamentos destinados às instalações desportivas e requalificação dos espaços, tornando a oferta mais atrativa para os atuais utentes, potenciando igualmente a captação de novos utilizadores;
- Aquisição de equipamentos destinados aos equipamentos culturais, visando a melhoria da qualidade dos serviços disponibilizados nos mesmos;
- Aquisição de equipamentos e pequenas requalificações nas plataformas;
- Aquisição de equipamento para a produção de eventos;
- Aquisição de *hardware* e *software* de forma a dar continuidade à implementação de melhorias nos procedimentos de trabalho.

Apresentamos de seguida o mapa resumo do investimento orçado para o ano de 2022:

Investimento 2022	Serviços transversais e de suporte	Infraestruturas Desportivas	Infraestruturas Culturais	Plataformas	Total
Ativos Fixos Tangíveis	211 079	373 500	220 684	42 800	848 063
Ativos Intangíveis	79 212		36 500	50 000	165 712
Total	290 291	373 500	257 184	92 800	1 013 775

Valores em euros

Para a realização do investimento proposto, pretendemos utilizar a seguinte fonte de financiamento:

Financiamento do Investimento 2022

Autofinanciamento 2022

1 013 775

Valores em euros

ed
g' b

5.2 Plano de Capital Humano para o ano de 2022

A estrutura previsual de capital humano para o período de 2022-2026 é a seguinte:

Estrutura Previsual de Capital Humano	2022	2023	2024	2025	2026
Administração	3	3	3	3	3
Secretariado	1	1	1	1	1
Direção Geral das Atividades Culturais	6	6	6	6	6
Artes Performativas	73	73	73	73	73
Arte Contemporânea	27	27	27	27	27
Museu da Cidade	10	10	10	10	10
Cinema e Imagem em Movimento	26	26	26	26	26
Desporto	69	69	69	69	69
Entretenimento	26	26	26	26	26
Financeira	12	12	12	12	12
Serviços Jurídicos e Contratação	14	14	14	14	14
Comunicação	8	8	8	8	8
Recursos Humanos, Serviços Adm. e Sistemas de Informação	14	14	14	14	14
Movida	2	2	2	2	2
Ativação da Marca	1	1	1	1	1
Parques de Estacionamento	6	6	6	6	6
Total	298	298	298	298	298

Do número acima indicado, estão considerados os 3 membros do Conselho de Administração, sendo o mesmo composto pelo Presidente e 2 administradores executivos.

Assim, para o ano de 2022, estão consideradas admissões face à integração do Cinema Batalha o que também implicará o reforço dos serviços transversais enquanto áreas de suporte, bem como a necessidade de reforço de recursos humanos de outras unidades orgânicas.

Os restantes pilares de desenvolvimento do capital humano manter-se-ão segundo uma estratégia já descrita e definida relativa ao desenvolvimento pessoal dos colaboradores, conforme as políticas internas estabelecidas e prioridades estabelecidas para cada um dos anos.

5.3 Plano financeiro para o ano de 2022

Agregados Económico-financeiros	2022	2023	2024	2025	2026
Resultados					
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	746 796	872 135	806 721	762 695	695 546
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	241 974	296 020	253 780	253 780	253 501
Resultado líquido do período	40 255	45 786	47 362	46 608	45 629
Rendimentos					
Prestação de Serviços	7 897 912	7 976 892	8 022 039	8 072 540	8 117 310
Transferências correntes e subsídios à exploração	16 190 225	16 412 127	16 452 649	16 502 805	16 537 613
Outros rendimentos e ganhos	306 293	305 126	305 126	305 126	305 126
Gastos					
Gastos com o pessoal	8 537 973	8 537 973	8 537 973	8 537 973	8 537 973
Fornecimentos e serviços externos	14 941 837	15 091 255	15 232 663	15 375 485	15 519 735
Imparidades de dívidas a receber	145 408	170 319	179 993	181 856	184 332
Provisões	17 758	17 758	17 758	17 758	17 758
Outros gastos e perdas	4 659	4 705	4 705	4 705	4 705
Gastos / reversões de depreciação e amortização	504 823	576 115	552 941	508 914	442 046
Balanço					
Total do ativo	7 795 430	7 707 246	7 735 700	7 808 039	7 879 418
Total dos ativos fixos tangíveis e intangíveis	2 163 809	1 841 137	1 541 641	1 286 170	1 097 568
Total do passivo	4 783 441	4 649 472	4 630 563	4 656 294	4 682 044
Total do património líquido	3 011 989	3 057 774	3 105 137	3 151 745	3 197 374
Fluxos de tesouraria					
Fluxos de caixa das atividades operacionais	727 911	427 785	537 553	545 879	455 457
Fluxos de caixa das atividades de investimento	-1 233 230	-355 248	-337 716	-337 716	-337 716
Fluxos de caixa das atividades de financiamento	-	-	-	-	-
Indicadores					
Liquidez geral (não considerando a rubrica de Diferimentos) (Ativo corrente/Passivo corrente)	158%	171%	182%	191%	197%
Autonomia financeira (Total do capital próprio/Total do ativo)	39%	40%	40%	40%	41%
Cobertura do ativo não corrente (não considerando impostos diferidos) ((Total do capital próprio + Provisões)/Ativo não corrente)	189%	220%	259%	302%	342%

Valores em euros

O Resultado operacional antes de depreciações e gastos de financiamento estimado para 2022 ascende a 746.796 euros.

Decorrente do efeito dos gastos/reversões de depreciação e amortização no valor de 504.823 euros e da estimativa de IRC no montante de 201.718 euros, o Resultado Líquido esperado é positivo em 40.255 euros.

Em 2022, mediante a perspetiva demonstrada no Balanço previsional, o Património líquido ascenderá a 3.011.989 euros, equivalente a 137% do capital subscrito da empresa.

Como se pode observar no quadro anterior, os indicadores de autonomia financeira, de liquidez geral e de cobertura do ativo não corrente perspetivados para o ano de 2022 demonstram que a Ágora apresenta boas condições financeiras no que respeita à sua continuidade.

5.4 Demonstração dos resultados previsionais para 2022

Demonstração dos Resultados Previsional		2022
Rendimentos e gastos		
Prestação de serviços		7 897 912
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos		16 190 225
Fornecimentos e serviços externos		-14 941 837
Gastos com pessoal		-8 537 973
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-145 408
Provisões (aumentos/reduções)		-17 758
Outros rendimentos e ganhos		306 293
Outros gastos e perdas		-4 659
	Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento	746 796
Gastos/reversões de depreciação e amortização		-504 823
	Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)	241 974
Juros e rendimentos similares obtidos		0
	Resultado antes de impostos	241 974
Imposto sobre o rendimento		-201 718
	Resultado líquido do período	40 255

Valores em euros

5.4.1 Rendimentos

O valor global de rendimentos orçamentado para 2022 ascende a 24.480.872 euros, repartido pelas áreas de Gestão de Infraestruturas Desportivas, Gestão de Infraestruturas Culturais, Incentivos Culturais, Desportivos e de Entretenimento, Plataformas, Projetos Culturais e de Entretenimento.

Rendimentos Totais	2022
Rendimentos Totais	24 480 872
Prestação de Serviços na área de gestão de Infraestruturas desportivas e culturais e Plataformas	2 028 578
Inscrições / Anuidades	122 500
Aulas diversas modalidades	75 000
Utilização REMUPI	53 000
Utilização de espaços (líquido de descontos e abatimentos)	1 778 078
Prestação de Serviços na área de Projectos Culturais e de Entretenimento	645 304
Patrocínios	545 000
Organização de Eventos	64 147
Bilhética	36 157
Prestação de Serviços ao Município do Porto	5 224 030
Projetos Recreativos, culturais e desportivos	5 052 580
Serviços de estacionamento	101 950
Atividades de enriquecimento curricular (AEC)	69 500
Transferências e subsídios correntes obtidos	16 190 225
Município do Porto	15 552 725
Outras Entidades	637 500
Reversões	86 442
Reversões	86 442
Outros Rendimentos	306 293
Cedência de espaço	34 739
Rendas	245 704
Almoços Campos de Férias/Missão Verão	20 000
Outros	5 850

Valores em euros

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais rendimentos auferidos pela Ágora decorrentes da sua atividade:

Prestação de Serviços na Área de Gestão de Infraestruturas Desportivas e Culturais e Plataformas

Os rendimentos auferidos que resultam da frequência dos utentes das diversas modalidades disponíveis nas infraestruturas desportivas sob a gestão da Ágora, bem como, da utilização livre das referidas infraestruturas desportivas e culturais, do Queimódromo e do Silo Auto. O valor destes rendimentos representa cerca de 8% dos rendimentos totais da Ágora estimados para o exercício de 2022.

Prestação de Serviços na Área de Projetos Culturais e de Entretenimento

Os rendimentos decorrem da captação de patrocínios conexos com os diversos eventos e iniciativas culturais e de entretenimento organizados pela Ágora, da concessão de espaços e das inscrições nos programas disponibilizados aos cidadãos. Este agregado representa, no seu conjunto, 3% do total de rendimentos estimados para o exercício de 2022.

Prestação de Serviços ao Município do Porto

Os rendimentos decorrem de espetáculos, iniciativas de entretenimento e outros divertimentos públicos constantes do contrato anual celebrado com o Município do Porto, das Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC) na área do desporto prestadas nas diversas escolas EBI da cidade do Porto e da prestação de serviços de estacionamento. Relativamente ao exercício de 2022, espera-se que estes rendimentos representem cerca de 21% dos rendimentos totais da Ágora.

Subsídios à Exploração

Nos subsídios à exploração considerados para 2022, que se preveem ascender a 16.190.225 euros, está incluída averbação de valor de 15.552.725 euros atribuída pelo Município, que não atítulo de prestação de serviços, destinadas a cobrir o défice de exploração previsto com as infraestruturas desportivas, os encargos com a gestão das infraestruturas culturais e serviços transversais e de suporte. O referido subsídio também tem por finalidade os incentivos culturais, desportivos e de entretenimento.

Adicionalmente, cumpre relevar a comparticipação financeira comunitária prevista, num montante estimado de 637.500 euros, destinada a projetos de natureza cultural/patrimonial, cuja candidatura se estima apresentar ao abrigo de um projeto europeu ao longo de 2022.

Outros Rendimentos

Os rendimentos obtidos com a cedência de espaços e apoio logístico inerentes à utilização das instalações geridas pela Ágora por entidades terceiras. Cumpre ainda destacar a imputação da proporção de subsídio ao investimento associado às depreciações de investimentos em ativos fixos tangíveis e intangíveis subsidiados em exercícios passados, em função da taxa de subsídio obtida em cada momento.

O enquadramento em sede de IVA dos rendimentos anteriormente descritos observa o disposto no Código do IVA, estando sujeitos a IVA na sua maioria. Os subsídios à exploração são considerados como não sujeitos a IVA (operação fora de campo).

5.4.2 Gastos

Esta rubrica reflete o gasto com a aquisição de bens e serviços a terceiros, os quais são necessários ao normal funcionamento da Ágora.

Fornecimento e Serviços Externos	2022
Trabalhos especializados	7 776 131
Publicidade, comunicação e imagem	629 590
Vigilância e segurança	1 087 858
Honorários	244 101
Conservação e reparação	913 189
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	167 377
Material de escritório	82 160
Eletricidade	336 363
Combustíveis e lubrificantes	75 728
Água	57 460
Gás	460 889
Deslocações e estadas	264 217
Transporte de Mercadorias e outros bens vendidos	60 700
Rendas e alugueres	882 392
Comunicação	60 703
Seguros	61 071
Contencioso e notariado	10 056
Limpeza, higiene e conforto	569 837
Outros serviços	1 202 015
Total	14 941 837

Valores em euros

De seguida é possível encontrar o detalhe dos principais encargos ocorridos com FSE na esfera da Ágora decorrentes da sua atividade:

Trabalhos especializados, vigilância e segurança e rendas e alugueres

Os trabalhos especializados, vigilância e segurança e as rendas e alugueres representam globalmente os gastos mais significativos dos FSE (cerca de 65% do total em 2022). Os trabalhos especializados registam essencialmente os gastos suportados com a aquisição de serviços de assessoria técnica, conceção e coproduções de iniciativas culturais, consultoria e prestação de serviços. A rubrica rendas e alugueres refere-se ao aluguer de bens essenciais ao desenvolvimento das atividades relacionadas com projetos. A rubrica de vigilância e segurança, respeita essencialmente aos encargos associados à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a vigilância nos eventos de maior dimensão, nas plataformas, nas infraestruturas culturais e na sede, ascendendo a 1.087.858 euros em 2022.

Conservação e reparação

A este respeito, cumpre destacar a aposta da Ágora em intervir nas infraestruturas desportivas, culturais e plataformas sob gestão ao nível da conservação e reparação das mesmas, com o intuito de, não só, qualificar os serviços disponibilizados aos utentes e utilizadores das mesmas, bem como, melhorar os níveis de controlo sobre estas. As verbas consideradas para manutenção das instalações/equipamentos municipais geridos e/ou explorados pela Ágora, as quais ascendem a 913.189 euros em 2022, respeitam apenas a manutenções de carácter recorrente, as quais visam assegurar o seu correto funcionamento.

ed
5.
6

Água, eletricidade e gás

Estes gastos respeitam essencialmente à exploração das diversas instalações, e que se prevê que em 2022 representem cerca de 6%, respetivamente, do total dos gastos com FSE da Ágora.

Publicidade, comunicação e imagem

Os gastos com a rubrica de publicidade, comunicação e imagem visam assegurar a comunicação das atividades a realizar, produção de materiais e divulgação nos diversos canais das iniciativas da Ágora. Estima-se que em 2022 os gastos com publicidade e propaganda representem cerca de 4% do total dos FSE.

Limpeza, higiene e conforto

Os gastos com limpeza, higiene e conforto respeitam essencialmente aos encargos à contratação de uma entidade externa que irá assegurar a limpeza nos eventos de maior dimensão, nas plataformas, nas infraestruturas culturais e na sede.

Outros serviços

Por último, salientam-se os gastos estimados para outros serviços que respeitam a encargos suportados no âmbito da prestação de serviços na área de projetos, especificamente de índole cultural, saneamento e resíduos, gastos com comissões, livros e documentação técnica, despesas de representação, despesas bancárias e pequenas despesas não denominadas.

Gastos com o Pessoal

Gastos com o Pessoal	2022
Remunerações dos órgãos sociais	98 177
Remunerações do pessoal	6 616 206
Encargos sobre remunerações	1 507 654
Seguros de acidentes no trabalho	88 891
Outros gastos com o pessoal	227 045
Total	8 537 973

Valores em euros

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média nominal de progressão salarial de 0% em 2022;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor à data;
- Valor anual para formação: 79.889 euros em 2022; e,
- Taxa anual para gastos de ação social com base no histórico.

O cálculo dos gastos com pessoal tem em conta os vencimentos projetados para o ano em análise na base de 14 meses, respetivos encargos legais e contributivos, despesas com formação, seguro de saúde e medicina no trabalho.

No cálculo dos salários foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de 2022 prevendo-se um gasto total com o pessoal de 8.537.973 euros.

Os gastos com pessoal representam cerca de 35% do total de custos orçamentados de 2022.

Depreciações

Taxas de Depreciação	2022
Ativos intangíveis	33,33%
Ativos fixos tangíveis	
Edifícios e outras construções	1% - 10%
Equipamento básico	6,66% - 12,5%
Equipamento administrativo	12,5% - 33,33%
Outros ativos fixos tangíveis	12,5% - 25%

A estimativa para os gastos com depreciações em 2022, ascende a 504.823 euros.

Imposto sobre o rendimento e imposto sobre o valor acrescentado

A Ágora está sujeita a Imposto sobre o Rendimentos das Pessoas Coletivas (IRC) à taxa de 21,0% para o ano de 2022, e derrama municipal resultante da aplicação das taxas previstas na Lei das Finanças Locais, a qual poderá ascender no máximo a 1,5% do lucro tributável sujeito a imposto.

Para 2022, estimou-se o IRC acrescido de derrama e tributações autónomas, mediante aplicação do disposto no artigo 88.º do Código do IRC, o qual se estimou ascender a 201.718 euros.

Fruto das inspeções tributárias em sede de IVA ocorridas na esfera da Ágora com referência aos períodos de tributação de 2010 e 2011, e em face da interpretação da Autoridade Tributária do enquadramento a dar às diversas operações da empresa, foi apresentado um pedido de informação vinculativa a esta entidade no sentido de clarificar o referido enquadramento. De notar que a resposta obtida junto da Autoridade Tributária confirmou o enquadramento fiscal adotado pela Ágora a este respeito.

De notar que, no que respeita à elaboração do presente orçamento considera-se que:

- (i) O subsídio à exploração recebido do Município é um rendimento não sujeito a IVA (operação fora de campo);
- (ii) As prestações de serviços na área dos projetos culturais e de entretenimento, das atividades de enriquecimento curricular, e dos serviços de estacionamento são considerados rendimentos sujeitos a IVA;
- (iii) O critério de dedução de IVA associado às despesas inerentes ao funcionamento dos serviços transversais e de suporte da Ágora é o ProRata.

5.5 Demonstração de fluxos de caixa previsional para o ano de 2022

Demonstração de Fluxos de Caixa Previsional		2022
Fluxos de Caixa das Atividades Operacionais		
Recebimentos de clientes		9 533 629
Pagamentos a fornecedores		-17 358 665
Pagamentos ao pessoal ⁽¹⁾		-8 114 322
	Caixa gerada pelas operações	-15 939 358
Outros recebimentos/pagamentos ⁽²⁾		16 667 269
	Fluxos de caixa das atividades operacionais [a]	727 911
Fluxos de Caixa das Atividades de Investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis		-1 064 826
Ativos intangíveis		-135 424
Investimentos financeiros		-32 980
	Fluxos de caixa das atividades de investimento [b]	-1 233 230
	Fluxos de caixa das atividades de financiamento [c]	0
	Variação de caixa e seus equivalentes [a] + [b] + [c]	-505 319
	Efeito das diferenças de câmbio	0
	Caixa e seus equivalentes no início do período	4 368 526
	Caixa e seus equivalentes no fim do período	3 863 207

Valores em euros

Notas:

⁽¹⁾ Este valor inclui os impostos inerentes ao gasto com a rubrica de Pessoal;

⁽²⁾ Este valor inclui os subsídios à exploração cujo recebimento está previsto no período.

Para a atividade projetada para o ano de 2022, não se encontram considerados quaisquer movimentos de tesouraria para atividades de financiamento, recorrendo-se unicamente à utilização de fundos próprios.

As atividades operacionais irão gerar uma variação positiva de 727.911 euros em 2022 nos fluxos de caixa, resultante do prazo médio de recebimento de clientes de 10 dias, bem como do pagamento a fornecedores a 7 dias.

Perspetiva-se o recebimento em 2022 de subsídios à exploração no montante de 16.190.225 euros e de clientes de 9.533.629 euros, respetivamente. Por sua vez, os pagamentos a fornecedores ascenderão a 17.358.665 euros em 2022.

Os fluxos das atividades de investimento gerarão uma variação negativa de 1.233.230 euros, os quais serão cobertos por fundos próprios.

5.6 Balanço previsional para o ano de 2022

Rubricas	2022
Ativo	
Ativo não corrente	
Ativos fixos tangíveis	2 041 859
Ativos intangíveis	121 950
Outros ativos financeiros	93 447
Ativos por impostos diferidos	127 374
	<u>2 384 630</u>
Ativo corrente	
Inventários	11 448
Clientes, contribuintes e utentes	262 165
Estado e outros entes públicos	1 195 408
Outras contas a receber	78 572
Caixa e depósitos	3 863 207
	<u>5 410 800</u>
Total do Ativo	<u>7 795 430</u>
Património líquido	
Património / Capital	2 200 000
Reservas	47 065
Resultados transitados	528 669
Outras variações no património líquido	196 000
	<u>2 971 734</u>
Resultado líquido do período	40 255
Total do Património Líquido	<u>3 011 989</u>
Passivo	
Passivo não corrente	
Provisões	1 259 629
Outras contas a pagar	96 000
	<u>1 355 629</u>
Passivo corrente	
Fornecedores	357 804
Estado e outros entes públicos	433 988
Outras contas a pagar	2 613 244
Diferimentos	22 776
	<u>3 427 812</u>
Total do Passivo	<u>4 783 441</u>
Total do Património Líquido e do Passivo	<u>7 795 430</u>

Valores em euros

Resultante do exercício de orçamentação para o período de 2022, o balanço previsional da Ágora em 31 de dezembro totaliza 7.795.430 euros, sendo que cerca de 39% respeita a Património Líquido.

Das rubricas do Balanço, tecemos algumas considerações sobre as que apresentam maior relevância:

Ativos fixos tangíveis e intangíveis

Esta rubrica inclui os investimentos que se perspectivam realizar em 2022, no montante de 1.013.775 euros, deduzidos das amortizações no montante de 504.823 euros.

Ativos por impostos diferidos

Esta rubrica apresenta o montante de 127.374 euros, referente ao imposto diferido respeitante aos ajustamentos de dívidas a receber não aceites fiscalmente.

Património líquido

O património líquido previsto para 31.12.2022, no montante de 3.011.989 euros, o qual inclui o resultado líquido estimado para o exercício de 2022, no montante de 40.255 euros, os resultados transitados e respetivas reservas constituídas, no montante de 575.734 euros.

Provisões

Esta rubrica apresenta o montante acumulado de 1.259.629 euros em 2022, para fazer face a possíveis decisões desfavoráveis à empresa conforme descrito no ponto 2.4, embora o conselho de administração esteja convicto de uma decisão favorável à empresa.

Outras contas a pagar

Nesta rubrica estão incluídos gastos com remunerações a pagar ao pessoal relativo a férias e subsídio de férias a pagar em 2023 e respetivos encargos, dívidas a fornecedores de investimento e outros gastos com projetos, no montante de 2.613.244 euros³ em 2022.

³ De notar que o valor apresentado inclui o montante de 802.575 euros de dívida ao Município relativo ao processo de IVA referente ao período de tributação de 2012, descrito anteriormente.

5.7 Planos económico-financeiros para o período de 2022-2026

Ativos Fixos Tangíveis	2022	2023	2024	2025	2026
Serviços Transversais e de Suporte	211 079	52 770	52 770	52 770	52 770
Infraestruturas Desportivas	373 500	93 375	93 375	93 375	93 375
Infraestruturas Culturais	220 684	55 171	55 171	55 171	55 171
Plataformas	50 000	12 500	12 500	12 500	12 500
Total	848 063	212 016	212 016	212 016	212 016

Ativos Intangíveis	2022	2023	2024	2025	2026
Serviços Transversais e de Suporte	79 212	19 803	19 803	19 803	19 803
Infraestruturas Desportivas					
Infraestruturas Culturais	36 500	9 125	9 125	9 125	9 125
Plataformas	50 000	12 500	12 500	12 500	12 500
Total	165 712	41 428	41 428	41 428	41 428

Valores em euros

Prevedemos que o financiamento do plano de investimento do período de 2022 a 2026 seja assegurado integralmente por autofinanciamento.

O investimento a realizar totaliza 253.444 euros em 2023 a 2026, financiado por fundos próprios.

Com a atividade projetada para o período de 2022 a 2026, espera-se obter os agregados económicos e financeiros apresentados no quadro seguinte.

Rubricas	2022	2023	2024	2025	2026
Ativo					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	2 041 859	1 783 646	1 528 822	1 273 351	1 084 749
Ativos intangíveis	121 950	57 491	12 819	12 819	12 819
Outros ativos financeiros	93 447	126 428	159 408	192 388	225 369
Ativos por impostos diferidos	127 374	127 374	127 374	127 374	127 374
	2 384 630	2 094 939	1 828 423	1 605 932	1 450 311
Ativo corrente					
Inventários	11 448	11 448	11 448	11 448	11 448
Clientes, contribuintes e utentes	262 165	264 144	265 400	267 051	268 492
Estado e outros entes públicos	1 195 408	1 322 399	1 416 276	1 501 292	1 609 109
Outras contas a receber	78 572	78 572	78 572	78 572	78 572
Caixa e depósitos	3 863 207	3 935 744	4 135 581	4 343 744	4 461 486
	5 410 800	5 612 307	5 907 277	6 202 107	6 429 107
Total do Ativo	7 795 430	7 707 246	7 735 700	7 808 039	7 879 418
Património Líquido					
Património / Capital	2 200 000	2 200 000	2 200 000	2 200 000	2 200 000
Reservas	47 065	51 090	55 669	60 405	65 066
Resultados transitados	528 669	564 898	606 106	648 732	690 679
Outras variações no património líquido	196 000	196 000	196 000	196 000	196 000
	2 971 734	3 011 988	3 057 775	3 105 137	3 151 745
Resultado líquido do período	40 255	45 786	47 362	46 608	45 629
Total do Património Líquido	3 011 989	3 057 774	3 105 137	3 151 745	3 197 374
Passivo					
Passivo não corrente					
Provisões	1 259 629	1 277 387	1 295 145	1 312 903	1 330 661
Outras contas a pagar	96 000	96 000	96 000	96 000	96 000
	1 355 629	1 373 387	1 391 145	1 408 903	1 426 661
Passivo corrente					
Fornecedores	357 804	343 616	346 780	349 976	353 204
Estado e outros entes públicos	433 988	482 503	438 688	439 442	440 141
Outras contas a pagar	2 613 244	2 427 190	2 431 174	2 435 197	2 439 262
Diferimentos	22 776	22 776	22 776	22 776	22 776
	3 427 812	3 276 085	3 239 418	3 247 391	3 255 383
Total do passivo	4 783 441	4 649 472	4 630 563	4 656 294	4 682 044
Total do Património Líquido e do Passivo	7 795 430	7 707 246	7 735 700	7 808 039	7 879 418

Valores em euros

Para o período em análise, perspetiva-se a obtenção de resultados líquidos positivos.

Os indicadores apresentados confirmam a existência de condições que permitem aferir a continuidade da Ágora no período.

No que respeita aos indicadores previstos no artigo 62.º da Lei 50/2012, de 31 de agosto (com as modificações introduzidas pela Lei do Orçamento de Estado para 2019) e o artigo 35.º do Código das Sociedades Comerciais, e tendo por base os exercícios de orçamentação para os períodos de 2022 a 2026, apresentamos de seguida os valores que se estimam para o referido período:

De notar ainda que nos termos do n.º 15 do artigo da referida lei, os referidos critérios não se aplicam a empresas que desenvolvam a sua atividade no âmbito da prestação de serviços nas áreas da cultura e do desporto, como é o caso da Ágora.

	2022	2023	2024	2025	2026
ART. 35.º do CSC (Capital próprio < 50% Capital social)	137%	139%	141%	143%	145%
EBITDA < 0	746 796	872 135	806 721	762 695	695 546
RESULTADO LÍQUIDO < 0	40 255	45 786	47 362	46 608	45 629

Da análise dos dados apresentados é possível concluir que a Ágora, atendendo ao exercício orçamental realizado, não se encontrará em nenhuma das situações previstas no referido artigo para os anos de 2022 a 2026.

5.8 Fundamentação das verbas inscritas no contrato programa para o ano de 2022

No âmbito das competências atribuídas pelo Município do Porto à Ágora, anualmente é celebrado um contrato programa onde são definidos os montantes necessários ao funcionamento aos Serviços Transversais de Suporte à Gestão e das Infraestruturas Desportivas, bem como, são definidos os indicadores de eficiência e eficácia para avaliação da execução dos objetivos propostos para o ano.

Para 2022, a Ágora pretende contratualizar com o Município as seguintes componentes financeiras:

Contrato Programa (Subsídio à Exploração)	2022
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte ⁽¹⁾	3 657 731
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas ⁽¹⁾	3 127 423
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais ⁽¹⁾	6 612 641
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento ⁽¹⁾	2 154 930
Total	15 552 725

Valores em euros

Nota: ⁽¹⁾ Rendimento não sujeito a IVA.

Na relação com o Município do Porto, não está previsto o pagamento de qualquer montante destinado a investimento.

5.9 Prestação de serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento para o ano de 2022

No ano de 2022, a Ágora irá prestar serviços ao Município do Porto com a organização de projetos culturais e de entretenimento, no montante de 5.052.580 euros.

Contrato de Prestação de Serviços 2022	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de serviços - Projetos culturais, desportivos e de entretenimento ⁽¹⁾	5.052.580	6.214.673
Total	5.052.580	6.214.673

Valores em euros

Nota: ⁽¹⁾ Rendimento sujeito a IVA.

5.10 Prestação de serviços no âmbito das Atividades de Enriquecimento Curricular para o ano de 2022

Esta verba respeita aos serviços para apoio na coordenação e acompanhamento da implementação das AEC disponibilizados pela Ágora.

Contrato de Prestação de Serviços AEC 2022	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Coordenação ⁽¹⁾	9.459	11.634
Técnicos de acompanhamento ⁽¹⁾	34.808	42.814
Utilização de equipamentos desportivos ⁽¹⁾	25.233	31.037
Total	69.500	85.485

Valores em euros

Nota: ⁽¹⁾ Rendimento sujeito a IVA.

5.11 Prestação de serviços de estacionamento para o ano de 2022

Contrato de Prestação de Serviços de Estacionamento 2022	Valor s/ IVA	Valor c/ IVA
Prestação de serviços de Estacionamento ⁽¹⁾	101.950	125.399
Total	101.950	125.399

Valores em euros

Nota: ⁽¹⁾ Rendimento sujeito a IVA.

5.12 Transferências financeiras 2021 vs. 2022 do Município do Porto

	Orçamento 2021		Orçamento 2022	
	Valors/ IVA	Valor c/ IVA	Valors/ IVA	Valor c/ IVA
Contrato de prestação de serviços				
Prestação de serviços projetos culturais, desportivos e de entretenimento ⁽¹⁾	5.515.639	6.784.236	5.052.580	6.214.673
Subtotal	5.515.639	6.784.236	5.052.580	6.214.673
Contrato programa (subsídio à exploração)				
Subsídio à exploração – Serviços transversais e de suporte ⁽²⁾	2.858.305	2.858.305	3.657.731	3.657.731
Subsídio à exploração – Infraestruturas desportivas ⁽²⁾	2.960.495	2.960.495	3.127.423	3.127.423
Subsídio à exploração – Infraestruturas culturais ⁽²⁾	6.229.273	6.229.273	6.612.641	6.612.641
Subsídio à exploração – Incentivos culturais, desportivos e de entretenimento ⁽²⁾	1.767.507	1.767.507	2.154.930	2.154.930
Subtotal	13.815.580	13.815.580	15.552.725	15.552.725
Contrato de prestação de serviços das AEC				
Prestação de serviços das AEC ⁽¹⁾	69.500	85.485	69.500	85.485
Subtotal	69.500	85.485	69.500	85.485
Contrato de prestação de serviços de estacionamento				
Prestação de serviços de estacionamento ⁽¹⁾	101.950	125.399	101.950	125.399
Subtotal	101.950	125.399	101.950	125.399
Total	19.502.669	20.810.700	20.776.755	21.978.282

Valores em euros

Legenda:⁽¹⁾ Valores sujeitos a IVA;⁽²⁾ Valores não sujeitos a IVA.

Porto, 30 de novembro de 2021

O Conselho de Administração



Catarina Araújo

Presidente



César Vasconcellos Navio

Administrador Executivo



Ester Gomes da Silva

Administradora Executiva

26

6. Parecer do Fiscal Único sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

RSM & Associados – Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmp.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmp.pt

www.rsmp.pt

PARCELO DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de **Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.** (a Entidade), relativos ao período de 2022 a 2026, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto 2.7. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os Instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos Instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Matérias relevantes a enfatizar

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base as previsões financeiras do exercício de 2021. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2021, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2021

THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

RSM & Associados – Sroc, Lda é uma firma independente, membro da RSM International. RSM International é a denominação de uma rede internacional de entidades jurídicas independentes que prestam serviços profissionais de contabilidade e consultadoria. RSM International não corresponde, em qualquer jurisdição, a uma entidade legalmente reconhecida.

Inscrição na Lista dos Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 21

NIP 501 612 181 Capital Social 144.000€

Inscrição na lista de Auditores da CMVM sob o n.º 20161380

e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.

2. Em 2016, a Entidade apresentou à Autoridade Tributária e Aduaneira (AT) um pedido de revisão oficiosa em sede do Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), por imposto liquidado em excesso à Câmara Municipal do Porto, em períodos anteriores, e ao abrigo do qual regularizou a seu favor o montante de aproximadamente 803.000 euros, tendo a AT indeferido o pedido e a Entidade apresentado a competente impugnação judicial, a qual foi julgada procedente, em setembro de 2021, devendo a AT apreciar o pedido de revisão oficiosa inicialmente apresentado, em sede de execução de sentença, aguardando-se o desenvolvimento do processo. Consequentemente, o balanço em apreciação apresenta um ativo de aproximadamente 803.000 euros e um passivo relacionado com as regularizações efetuadas de igual montante. Assim, a recuperabilidade do ativo depende de decisões judiciais favoráveis à Entidade ou da reversão dos movimentos acima referidos efetuados com a Câmara Municipal do Porto, caso as decisões sejam desfavoráveis.
3. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade tem um forte relacionamento financeiro com o Município do Porto, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.
4. Os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação, foram preparados no pressuposto da capitalização dos investimentos que se projetam efetuar nas infraestruturas municipais geridas pela Entidade. Anualmente é celebrado entre o Município e a Entidade um contrato programa para o efeito. No entanto, a conformidade da capitalização dos referidos investimentos, de cuja propriedade e controlo o Município é titular, com a NCP n.º 5 e demais informações sobre esta matéria publicadas no site da Comissão de Normalização Contabilística, exigem que a Entidade seja detentora da gestão dos ativos em que os investimentos se perspetivam materializar, por um período compatível com a vida útil considerada nas projeções financeiras que suportam os IGP em apreciação.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, e exceto para os possíveis efeitos das matérias referidas no parágrafo n.º 4 da secção anterior, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 30 de novembro de 2021

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira (ROC n.º 945)
registado na CMVM com o n.º 20160562

EMPRESA MUNICIPAL DE AMBIENTE DO PORTO

INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2021 – 2025

Versão atualizada em novembro de 2021





1. PREÂMBULO	5
1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL	5
1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	8
1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO.....	8
2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	12
3. GOVERNO DAS SOCIEDADES	17
3.1. MISSÃO	17
3.2. VISÃO.....	18
3.3. VALORES	18
3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS.....	18
4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES	20
4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2021-2025.....	20
4.2. PLANO DE ATIVIDADES	24
4.2.1. AÇÃO 1 – RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL	25
4.2.2. AÇÃO 2 – RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA NÃO RESIDENCIAL	25
4.2.3. AÇÃO 3 – CONTENTORIZAÇÃO	26
4.2.4. AÇÃO 4 – RENOVAÇÃO DE FROTA	29
4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2021-2025	30
4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS.....	30
4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E SERVIÇOS AUXILIARES	31
4.3.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS	31
4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS	32
4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS	34
4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS	34
4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO	35
4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS	35
4.9. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO.....	35
4.10. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE.....	36
5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2021, 2022, 2023, 2024 E 2025	38
5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO.....	38
5.1.1. PRESSUPOSTOS.....	38
5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS.....	38
5.1.3. SUBCONTRATOS	38
5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS.....	39
5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS	40
5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL	40
5.1.7. OUTROS GASTOS.....	41
5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2021, 2022, 2023, 2024 E 2025	41
5.4. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2021, 2022, 2023, 2024 E 2025.....	42
5.6. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2021 A 2025.....	43
5.7. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES	43
5.8. COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODOS DE 2021-2025.....	43
5.9. CONCLUSÃO.....	45





6. PARECER DO FISCAL ÚNICO	47
7. CERTIDÃO DE PARTE DE ATA DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	49

4
NF. #



1

PREÂMBULO



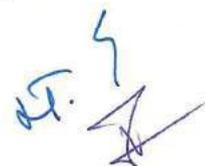
1. PREÂMBULO

1.1. OBJETO SOCIAL E ESTRUTURA DE CAPITAL

A **PORTOAMBIENTE**, entidade empresarial local, de âmbito municipal, dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira, constituída por escritura pública realizada no dia 27 de janeiro de 2017, no seguimento das deliberações da Câmara Municipal e Assembleia Municipal do Porto, nas suas reuniões de dezanove e vinte e um de julho de 2016, respetivamente, tem por objeto social, por delegação do Município do Porto, a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público.

O capital social integralmente realizado, é de 3 265 566 Euro (três milhões, duzentos e sessenta e cinco mil, quinhentos e sessenta e seis euros), realizado por 3 000 000 Euro em capital e 265 566 Euro realizado em espécie de equipamento e outros bens móveis. O contrato de gestão delegada, válido por quinze anos, prevê a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em regime de exclusividade territorial no Município do Porto, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+), de modo a dar cumprimento às metas definidas neste último e gerindo de forma adequada e integrada a prestação de cada serviço. No sentido de assegurar o desempenho das competências por si assumidas, à **PORTOAMBIENTE** incumbem-se como principais objetivos, os seguintes:

- a) Explorar e gerir o sistema municipal de Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público;
- b) Cumprir com o Plano de Ação do Município do Porto em vigor, de forma a dar cumprimento às metas decorrentes do estipulado no Plano Estratégico para os Resíduos Sólidos Urbanos (atualmente PERSU 2020+);
- c) Gerir de forma integrada e adequada a prestação de cada serviço, de forma a oferecer o melhor serviço ao menor custo, tendo em conta que os serviços devem ser prestados de acordo com os princípios expressos no n.º 1, do artigo 5.º, do Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de agosto;
- d) Assegurar e definir com o Município do Porto e com a entidade gestora de resíduos que presta serviços em alta o modo de articulação entre si, de





forma a prestar um serviço aos utilizadores finais em condições de sustentabilidade ambiental, infraestrutural e económica.

As competências previstas no número anterior abrangem, nomeadamente:

a) Garantir a gestão e a construção das infraestruturas e dos equipamentos necessários à exploração do sistema de gestão de resíduos e limpeza do espaço público;

b) Assegurar de forma regular, contínua e eficiente:

- I. a recolha dos resíduos recicláveis integrados no sistema municipal ou que o venham a integrar por força da expansão da rede de recolha seletiva, e o transporte, tratamento, triagem e valorização dos resíduos urbanos;
- II. a recolha seletiva de resíduos orgânicos;



III. a recolha de resíduos urbanos indiferenciados, ou equiparados;

IV. o transporte dos resíduos urbanos indiferenciados ou equiparados, recolhidos/produzidos no Município;

V. a limpeza do espaço público.

c) Prestar o serviço complementar de gestão de Resíduos de Construção e Demolição e Resíduos Industriais Não Perigosos, bem como a gestão de outros resíduos, para os quais seja detentora de licença ou que venha a ser.

Handwritten signature in blue ink.



A atividade da **PORTOAMBIENTE** e o desenvolvimento das suas funções é realizado sob a orientação estratégica da Câmara Municipal do Porto, de acordo com uma política de gestão organizacional assente num conjunto de princípios orientadores: a satisfação do "cliente" municipal; a melhoria contínua da organização e o seu comprometimento com o desenvolvimento e crescimento profissional, técnico, comportamental e ético; o envolvimento dos colaboradores e fornecedores na concretização dos objetivos da empresa; e a atuação no mercado de forma absolutamente transparente e exigente.

No sentido da promoção da melhoria contínua da organização, bem como da eficiência e da qualidade dos serviços prestados, a **PORTOAMBIENTE** tem estabelecido um plano de monitorização e avaliação de indicadores do desempenho organizacional.



O acompanhamento destes indicadores, que se organizam em quatro temáticas (cobertura e qualidade do serviço; desempenho organizacional; produtividade; eficiência operacional e de gestão), permite a monitorização do cumprimento dos objetivos estratégicos definidos, garantindo assim a prestação eficiente de um serviço de qualidade.





Assim, a empresa cumpre a missão que lhe está atribuída, bem como os objetivos que estipula, tendo em conta parâmetros de qualidade exigentes e respeitando os princípios de responsabilidade social, desenvolvimento sustentável e serviço público.

1.2. ENQUADRAMENTO LEGAL

A atividade da **PORTOAMBIENTE**, é enquadrada pelo Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, que estabelece os princípios e regras aplicáveis ao setor público empresarial, quer do setor empresarial do Estado, quer do setor empresarial local, cumprindo os princípios de Bom Governo que lhe são aplicáveis. O acompanhamento e controlo do Município do Porto, bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

No seguimento do enquadramento apresentado, dando cumprimento aos seus deveres de informação e divulgação previsto no artigo 20º dos Estatutos da PortoAmbiente, de acordo com o n.º 1 do artigo 42.º da Lei 52/2012, de 31 de agosto, e alíneas f) e g) do n.º 1 do artigo 44.º do Decreto-Lei 133/2013, de 3 de outubro. Posto isto, à luz do artigo 22º dos Estatutos da PortoAmbiente, o Conselho de Administração apresenta os Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) para o período 2021-2025, assim como o relatório do órgão de fiscalização. Estes IGP procuram dar sentido prático à estratégia definida para a empresa, nomeadamente no que respeita a matérias de investimento, financiamento e de exploração no horizonte dos próximos quatro anos.

1.3. ENQUADRAMENTO CONTABILÍSTICO

Os requisitos contabilísticos da **PORTOAMBIENTE** devem respeitar o Sistema de Normalização Contabilística (SNC), as quais contemplam as Bases para a Apresentação de Demonstrações Financeiras, os Modelos de Demonstrações Financeiras, o Código de Contas e as Normas Contabilísticas de Relato Financeiro (NCRF). O Sistema de Normalização Contabilística foi publicado pelo Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho e republicado pelo Decreto-Lei n.º 98/2015, de 2 de junho, devendo responder às necessidades da gestão da empresa e permitir o controlo orçamental permanente, bem como a fácil verificação da correspondência entre valores patrimoniais.

W. F. 5



Em 2 de Junho de 2015 é republicado o Decreto-Lei 158/2009 pela publicação do Decreto-Lei 98/2015. O Decreto-Lei 98/2015 transpõe para a ordem jurídica interna a Diretiva n.º 2013/34/UE, do Parlamento Europeu e do Conselho, de 26 de junho de 2013, relativa às demonstrações financeiras anuais, às demonstrações financeiras consolidadas e aos relatórios conexos de certas formas de empresas, que altera a Diretiva n.º 2006/43/CE do Parlamento Europeu e do Conselho, e revoga as Diretivas números 78/660/CEE e 83/349/CEE do Conselho.



Na sequência da publicação do Decreto-Lei 98/2015 são também publicados Avisos e Portarias que reposicionam o enquadramento legal do SNC. Nomeadamente é publicada a Portaria 220/2015, de 24 de julho, que vem aprovar os novos modelos de demonstrações financeiras para as diferentes entidades que aplicam o SNC aplicável aos períodos que se iniciam em ou após 1 de janeiro de 2016.

Assim, atualmente, o SNC é regulado pelos seguintes diplomas:

- a) Aviso 8254/2015, de 29 de julho (revoga Aviso n.º 15652/2009, de 7 de setembro) - Estrutura Conceptual;
- b) Aviso 8256/2015, de 29 de julho (revoga Aviso n.º 15655/2009, de 7 de setembro) - Normas Contabilísticas de Relato Financeiro;
- c) Aviso 8258/2015, de 29 de julho (revoga Aviso n.º 15653/2009, de 7 de setembro) - Normas interpretativas.
- d) Portaria 218/2015, de 23 de julho (revoga Portaria n.º 1011/2009, de 9 de setembro) - Código de Contas e Declaração de Retificação n.º41-A/2015, de 21 de setembro de 2015;

Handwritten signature in blue ink at the bottom right of the page.



e) Portaria 220/2015, de 24 de julho (revoga a Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação nº41-B/2015 de 21 de setembro de 2015.

De forma a garantir a expressão verdadeira e apropriada, quer da posição financeira quer do desempenho da Empresa, foram utilizadas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística ("SNC"), antes referidas, em todos os aspetos relativos ao reconhecimento, mensuração e divulgação, sem prejuízo do recurso supletivo às Normas Internacionais de Contabilidade adotadas ao abrigo Portaria 220/2015, de 24 de julho de 2015 (revoga a Portaria nº 986/2009, de 7 de setembro) - Modelos de Demonstrações Financeiras e Declaração de Retificação nº41-B/2015, de 21 de Setembro de 2015, e ainda às Normas Internacionais de Contabilidade e às Normas Internacionais de Relato Financeiro emitidas pelo *International Accounting Standard Board* e respetivas interpretações (SIC-IFRIC), sempre que o SNC não contemple aspetos particulares das transações realizadas e dos fluxos ou das situações em que a Empresa se encontre envolvida.

As demonstrações financeiras são elaboradas com um período de reporte coincidente com o ano civil, no pressuposto da continuidade de operações da Empresa e no regime de acréscimo, utilizando os modelos das demonstrações financeiras previstos no artigo 1.º da Portaria 220/2015, de 24 de Julho, designadamente o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações no capital próprio, a demonstração dos fluxos de caixa e o anexo, com expressão dos respetivos montantes em Euros.

As Demonstrações financeiras incorporadas no IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas são os atributos que tomam a informação proporcionada nas Demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sob a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.



2

MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO



2. MENSAGEM DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Findos cerca de dois anos desde que a pandemia COVID19, declarada em 11 de março de 2020 pela Organização Mundial de Saúde, se instalou no dia a dia de cada um, o exercício de elaboração dos atuais Instrumentos de Gestão Previsional, talvez dos mais complexos, por força das factuais e potenciais vicissitudes de mercado decorrentes da atual situação mundial em que nos encontramos, teve como principais enfoques dois grandes objetivos.

O primeiro, num exercício crítico de identificação e mensuração das principais repercussões da crise gerada pela pandemia, cujos impactos se verificaram na redução dos níveis de atividade económica, e consequente quebra do volume de negócios, bem como na necessidade de criar redundâncias nas equipas de trabalho, permitindo assim ser assegurada a continuidade do serviço público prestado.

O segundo, na adoção de uma atitude otimista, focada no futuro, no cumprimento dos grandes objetivos a que a **PORTOAMBIENTE** se propôs e respetivos meios para esse fim, nomeadamente nas operações "Orgânico" e no planeamento de uma



abordagem, ambiciosa e diferenciada, para a localização de equipamentos e avaliação do desempenho dos circuitos.

Ultrapassado o difícil início que o ano de 2021 nos trouxe, do ponto de vista dos impactos na vida humana, com a mais recente vaga pandémica COVID-19, o ano de 2021, para a **PORTOAMBIENTE**, ficou positivamente marcado pela concretização de um conjunto de "vitórias".

Desde logo, o tão aguardado arranque da operação "Orgânico", verificado no primeiro semestre do ano. Por outro lado, no esforço permanente de



aprofundar e melhorar a sua forma de atuação, a **PORTOAMBIENTE** deu continuidade ao processo de implementação dos sistemas de gestão ambiental e segurança e saúde no trabalho segundo as normas ISO 14001 e 45001, respetivamente. Por último, no 15.º Fórum Resíduos a **PORTOAMBIENTE** não só manteve, pelo segundo ano consecutivo, o selo Qualidade de Gestão de Resíduos Urbanos da ERSAR, como foi galardoada com o Prémio de Excelência do serviço prestado ao consumidor, reconhecendo a Empresa como a melhor da sua área de atividade, relativa ao desempenho no ano de 2020.



No decurso deste documento, o qual procura contemplar o desempenho prospetivo para os períodos anuais compreendidos entre 2021 e 2025, é ilustrada a evolução do desempenho da **PORTOAMBIENTE**, nomeadamente ao nível dos quantitativos da fração seletiva. Para esta performance em muito contribuiu o esforço que **PORTOAMBIENTE** alocou aos projetos de Recolha de resíduos orgânicos (setor não residencial) e Porta-a-porta residencial, para além da densificação da rede de ecopontos no Município.

No contexto supramencionado, múltiplas indefinições poderão ponderar de forma divergente nos pressupostos assumidos nas atuais projeções, as quais foram elaboradas considerando estimativas fiáveis, prudenciais e com elevados





padrões de rigor.

Ainda assim, a Administração da **PORTOAMBIENTE** deposita grandes expectativas no futuro que se aproxima, nomeadamente no cumprimento às metas definidas no Plano Estratégico de Gestão de Resíduos em linha com o Plano de Ação, o qual se traduzirá consequentemente na melhoria da qualidade de vida dos munícipes, incorporando na sua atividade e nos serviços a prestar, as melhores práticas baseadas na inovação, na criação de valor e em lógica da melhoria contínua.

Os Instrumentos de Gestão Previsional para o período de 2021 a 2025 traduzem o esforço da **PORTOAMBIENTE** na valorização da importância do Município, na aposta por um serviço de excelência bem como a gestão mais eficiente dos equipamentos ao serviço da Empresa. Estas projeções, cujo desempenho financeiro



prospetivo se sintetiza em seguida, consideram um comportamento da tarifa alinhado com os valores que decorrem do contrato de gestão delegada.

No que respeita ao desempenho financeiro, a tabela seguinte ilustra a projeção do EBITDA para cada um dos períodos anuais, assim como a sua formação:

Desempenho financeiro	[Valores expressos em Euro]				
	2021	2022	2023	2024	2025
Vendas e serviços prestados	15.036.832	15.916.842	16.214.745	16.461.556	16.625.931
Subsídios à exploração	7.371.816	9.271.136	10.280.081	10.303.498	10.436.105
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-148.100	-229.092	-233.378	-235.712	-238.069
Fornecimentos e serviços externos	-14.136.441	-14.989.727	-15.989.265	-16.125.574	-16.305.812
Gastos com o pessoal	-6.957.311	-8.557.396	-8.642.970	-8.729.400	-8.816.694
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	-473.716	-480.000	-480.000	-480.000	-480.000
Outros rendimentos	735.833	777.318	807.502	820.905	811.510
Outros gastos	-454.838	-606.495	-618.685	-631.121	-643.807
EBITDA	974.074	1.102.587	1.338.027	1.384.152	1.389.165

É ambição do Conselho de Administração que a **PORTOAMBIENTE** seja reconhecida como uma organização de referência no setor, traduzindo assim o



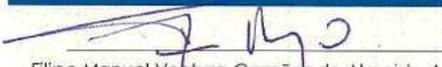


forte envolvimento de todos os *stakeholders* na concretização da sua estratégia. O Conselho de Administração da **PORTOAMBIENTE** não pode deixar de transmitir o seu agradecimento a todos aqueles que, no decorrer do período em reporte, contribuíram decisivamente para a consolidação deste projeto, nomeadamente:

- Ao acionista, pelo envolvimento e confiança demonstrada;
- A todos os munícipes do Porto, cujo envolvimento nos interesses da cidade, e adesão aos processos implementados em muito têm contribuído para os positivos resultados alcançados;
- A todos os nossos estimados clientes pela dedicação e confiança depositados na nossa empresa;
- A todos os fornecedores de bens e serviços pela cooperação demonstrada;
- A todos os colaboradores pelo esforço, capacidade e dedicação postos nas tarefas que lhes foram confiadas;
- Ao Fiscal Único e demais órgãos da sociedade pelo apoio, competência e dedicação com que sempre nos honraram.

Porto, 24 de novembro de 2021

O Conselho de Administração


Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
(Presidente)


Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção
(Vice Presidente)


Maria Helena Vilasboas Tavares
(Vogal)



3

GOVERNO DAS SOCIEDADES

3. GOVERNO DAS SOCIEDADES

A **PORTOAMBIENTE** é uma entidade empresarial local de âmbito municipal dotada de autonomia estatutária, administrativa e financeira. Constituída em fevereiro de 2017, cujo capital social (€ 3 265 566,00) é detido, na sua totalidade, pela Câmara Municipal do Porto.

O seu objeto social prevê a Gestão de Resíduos Urbanos e Limpeza do Espaço Público, assumindo como competências a exploração e gestão dos respetivos sistemas municipais, em linha com o Plano de Ação para o Plano Estratégico de Gestão de Resíduos (PERSU 2020+).

3.1. MISSÃO

Gerir o sistema municipal de gestão de resíduos urbanos e limpeza do espaço público, de acordo com princípios de qualidade do serviço, inovação, sustentabilidade ambiental e económica, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto.

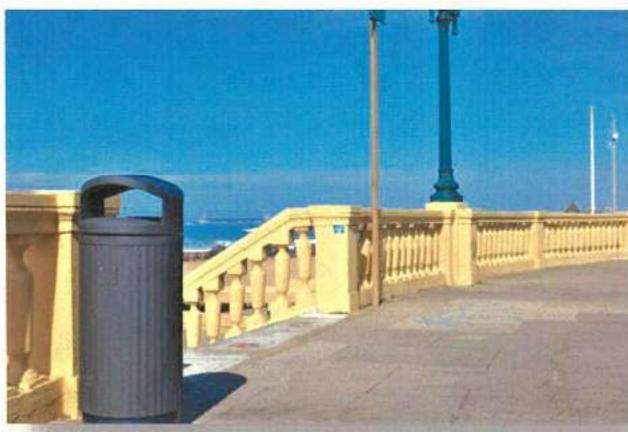


3.2. VISÃO

A **PORTOAMBIENTE** pretende ser uma empresa de referência nacional e internacional no seu setor, destacando-se pela excelência dos serviços prestados aos cidadãos e pelo seu contributo para promoção e proteção do ambiente.

3.3. VALORES

- Orientação para os habitantes, visitantes e trabalhadores da cidade do Porto;
- Sustentabilidade ambiental, económica e social;
- Respeito e valorização do ambiente;
- Integridade;
- Inovação;
- Transparência;
- Rigor;
- Responsabilidade.



3.4. ÓRGÃOS SOCIAIS

Os Órgãos sociais da **PORTOAMBIENTE**, são constituídos pela Assembleia Geral, Conselho de Administração e o Fiscal Único, sendo os seus membros apresentados na tabela seguinte.

Órgão	Função	Nome
Assembleia Geral	Representante do Município	Abel Lima Baptista
	Presidente da Mesa	Ana Filomena Alves Leal Leite da Silva
	Secretário	António Pedro Pinto de Sousa Teixeira
	Secretário	Cláudia Cristina Pimenta Cameiro
Conselho de Administração	Presidente	Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo
	Vice-Presidente	Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção
	Vogal	Maria Helena Vilasboas Tavares
Fiscal Único	Efetivo	Mazars e Associados, SROC, S.A. representada por: José Fernando Abreu Rebouta
	Suplente	Patrícia Alexandra Faia Cardoso



4

ENQUADRAMENTO

E

PRESSUPOSTOS



4. ENQUADRAMENTO, PRESSUPOSTOS E PLANO DE ATIVIDADES

Os IGP que se apresentam foram desenvolvidos tendo em consideração um conjunto de orientações estratégicas, pressupostos de carácter económico-financeiro, assim como o plano de atividades a que a **PORTOAMBIENTE** se propõe a executar.

4.1. ORIENTAÇÕES PARA O PERÍODO DE 2021-2025

a) Compatibilização entre os gastos e os rendimentos disponíveis;

Os IGP relativos ao período de 2021-2025 têm por base um orçamento de exploração equilibrado, por atividade, o qual considera a obtenção de dois subsídios a exploração por parte do Município do Porto. De notar que a regulação dos termos em que os referidos subsídios são atribuídos à **PORTOAMBIENTE** se encontra prevista em contrato programa, o qual define em conjunto com o contrato de gestão delegada, os objetivos e indicadores de resultado para cada período, conforme previsto no artigo 47º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.



[Handwritten signature]

O Contrato Programa relativo à Gestão de Resíduos Urbanos (CPGRU), visa cobrir a parte dos encargos que não se encontrem integralmente remunerados pela tarifa cobrada aos utilizadores finais.

O Contrato Programa relativo à Limpeza do Espaço Público (CPLEP), é concedido pelo Município do Porto com o objetivo de cobrir integralmente os custos com a Limpeza do espaço público que, assumindo características de um bem social, está excluída do Sistema Tarifário.

b) Receitas próprias:

As receitas próprias correspondem na sua generalidade à tarifa cobrada aos utilizadores finais (utilizadores do sistema de abastecimento de água do Município do Porto) pela prestação dos serviços de Gestão de Resíduos Urbanos (GRU). Compreendem adicionalmente, ainda que com menor expressão, os montantes relativos a Serviços auxiliares, os quais consideram, nomeadamente:

i. no âmbito da Gestão de Resíduos Urbanos, a gestão de Resíduos de Grandes produtores, assim como os Resíduos de Construção e Demolição;



ii. no âmbito da Limpeza do espaço público, as receitas próprias obtidas são provenientes de ações de fiscalização, do contrato mandato celebrado com o Município para a execução do serviço de Limpeza das praias (originada como consequência indireta da transferência de competências para as Autarquias

[Handwritten signature]



locais), e da prestação de limpeza de eventos não realizados no espaço público, e como tal não abrangidos pelo Contrato programa para o efeito;

Os montantes considerados nas projeções tarifárias presentes neste documento, traduzem um comportamento da tarifa alinhado com os valores que constam do Anexo ao contrato de gestão delegada, não tendo sido, nesta fase, antecipados quaisquer desvios.

c) Outras fontes de financiamento:

Adicionalmente aos pontos anteriores, foram ponderadas pela Administração e Direções o recurso aos seguintes programas de financiamento POSEUR e H2020, os quais à data de elaboração deste documento se apresentavam aprovados. Estes programas tiveram como objetivo a execução de investimentos previstos no Plano de Ação, nomeadamente ampliação, melhorias técnicas, complementaridade do funcionamento do sistema de gestão de resíduos urbanos ou limpeza do espaço público.

Foram ainda previstas, neste documento, fontes de financiamento relativas à obtenção de financiamentos bancários por locação financeira, para a concretização dos investimentos de renovação de frota e equipamentos de lavagem.

d) Investimentos propostos para o período de 2021-2025:

O presente documento prevê a realização de um conjunto alargado de investimentos a realizar pela **PORTOAMBIENTE**, os quais vão de encontro à ambição da Administração no que respeita à renovação e/ou reabilitação da generalidade dos ativos da empresa, nomeadamente no que respeita à frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos, equipamentos de lavagem, parque de contentorização e ecocentros. Encontram-se igualmente previstos investimentos com vista à implementação de um ambicionado projeto para a **PORTOAMBIENTE**, denominado de "Azitek".





AZITEK

LOCATION EVERYWHERE

Este projeto irá permitir, de uma forma automática e sistemática, a inventariação dos equipamentos de deposição ao longo da cidade, assim como uma rigorosa avaliação da performance dos circuitos.

Os demais investimentos considerados, encontram-se parcialmente cofinanciados por candidaturas a fundos comunitários, nomeadamente: (i) 280 mil euros relacionados essencialmente com contentorização de Biorresíduos ao abrigo do projeto H2020 (iniciado em 2019), (ii) cerca de 1 milhão de euro (660 mil euros com viaturas e cerca de 415 mil euros com contentores) relacionadas com a recolha seletiva de Biorresíduos ao abrigo do projeto POSEUR (iniciado em 2020) e, (iii) cerca de 270 mil euros para aquisição de equipamentos de deposição relacionadas com a recolha seletiva de Biorresíduos ao abrigo do projeto POSEUR (iniciado em 2021).

e) Renovação de frota de viaturas pesadas para o período 2021-2025;

Ainda no contexto do mencionado na alínea d) anterior, foi objetivo da Administração que a renovação integral da frota de viaturas pesadas de Resíduos Sólidos Urbanos – 26 viaturas.

Este procedimento terminou no ano de 2021, permitindo assim a utilização de viaturas menos poluentes, incrementando não só a eficiência económica, como a ecológica. Complementarmente, como consequência dos projetos abraçados pela Empresa, e dos níveis de elasticidade com que a



Handwritten signature and initials in blue ink.



PORTOAMBIENTE ambiciona operar, encontram-se previstos nos atuais IGP investimentos relacionados com duas viaturas tri-fluxos, a realizar no ano de 2022.

f) Contingências fiscais e de contencioso;

Não são conhecidas ou expectáveis quaisquer contingências desta natureza ou similares.

g) Outros pressupostos de gestão organizacional considerados.

- A utilização de um adequado número de recursos humanos;
- Promover a regularidade e a celeridade na conceção, desenvolvimento e concretização das soluções de gestão, designadamente daquelas que impliquem a contratação de terceiros;
- O conhecimento aprofundado do mercado, através da avaliação, monitorização, recolha e tratamento de informação sobre o comportamento dos seus atores e intervenientes;
- A especialização organizacional e de cada um dos recursos humanos, dotando-os da formação necessária por forma a capacitá-los a responder aos diferentes desafios que cada empreendimento pode representar, seja no plano estritamente técnico, seja no quadro da sua afetação ao cumprimento de específicos objetivos municipais;
- Uma eficaz implementação de processos de controlo interno respeitante à qualidade do serviço que presta para o Município do Porto e às entidades por ele detidas ou participadas;
- A possibilidade de recorrer a parcerias estratégicas, sempre que daí resultem ganhos de eficiência, técnica e financeira;
- A possibilidade de exercer outras atividades ou atividades materialmente idênticas à atividade principal, de natureza complementar ou acessória, possibilitando uma utilização mais eficiente dos recursos afetos.

4.2. PLANO DE ATIVIDADES

A prossecução dos objetivos da **PORTOAMBIENTE** será promovida através de uma estratégia, desenhada a médio e longo prazo pelo Município do Porto para o





Ambiente, a qual assenta nos três pilares da sustentabilidade (ambiental, económico e social). Por outro lado, a contínua aposta na promoção da recolha seletiva será o principal foco a nível estratégico, canalizando todos os esforços no sentido de assegurar a execução das ações definidas no Plano de Ação. A este nível, importa referir que a **PORTOAMBIENTE** irá assegurar a continuidade das ações que se encontram já em desenvolvimento e irá potenciar o arranque das demais.

4.2.1. AÇÃO 1 – RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA RESIDENCIAL

No que respeita às ações já em desenvolvimento, salienta-se o trabalho realizado no âmbito da implementação da recolha seletiva multimaterial porta-a-porta (PaP) no setor residencial, já com a integração da componente orgânica dos resíduos, com execução relevante desde o ano de 2018 e que se espera que venha a ganhar escala nos próximos períodos.



Objetivo 1.1.: Quantidades recolhidas Porta-a-Porta de 570 toneladas por ano;

Indicador a avaliar com periodicidade anual.

Objetivo 1.2.: Implementação do projeto em nova área da cidade.

Indicador a avaliar de forma global, no decurso do período de 2021 a 2025.

4.2.2. AÇÃO 2 – RECOLHA SELETIVA PORTA-A-PORTA NÃO RESIDENCIAL





Por sua vez, na componente não residencial das recolhas seletivas multimaterial PaP, tendo já sido alcançados os objetivos definidos no Plano de Ação relativamente ao alargamento da rede de recolha, será assegurado um acompanhamento contínuo com reforço das ações de sensibilização desenvolvidas, de modo a manter o comprometimento por parte dos novos aderentes. Ainda no âmbito das recolhas seletivas PaP, no que respeita à componente orgânica dos resíduos, será necessário apostar no alargamento da rede de recolha no setor não residencial, em linha com os resultados dos projetos piloto em desenvolvimento.



Objetivo 2.1.: Realização anual de 8 ações de sensibilização (macroprocessos);

Indicador a avaliar com periodicidade anual, não obstante de ponderados os constrangimentos decorrentes das limitações de distanciamento social.

Objetivo 2.2.: Alargamento da rede de recolha seletiva não residencial a um número total de 2 000 aderentes.

Indicador a avaliar de forma global, no decurso do período de 2021 a 2025.

4.2.3. AÇÃO 3 – CONTENTORIZAÇÃO

No que respeita à contentorização, nomeadamente seletiva, por forma a incrementar a recolha seletiva por esta via e não obstante das limitações ao nível das oportunidades de investimento, será realizado um alargamento e reestruturação da rede municipal, que passará pela realocação de pontos de recolha, pela instalação de novos equipamentos, assegurando a disponibilidade da recolha dos três fluxos multimaterial nos locais onde atualmente apenas existe um equipamento destinado à fração vidro e pela redução dos locais onde apenas existe contentorização de indiferenciado.





No âmbito do Plano de Ação está também prevista uma ação com o objetivo de alargar a recolha seletiva de resíduos verdes, nos setores residencial e não residencial, estando em curso o estudo e a definição de projetos piloto cuja implementação se prevê no curto prazo. Existe ainda um comprometimento por parte do Município do Porto, agora assumido pela **PORTOAMBIENTE**, com o alargamento da recolha seletiva a outros fluxos de materiais, tal como serão os têxteis, e com a promoção de ações de sensibilização dos munícipes. Tendo em



conta, que a sensibilização assume um papel de suporte para o sucesso das ações previstas no âmbito da promoção da recolha seletiva, a **PORTOAMBIENTE** irá assegurar um maior enfoque no desenvolvimento de ações de sensibilização. A este nível, está previsto um aumento da verba canalizada para financiamento destas ações, que representará cerca de 1% das receitas próprias da **PORTOAMBIENTE**.

A requalificação dos ecocentros municipais constitui também um objetivo estratégico, através do qual se pretende fomentar não só a recolha seletiva mas também a prevenção da produção de resíduos, estando prevista uma intervenção tanto ao nível estrutural como conceptual. Um dos parâmetros de grande relevo que se pretende abordar no âmbito da requalificação dos ecocentros passa pela utilização de tecnologias de apoio à gestão, permitindo gerir estas infraestruturas de forma integrada no sistema.





No âmbito do Plano de Ação e de acordo com o enquadramento legal para o setor de resíduos, serão estudadas soluções que viabilizem a implementação de



um sistema de faturação baseado no princípio *Pay-As-You-Throw* (PAYT). Com o intuito de promover a prevenção da produção de resíduos e de incentivar a sua separação na fonte, este tipo de sistema de faturação encontra-se já em vigor para os grandes produtores de resíduos e outros aderentes do sistema, prevendo-se o estudo e avaliação da viabilidade de soluções para a sua extensão à globalidade dos utilizadores.

Por fim, as ações a desenvolver incluem a conceção e operacionalização de um sistema de informação de gestão dos resíduos que, através de uma plataforma que permita a integração de todos os sistemas de registo de dados e de georreferenciação, promova a otimização e a melhoria da eficiência do sistema.

As três últimas temáticas abordadas estão intimamente relacionadas com o segundo eixo de ação da estratégia da **PORTOAMBIENTE** – o recurso a Tecnologia de Informação e Comunicação (doravante TIC), com o intuito de impulsionar a melhoria contínua da eficiência dos serviços e o alcance de um grau de excelência na gestão de recursos.





Objetivo 3.1.: Requalificação dos ecocentros;

Indicador a avaliar de forma global, no decurso do período de 2021 a 2025.

Objetivo 3.2.: Implementação do sistema de recolha seletiva de resíduos verdes;

Indicador a avaliar de forma global, no decurso do período de 2021 a 2025.

Objetivo 3.3.: Implementação do sistema de recolha seletiva de resíduos têxteis;

Indicador a avaliar de forma global, no decurso do período de 2021 a 2025.

Objetivo 3.4.: Implementação do sistema de recolha seletiva de resíduos domésticos perigosos;

Indicador a avaliar de forma global, no decurso do período de 2021 a 2025.



Objetivo 3.5.: Renovação mínima anual de 5% (cerca de 300) dos equipamentos de contentorização.

Indicador a avaliar com periodicidade anual, considerando a média dos últimos dois anos, no decurso do período de 2021 a 2025.

4.2.4. AÇÃO 4 – RENOVAÇÃO DE FROTA

Neste enquadramento, a visão estratégica da **PORTOAMBIENTE** está fortemente orientada para a modernização dos serviços, não só através do recurso em grande escala às TIC mas também através da utilização de viaturas e





equipamentos mais eficientes e sustentáveis e da sua instrumentação. No início do ano de 2021, foi rececionada a última viatura relativa à renovação integral da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos urbanos – 26 viaturas – dando assim cumprimento ao objetivo de modernizar toda a sua frota e torná-la mais eficaz e mais amiga do ambiente. Permanece assim por concretizar a aquisição das duas viaturas tri-fluxos projetadas para o ano de 2022, para se dar por finalizado o objetivo de renovação de frota da **PORTOAMBIENTE**.

Objetivo 4: Renovação da frota de viaturas pesadas por modelos mais atuais e mais eficientes do ponto de vista ambiental.

Indicador a avaliar de forma global, no decurso do período de 2021 a 2025.

4.3. PRESSUPOSTOS CONSIDERADOS PARA O PERÍODO DE 2021-2025

Relativamente aos pressupostos considerados e, não obstante das notas explicativas destacadas da secção seguinte, apresentam-se os seguintes pontos:

4.3.1. PRESSUPOSTOS MACROECONÓMICOS

Pressupostos Macroeconómicos	2021	2022	2023	2024	2025
Taxa IVA a liquidar - Receitas próprias	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA a liquidar - RCD's	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Grandes produtores	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA a liquidar - Subsídios exploração	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa IVA nas compras (Tratamento de resíduos e subcontratos)	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%	6,00%
Taxa IVA nas compras (Outras)	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%	23,00%
% IVA a deduzir nas compras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%
Taxa nominal de IRC	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa efetiva de IRC (média estimada)	26,80%	26,80%	26,80%	26,80%	26,80%
Taxa média de encargos contributivos	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%	23,75%
Taxa média de retenções contributivas	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa média de retenções de imposto sobre o rendimento	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%	11,00%
Taxa de atualização do custo de deposição da recolha indif.	0,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa geral de inflação	0,00%	0,80%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa Euribor 12 meses (Zero ou positiva)	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

4.3.2. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS FONTES DE RECEITAS PRÓPRIAS E SERVIÇOS AUXILIARES

Principais fontes de receitas próprias		2021	2022	2023	2024	2025
Utilizadores domésticos	Tarifa de disponibilidade					
	Número de utilizadores/contratos	118.500	125.000	126.000	126.000	126.000
	Tarifa (€/30 dias)	2.0290	2.0290	2.0493	2.0698	2.0905
	Tarifa variável					
Quantidade de água consumida (m3/ano)	10.706.974	10.800.000	10.900.000	11.009.000	11.009.000	
Tarifa (€/30 dias)	0,4221	0,4259	0,4302	0,4345	0,4388	
TGR (€/m3)	0,0401	0,0393*	0,0397	0,0401	0,0405	
Utilizadores não domésticos	Tarifa de disponibilidade					
	Número de utilizadores/contratos	28.000	28.500	28.750	28.750	28.750
	Tarifa (€/30 dias)	13,2788	13,3984	13,5324	13,6677	13,8044
	Tarifa variável					
Quantidade de água consumida (m3/ano)	4.358.529	5.850.000	5.900.000	5.959.000	5.959.000	
Tarifa (€/30 dias)	0,5408	0,5457	0,5512	0,5567	0,5622	
TGR (€/m3)	0,0401	0,0393	0,0397	0,0401	0,0405	
Grandes Produtores / Não domésticos na	Tarifa de disponibilidade					
	Número de utilizadores/contratos	50	50	50	50	50
	Tarifa	13,2788	13,3984	13,5324	13,6677	13,8044
	Tarifa variável					
Quantidade de resíduos produzidos (litros)	14.520.032	14.400.000	14.500.000	14.645.000	14.645.000	
Tarifa (€/m3)	0,0315	0,0318	0,0321	0,0324	0,0328	
Remoção de resíduos de construção e demolição (RCD)	Recolha na origem					
	N.º de serviços	60	60	60	60	60
	Taxa de serviço (€/Serviço)	65,70	66,29	66,96	67,63	68,30
	Quantidade (kg)	0	0	0	0	0
	Preço kg (> 500 kg)	0,1260	0,1271	0,1284	0,1297	0,1310
	Depósito no ecocentro					
	Quantidade (kg)	120.000	120.000	120.000	120.000	120.000
	Preço kg (> 500 kg)	0,0420	0,0424	0,0428	0,0433	0,0437
Estimativa de perda por imparidade (valor mensal)	-40.000,00	-40.000,00	-40.000,00	-40.000,00	-40.000,00	

4.3.3. PRESSUPOSTOS MICROECONÓMICOS – PRINCIPAIS GASTOS

Pressupostos Microeconómicos - Principais gastos		2021	2022	2023	2024	2025
Gestão de resíduos urbanos	Resíduos indiferenciados - Toneladas estimadas	101.076	103.000	104.030	105.070	106.121
	Custo tratamento de resíduos - Taxa de exploração (€/t)	41.9000	42.3190	42.7422	43.1696	43.6013
	Custo tratamento de resíduos - TGR (€/t)	5.5000	5.5550	5.6106	5.6667	5.7233
	Taxa de loturação e cobrança CMPEA	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%	2,50%
	Número de viaturas ligeiras	16	19	21	21	21
	Número de viaturas pesadas	48	49	53	53	53
	Gastos com sensibilização (% de Receitas próprias)	0,00%	0,50%	0,25%	0,25%	0,25%
Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	
Limpeza do espaço público	Resíduos de varredura - Toneladas estimadas	1.800	1.800	1.800	1.800	1.800
	Custo tratamento de resíduos - (€/ton)	29.900	30.139	30.501	30.806	31.114
	Subcontratação de serviços	5.439.190	5.910.771	6.792.268	6.858.433	6.925.259
	Número de viaturas ligeiras afetas	14	16	18	18	18
	Número de viaturas pesadas afetas	0	0	0	0	0
Gastos com sensibilização (% de Receitas próprias)	1,00%	0,50%	0,75%	0,75%	0,75%	
Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	Nota 1	
Gastos comuns	Número de viaturas ligeiras afetas	7	7	7	7	7
	Número de viaturas pesadas afetas	0	0	0	0	0
	Gastos com o pessoal (NOTA 1)	Nota 1				

NOTA 1: ver secção 4.4. Plano de recursos humanos para o período

Em adição aos principais gastos "recorrentes" apresentados no quadro infra, será importante enfatizar que se encontram previstos os seguintes gastos, elegíveis para efeitos de candidatura a projetos cofinanciados:

(Valores expressos em Euro)

Candidatura - Gastos elegíveis	2021	2022	2023	2024	2025
H2020 - Cityloops					
Consultores e peritos externos	0	0	0	0	0
Recursos Humanos	77.664	67.956	0	0	0
Outros custos	0	8.250	0	0	0
POSEUR (candidatura 2019)					
Consultores e peritos externos	0	0	0	0	0
Publicidade e divulgação	0	0	0	0	0
Outros FSE's	0	0	0	0	0
POSEUR (candidatura 2021)					
Consultores e peritos externos	0	0	0	0	0
Publicidade e divulgação	0	64.575	64.575	0	0
Outros FSE's	0	19.680	0	0	0
Total	77.664	160.461	64.575	-	-

4.4. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

Por forma a assumir a execução do serviço de recolha de resíduos em todo o Município, a **PORTOAMBIENTE** constituiu um quadro de pessoal que garantiu a resposta adequada às exigências da missão, com os índices de qualidade pretendidos pela Empresa. De referir ainda que, sempre que manifestada disponibilidade e interesse por parte dos colaboradores da anterior estrutura do Município do Porto, estes foram integrados na atual estrutura.

Esta estratégia, não só permitiu um maior controlo dos riscos associados à transferência da recolha para a **PORTOAMBIENTE**, uma vez que grande parte dos seus executantes continuaram a ser os mesmos, como também permitiu uma melhor racionalização dos recursos humanos afetos à Autarquia.

Assim, relativamente à sua orgânica funcional e atendendo ao papel determinante que a tecnologia irá desempenhar no controlo e otimização da operação, a **PORTOAMBIENTE** será uma organização com uma estrutura de suporte mais reduzida e uma área operacional pouco hierarquizada, porém ambas com um elevado grau de especialização e autonomia, permitindo, assim, maior agilidade na gestão diária.

Fruto da crise pandémica iniciada no primeiro trimestre de 2020, a **PORTOAMBIENTE** viu-se forçada a reorganizar alguns dos seus circuitos operacionais, assim como a adiar a implementação de alguns dos projetos ambicionados, tendo essas decisões pautado o ritmo de contratações naquele período. Atualmente, e como consequência da reativação de todos os circuitos e da tão ambicionada constituição de novos projetos (nomeadamente o Orgânico) várias equipas de trabalho foram reforçadas, de acordo com o já previsto, por forma a responder ao expectável aumento da produção de resíduos.



Em resumo, estrutura previsional de recursos humanos para o período de 2021 a 2025 apresenta-se da seguinte forma:

Pessoal		2021	2022	2023	2024	2025
Gestão de resíduos urbanos	Coordenador	1	1	1	1	1
	Encarregado Geral	2	2	2	2	2
	Encarregado	8	9	9	9	9
	Técnico Superior	2	2	2	2	2
	Motorista	94	91	91	91	91
	Cantoneiro	193	189	189	189	189
	Eletricista	1	1	1	1	1
	Mecânico	2	2	2	2	2
	Serralheiro Civil	2	2	2	2	2
Assistente técnico	2	2	2	2	2	
Limpeza do espaço público	Diretor	1	1	1	1	1
	Encarregado Geral	1	1	1	1	1
	Encarregado	11	11	11	11	11
	Responsável de equipa	1	1	1	1	1
	Técnico Superior	4	4	4	4	4
	Fiscal	5	8	8	8	8
	Motorista	0	3	3	3	3
	Cantoneiro	26	29	29	29	29
	Assistente técnico	6	6	6	6	6
Gastos Comuns	Administrador executivo	2	2	2	2	2
	Diretor	3	3	3	3	3
	Assessor Jurídico	1	1	1	1	1
	Coordenador	2	2	2	2	2
	Secretariado CA	1	1	1	1	1
	Responsável de equipa	3	3	3	3	3
	Técnico Superior	10	10	10	10	10
	Assistente técnico	2	2	2	2	2
	Administrativo	8	8	8	8	8
Total	394	397	397	397	397	

Importa ainda sublinhar que, não obstante do processo de constituição do quadro de pessoal ter sido efetuado de forma gradual, essencialmente nos anos de 2018 e 2019, a admissão, acolhimento e integração de um número tão elevado de colaboradores, tem vindo e continuará a ser um importante desafio a ultrapassar. Por tal motivo tem vindo a ser desenvolvido um trabalho de elaboração e uniformização de procedimentos na área de Recursos Humanos, procurando constituir uma política de gestão de pessoas equitativa, mas também motivadora e promotora do bem-estar profissional e pessoal. Por último, e apesar da **PORTOAMBIENTE** estar focada na constituição e estabilização de um quadro de pessoal ajustado às responsabilidades que lhe foram cometidas, foi igualmente dada permanente atenção à eficiência organizacional, quer através de uma melhor definição de funções e níveis de responsabilidades, quer pela elaboração de procedimentos internos e externos nas diferentes áreas de atuação, aspeto esse que se espera vir a ser consolidado nos períodos subsequentes.





4.5. AFETAÇÃO DE GASTOS COMUNS

Os gastos comuns incorridos verificam-se indispensáveis como suporte às operações desenvolvidas pela **PORTOAMBIENTE**. Nesse contexto, o critério de imputação dos mesmos resultou da preponderância que os Gastos com o pessoal diretos, de cada uma das atividades desenvolvidas, sobre o total dos Gastos com o pessoal diretos, conforme se ilustra:

Critério de afetação de gastos comuns	2021	2022	2023	2024	2025
Gestão de Resíduos sólidos urbanos	84%	84%	84%	84%	84%
Limpeza do Espaço Público	16%	16%	16%	16%	16%

4.6. PLANO DE INVESTIMENTO PARA OS PERÍODOS PROJETADOS

O investimento previsto para os períodos em análise reparte-se da seguinte forma:

(Valores em Euro, com IVA incluído)

Ativos Fixos tangíveis e Intangíveis	2021	2022	2023	2024	2025
Ativos fixos tangíveis	1.194.744	2.962.086	420.660	486.588	420.660
Viaturas pesadas para recolha de RSU's	219.432	492.000	0	0	0
Frota de lavagem de equipamentos	0	1.008.600	0	0	0
Reabilitação e qualificação dos ecocentros	0	410.205	0	0	0
Equipamentos de deposição, armazenamento ou compactação	963.806	836.400	420.660	420.660	420.660
Instrumentalização	0	157.317	0	65.928	0
Motociclos para atividade de fiscalização	0	8.364	0	0	0
Outros investimentos diversos	11.506	49.200	0	0	0
Ativos Intangíveis	7.961	0	0	0	0
Software	7.961	0	0	0	0
Outros	0	0	0	0	0

Os principais investimentos projetados ao longo dos vários períodos relacionam-se com um alargamento e reestruturação da rede municipal de equipamentos, que passará pela realocação de pontos de recolha, reposição de equipamentos e investimentos de expansão para recolha seletiva, nomeadamente de Biorresíduos e outras frações.

Encontra-se adicionalmente previstos investimentos com vista à implementação de um projeto de localização de equipamentos, denominado de "Azitek". Este projeto deposita elevadas expectativas da **PortoAmbiente**, e irá permitir, de uma forma automática e sistemática, a inventariação dos equipamentos de deposição ao longo da cidade, assim como uma rigorosa avaliação da performance dos circuitos.

Por último, e após ter sido concretizada, no ano de 2020, a aquisição de 26 Viaturas pesadas de recolha de RSU's para renovação de frota, e de forma a garantir a melhoria contínua dos serviços que presta e alinhando com a



expectativa estratégica, a **PortoAmbiente** tem ainda a ambição de, no período de 2021 a 2025, reforçar a sua frota com duas viaturas tri-fluxos, incrementando a elasticidade da sua abordagem, assim como o reforço dos meios de lavagem de equipamentos, reabilitação de ecocentros, reposição e/ou incremento de equipamentos de compactação.

4.7. FONTES DE FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO

A estrutura previsional de modelo de financiamento para os investimentos a realizar no período de 2021-2025 é a seguinte:

(Valores em Euro, com IVA incluído)

Fontes de financiamento	2021	2022	2023	2024	2025
Fontes de financiamento					
Autofinanciamento	625.618	1.274.219	420.660	486.588	420.660
Financiamento externo - fundo perdido					
Cityloops	111.069	0	0	0	0
POSEUR (candidatura 2019)	246.586	0	0	0	0
POSEUR (candidatura 2021)	0	187.268	0	0	0
Financiamento externo - Locação Financeira	219.432	1.500.600	0	0	0
Aumento de capital	0	0	0	0	0

4.8. PRESSUPOSTOS FINANCEIROS

(Valores em dias)

Pressupostos Financeiros	2021	2022	2023	2024	2025
Prazo médio de recebimentos Recetas próprias	75	75	75	75	75
Prazo médio de recebimentos subsídios CMP	0	0	0	0	0
Prazo médio de recebimentos outros subsídios	120	120	120	120	120
Prazo médio de pagamentos Tratamento Resíduos	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Subcontratos	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos CAPEX	60	60	60	60	60
Prazo médio de pagamentos Outros	30	30	30	30	30
Prazo médio de pagamentos ao pessoal	0	0	0	0	0
Prazo médio de pagamentos financeiros	0	0	0	0	0

4.9. PRESSUPOSTOS DE FINANCIAMENTO

Pressupostos de Financiamento	2021	2022	2023	2024	2025
Taxa de juro Locação financeira - Spread	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%	0,4710%



INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2020-2023
VERSÃO ATUALIZADA EM OUTUBRO DE 2020

4.10. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

(Valores expressos em Euro)

Descrição das atividades	2021			2022			2023			2024			2025			
	Atividade Regulada (Rescolha de resíduos)	Serviços auxiliares (urbanos)	Atividade não regulada (urbanos)	Total	Atividade Regulada (Rescolha de resíduos)	Serviços auxiliares (urbanos)	Atividade não regulada (urbanos)	Total	Atividade Regulada (Rescolha de resíduos)	Serviços auxiliares (urbanos)	Atividade não regulada (urbanos)	Total	Atividade Regulada (Rescolha de resíduos)	Serviços auxiliares (urbanos)	Atividade não regulada (urbanos)	Total
Atividade regulada	14.402,181	471,201	1.034,650	15.068,032	13.417,018	475,025	24.000	16.214,745	15.945,026	492,230	24.000	16.441,256	16.104,486	497,445	24.000	16.625,931
Subtotal orçamento	542,673	-	6.829,140	7.371,813	1.167,256	-	8.103,611	9.278,069	1.238,689	-	9.044,809	10.303,005	1.238,689	-	9.100,239	10.438,105
Outras atividades reguladas e não reguladas	(60,494)	(133)	(89,652)	(183,276)	(87,468)	(1,75)	(141,038)	(233,378)	(89,419)	(1,828)	(144,449)	(235,128)	(90,318)	(1,843)	(144,913)	(236,982)
Resultado líquido do período	(8.234,322)	(139,159)	(5.762,966)	(14.136,447)	(8.332,849)	(189,985)	(6.462,793)	(14.825,721)	(8.055,511)	(193,948)	(7.376,117)	(14.428,574)	(8.663,209)	(196,237)	(7.446,163)	(14.624,472)
Resultado líquido do período	(5.730,627)	(90,314)	(1.135,371)	(6.956,312)	(6.905,608)	(140,531)	(1.510,808)	(8.442,072)	(7.044,171)	(143,748)	(1.511,294)	(8.698,211)	(7.114,655)	(145,201)	(1.556,638)	(8.814,476)
Resultado líquido do período	(466,366)	(7,350)	(43,214)	(476,930)	(470,403)	(9,609)	(480,000)	(470,403)	(470,403)	(9,609)	(480,000)	(470,403)	(470,403)	(9,609)	(480,000)	(470,403)
Outras atividades	230,033	-	-	230,033	773,318	-	-	773,318	820,905	-	-	820,905	811,310	-	-	811,310
Outros gastos	(447,598)	(7,004)	(1184)	(1638,602)	(374,345)	(12,130)	-	(386,475)	(618,499)	(124,222)	-	(742,721)	(600,900)	(12,874)	-	(715,774)
REDA	74,286	226,315	6,407	974,074	666,962	571,664	14,136	1.102,867	1.043,625	(24,435)	29,973	1.384,152	1.231,653	131,556	25,221	1.389,434
Gastos e receitas de administração e de operações	(719,809)	(11,245)	(6,407)	(737,461)	(846,506)	(19,216)	(1,413)	(872,228)	(1.207,459)	(54,441)	(56,997)	(1.269,906)	(1.165,578)	(59,897)	(58,929)	(1.325,504)
Resultado operacional	31,477	-	-	31,477	20,456	(22,177)	0	122,228	18,166	106,122	34	122,594	15,143	106,256	0	121,900
Atividade regulada	(21,840)	(1338)	3	(1477)	(20,401)	(47)	0	(20,841)	(18,166)	(389)	0	(13,346)	(15,143)	(389)	0	(15,878)
Resultado antes de impostos	0	314,658	3	314,661	0	(1,766)	0	(10,160)	0	105,716	0	105,716	0	104,456	0	104,456
Resultado líquido do período	0	104,428	0	104,428	0	14,546	0	14,546	0	(1,462)	0	11,628	0	(192)	0	102,772
Resultado líquido do período	0	171,284	3	171,284	0	97,214	0	97,214	0	100,877	0	100,877	0	104,258	0	104,258

Handwritten signature/initials

Handwritten signature/initials



5

**DEMONSTRAÇÕES
FINANCEIRAS
PREVISIONAIS
PARA OS ANOS DE
2020, 2021, 2022
E 2023**



5. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA OS ANOS DE 2021, 2022, 2023, 2024 E 2025

5.1. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO

Todos os montantes inscritos neste documento são apresentados em euro.

5.1.1. PRESSUPOSTOS

Os principais pressupostos que foram tidos em consideração na elaboração deste documento encontram-se apresentados na secção 4.

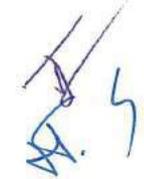
5.1.2. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados derivam (i) do orçamento da Câmara Municipal do Porto relativamente às receitas provenientes dos subsídios, (ii) das receitas próprias decorrentes da tarifa de gestão de resíduos urbanos, cobradas por intermédio da Empresa das Águas do Município do Porto, E.M. (CMPEAE), (iii) das receitas próprias faturadas aos Grandes produtores, (iv) subsídios provenientes de candidaturas a fundos comunitários e, (v) outros valores faturados menos expressivos nomeadamente a Remoção de Resíduos de Construção e Demolição e limpeza de eventos não realizados na via pública.

O prazo médio de recebimentos considerado, apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a 75 dias para a generalidade das Receitas Próprias, 0 dias para os Subsídios à exploração do Município e 120 dias para os demais Subsídios.

Prestação de Serviços e Outros Rendimentos	[Valores em Euro]				
	2021	2022	2023	2024	2025
RECEITAS PRÓPRIAS (TARIFA DE GESTÃO DE RU)	14.402.181	15.417.818	15.707.758	15.945.036	16.104.486
Utilizadores domésticos	7.328.541	7.643.220	7.787.260	7.912.488	7.991.613
Utilizadores não domésticos	7.073.640	7.774.598	7.920.499	8.032.547	8.112.873
RECEITAS PRÓPRIAS (SERVIÇOS AUXILIARES)	471.201	475.025	482.987	492.520	497.445
Grandes produtores/Não Domésticos na Origem	460.521	465.959	473.830	483.272	488.105
Recuperação de bens	0	0	0	0	0
Remoção de Resíduos de Construção e Demolição (RCD)	10.680	9.066	9.156	9.248	9.340
RECEITAS PRÓPRIAS (ATIVIDADE NÃO REGULADA)	163.450	30.000	30.000	30.000	30.000
Limpeza de outros eventos	215	0	0	0	0
Limpeza das praias	149.655	0	0	0	0
Coimas fiscalização	13.090	24.000	24.000	24.000	24.000
Outros	490	6.000	6.000	6.000	6.000
TAXA DE GESTÃO DE RESÍDUOS	569.921	654.345	666.842	680.246	687.048
OUTROS RENDIMENTOS DA ATIVIDADE REGULADA	80.297	0	0	0	0
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO - COBERTURA DE TARIFA	124.239	1.021.159	1.244.029	1.238.689	1.285.466
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO - LEP	6.829.143	8.103.611	8.981.162	9.064.809	9.150.639
SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO - Fundos comunitários	418.433	146.366	54.889	0	0
SUBSÍDIOS AO INVESTIMENTO - Fundos comunitários	85.615	116.973	134.660	134.660	118.462
Total	23.144.480	25.965.297	27.302.328	27.585.959	27.873.546

5.1.3. SUBCONTRATOS





Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de faturação e cobrança pela CMPEA, (ii) da execução do serviço de Limpeza do Espaço Público (cujo contrato atual verificou início em 11 de agosto de 2018, pelo período de 48 meses, sendo expectável a realização de procedimento idêntico findo aquele período), (iii) da execução do serviço de Limpeza das praias (originada como consequência indireta da transferência de competências para os órgãos municipais no domínio da gestão das praias marítimas, fluviais e lacustres integradas no domínio público hídrico do Estado, e prevê, entre outros, a limpeza dos areais e rochas (cerca de 2,5 Km), bem como a recolha dos resíduos depositados nos Ecopontos e Papeleiras instaladas nos areais, garantindo-se assim a remoção de todo o tipo de desperdícios provenientes da atividade dos utentes das praias, resíduos transportados pelo mar e depositados na areia pela ação das marés, resíduos transportados pelos ventos e objetos abandonados. Esta operação, executada duas vezes ao dia, 7 dias por semana durante a atual época balnear, garante a afetação de 14 meios humanos e 4 meios mecânicos, sendo igualmente realizada a oxigenação e desinfestação dos areais em dois períodos distintos, entre as 06H00 e as 13H00 e as 18H00 e as 22H00) e, (iv) a entrega ao município de 50% do valor cobrado a título de coimas por infrações, em conformidade com o regulamento de fiscalização em vigor.

Subcontratos	2021	2022	2023	2024	2025
Gestão de resíduos urbanos	460.855	484.335	493.449	501.003	506.013
Fee de faturação e cobrança CMPEA	460.855	484.335	493.449	501.003	506.013
Limpeza do espaço público	5.390.197	5.922.771	6.804.268	6.870.433	6.937.259
Limp. espaço público, terrenos, eventos - Contrato atual	5.232.992	3.005.420	0	0	0
Limp. espaço público, terrenos, eventos - Contrato potencial	0	2.812.240	6.792.268	6.858.433	6.925.259
Limpeza das praias	149.655	93.112	0	0	0
Fee de fiscalização do Município	7.550	12.000	12.000	12.000	12.000
Serviços auxiliares	7.263	9.884	10.070	10.225	10.327
Fee de faturação e cobrança CMPEA	7.263	9.884	10.070	10.225	10.327
Total	5.858.315	6.416.990	7.307.787	7.381.660	7.453.599

O prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

5.1.4. TRATAMENTO DE RESÍDUOS

Os valores apresentados resultam essencialmente (i) da aplicação da taxa de exploração, e (ii) da Taxa de Gestão de Resíduos ao total de toneladas de resíduos indiferenciados estimados.





(Valores expressos em Euro)

Tratamento de resíduos	2021	2022	2023	2024	2025
Gestão de resíduos urbanos	4.987.605	5.122.346	5.225.305	5.330.333	5.437.473
Taxa de exploração	4.540.017	4.527.981	4.618.993	4.711.835	4.806.543
Taxa de Gestão de Resíduos - valorização energética	447.588	594.365	606.312	618.499	630.930
Limpeza do espaço público	56.487	57.506	58.196	58.778	59.366
Taxa de exploração	56.291	57.506	58.196	58.778	59.366
Outros	196	0	0	0	0
Serviços auxiliares	87.991	123.463	125.791	128.126	130.506
Taxa de exploração	80.937	111.333	113.417	115.504	117.630
Taxa de Gestão de Resíduos - valorização energética	7.054	12.130	12.374	12.622	12.876
Outros	0	0	0	0	0
Total	5.132.084	5.303.314	5.409.292	5.517.237	5.627.345

O prazo médio de pagamentos considerado apresenta-se no parágrafo de pressupostos financeiros da secção 4, e ascende a cerca de 60 dias para a generalidade dos fornecedores.

5.1.5. GASTOS COM ALUGUER OPERACIONAL, COMBUSTÍVEIS E MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VIATURAS

Os valores apresentados resultam (i) da execução dos contratos existentes e/ou planeados, (ii) gastos estimados com as viaturas e equipamentos próprios e, (iii) estimativa de gastos com combustíveis para a frota própria e em aluguer operacional.

Para o efeito, e respetivas estimativas, constaram do racional:

(Valores em Euro)

Aluguer operacional, Combustíveis e Manutenção de Equipamentos e Viaturas	2021		2022		2023		2024		2025	
	Ligeiros	Pesados								
Gestão de resíduos urbanos										
<i>Resumo médio de viaturas</i>	16	48	10	40	21	53	21	53	0	0
Própria	6	46	4	47	6	48	6	48	6	48
Aluguer operacional	10	2	15	2	12	0	12	0	12	0
<i>Projeção estimativa</i>	140.843	1.709.702	208.330	1.701.941	279.520	1.907.898	280.366	1.926.255	281.212	1.938.851
Aluguer operacional	56.886	95.737	131.776	92.988	197.996	92.988	197.996	92.988	197.996	92.988
Manutenção, Combustíveis e outros	83.957	1.613.965	76.554	1.608.953	81.524	1.814.910	82.370	1.833.267	83.216	1.845.863
Limpeza do espaço público										
<i>Resumo médio de viaturas</i>	14	0	16	0	18	0	18	0	0	0
Própria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguer operacional	14	0	16	0	18	0	18	0	14	0
<i>Projeção estimativa</i>	89.938	0	117.053	0	148.520	0	148.532	0	148.544	0
Aluguer operacional	79.741	0	113.784	0	147.368	0	147.368	0	147.368	0
Manutenção, Combustíveis e outros	10.197	0	3.269	0	1.152	0	1.164	0	1.176	0
Gastos comuns										
<i>Resumo médio de viaturas</i>	7	0	7	0	7	0	7	0	0	0
Própria	0	0	0	0	0	0	0	0	0	0
Aluguer operacional	7	0	7	0	7	0	7	0	7	0
<i>Projeção estimativa</i>	48.432	0	51.233	0	55.110	0	55.170	0	55.230	0
Aluguer operacional	41.314	0	45.785	0	49.349	0	49.349	0	49.349	0
Manutenção, Combustíveis e outros	7.117	0	5.448	0	5.761	0	5.821	0	5.881	0
Total	279.212	1.709.702	374.614	1.701.941	483.150	1.907.898	484.018	1.926.255	484.986	1.938.851

5.1.6. GASTOS COM O PESSOAL

Os valores apresentados traduzem o efeito da evolução do número de colaboradores evidenciada na secção 4.4., a qual tem vindo a registar uma significativa estabilização de recursos desde o início da crise pandémica (2020 e 2021) e que se espera possa agora voltar a seguir a curva de crescimento projetada, na mesma medida em que vão sendo consolidados os projetos a implementar.

Handwritten signature or mark in blue ink.

[Valores expressos em Euro]

Gastos com o pessoal	2021	2022	2023	2024	2025
Gestão de resíduos urbanos					
Número de colaboradores	307	301	301	301	301
Total encargos	4.988.803	6.118.007	6.179.187	6.240.979	6.303.389
Limpeza do espaço público					
Número de colaboradores	55	64	64	64	64
Total encargos	977.875	1.333.995	1.347.335	1.360.808	1.374.416
Gastos comuns					
Número de colaboradores	32	32	32	32	32
Total encargos	990.633	1.105.395	1.116.449	1.127.613	1.138.889
Total Gastos com o pessoal	6.957.311	8.557.397	8.642.970	8.729.400	8.816.694

5.1.7. OUTROS GASTOS

Os valores apresentados em outros gastos traduzem essencialmente os encargos acessórios à operação (tais como materiais consumíveis), de estrutura ou outros de carácter menos representativo individualmente.

[Valores em Euro]

Outros gastos e/ou fornecimentos diversos	2021	2022	2023	2024	2025
Atividade regulada	1.070.758	1.018.285	783.114	725.716	717.152
Manutenção de equipamentos	139.075	123.117	108.284	109.366	110.460
Sacos, cordas, rodas, lonas, consumíveis viaturas e outros mat.	61.161	89.268	90.340	91.243	92.156
Aluguer de equipamentos, licenças e instrumentalização	80.803	184.687	110.242	111.220	114.289
Sensibilização	13.203	102.728	52.430	53.238	53.770
Gastos de exploração compartilhados	500.953	179.513	64.575	0	0
Outros diversos	275.564	338.972	357.243	360.649	346.478
Atividade não regulada	237.796	399.742	330.247	334.310	337.560
Gastos com sensibilização	96.587	102.728	157.290	159.714	161.309
Tintas, diluentes, vernizes, sílica, areia e outros materiais	86.599	139.824	143.038	144.469	145.913
Acertos contratuais rentings	0	58.892	0	0	0
Outros diversos	54.610	98.298	29.918	30.127	30.337
Gastos comuns	425.963	608.426	619.841	623.161	628.194
Encargos com Edifícios	150.960	306.186	307.050	307.308	309.250
Licenças de software e hardware	72.986	104.183	105.434	106.488	107.553
Honorários e/ou trabalhos especializados	141.950	142.743	145.621	147.077	148.548
Comunicações	18.359	29.731	35.908	36.260	36.616
Outros diversos	41.709	25.583	25.830	26.027	26.227
Total	1.734.516	2.026.453	1.733.202	1.683.187	1.682.907

5.2. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2021, 2022, 2023, 2024 E 2025

[Valores expressos em Euro]

Demonstração dos resultados	2021	2022	2023	2024	2025
Vendas e serviços prestados	15.036.832	15.916.842	16.214.745	16.461.556	16.625.931
Subsídios à exploração	7.371.816	9.271.136	10.280.081	10.303.498	10.436.105
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	(148.100)	(229.092)	(233.378)	(235.712)	(238.069)
Fornecimentos e serviços externos	(14.136.441)	(14.989.727)	(15.989.265)	(16.125.574)	(16.305.812)
Gastos com o pessoal	(6.957.311)	(8.557.396)	(8.642.970)	(8.729.400)	(8.816.694)
Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões)	(473.716)	(480.000)	(480.000)	(480.000)	(480.000)
Outros rendimentos	735.833	777.318	807.502	820.905	811.510
Outros gastos	(454.838)	(606.495)	(618.685)	(631.121)	(643.807)
EBITDA	974.074	1.102.587	1.338.029	1.384.152	1.389.165
Gastos / reversões de depreciação e de amortização	(737.608)	(979.959)	(1.214.521)	(1.259.068)	(1.267.263)
Resultado operacional	236.466	122.628	123.508	125.084	121.902
Juros e gastos similares suportados	(21.778)	(20.868)	(23.228)	(19.349)	(15.452)
Resultado antes de impostos	214.688	101.760	100.280	105.735	106.450
Imposto sobre rendimento do período	(43.423)	(4.546)	397	(1.462)	(192)
Resultado líquido do período	171.264	97.214	100.677	104.273	106.258

5.4. BALANÇO PREVISIONAL PARA OS ANOS DE 2021, 2022, 2023, 2024 E 2025

(Valores expressos em Euro)

Balanco	2021	2022	2023	2024	2025
ATIVO					
Ativo não corrente					
Ativos fixos tangíveis	6.656.012	8.649.786	7.861.257	7.088.837	6.242.234
Ativos intangíveis	17.037	5.391	60	-	-
Outros investimentos financeiros	28.547	28.547	28.547	28.547	28.547
Ativos por impostos diferidos	60.914	60.914	60.914	60.914	60.914
	6.762.511	8.744.638	7.950.778	7.178.298	6.331.695
Ativo corrente					
Inventários	148.805	148.805	148.805	148.805	148.805
Clientes	3.030.115	2.979.101	3.043.854	3.098.168	3.133.884
Outros créditos a receber	82.892	24.633	-	-	-
Diferimentos	193.842	193.842	193.842	193.842	193.842
Caixa e depósitos bancários	3.650.498	2.903.230	2.650.574	2.551.896	2.549.029
	7.106.142	6.249.611	6.037.075	5.992.712	6.025.559
Total do ativo	13.868.653	14.994.249	13.987.853	13.171.010	12.357.255

(Valores expressos em Euro)

Balanco	2021	2022	2023	2024	2025
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO					
CAPITAL PRÓPRIO					
Capital subscrito	3.265.566	3.265.566	3.265.566	3.265.566	3.265.566
Reservas legais	38.706	47.269	52.130	57.164	62.377
Outras reservas	123.627	123.627	123.627	123.627	123.627
Resultados transferidos	743.574	922.591	1.026.657	1.122.300	1.221.359
Excedentes de rev. autorização	26.886	14.075	4.881	4.881	4.881
Ajustamentos / outras variações no capital próprio	686.720	808.302	703.941	599.580	507.772
Resultado líquido do período	171.260	97.214	100.677	104.273	107.063
Total do capital próprio	5.056.339	5.278.644	5.277.478	5.277.390	5.292.645
PASSIVO					
Passivo não corrente					
Financiamentos obtidos	3.839.404	4.487.951	3.662.313	2.832.777	1.999.325
Passivos por impostos diferidos	213.148	183.320	150.503	120.205	93.551
	4.052.552	4.671.272	3.812.816	2.952.982	2.092.876
Passivo corrente					
Fornecedores	2.154.214	2.400.795	2.456.699	2.490.194	2.512.667
Estado e outros entes públicas	166.281	225.224	226.837	230.343	232.846
Financiamentos obtidos	632.764	819.996	823.866	827.755	831.662
Outras dívidas a pagar	1.723.673	1.515.490	1.307.328	1.309.519	1.311.731
Diferimentos	82.828	82.828	82.828	82.828	82.828
	4.759.761	5.044.333	4.897.559	4.940.638	4.971.734
Total do passivo	8.812.314	9.715.605	8.710.375	7.893.620	7.064.610
Total do capital próprio e do passivo	13.868.653	14.994.249	13.987.853	13.171.010	12.357.255

5.6. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL 2021 A 2025

(Valores expressos em Euro)

Orçamento de tesouraria previsional	2021	2022	2023	2024	2025
Saldos Iniciais	5.074.027	3.650.488	2.903.230	2.650.574	2.551.896
Recebimentos					
Recebimentos de clientes e contratos Programa	21.663.983	25.303.273	26.598.806	26.948.337	27.217.179
Subsídios de candidaturas comunitárias	288.635	416.861	-	-	-
Financiamentos bancários	-	1.500.600	-	-	-
Outros	442.176	49.818	79.522	-	-
	22.394.794	27.270.552	26.678.328	26.948.337	27.217.179
Pagamentos					
Pagamentos a fornecedores	(15.845.947)	(15.578.733)	(16.785.424)	(16.958.913)	(17.110.279)
Pagamentos a fornecedores Investimento	(577.445)	(3.172.416)	(620.990)	(496.588)	(420.660)
Pagamentos ao pessoal	(6.753.904)	(8.580.972)	(8.669.572)	(8.756.517)	(8.844.112)
Financiamentos bancários	(641.037)	(685.690)	(844.996)	(844.996)	(844.996)
Impostos, contribuições e outros	-	-	-	-	-
	(23.818.334)	(28.017.811)	(26.930.983)	(27.047.015)	(27.220.047)
Saldos Finais	3.650.488	2.903.230	2.650.574	2.551.896	2.549.029

5.7. RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

À data de emissão deste documento, não existem situações suscetíveis de gerar eventuais responsabilidades adicionais decorrentes de contenciosos existentes ou potenciais.

5.8. COMPROMISSOS ASSUMIDOS PARA ALÉM DO PERÍODOS DE 2021-2025

À data de emissão deste documento, apuram-se as seguintes despesas, cujos compromissos assumidos se verificam, ou se esperam verificar, para além do período em reporte (2021-2025):

a) Contratos de locação financeira:

- Foi adjudicada em 2020, a renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, mediante a aquisição de 26 viaturas e equipamentos, com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira. O plano de pagamentos da referida locação financeira, excede o período em reporte neste documento (2021-2025), projetando-se da forma evidenciada na tabela infra;
- Prevê-se a adjudicação, em 2022, da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha Tri-fluxo, com recurso a financiamento por intermédio de locação financeira. O plano de pagamentos da referida, está previsto exceder o período em reporte neste documento (2021-2025), projetando-se da forma evidenciada em seguida.



[Valores em Euro]

Contratos Plurianuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027	2028	2029	2030
Locação financeira 2020	641.554	653.828	653.828	653.828	653.828	653.828	653.828	623.095	0	0
Locação financeira 2022	0	31.861	191.168	191.168	191.168	191.168	191.168	191.168	191.168	159.307
Total	641.554,03	685.689,62	844.996,21	844.996,21	844.996,21	844.996,21	844.996,21	814.263,31	191.167,46	159.306,59

b) Contratos de manutenção preventiva:

- No âmbito do procedimento de renovação da frota de viaturas pesadas de recolha de resíduos sólidos urbanos, em 2020, foi adicionalmente adjudicado um contrato de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos. O plano de pagamentos do referido contrato, excede o período em reporte neste documento (2021-2025), projetando-se da forma evidenciada na tabela infra;
- No âmbito do procedimento previsto da renovação da frota de viaturas pesadas de lavagem de equipamentos e aquisição de um equipamento de recolha tri-fluxo, em 2022, será igualmente adjudicado um contrato de manutenção preventiva dos respetivos equipamentos. O plano de pagamentos do referido contrato está previsto exceder o período em reporte neste documento (2021-2025), projetando-se da forma evidenciada em seguida.

[Valores em Euro]

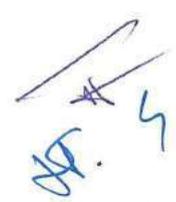
Contratos Plurianuais	2021	2022	2023	2024	2025	2026	2027
Manutenção programada 2020	207.304	207.304	207.304	207.304	167.034	0	0
Manutenção programada 2022	0	7.519	30.077	30.077	30.077	30.077	22.558
Total	207.304,50	214.823,85	237.381,90	237.381,90	197.111,65	30.077,40	22.558,05

c) Contrato de subcontratação de serviços de Limpeza do espaço público:

- Dado que o contrato de subcontratação de serviços de Limpeza do espaço Público termina em agosto de 2022, nos pressupostos de base ao presente documento foi prevista nova adjudicação por igual período de 4 anos, cessando os seus efeitos em agosto de 2026. O plano de pagamentos do referido contrato está previsto exceder o período em reporte neste documento (2021-2025), projetando-se da forma evidenciada em seguida.

[Valores em Euro]

Contratos Plurianuais	2020	2021	2022	2023	2024	2025	2026
Limpeza do espaço público							
Limp. espaço público, eventos e praias	0	0	2.812.240	6.792.268	6.858.433	6.925.259	4.274.230
Total	0	0	2.812.240	6.792.268	6.858.433	6.925.259	4.274.230



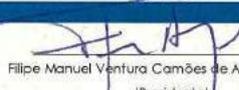
5.9. CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão previsional para os períodos de 2021 a 2025 geram, para as principais atividades, resultados operacionais nulos, decorrendo este efeito do facto das atividades incorporarem os subsídios à exploração do Município, quer a título de cobertura de tarifa (parcialmente, em cerca de 5% a 8% do total dos rendimentos daquela atividade), quer a título de Limpeza do Espaço Público (integralmente).



Permanece de igual forma visível a relevante capacidade da empresa para ultrapassar desafios, atingir os desafios propostos, pautada por critérios de excelência, como aliás foi distinguido pela ERSAR, atribuindo à **PORTOAMBIENTE** o Prémio de Excelência do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos para o ano de 2021.

Porto, 24 de novembro de 2021

<p>Contabilista Certificado</p>  <p>Paulo Sérgio Oliveira da Gruz</p>	<p>O Conselho de Administração</p>  <p>Filipe Manuel Ventura Camões de Almeida Araújo (Presidente)</p>	 <p>Luis Andre Fernandes Bragança de Assunção (Vice Presidente)</p>
	 <p>Maria Helena Vilasboas Tavares (Vogal)</p>	



6

PARECER DO FISCAL ÚNICO

Relatório do Revisor Oficial de Contas sobre os Instrumentos de Gestão Previsional

INTRODUÇÃO

Nos termos do artigo 25º, n.º 6, alínea j) da Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto, procedemos à revisão dos Instrumentos de Gestão Previsional da **Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, S.A.** (a Entidade) relativos aos **períodos entre os anos de 2021 e o ano de 2025**, que compreendem o (i) Plano anual de atividades, (ii) Orçamento anual de investimentos e de exploração, (iii) Orçamento de tesouraria (iv) bem como Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam todas as referidas peças, os quais se encontram descritos no ponto 4 e ponto 5 do referido Instrumentos de Gestão Previsional.

RESPONSABILIDADES DO ORGÃO DE GESTÃO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

É da responsabilidade do Órgão de Gestão da Entidade a preparação e a apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional ("IGP") e a divulgação dos pressupostos nos quais as previsões nelas incluídas se baseiam.

Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) - Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O trabalho a que procedemos teve como objetivo obter uma segurança moderada quanto a se a informação previsional contida nos instrumentos de gestão anteriormente referida está isenta de distorções materialmente relevantes e planeado de acordo com aquele objetivo, e consistiu.



- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
- a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a apresentação da informação previsional;
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.

CONCLUSÃO E OPINIÃO

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados.

Além disso, em nossa opinião a projeção está preparada com base nos pressupostos elencados e está apresentada de acordo com o exigido pela Lei n.º 50/2012 de 31 de Agosto.

Devemos, todavia, advertir, que o atual contexto de incerteza socioeconómica, decorrente dos impactos da pandemia Covid19, aumenta o grau de imprevisibilidade quanto ao futuro, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 30 de Novembro de 2021



Mazars & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, S.A.
representada por José Fernando Abreu Rebouta (ROC nº 1023)



7

**CERTIDÃO DE PARTE
DE ATA DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO**



Empresa Municipal de Ambiente do Porto, EM, SA

-----CERTIDÃO DE PARTE DE ATA-----

-----Reunião do Conselho de Administração de 24 de novembro de 2021-----

----- Ponto 6: Aprovação dos Instrumentos de Gestão Previsional 2021 – 2025. -----

Presente o documento Instrumentos de Gestão Previsional para o período de 2021 a 2025, no decurso do cumprimento dos deveres de informação previstos no artigo 20º dos Estatutos da Porto Ambiente, foi o mesmo aprovado por unanimidade. -----

-----Está conforme -----

----- Porto, 24 de novembro de 2021 -----

-----O ADMINISTRADOR EXECUTIVO-----

----- (Dr. Luís Assunção) -----

CERT/0588/2021

Porto. Domus Social

**Instrumentos de Gestão
Previsional para o período 2022-2026**



ÍNDICE

I.	PREÂMBULO	1
II.	PLANOS PLURIANUAIS	13
A.	ENQUADRAMENTO	14
B.	PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	16
1.	GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL	16
2.	MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL	21
a.	Habitação Social	23
b.	Educação	24
c.	Funcionamento dos Serviços	24
d.	Regeneração Urbana	25
e.	Saúde e Respostas Sociais	25
f.	Qualidade de Vida Urbana	25
g.	Energia e Transição Energética	25
3.	REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE	26
C.	PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	28
1.	PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2022-2026	28
2.	PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2022-2026	30
D.	PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	34
III.	DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2022-2026	37
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2022 / PRESSUPOSTOS	37
B.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA	38
C.	DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA	39
D.	PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO	40
IV.	DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O ANO 2022	41
A.	NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2022-2026 E PRESSUPOSTOS	42
B.	ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL	56
C.	ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL	57
D.	BALANÇO PREVISIONAL	58
V.	ANEXO I – Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas para o Triénio 2022-2024	60
VI.	ANEXO II – Parecer do Fiscal Único	61

I. Preâmbulo





A CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM (doravante Domus Social), tem como objeto social a “(...) promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação, compreendendo a gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social, independentemente do regime de ocupação e natureza das rendas devidas, a manutenção e conservação de todo o património imobiliário, equipamentos e infraestruturas municipais” nomeadamente o Parque Escolar Público Municipal (jardins de infância e escolas do ensino básico) e os designados Outros Edifícios Públicos Municipais que compreendem os edifícios com valências culturais (arquivos, bibliotecas, museus, teatros) e administrativas / institucionais. Contempla ainda nos seus estatutos “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”.

Para “a promoção do desenvolvimento da cidade do Porto na área da habitação”, a Domus Social orienta-se estrategicamente, naturalmente, a partir da(s) política(s) de habitação definidas pela Câmara Municipal do Porto (CMP), as quais constituem o quadro de referência que molda a sua atuação. A prossecução deste desiderato “inclui, designadamente:

- a) aquisição, promoção, gestão, construção, reabilitação e renovação do parque habitacional do Município do Porto [MP] destinado a habitação de interesse social;
- b) fomento e a execução de programas de habitação a custos controlados;
- c) implementação e concretização de programas de reabilitação, renovação ou reconstrução de habitações degradadas destinadas a habitação de interesse social;
- d) intervenção para melhoria do espaço público envolvente e a modernização das infraestruturas urbanas que conheçam uma conexão material com a função habitacional destinada a habitação de interesse social.”

A concretização do objeto social da empresa compreende, particularmente, três eixos. O primeiro refere-se à “(...) gestão do parque de habitação pública municipal de interesse social” e “abrange, designadamente, as funções de:

- a) Regulamentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação de prédios e frações habitacionais e não habitacionais, compreendidas no parque habitacional destinado a habitação de interesse social;

- b) Assegurar a correta ocupação de todos os espaços;
- c) Executar todo o processo administrativo de cobrança de rendas e outros quantitativos que sejam devidos;
- d) Elaborar propostas de atualização de taxas e rendas;
- e) Assegurar a ligação com as entidades promotoras e gestoras de habitação de interesse social.”

O segundo destes eixos é cumprido assegurando “(...) a manutenção e conservação, ..., de todos os edifícios, equipamentos instalações e infraestruturas, integrados no domínio público e privado cuja gestão seja do município do Porto” através das orientações definidas pelo acionista único (e pelos diferentes atores que constituem o universo camarário). Assim, a estratégia de intervenção da empresa para o período de projeção conduzirá a que se defina um plano de intervenções no património imobiliário municipal para assegurar as respostas que o acionista pretende obter nesta área.

Por último, o objeto social da empresa é também observado pela “(...) a elaboração, desenvolvimento e implementação de projetos na área social”, que compreende:

- a) O apoio a projetos e ao desenvolvimento e manutenção de equipamentos que tenham por fim a promoção social e da qualidade de vida dos inquilinos municipais;
- b) A elaboração, desenvolvimento e/ou apoio a projetos no domínio social e sociocultural.”

Neste contexto, a Domus Social definiu a sua estratégia nestes Instrumentos de Gestão Previsional para o período 2022-2026 (IGP 2022-2026) que se encontra(rá) muito condicionada pela evolução da situação pandémica.

Assim, nestes momentos de grande incerteza e imponderabilidade é exigida às organizações alguma flexibilidade e capacidade de adaptação aos fatores que condicionam e condicionarão os tempos futuros.

Independentemente do cenário anteriormente traçado a estratégia prevista nestes IGP 2022-2026 assentará em quatro vetores de atuação.

O primeiro centrado numa resposta municipal às políticas públicas de habitação definidas pelo documento governamental “Para uma Nova Geração de Políticas de Habitação” (NGPH) e por um conjunto de novos instrumentos jurídicos e financeiros disponibilizados, particularmente ao programa 1.º Direito, que foi objeto de um Acordo de Colaboração celebrado entre o MP e o Instituto da Habitação e Reabilitação Urbana (IHRU) que influenciará, nos próximos anos, a capacidade do MP na provisão de habitação de interesse social. Aqui, as novas medidas adotadas, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, poderão vir a constituir-se como um importante instrumento de mobilização de recursos para um forte incremento do referido programa.

Relativamente ao segundo vetor importa referir que a entrada na fase final da execução dos instrumentos financeiros comunitários referentes ao período 2014-2020, cujo beneficiário formal e material é o MP, suportam as estratégias de intervenção consagradas no “Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano (PEDU)”, nomeadamente aqueles que cumprem com os recentes e atuais propósitos desta empresa municipal e que se prendem com ações materiais e imateriais inscritas nos Planos de Ação Integrada para as Comunidades Desfavorecidas (PAICD), para a Comunidade do Vale da Ribeira da Granja (CD1 - utilizando a designação estabelecida no documento programático do PEDU) e para a Comunidade do Vale de Campanhã Norte (CD2). As intervenções materiais e imateriais aí propostas englobam os seguintes bairros:

- Comunidade Desfavorecida 1 (CD1) – Pasteleira (edificado e espaço público), Mouteira, Dr. Nuno Pinheiro Torres e Lordelo do Ouro (nestes três bairros somente se encontra-consagrado o espaço público);
- Comunidade Desfavorecida 2 (CD2) – Cerco do Porto, Falcão e Monte da Bela (edificado e espaço público), Agrupamento Habitacional do Falcão (somente espaço público) e Ilhéu (somente edificado).

Na CD1 a intervenção de reabilitação do edificado da Pasteleira e na CD2 a conclusão da intervenção no edificado e no espaço público do Cerco do Porto (5, 6, 9, 21 e 30) e do espaço público em Monte da Bela.

Ainda na área da CD2 realce-se a participação da Domus Social no projecto *URBiNAT – Healthy Corridors as Drivers of Social Housing Neighbourhoods fo the Co-Creation of Social, Environmental*

and Marketable NBS¹, financiado no âmbito do Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020) e com uma duração de 60 meses a partir de 1 de Junho de 2018, no âmbito do qual a cidade do Porto é líder a par de Nantes (França) e Sófia (Bulgária) contando como “cidades-seguidoras”, Bruxelas (Bélgica), Hoje-Trastrup (Dinamarca), Nova Gorica (Eslovénia) e Siena (Itália).

Para o próximo triénio, que coincidirá com o fim do atual quadro de referência estratégico nacional e o início do próximo, a empresa dedicará uma particular atenção à entrada deste novo quadro de financiamento comunitário. Desta maneira, a empresa irá identificar as oportunidades de captação de fundos públicos (comunitários e outros) aplicáveis na sua atividade e irá colaborar ativamente com a CMP em todos os processos de candidaturas.

O terceiro vetor, conexo com o anterior e com os propósitos recentemente consagrados nos estatutos da empresa, prende-se com a intervenção no espaço público dos bairros de habitação pública municipal. Salienta-se que para o período de projeção continua programado um significativo investimento para a intervenção no espaço público dos bairros de Aldoar, Bom Pastor/Vale Formoso, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Falcão (espaço público edifícios 10 a 15) e Monte da Bela.

Como último vetor de atuação, a componente da pós-construção, nomeadamente da manutenção (preventiva e corretiva) e conservação dos equipamentos, de grande preponderância para a empresa municipal, consagrando assim a sua reconhecida aptidão e manifesta experiência que possui nas áreas da manutenção e conservação.

Particular atenção continuará a merecer duas áreas de atuação da empresa, a externa – a relação com os inquilinos/municípes e a interna – com uma particular atenção aos colaboradores.

Desta maneira, na vertente externa da sua atuação o trabalho que a Domus Social desenvolve é cada vez menos uma atividade isolada e fechada, feita no seu interior, sendo cada vez mais uma empresa em que as suas partes interessadas – cidadãos, autarquia, empresas, organismos públicos – são participantes ativos dando consistência a uma relação bidirecional que se pretende frutuosa e profícua para todos. Na sua relação com o cidadão, a Domus Social tem sempre por objetivo a

¹ Acrónimo de *Nature Based Solutions* em inglês, traduzido como “soluções baseadas na natureza”.

participação ativa, assegurando que a comunicação destes com a empresa é tratada de forma única e coerente, independentemente dos meios usados. Melhorar a comunicação com o cidadão, em termos qualitativos e dando resposta efetiva e em tempo útil aos seus contatos e interações assume particular relevância.

Adicionalmente, tem-se vindo a generalizar o princípio do «contacto único», no sentido de aumentar a transparência e o escrutínio por parte dos cidadãos, evoluindo-se para sistemas que permitam o acesso adequado dos munícipes aos seus processos, sem qualquer intermediação e de acordo com as melhores práticas existentes nesta matéria. Hoje, esta realidade já é possível em alguns dos processos existentes como por exemplo: a atualização de dados, o acompanhamento dos pedidos de habitação e a apresentação de candidaturas ao Programa Porto Solidário. Estão em curso as alterações para promover uma evolução tecnológica com a criação de uma área reservada do cliente no website que permita a interação direta com os serviços.

Pretende-se evoluir, agilizando a forma como os munícipes podem utilizar os novos métodos digitais, implementando uma nova fase nos formulários online que se podem submeter, melhorando a informação que é prestada sobre procedimentos internos e melhorando a transparência e eficácia dos processos.

Nesse sentido, a Domus Social tem em curso um processo de modernização e transformação do seu modelo de prestação de serviços à cidade, que tem subjacente a adoção de uma nova atitude no cumprimento da sua missão, mais aberto, diversificado, simplificado e participativo. Com este desígnio, pretende esta empresa assumir uma postura ativa na condução dos seus processos que lhe permita agir com antecipação e planeamento, e não apenas reagir às solicitações e problemas com que vai sendo confrontada. Tendo em conta a mudança em curso, tem vindo a ser implementado um conjunto de alterações na organização da empresa, com impacto na forma como gere os seus processos e nos modos de relacionamento com os cidadãos, mas também com a autarquia e os seus parceiros. Associado a este processo de modernização a empresa tem em curso a implementação de um plano de evolução dos seus sistemas de informação, já que resulta claro o relevante papel que as Tecnologias de Informação e Comunicação (TIC) e o uso adequado da informação pode ter nestes processos de modernização e inovação.

A implementação do Regulamento Geral da Proteção de Dados (RGPD) obrigou, também, a empresa a um esforço de adaptação às novas e fortes exigências, em matéria de tratamento de informação. Continuaremos no próximo ano, e de uma forma ainda mais intensiva, a implementação das diretivas veiculadas por aquele regulamento aos sistemas de informação procurando desta maneira aumentar os processos de escrutínio, controle e gestão.

Enquadrando e quantificando melhor o seu perímetro de intervenção, a Domus Social tem sob sua gestão um Parque de Habitação Pública Municipal que integra cerca de 13.000 fogos e onde residem cerca de 30.000 pessoas. Assegura, ainda, a manutenção e conservação de todo o restante conjunto de imóveis municipais constituído por um importante e relevante número de edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas. Esta realidade diversa e bastante complexa, implica um fluxo permanente e muito significativo de informação de e para a empresa. A gestão da manutenção e conservação de todo este conjunto de ativos e da ocupação das habitações, obriga a um elevado nível de organização e de controlo interno correspondendo a um exigente esforço logístico e financeiro.

A dotação de meios e de conhecimento que lhe permitem uma intervenção planeada na manutenção preventiva dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas constitui não só um importante desafio, mas também uma oportunidade. Desafio, porque implica uma modernização da cultura organizacional, evoluindo de uma tradição de intervenção reativa para uma atitude de planeamento e intervenção programada, redesenhando-se, assim, os processos. Oportunidade, na medida em que esta transformação servirá de alavanca para outras tarefas de modernização que se afiguram imperiosas e inadiáveis e que se prendem, nomeadamente, com o redimensionamento e uniformização dos repositórios de dados existentes – normalmente designados por “cadastro”. Nesse sentido, no próximo triénio a Domus Social dará particular relevância ao tratamento da informação e uma mais aprofundada análise da informação “cadastral” existente através da utilização dos Sistemas de Informação Geográfica (SIG) com vista a uma melhor gestão dos ativos da empresa.

Por outro lado, o acompanhamento dos cerca de 30 mil residentes, pressupõe de igual modo um sistema de informação atualizado e dinâmico permitindo uma gestão criteriosa e transparente da área. A implementação do Sistema Integrado da Gestão da Habitação pretende dotar a Domus Social

de mecanismos de gestão mais eficazes no que concerne ao tratamento e classificação da informação existente sobre os inquilinos e potenciais inquilinos municipais.

A empresa tem implementado um Sistema de Gestão Integrado, certificado, no âmbito da Gestão da Qualidade (NP EN ISO 9001:2015), da Gestão do Ambiente (NP EN ISO 14001:2015), da Gestão de Saúde e Segurança no Trabalho (NP EN ISO 45001:2019) e Gestão da Responsabilidade Social (NP 4469:2019). A certificação deste sistema reflete as boas práticas de gestão da empresa, bem como a confiança e reconhecimento dos munícipes, corolário do empenho e sentido de serviço público da sua gestão e dos seus trabalhadores. A Domus Social é a primeira empresa do município a obter este conjunto de certificações.

O Sistema de Gestão Integrado de Qualidade, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social contribui para uma atuação mais sustentável da empresa, alicerçada numa melhoria contínua organizacional e implementada através de uma monitorização permanente da qualidade dos serviços públicos prestados, alcançando-se, assim, a minimização dos impactos ambientais, a prevenção da sinistralidade laboral e das doenças laborais, a valorização e melhoria das condições de vida dos trabalhadores, bem como a melhoria da qualidade nos processos de comunicação em toda a cadeia de relações da empresa.

Consciente do seu impacto na vida das pessoas, a Domus Social, adota uma conduta empresarial responsável, empenhando-se no aprofundamento de um modelo de gestão, onde as práticas de racionalização dos recursos e a valorização das pessoas são fundamentais no desenvolvimento e vitalidade da empresa.

Tornar a cidade do Porto mais inclusiva e sustentável é um compromisso que a Domus Social assume tendo por base a promoção da coesão e, consequentemente, o bem-estar e a qualidade de vida dos munícipes.

Parece-nos ainda relevante destacar os trabalhos que têm vindo a decorrer e que fundamentarão muito das futuras políticas de habitação e moldarão os contornos da intervenção que se prevê realizar nos próximos anos.



A área da energia e ambiente, diz respeito à aposta da Domus Social na implementação de medidas de eficiência energética e de incremento do conforto térmico nos bairros de habitação pública municipal e nos equipamentos públicos municipais respondendo também assim a um dos desígnios das políticas ambientais contemporâneas.

Realce-se a participação da Domus Social em diferentes projetos europeus com financiamento assegurado por fundos comunitários nomeadamente no projecto *URBiNAT - Healthy Corridors as Drivers of Social Housing Neighbourhoods fo the Co-Creation of Social, Environmental and Marketable NBS*², financiado no âmbito do Programa do Quadro Comunitário de Investigação & Inovação Horizonte 2020 (H2020) e com uma duração de 60 meses a partir de 1 de Junho de 2018, no âmbito do qual a cidade do Porto é líder a par de Nantes (França) e Sófia (Bulgária) contando como “cidades-seguidoras”, Bruxelas (Bélgica), Hoje-Trastrup (Dinamarca), Nova Gorica (Eslovénia) e Siena (Itália).

O gradual reforço da responsabilidade e componente social da empresa, como revela, por exemplo, a gestão do programa “Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - Eixo Apoio à Habitação”, criado pelo MP, que visa apoiar pessoas e famílias com graves dificuldades financeiras (mediante a atribuição de um subsídio mensal que lhes permita assegurar o pagamento da renda ou da prestação bancária) é uma das áreas que durante o próximo triénio continuará a ser objeto de uma particular atenção.

A empresa tem como objetivo aplicar de forma criteriosa, prudente e economicamente vantajosa o conjunto de meios financeiros que resultam da sua própria atividade e dos meios disponibilizados pela CMP nas ações de manutenção e reabilitação de edifícios.

Com os meios financeiros que resultam da atividade de arrendamento das habitações de interesse social, a empresa efetuará as ações de manutenção preventiva e corretiva e suportará os custos da sua estrutura afetas a essa mesma atividade, tendo como objetivo maior assegurar o seu equilíbrio económico e financeiro.

² Acrónimo de *Nature Based Solutions* em inglês, traduzido como “soluções baseadas na natureza”.

O programa de automanutenção “Casa como Nova” permite aos inquilinos municipais a aquisição dos materiais mais correntes de construção civil (tintas, portas interiores e pavimentos) a preços substancialmente inferiores aos do mercado. Este programa, com participação financeira da Domus Social constitui um contributo para a manutenção do interior das habitações e, particularmente, pretender elevar o grau de sensibilização dos inquilinos para a preservação do património público de que diretamente beneficiam.

Sem descurar a centralidade na observância dos critérios de equidade e justiça na análise e decisão sobre o vasto conjunto de questões que diariamente são colocadas e relacionadas com a utilização do Parque de Habitação Pública Municipal, a Domus Social tem reforçado o acompanhamento que essas questões merecem, avaliando criteriosamente os problemas de natureza social, procurando, com meios próprios e por recurso a outras entidades vocacionadas para o apoio social, encontrar as soluções que ajudem as famílias a ultrapassar as suas dificuldades e constrangimentos. Para este fim, a empresa estará cada vez mais próxima dos inquilinos, e contará com o importante apoio das juntas de freguesia e associações locais de moradores.

Nos últimos dois anos, todas as áreas da Domus Social, passaram por transformações críticas. Os Recursos Humanos não foram exceção. A pandemia originada pelo novo vírus, forçou as instituições a reagirem de uma forma muito célere face aos novos cenários que iam surgindo. Os tradicionais meios de comunicação deram espaço à comunicação por canais digitais, o trabalho presencial foi substituído preferencialmente pelo teletrabalho, obrigando a uma monitorização do bem-estar e saúde mental dos seus colaboradores.

À medida que a pandemia vai tendo novos contornos e os casos de covid-19 vão reduzindo, o fortalecimento na comunicação interna será uma constante, reforçando ligações bidirecionais, numa gestão integrada, centrada na valorização das pessoas, permitindo que se estabeleça relações a longo prazo, contribuindo para uma maior humanização.

Ao nível da Saúde e Segurança interna, a preocupação centra-se na saúde dos nossos colaboradores. Resultados de estudos a nível mundial confirmam que, para além de alterações profundas, provocadas pela COVID-19 no quotidiano das pessoas, houve e há impactos na sua saúde mental e bem-estar, em particular naquelas que estão na primeira linha de combate à pandemia. Assim, a

procura de soluções de proximidade para colmatar estas necessidades irão continuar a surgir. As consultas gratuitas na especialidade de Psicologia vão permanecer ao longo deste período de projeção e novas ações encontram-se a ser planeadas.

Continuar-se-á a assegurar a valorização pessoal e profissional dos colaboradores, suportada por um sistema de avaliação de desempenho participado, a par do diagnóstico/levantamento de necessidades de formação por funções/áreas, que resultará no plano anual de formação que, pela sua natureza, se traduz num acréscimo de valor para o colaborador e para a organização. Para cumprir estes propósitos será feita uma aposta no fortalecimento do sentido de pertença à organização, através da valorização da criatividade, responsabilidade e autonomia dos colaboradores.

Por fim, a leitura deste documento deve ser enquadrada na conjuntura pandémica em que vivemos, podendo existir necessidade de adaptações. A Domus Social tem um plano de contingência ativo e continuará a acompanhar a evolução desta pandemia cumprindo as orientações governamentais e das autoridades de saúde. Continuaremos, assim, a adaptar toda a nossa atividade, e a forma de a desenvolver, a esta situação de incerteza.

Neste enquadramento e conforme o estabelecido na alínea e) do artigo 15.º e artigo 23.º dos Estatutos da CMPH – Domus Social – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, EM e no artigo 42.º n.º 1, da Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto, o Conselho de Administração (CA) apresenta os IGP para o período 2022-2026, cujo rédito inclui uma verba de subsídio à exploração conforme apresentado na nota II-B-3 e no Contrato Programa a celebrar.

O acompanhamento e controlo da CMP bem como as funções de administração e fiscalização estão definidos na Lei n.º 50/2012 de 31 de agosto e nos Estatutos da Empresa.

Relembre-se que o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.



As demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

II. Planos Plurianuais

RS
1/2

A. ENQUADRAMENTO

Este documento foi elaborado tendo em conta os seguintes parâmetros e objetivos:

Parâmetros:

- i. O fluxo líquido de receitas da atividade corrente da empresa assegurará a manutenção preventiva e corretiva do Parque de Habitação Pública Municipal, e ainda a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a essa atividade;
- ii. A dotação financeira fixada pela CMP em Contrato, e que consta do Orçamento do Município aprovado pelo Executivo, para ações de reabilitação do Parque de Habitação Pública Municipal incluindo a reabilitação do interior de casas devolutas, e para atividades de manutenção preventiva e corretiva de equipamentos públicos municipais bem como a cobertura financeira dos gastos de estrutura da empresa afetos a estas atividades;
- iii. A experiência adquirida nos anos anteriores na gestão de responsabilidades decorrentes do contrato programa, nomeadamente na gestão do parque habitacional e na gestão e manutenção dos edifícios, equipamentos, instalações e infraestruturas;
- iv. A base de dados relativa ao património sob gestão e sua ocupação;
- v. O prazo de pagamento a fornecedores, constante dos orçamentos anuais e plurianuais, será de 5 dias;
- vi. O prazo de recebimento por parte da CMP foi estimado em 10 dias;
- vii. A taxa de inflação estimada em 0,9%;
- viii. O coeficiente de atualização de rendas de 1,57%;
- ix. A taxa nominal média de crescimento salarial de 0,9% em 2022.

Objetivos Gerais:

- i. Orientação da atividade para a otimização dos recursos de modo a alcançar uma elevada taxa de execução;
- ii. Incremento da produtividade através de um esforço de racionalização e melhor aproveitamento dos recursos disponíveis bem como do controlo de gastos;
- iii. Contínua aposta na formação profissional e comportamental;
- iv. Avaliação de desempenho profissional com fixação de objetivos;

v. Melhoria contínua da organização e controlo interno através de um SGQ orientado para o interesse público, mantendo a transparência e auditabilidade nas relações com clientes internos e externos;

vi. Melhoria do desempenho dos Sistemas de Informação com o aperfeiçoamento da gestão da informação na perspetiva da integração do arquivo digital e físico – processo gradual de desmaterialização;

vii. Gestão integrada do Parque de Habitação Pública Municipal garantindo a sua correta ocupação, em obediência a critérios de legalidade, justiça e equidade social;

viii. Intervenção no espaço público do Parque de Habitação Pública Municipal;

ix. Implementação generalizada de medidas de Manutenção Preventiva.

B. PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

1. GESTÃO DO PARQUE HABITACIONAL

A Direção de Gestão do Parque Habitacional (DGPH) tem como missão analisar e tratar todos os movimentos habitacionais do vasto parque habitacional do MP, constituído por cerca de 13.000 fogos, bem como de espaços não habitacionais integrados nos bairros de habitação social da cidade, garantindo a sua correta utilização e o cumprimento dos critérios de legalidade, justiça e equidade social, aplicando princípios de gestão de forma uniforme e generalizada e regras estabelecidas no Regulamento de Gestão do Parque Habitacional (RGPH).

No parque habitacional residem atualmente cerca de 30 000 pessoas, que a DGPH acompanha de forma participativa e permanente.

É objetivo contribuir de forma decisiva para a melhoria da qualidade de vida dos inquilinos municipais, promovendo uma relação personalizada e de proximidade com os moradores, assegurando uma gestão eficiente e eficaz, garantindo, deste modo, o princípio da integração social, por uma cidade mais próxima dos cidadãos.

No âmbito das respetivas atribuições e competências, aos Municípios cabe a promoção de medidas de carácter social, com vista, nomeadamente, a colmatar as necessidades associadas à habitação.

A política social de habitação deve ter como objetivo fundamental a promoção do acesso à habitação das famílias vulneráveis, que não dispõem de recursos para a obterem pelos seus próprios meios, efetivando, uma resposta às situações de precariedade habitacional e de emergência social em obediência aos princípios da igualdade, da justiça e da imparcialidade. Só assim se concretiza o interesse público, no respeito pelos direitos e interesses dos cidadãos.

O MP tem vindo a considerar a necessidade de adequar a gestão às exigências de uma nova política de habitação, que deve atender às dimensões da economia urbana, da coesão social e da sustentabilidade económica e social. Tem-se vindo a dar continuidade às políticas ativas no sentido de melhorar a qualidade de vida das pessoas, e implementando-se outras ações que visam promover uma verdadeira inclusão social dos munícipes.

As situações de vulnerabilidade das pessoas e famílias são insuscetíveis de serem tipificadas de forma absoluta, pelo que as soluções devem ser configuradas com a flexibilidade que permita uma melhor adequação ao caso concreto, garantindo o acesso a uma habitação condigna, a que têm direito.

Entendeu-se assim pela oportunidade de implementar o Observatório de Habitação Social Municipal, e que permitirá monitorizar a realidade socio-habitacional do Município do Porto, avaliar o impacto da implementação de medidas e projetos municipais e nacionais, no âmbito da habitação e propor medidas, práticas e iniciativas de intervenção no âmbito das políticas de habitação.

No período de projeção, e considerando que já foi formalizado um protocolo de colaboração com SINCLab – Social Inclusion Laboratory da Faculdade de Psicologia e de Ciências da Educação da Universidade do Porto (SINCLab), o Observatório de Habitação será dinamizado, permitindo um melhor contributo para o desenvolvimento estratégico da atividade da Domus Social e das políticas municipais na área da habitação, e virá a apoiar a elaboração da Carta Municipal de Habitação.

Uma das formas que o MP, através da Domus Social, adotou para responder à fragilidade económica dos portuenses, materializa-se no Programa Porto Solidário – Fundo Municipal de Emergência Social - que se traduz num apoio efetivo à renda suportada no mercado livre de arrendamento. Até ao momento apoiamos aproximadamente 3.900 famílias.

Esta medida, que se pretende manter, visa promover a manutenção dos agregados familiares nas suas habitações arrendadas e casas próprias, combatendo o desenraizamento e contribuindo para a redução do endividamento familiar, diminuindo a asfixia financeira de muitas famílias.

Ainda que o MP tenha vindo a desenvolver estratégias e medidas para reforçar a coesão social e aumentar a disponibilização de habitação de interesse social, face à permanente procura existente, a provisão de habitação ainda fica aquém da procura, razão pela qual se torna necessário a implementação de medidas de gestão inovadoras que contribuam para minorar as dificuldades os constrangimentos existentes.

O MP continuará a realizar ao longo do período de projeção a reabilitação e reocupação de casas municipais devolutas localizadas no centro histórico.

Neste último ano, esta direção entregou cerca de 350 habitações reabilitadas para alojamento de novas famílias. Os curtos prazos para entrega destas habitações após a sua reabilitação é, e manter-se-á, objetivo a cumprir.

Continuaremos a dar especial prioridade à verificação célere de situações de casas que, por diversos motivos, ficam devolutas sem que tal facto seja comunicado à empresa. Esta preocupação e ação são indispensáveis por potenciar maior disponibilidade de fogos para resposta mais rápida à procura.

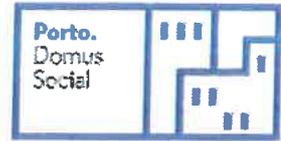
No decurso do período de projeção, a conclusão do processo de reabilitação profunda de São João de Deus e a conclusão da Maceda permitirá a atribuição de novas habitações a agregados que aguardam realojamento.

Têm vindo a ser implementadas ferramentas informáticas que permitem a integração de todos os processos no sistema de informação existente e contribuindo para a agilização dos mesmos. Destaquem-se aqui as práticas, e que se repercutirão no período de projeção ao nível da atuação da empresa, designadamente na minimização dos impactes ambientais resultantes de utilização de papel. A tecnologia digital demonstrou a sua enorme utilidade durante os períodos de confinamento na pandemia, pelo que importa reforçar e evoluir neste movimento, especialmente nos formulários online que se podem submeter, melhorando a informação que é prestada sobre o processo interno e melhorando a transparência e a sua eficácia.

Também como projeto de gestão e administração dos espaços comuns, o ConDomus assume particular relevância e a sua expansão continuará a ser um desafio para o futuro. Com mais de 90% de entradas organizadas, este projeto trabalha a valorização e participação ativa dos inquilinos municipais, essencialmente, na preservação dos espaços comuns, ampliará a gestão de condomínios aos novos empreendimentos.

As atividades de proximidade desenvolvidas com os Gestores de Entrada têm contribuído para o refortalecimento das redes de vizinhança e do espírito de comunidade, potenciado o desenvolvimento de ações de apoio e solidariedade, sobretudo às pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade.





Esta direção desenvolve, e manterá no futuro, uma colaboração estreita com diferentes instituições da cidade, através da cedência de espaços não habitacionais, promovendo desta forma a diversificação de públicos utilizadores destes espaços, fomentando o espírito comunitário e o associativismo. Muitas destas cedências têm um enorme contributo social, designadamente no apoio a famílias e públicos particularmente vulneráveis.

Foi também com esta preocupação, designadamente com a população mais envelhecida que, em parceria com algumas Juntas de Freguesia (Bonfim, Campanhã, União de Freguesias de Aldoar, Foz do Douro e Nevogilde e Ramalde), foram instaladas as residências partilhadas para idosos, de forma a combater o isolamento e contribuirmos para a melhoria efetiva da qualidade de vida dos idosos que residem no Parque de Habitação Pública Municipal. Considerando os resultados deste projeto, está já a ser estruturada a implementação de mais residências noutras zonas da cidade.

Dando continuidade às políticas ativas, destaca-se o projeto solidário “Porto.Importa-se”, considerado como uma resposta aos problemas dos moradores idosos, fomentando as potencialidades e as redes solidárias locais, aproveitando eficazmente os recursos da empresa municipal, reduzindo, para este segmento da população residente nos bairros de habitação social municipal, os efeitos negativos de uma vida isolada.

O pilar da sustentabilidade manter-se-á no centro da ação da DGPH, com os desafios da atualidade de uma intervenção social integrada, potenciando a partilha de serviços e recursos, e o desenvolvimento de projetos inovadores para responder a problemas emergentes na cidade.

Ainda que o Município do Porto e a Domus Social tenham criado um conjunto de medidas que pretendam assegurar uma proteção aos inquilinos em situação de maior vulnerabilidade económica, as taxas médias de incumprimento no pagamento das rendas no decurso de 2021 apresentaram algumas oscilações, devido à Pandemia COVID-19.

Contudo, continuarão a ser adotadas medidas de controlo e monitorização, bem como alternativas para regularização das situações de incumprimento. Nas contas orçamentais para 2022, os incumprimentos decorrentes da COVID-19 não terão grande impacto ao nível da receita.

A empresa tem vindo a apostar na melhoria contínua, tendo em vista a redução de custos operacionais e de melhorias dos níveis de serviço e no atendimento ao cliente. Estas metodologias, já implementadas e a desenvolver no período de projeção, apontam um aumento de processos resolvidos com os mesmos recursos e uma redução dos tempos de resposta, com ganhos significativos dada a disponibilização de recursos para a realização de novas tarefas e funções. Dando continuidade a este modelo, prevê-se um aumento da satisfação do cliente e a uma maior motivação dos colaboradores, em função do aumento da eficácia e eficiência dos serviços e da qualidade do atendimento.

A satisfação do cliente, apostando num atendimento direto e claro, contribuindo para uma maior transparência sobre os processos internos em termos de informação e tempos de resposta, tem conduzido a alguns investimentos, quer ao nível da formação específica dos técnicos, quer ao nível de desenvolvimentos informáticos, estratégia que será prosseguida no período de projeção.



2. MANUTENÇÃO DO PARQUE DE HABITAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

O objetivo base fixado nos IGP para a DP passa pela utilização racional e eficiente dos meios financeiros que são colocados à disposição da empresa para as ações de construção, reabilitação, manutenção e conservação do património edificado público municipal. Desta forma, pretende-se assegurar uma gestão adequada dos meios financeiros disponibilizados através de uma otimização dos recursos com vista à obtenção de resultados que cumpram os requisitos de uma resposta rápida, eficaz e qualificada.

Assim, constituem objetivos da DP, nomeadamente:

- Reabilitar os edifícios do Parque de Habitação Pública Municipal, assegurando o cumprimento das metas (físicas e financeiras) estabelecidas;
- Reabilitar o interior das casas devolutas do Parque de Habitação Pública Municipal;
- Reabilitar as casas do Património, do ex-Comissariado para a Renovação Urbana da Área de Ribeira/ Barredo (ex - CRUARB-CH) e da ex-Fundação para o Desenvolvimento da Zona Histórica do Porto (ex – FDZHP);
- Assegurar de forma eficaz e eficiente e com a qualidade adequada, a resposta a todas as solicitações de acordo com os níveis de serviço pré-estabelecidos aos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Assegurar o cumprimento rigoroso de todas as ações de manutenção preventiva e corretiva dos edifícios de Habitação Pública Municipal e dos diversos Equipamentos Públicos Municipais (administrativos/institucionais, ensino, culturais);
- Responder, em tempo e qualidade, às solicitações do Serviço Municipal de Proteção Civil (SMPC) e do Departamento Municipal de Fiscalização (DMF) da CMP.

Refira-se ainda que a função primordial da DP é a manutenção e conservação dos imóveis habitacionais e não habitacionais sob sua gestão. Este património é essencialmente constituído por imóveis que englobam o Parque de Habitação Pública Municipal, representado por 599 edifícios com 12.328 fogos correntemente designados como “bairros de habitação social”, acrescido de 260 edifícios com 560 fogos relativos às casas do Património, do ex-CRUARB-CH e da ex-FDZHP e por 161 edifícios que



constituem o Parque de Equipamentos Públicos Municipais, constituído por 48 edifícios do Parque Escolar Público Municipal (Jardins de Infância e Escolas do Ensino Básico) e por 113 edifícios constituídos, essencialmente, por equipamentos de índole cultural e administrativa/institucional e que se encontram classificados internamente como Outros Edifícios Públicos Municipais.

A DP é ainda responsável pela manutenção de uma diversidade de equipamentos instalados nos edifícios atrás referidos, nomeadamente por: 143 elevadores e ascensores, 2.106 bocas de incêndio, extintores e carretéis, 118 Sistemas Automáticos de Detecção de Incêndio (SADI), 97 Sistemas Automáticos de Detecção de Intrusão e Roubo (SADIR), 80 grupos de pressurização e bombagem, entre outros. A DP é também responsável pelos sistemas de Aquecimento, Ventilação e Ar Condicionado (AVAC) de 9 edifícios do referido Parque Escolar Público Municipal e de 8 edifícios pertencentes ao grupo de Outros Edifícios Públicos Municipais.

Perante a diversidade de edifícios, o seu tipo, natureza e complexidade, foi definida uma política de manutenção e conservação que condiciona a prática da DP nos próximos anos com a prioridade dada às políticas de manutenção preventiva em detrimento da corretiva.

Assim, cumprindo o desígnio de uma mudança no modo de atuação no que concerne à manutenção, de uma atuação reativa para uma atuação programada foram elaborados os planos de manutenção preventiva para a totalidade do Parque de Habitação Pública Municipal.

A empresa desenvolveu também instrumentos para ações de manutenção preventiva no Parque Escolar Público Municipal, nomeadamente planos de manutenção preventiva das coberturas, instalações elétricas, sistemas de AVAC, elevadores e ascensores, grupos de pressurização e bombagem, SADI e SADIR, que se encontram a ser implementados.

Em articulação com a Direção Municipal de Finanças e Património (DMFP) da CMP elaboraram-se, também, os planos de manutenção preventiva para os designados Outros Edifícios Públicos Municipais encontrando-se em curso a sua implementação.

Está em fase de implementação o novo software de gestão integrada de manutenção, perspetivando-se ganhos significativos de produtividade. Na sequência da implementação deste novo software, prevê-se reunir condições, em 2022, para que seja possível o acesso remoto ao sistema interno e integrado de informação para registo das ações de manutenção executadas pelas brigadas que se encontram no terreno.



A dotação global definida em sede de orçamento da CMP está fixada em 23.172.734€ (IVA incluído), aos quais acresce 3.940.000€ (IVA incluído) provenientes da receita de rendas, para ações de manutenção preventiva e corretiva através de pequenas intervenções e emergências e gestão do parque habitacional público municipal.

Analisemos, então, a verba global em causa e a sua repartição:

a. Habitação Social

Para 2022 a dotação orçamental fixada para esta rubrica é de 17.472.734€, IVA incluído, acrescida do montante proveniente da receita de rendas.

Reabilitação dos Edifícios

Prevê-se a conclusão em 2022, da intervenção em São João de Deus, no Falcão e da construção nova da Maceda, bem como nos edifícios localizados na Rua da Arménia / Miragaia (73/56 e 75/58), Rua da Vitória (281 a 283), Rua de D. João IV (792 e 800), Rua de Tomás Gonzaga (16 e 38), e Rua do Dr. Barbosa de Castro (10 a 14).

Irá ser dada continuidade às obras de reabilitação iniciadas em anos anteriores, nomeadamente no Cerco do Porto, Condominhas, Fernão Magalhães e Pasteleira.

Perspetiva-se ainda o início das intervenções no bairro do Bom Sucesso, na Colonia Viterbo Campos, nos edifícios localizados na Rua de S. Miguel (45 a 51), Rua de António Cândido (214 a 216), Rua de Tomás Gonzaga (43 e 45) e na Rua de S. Brás 251 a 261 e 263.

Reabilitação Interior de Habitações Devolutas

O objetivo fixado para 2022 em termos de reabilitação do interior de casas devolutas é quantificado em 2.500.000€, IVA incluído.

Reabilitação do Espaço Público

Durante o ano de 2021, foram sendo desenvolvidos projetos de intervenção no espaço público, que contemplam o (re)desenho urbano e paisagístico, a circulação e a mobilidade, o mobiliário urbano, a

reformulação/criação de redes de infraestruturas de gás, águas residuais domésticas e pluviais, abastecimento de água, telecomunicações e iluminação pública, bem como iniciadas as obras de reabilitação do espaço público no bairro do Falcão.

Prevê-se a conclusão dos projetos de Aldoar, Campinas, Carvalhido, Cerco do Porto, Maceda, Monte da Bela, Bom Pastor, Vale Formoso e a contratação das respetivas empreitadas em 2022, com desenvolvimento das mesmas nos anos seguintes.

b. Educação

A dotação financeira para esta rubrica é de 900.000€, IVA incluído. Esta verba permitirá assegurar o conjunto de ações de manutenção corretiva bem como as rotinas de manutenção preventiva de equipamentos, nomeadamente, para ascensores, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas, extintores e carretéis, sistemas de pressurização e bombagem, drenagem de águas residuais pluviais e residuais domésticas, SADI, SADIR, AVAC, limpeza e manutenção de coberturas. Será através desta dotação orçamental que se assegurará também a execução de pequenas e diversas empreitadas de conservação.

c. Funcionamento dos Serviços

Enquadrado na dotação financeira fixada de 2.500.000€, IVA incluído, será assegurado o conjunto de ações de manutenção já solicitadas e/ou a solicitar pelos diferentes serviços municipais que tutelam os equipamentos públicos municipais – culturais: os arquivos municipais (Histórico e Geral) e as bibliotecas municipais (Biblioteca Pública Municipal do Porto e a Biblioteca Municipal Almeida Garrett), administrativos / institucionais (Paços do Concelho, edifício sede da Polícia Municipal do Porto, entre outros) englobando ainda todos os contratos de manutenção preventiva (elevadores, grupos de pressurização e bombagem, extintores e carretéis, instalações elétricas, telefónicas e mecânicas e grupos geradores) e de manutenção de coberturas efetuadas pela GM, assim como a instalação de uma rede de painéis fotovoltaicos em edifícios municipais.



d. Regeneração Urbana

A dotação financeira desta rubrica é de 300.000€, IVA incluído, e destina-se, essencialmente, ao cumprimento de todas as ações consideradas emergentes solicitadas pela DMPC e pela DMF da CMP.

e. Saúde e Respostas Sociais

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas, de cariz social, até ao montante de 1.000.000€, IVA incluído.

f. Qualidade de Vida Urbana

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas até ao montante de 100.000€, IVA incluído.

g. Energia e Transição Energética

A empresa assegurará, em conformidade com a dotação financeira que lhe foi atribuída para o efeito, as intervenções de empreitadas e outras intervenções diversas até ao montante de 850.000€, IVA incluído.

3. REPARTIÇÃO DO ORÇAMENTO POR ATIVIDADE

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas

		(Un: euro)		
Designação		2022	2023	2024
2	ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO			
2.2	Educação	900 000	800 000	800 000
3	Ambiente, Energia e Qualidade de Vida			
3.2	Energia e Transição energética:			
	Painéis fotovoltaicos	850 000	10 000	10 000
3.3	Qualidade de vida urbana	100 000	100 000	100 000
	Subtotal	950 000	110 000	110 000
4	URBANISMO E HABITAÇÃO			
4.1	Regeneração Urbana	300 000	300 000	300 000
5	COESÃO SOCIAL			
5.1	Grupos Sociais Específicos Candidatura AIIA	50 000		
5.2	Saúde e Respostas Sociais	1 000 000	400 000	400 000
5.4	Habitação Social:			
	Habitação Social	16 012 670	15 871 537	15 612 968
	Outros projetos - Condomínhas	1 460 064	414 643	
	Subtotal	18 522 734	16 686 180	16 012 968
7	GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
7.1	Funcionamento dos serviços	2 500 000	3 550 000	1 100 000
Total		23 172 734	21 446 180	18 322 968

O Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas – Contrato de Mandato, reporta ao triénio de 2022 a 2024, no entanto, os IGP em apreciação, por exigência do normativo aplicável (SNC-AP) exige a sua elaboração para um período de 5 anos, pelo que a construção dos IGP pressupões a renovação do Contrato de Mandato para estes períodos.

O subsídio à exploração está suportado em dois Contratos Programa a celebrar com o MP.

Relativamente ao Contrato programa – Porto Solidário, nos presentes IGP não está considerada a sua continuidade para efeitos destas demonstrações previsionais, financeiras e orçamentais, para os anos de 2025 e 2026.

Contrato programa - Porto Solidário

		(Un: euro)		
Designação		2022	2023	2024
5	COESÃO SOCIAL			
5.4	Habitação Social	2 650 000	2 650 000	2 650 000

Contrato programa

		(Un: euro)		
Designação		2022	2023	2024
7	GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
7.3	Outros (subsídio à exploração)	898 021	863 152	510 313

MANUTENÇÃO Corrente, Preventiva e GESTÃO do PARQUE HABITACIONAL	2022	2023	2024	2025	2026
Contratos (eletricidade e água das zonas comuns, condomínios)	450 000	454 500	458 591	462 718	467 345
Encomendas e serviços	20 000	20 200	20 382	20 565	20 771
subtotal gestão do parque habitacional	470 000	474 700	478 972	483 283	488 116
Emergências e pequenas intervenções (serralharia, carpintaria, pintura)	120 000	121 200	122 291	123 391	124 625
Serviços diversos (trab.especializados, honorários, publicidade)	100 000	101 000	101 909	102 826	103 854
Contratos de manutenção (preventiva)	40 000	40 400	40 764	41 130	41 542
Contratos de brigadas	520 000	525 200	529 927	534 696	540 043
Materiais de armazém	90 000	90 900	91 718	92 544	93 469
Outros materiais	100 000	101 000	101 909	102 826	103 854
Automanutenção	10 000	10 100	10 191	10 283	10 385
Empreitadas	180 000	181 800	183 436	185 087	186 938
Fiscalização	20 000	20 200	20 382	20 565	20 771
Projeto e outros	20 000	20 200	20 382	20 565	20 771
Manutenção preventiva	2 700 000	2 719 000	2 383 471	2 504 922	2 599 971
subtotal manutenção do parque habitacional	3 900 000	3 931 000	3 606 379	3 738 836	3 846 225
TOTAL	4 370 000	4 405 700	4 085 351	4 222 119	4 334 341

C. PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1. PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2022-2026

O investimento previsto para o período em análise reparte-se da seguinte forma:

INVESTIMENTO	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
(Un: euro)					
1 .ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS					
Edifícios e outras construções	0	0	0	0	0
Equipamento básico	0	0	0	0	0
Equipamento de informática	74 893	3 000	3 000	3 000	3 000
Equipamento de transporte	0	0	0	0	0
Equipamento administrativo	5 675	5 000	5 000	5 000	5 000
Outros ativos fixos tangíveis	12 943	12 000	12 000	12 000	12 000
Subtotal	93 511	20 000	20 000	20 000	20 000
2 .ATIVOS INTANGÍVEIS					
Programas de computador	414 500	30 000	30 000	30 000	30 000
Subtotal	414 500	30 000	30 000	30 000	30 000
Total	508 011	50 000	50 000	50 000	50 000

De forma a garantir a melhoria contínua do sistema de informação e a sua adaptação à atividade da Domus Social está previsto em 2022 o prosseguimento no desenvolvimento de novas soluções em tecnologias de informação.

No que respeita a novos investimentos a implementar em 2022 destacam-se o escalamento do sistema de *Business Intelligence* possibilitando à empresa o acesso a sistemas que permitam obter informação útil, fiável e oportuna. Os mecanismos de proteção de informação do *Data Center* também serão reforçados com a implementação de um sistema de *Disaster Recovery*. Existe ainda a intenção de se modernizar a rede de comunicações com a substituição do sistema telefónico assim como a reformulação e expansão da rede de comunicações. Para permitir a implementação de todas estas estruturas, está ainda prevista a consolidação de uma sala técnica.

No capítulo das tecnologias de informação, pretende-se ainda o desenvolvimento de um aplicativo móvel (APP) para disponibilização de serviços. Com este investimento pretende-se o reforço da comunicação com os inquilinos bem como o desenvolvimento de sistemas que permitam a utilização eficiente de novos canais de comunicação. Na linha destes desenvolvimentos, também o GIM será dotado de ferramentas modernas e funcionais com a implementação de um CRM para o atendimento ao inquilino.

Está igualmente prevista a conclusão do processo de desmaterialização de processos, que visa tornar mais célere e eficiente a comunicação interna e o *workflow* de processos permitindo, ao mesmo tempo, reduzir a quantidade de documentos físicos em circulação na empresa.

Quanto ao restante investimento previsto, com valores menos expressivos, o objetivo é garantir a atualização da organização interna e dos serviços que presta e está relacionado com a aquisição de ferramentas técnicas, equipamento de escritório e equipamento informático.

O investimento previsto para os anos de 2022 a 2026 destina-se à atualização dos equipamentos administrativos e informáticos de forma a evitar a sua degradação ou obsolescência.



2. PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2022-2026

A estrutura previsional de recursos humanos para o período de 2022-2026 é a seguinte:

	ANO 2021	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Apoio ao Conselho de Administração	1	1	1	1	1	1
Gabinete Jurídico	3	3	3	3	3	3
Gabinete de Estudos e Planeamento	2	2	2	2	2	2
Gabinete de Comunicação e Imagem	1	1	1	1	1	1
Gabinete de Sustentabilidade e Gestão Documental	8	9	9	9	9	9
Coordenação dos Recursos Humanos	4	4	4	4	4	4
Gabinete de Sistemas de Informação	4	4	4	4	4	4
Gabinete de Contratação Pública e Aprovisionamento	6	6	6	6	6	6
Direção de Produção	2	2	2	2	2	2
Coordenação da Gestão de Projeto	9	10	10	10	10	10
Coordenação da Gestão de Empreendimentos/ Empreitadas	12	14	14	14	14	14
Coordenação da Gestão da Pós-Construção e do Cadastro	7	7	7	7	7	7
Coordenação da Gestão da Manutenção (GM+LAT+EM)	16	17	17	17	17	17
Brigadas de Intervenção (CC)	15	15	15	15	15	15
Subtotal Produção	61	65	65	65	65	65
Direção de Gestão do Parque Habitacional	2	2	2	2	2	2
Coordenação da Gestão de Ocupações	8	8	8	8	8	8
Coordenação de Gestão de Condomínios	7	7	7	7	7	7
Coordenação de Gestão Processual e Fiscalização	11	14	14	14	14	14
Coordenação de Gestão Administrativa	4	4	4	4	4	4
Coordenação do Gabinete do Inquilino Municipal	12	12	12	12	12	12
Subtotal Gestão do Parque Habitacional	44	47	47	47	47	47
Direção Administrativa e Financeira	1	1	1	1	1	1
Financeira	6	6	6	6	6	6
Subtotal Administrativa e Financeira	7	7	7	7	7	7
Total	141	149	149	149	149	149

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.



Com o início em 2018 e durante o ano de 2019 a Domus Social definiu como um dos seus objetivos estratégicos, ao nível de recursos humanos, a implementação de um processo de modernização e atualização de processos e políticas de recursos humanos.

Considerando esse modelo de carreiras implementado em 2019, iniciou-se um processo de ajustamento salarial evolutivo, que justifica em 2022 a realização de alguns ajustes salariais para diminuir assimetrias existentes e contribuir assim para um maior nível de recursos numa perspetiva de criação/retenção de valor e motivação. O aumento anual do salário mínimo nacional, contribui ainda para estas assimetrias e conseqüente aproximação dos níveis remuneratórios dos escalões mais baixos, justificando-se os referidos ajustes.

Para 2022 prevê-se um aumento em gastos com pessoal, considerando a perspetiva do reforço do quadro de pessoal na sequência do crescente número de objetos/equipamentos entregues pela CMP, nos últimos anos, para inclusão nos planos de manutenção corretiva e preventiva. O processo de descentralização administrativa da tutela nas administrações locais, seguindo o modelo habitual de delegação, implicará um incremento da atividade da Domus Social e conseqüente impacto expressivo ao nível do número global de colaboradores da empresa

Está igualmente prevista, para o ano de 2022, contratação de dois colaboradores em regime de contrato a termo certo pelo período de 6 meses, no âmbito do desenvolvimento do projeto Porto Solidário e Atualização de Dados da DGPH.

Motivação e retenção de quadros

Gerir Pessoas é uma tarefa complexa. Ciente desta premissa, a Domus Social propõe-se reforçar a sua confiança junto de todos, respeitando a individualidade de cada um.

Em todas as organizações, cada vez é mais importante a valorização dos recursos humanos e a retenção de talentos, através do reconhecimento do mérito.

Apostar em medidas que cada vez permitem melhor a conciliação entre o trabalho e a família é fundamental para a motivação dos nossos colaboradores.



Assim, a Domus Social propõe-se a redesenhar a sua comunicação interna, a recriá-la, melhorando-a de forma a ser mais positiva e envolvente. No fundo pretende-se reafirmar o espírito Ser Domus e partilhar com todos a essência desta identidade.

Formação

Anualmente a Domus Social compromete-se a assumir perante os seus colaboradores diversas formas de os enriquecer, seja através de ações de desenvolvimento pessoal, seja através de ações de desenvolvimento profissional.

Assim, através da Formação contínua, para além de contribuir para uma melhoria do desempenho organizacional, a Domus Social propõe capacitar individualmente cada colaborador a enfrentar os obstáculos do dia a dia.

Entendemos que a formação é algo imprescindível e, como tal, prevemos neste período, reforçar este investimento no desenvolvimento de competências técnicas, em aulas abertas – fruto de parcerias de proximidade com Universidades e Faculdades, mas também nas chamadas *soft skills*, competências transversais essenciais para o relacionamento do colaborador com todos os que o rodeiam.

Apostando na ferramenta de E-Learning, implementada no Software de Recursos Humanos “My Domus”, será possível capacitar continuamente os colaboradores, de forma mais ágil.

Por meio desta estratégia, o colaborador irá aprimorar os conhecimentos, competências e a organização irá desenvolver habilidades específicas, conquistando índices de produtividade superiores na gestão das suas pessoas.

Avaliação de Desempenho dos Colaboradores

Implementado o novo modelo de avaliação de desempenho, a revisão dos conteúdos funcionais, bem como o desenvolvimento de software de gestão destas matérias, passamos à consolidação deste novo modelo.



O sucesso da Avaliação de Desempenho mede-se pela sua capacidade de viabilizar o projeto Organizacional e direcionar o olhar e diálogo de todos, em todas as áreas funcionais e níveis hierárquicos, para temas críticos que impulsionam a vida e sustentabilidade da Domus Social tais como, entre outros, liderança, qualidade de serviço, relacionamento interpessoal e trabalho em equipa, foco no cliente e orientação para resultados.

Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho

A área da Segurança, Higiene e Saúde no trabalho é uma área crucial na organização, para além de constituir uma obrigação legal e social.

O trabalho desempenha um papel fulcral na vida das pessoas. A maioria dos colaboradores passa pelo menos oito horas por dia no local de trabalho. Desta forma, os ambientes laborais devem tornar-se ambientes seguros e saudáveis.

O sucesso deste sistema passa inevitavelmente pela qualidade das condições de trabalho proporcionadas aos colaboradores, e a segurança e saúde no trabalho para a melhoria da produtividade e da competitividade das empresas.

Para além deste papel determinante no dia a dia dos colaboradores, nunca como antes a importância dos serviços de SST foram tão evidentes, na medida em que sobre estas estruturas recai o dever de prevenir e controlar o risco de contração de COVID-19 em meio laboral.

Com a pandemia, tem-se verificado que há um agravamento de doenças como ansiedade, depressão e stress.

Assim e de uma forma proativa, pretende-se dar continuidade aos workshops sobre a importância de cuidar da saúde – não apenas a física e a proteção contra o vírus, mas também a mental e de todas as formas pelas quais o colaborador pode ser afetado pelo cenário atual.

A continuação do apoio por telefone ao nível psicologia irá permanecer neste período. Esta preocupação com um tratamento pontual e personalizado, irão continuar, certamente, a ajudar no momento quem mais precisa.

D. PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
INVESTIMENTO					
Ativos fixos tangíveis e intangíveis adquiridos com recursos próprios	508 011	50 000	50 000	50 000	50 000
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
Autofinanciamento	508 011	50 000	50 000	50 000	50 000

O investimento previsto para o período de 2022 a 2026, em ativos fixos tangíveis e intangíveis, num total de 508 011€ para 2022 e 50 000€ para os restantes anos, respetivamente, será financiado integralmente com recursos próprios.

O plano de financiamento acima apresentado teve por base o Plano de Atividades Anual e Plurianual e os seguintes pressupostos:

PRESSUPOSTOS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Taxa de inflação	0,90%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de IRC e derrama	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de juro nominal cp	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	10	10	10	10	10
Tempo médio de pagamento (em dias)	5	5	5	5	5
Índice de atualização das rendas	1,57%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%
Taxa de imparidade das rendas	1,07%	1,07%	1,07%	1,07%	1,07%
Taxa média de crescimento dos salários	0,90%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%

Os pressupostos anteriormente descritos geraram os seguintes agregados económico-financeiros:



AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIROS PARA O PERÍODO DE 2022 - 2026	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
RESULTADOS					
Resultado operacional	16 917	13 792	14 647	17 177	15 254
Resultado financeiro	9 924	10 522	10 549	10 654	10 761
Resultado líquido do período	20 774	18 955	19 900	22 534	20 716
RENDIMENTOS					
Vendas, prestação de serviços e outros rendimentos e ganhos	23 031 236	21 321 904	18 229 212	18 411 504	18 595 619
Rendas emitidas	9 175 706	9 267 463	9 360 137	9 453 739	9 548 276
GASTOS					
Gastos com o pessoal	4 319 415	4 362 609	4 406 235	4 450 297	4 494 800
Fornecimentos e serviços externos	30 628 569	28 959 710	22 901 490	23 225 420	23 526 674
BALANÇO					
Total do ativo	7 885 227	7 860 312	7 775 048	7 788 387	7 820 600
Total do ativo não corrente	3 994 726	3 793 620	3 598 011	3 486 757	3 451 707
Total do passivo	6 659 505	6 615 635	6 510 472	6 501 277	6 512 773
Total do património líquido	1 225 721	1 244 677	1 264 576	1 287 111	1 307 827

Os resultados operacionais que derivam do presente orçamento apontam para um resultado positivo em 2022 de 16 917€. Nos anos seguintes, os mesmos resultados serão positivos de 13 792€, 14 647€, 17 177€ e 15 254€ respetivamente, totalizando um resultado operacional positivo para o período de 77 787€.

Os resultados líquidos apresentados resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

É importante o pontual cumprimento por parte da Autarquia dos prazos de pagamento fixados no Contrato de Manutenção de Edifícios, Equipamentos e Infraestruturas, por forma a permitir à Domus Social cumprir pontualmente com os pagamentos devidos aos seus fornecedores, assegurando assim que seja cumprida a calendarização estipulada para as obras, e evitando encargos com o pagamento de juros de mora.



III. Demonstrações Orçamentais
Previsionais para o período 2022-2026

[Handwritten signature]

III. DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2022-2026

A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O ANO 2022 / PRESSUPOSTOS

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 - NORMATIVO CONTABILÍSTICO

Até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da Domus Social foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional SNC, integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

Com o objetivo de resolver a fragmentação e inconsistências da normalização contabilística existente em Portugal e ainda a adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e da manutenção de um sistema contabilístico no setor público baseado em normas nacionais, foi implementado o referencial contabilístico nacional, constituído pelo Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública. Os IGP 2022-2026 foram elaborados de acordo com este novo normativo.

2 - DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS PREVISIONAIS

As previsões da receita e da despesa apresentadas nas demonstrações orçamentais previsionais têm por base os pressupostos enunciados no ponto IV das demonstrações financeiras.

B. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA RECEITA

Euros

Rúbrica	Designação	Orçamento 2022			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	2022	Soma	2023	2024	2025	2026
	Receita corrente	1 268 723	35 666 977	36 935 701	34 826 722	28 762 314	28 882 422	29 164 645
R1	Receita fiscal	0	0	0	0	0	0	0
R11	Impostos diretos	0	0	0	0	0	0	0
R12	Impostos indiretos	0	0	0	0	0	0	0
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sub. saúde	0	0	0	0	0	0	0
R3	Taxas, multas e outras penalidades	0	8 240	8 240	8 240	8 240	8 322	8 405
R4	Rendimentos de propriedade	0	1 685	1 685	2 283	2 309	2 332	2 355
R5	Transferências correntes	0	3 548 021	3 548 021	3 497 521	483 517	514 687	520 147
R51	Administração pública	0	3 548 021	3 548 021	3 497 521	483 517	514 687	520 147
R511	Administração Central - Estado	0	0	0	0	0	0	0
R512	Administração Central - Outras entidades	0	0	0	0	0	0	0
R513	Segurança Social	0	0	0	0	0	0	0
R514	Administração Regional	0	0	0	0	0	0	0
R515	Administração Local	0	3 548 021	3 548 021	3 497 521	483 517	514 687	520 147
R52	Exterior - UE	0	0	0	0	0	0	0
R53	Outras	0	0	0	0	0	0	0
R6	Venda de bens e serviços	1 043 942	31 546 156	32 590 098	30 737 018	27 826 464	27 936 127	28 208 604
R7	Outras receitas correntes	224 781	562 876	787 657	581 661	441 784	420 955	425 134
	Receita de capital	0	0	0	0	0	0	0
R8	Venda de bens de investimento	0	0	0	0	0	0	0
R9	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
R10	Outras receitas de capital	0	0	0	0	0	0	0
R11	Reposição não abatida aos pagamentos	0	0	0	0	0	0	0
	Receita efetiva [1]	1 268 723	35 666 977	36 935 701	34 826 722	28 762 314	28 882 422	29 164 645
	Receita não efetiva [2]	0	0	0	0	0	0	0
R12	Receita com ativos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
R13	Receita com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	Receita total [3]=[1]+[2]	1 268 723	35 666 977	36 935 701	34 826 722	28 762 314	28 882 422	29 164 645

C. DEMONSTRAÇÃO ORÇAMENTAL PREVISIONAL DA DESPESA

Rúbrica	Designação	Orçamento 2022			Plano orçamental plurianual			
		Períodos anteriores	2022	Soma	2023	2024	2025	2026
	Despesa corrente	648 285	35 556 070	36 204 356	34 529 794	28 405 189	28 702 953	29 049 393
D1	Despesas com o pessoal	97 481	4 111 649	4 209 130	4 337 420	4 380 794	4 424 602	4 468 848
D11	Remunerações certas e permanentes	54 395	3 087 337	3 141 732	3 304 743	3 337 791	3 371 169	3 404 880
D12	Abonos variáveis ou eventuais	0	42 660	42 660	43 087	43 518	43 953	44 392
D13	Segurança social	43 086	981 652	1 024 738	989 590	999 486	1 009 481	1 019 576
D2	Aquisição de bens e serviços	550 804	31 405 208	31 956 012	30 152 241	23 984 630	24 238 305	24 540 151
D3	Juros e outros encargos	0	0	0	0	0	0	0
D4	Transferências correntes	0	0	0	0	0	0	0
D5	Subsídios	0	0	0	0	0	0	0
D6	Outras despesas correntes	0	39 213	39 213	40 133	39 765	40 046	40 395
	Despesa de capital	0	624 854	624 854	50 000	50 000	50 000	50 000
D7	Investimento	0	624 854	624 854	50 000	50 000	50 000	50 000
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D9	Outras despesas capital	0	0	0	0	0	0	0
	Despesa efetiva [4]	648 285	36 180 924	36 829 210	34 579 794	28 455 189	28 752 953	29 099 393
	Despesa não efetiva [5]	0	5 137	5 137	5 137	5 137	5 137	5 137
D10	Despesa com ativos financeiros	0	5 137	5 137	5 137	5 137	5 137	5 137
D11	Despesa com passivos financeiros	0	0	0	0	0	0	0
	Despesa total [6]=[4]+[5]	648 285	36 186 061	36 834 347	34 584 932	28 460 327	28 758 090	29 104 530
	Saldo total [3]-[6]	620 438	-519 084	101 354	241 791	301 987	124 333	60 115
	Saldo global [1]-[4]	620 438	-513 947	106 491	246 928	307 124	129 470	65 252
	Despesas primárias	648 285	36 180 924	36 829 210	34 579 794	28 455 189	28 752 953	29 099 393
	Saldo corrente	620 438	110 907	731 345	296 928	357 124	179 470	115 252
	Saldo de capital	0	-624 854	-624 854	-50 000	-50 000	-50 000	-50 000
	Saldo primário	620 438	-513 947	106 491	246 928	307 124	129 470	65 252

Para o período relevante compreendido de 2022 a 2026, considerando as receitas e despesas correntes, destaca-se o superavit no saldo corrente em todos os anos, o que permite manter um saldo primário positivo em todos os anos, após dedução das despesas de capital, exceto no próprio ano de 2022, consequência do volume de investimento deste ano, considerando que a Domus Social não

incorpora nas suas previsões receitas desta natureza. No entanto, e fruto das transferências de 2022, o saldo primário mantém-se positivo ao longo de todo o período.

D. PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTO

No plano plurianual de investimentos inscrevem-se todos os projetos e ações que se pretendem realizar e que permitem concretizar os objetivos definidos pela empresa para o período 2022-2026, desde que tenham natureza plurianual, ou seja, revistam a caracterização de Compromissos plurianuais pelo que constituem obrigação de efetuar pagamentos em mais do que um ano económico ou em anos económicos distintos do ano em que o compromisso é assumido.

Objetivo [1]	Número de projeto [2]	Designação do projeto [3]	Rúbrica orçamental [4]	Forma de realização [5]	Fonte financ.					Datas			Fase de execução [12]	Realizado períodos anteriores [13]	Estimativa de realização em 2021 [14]	Pagamentos						Total previsto [21]=[13]+...+[20] [20]
					RC [6]	RP [7]	UE [8]	EMPR [9]	Início [10]	Fim [11]	Períodos seguintes											
											2022 [15]	2023 [16]				2024 [17]	2025 [18]	2026 [19]	Outros [20]			
Func. serviços	20220001	Ferramentas diversas de const. civil	0701110000	○		X				2022	2022	0	0	0	2 144							2 144
Func. serviços	20220002	Bomba de recolha de esgotos	0701110000	○		X				2022	2022	0	0	0	1 230							1 230
Func. serviços	20220003	Analisador de redes de dados	0701110000	○		X				2022	2022	0	0	0	3 690							3 690
Func. serviços	20220004	Equipamento de corte relva	0701110000	○		X				2022	2022	0	0	0	1 230							1 230
Func. serviços	20220005	Porta paletes elétrico	0701110000	○		X				2022	2022	0	0	0	7 626							7 626
Func. serviços	20220006	Sistema de "Disaster Recovery"	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	159 900							159 900
Func. serviços	20220007	Atualização geral do Power BI	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	55 350							55 350
Func. serviços	20220008	Sistema telefónico	0701090000	○		X				2022	2022	0	0	0	61 500							61 500
Func. serviços	20220009	Sala técnica	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	123 000							123 000
Func. serviços	20220010	App para disponibilização de serviços	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	24 600							24 600
Func. serviços	20220011	Reformulação do portal de atendimento	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	12 300							12 300
Func. serviços	20220012	Desmaterialização de processos	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	73 185							73 185
Func. serviços	20220013	Ref. e expansão da rede comunicações	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	79 950							79 950
Func. serviços	20220014	Computadores, monitores e tablets	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	9 709							9 709
Func. serviços	20220015	Drone para filmagens	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	1 230							1 230
Func. serviços	20220016	Máquina fotográfica	0701080000	○		X				2022	2022	0	0	0	1 230							1 230
Func. serviços	20220017	Atualização geral do software	0701080000	○		X				2023	2026	0	0	0	0	61 500	61 500	61 500	61 500	61 500		246 000
Func. serviços	20220018	Mobilifóno administrativo	0701090000	○		X				2022	2022	0	0	0	6 900							6 900
Total													0	0	624 654	61 500	61 500	61 500	61 500	61 500	0	870 654

IV. Demonstrações Financeiras
Previsionais para o período 2022-2026

[Handwritten signature]

A. NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2022-2026 E PRESSUPOSTOS

Como referido no preâmbulo deste relatório, o sistema contabilístico adotado pela Domus Social respeita o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), publicado no Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro e respetivas alterações subsequentes, integrando as Normas de Contabilidade Pública, bem como a demais legislação aplicável, orientando e conduzindo a gestão da empresa, permitindo um controlo orçamental permanente, bem como o seu fácil escrutínio, e possibilitando uma análise franca dos diferentes valores patrimoniais que a empresa governa.

Desde 1 de janeiro de 2020 que o normativo contabilístico aplicado à Domus Social passou a ser o SNC-AP, pelo que todas as demonstrações financeiras e orçamentais constantes nos IGP 2022-2026 foram preparadas com base neste normativo. Acresce que demonstrações financeiras incorporadas nos IGP foram preparadas de acordo com os seguintes pressupostos: regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade.

As características qualitativas da informação disponível são atributos que tornam as demonstrações financeiras úteis e pertinentes para os diferentes *stakeholders* com que a empresa lida. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

Todos os montantes inscritos neste documento estão em euros.

1 - MACROECONÓMICOS

A taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional IGP para o ano de 2022 foi de 0,9%, e estimada em 1,0% para os restantes anos, de acordo com as previsões do Banco de Portugal para a economia portuguesa.



2 – INVESTIMENTOS

ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS E INTANGÍVEIS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Ativos fixos tangíveis	93 511	20 000	20 000	20 000	20 000
Ativos intangíveis	414 500	30 000	30 000	30 000	30 000
Total	508 011	50 000	50 000	50 000	50 000

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Os valores apresentados são concordantes e derivam do Orçamento da CMP no que concerne ao Contrato de Mandato, das receitas provenientes das rendas cobradas aos inquilinos municipais para o ano 2022 e de serviços prestados a outras entidades.

O prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras foi de 10 dias para todo o período 2022-2026.

A prestação de serviços para o período 2022-2026 é a seguinte:



montante s/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Vendas e prestação de serviços à CMP					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	17 306 456	16 131 193	15 464 388	15 619 032	15 775 222
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	5 645 755	5 110 895	2 684 210	2 711 053	2 738 163
Total de obra e prestação de serviços	22 952 211	21 242 088	18 148 598	18 330 084	18 513 385
Rendas emitidas	9 175 706	9 267 463	9 360 137	9 453 739	9 548 276
Subsídio à exploração	3 574 818	3 524 317	510 313	525 852	520 147
subtotal	35 702 734	34 033 868	28 019 049	28 309 675	28 581 808
Vendas e prestação de serviços a outras entidades					
Serviços de manutenção	72 970	73 700	74 437	75 181	75 933
Rendimentos suplementares	6 055	6 115	6 177	6 238	6 301
subtotal	79 025	79 815	80 613	81 419	82 234
TOTAL	35 781 759	34 113 683	28 099 662	28 391 094	28 664 042

montante c/iva

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Vendas e prestação de serviços à CMP					
Habitação					
Execução de obra e prestação de serviços	17 472 734	16 286 180	15 612 968	15 769 098	15 926 789
Outras rubricas					
Execução de obra e prestação de serviços	5 699 999	5 160 000	2 710 000	2 737 100	2 764 471
Total de obra e prestação de serviços	23 172 733	21 446 180	18 322 968	18 506 198	18 691 260
Rendas emitidas	9 175 706	9 267 463	9 360 137	9 453 739	9 548 276
Subsídio à exploração	3 574 818	3 524 317	510 313	525 852	520 147
subtotal	35 923 257	34 237 960	28 193 418	28 485 788	28 759 683
Vendas e prestação de serviços a outras entidades					
Serviços de manutenção	89 753	90 651	91 557	92 473	93 398
Rendimentos suplementares	7 447	7 522	7 597	7 673	7 750
subtotal	97 201	98 173	99 154	100 146	101 147
TOTAL	36 020 457	34 336 132	28 292 573	28 585 934	28 860 830

Relativamente às rendas emitidas foi considerado nos IGP uma taxa de incumprimento de 1,07%, correspondendo à taxa de imparidade das rendas líquidas das cobranças em Sistema de Execuções Fiscais (SEF) baseada nos dados históricos de cobranças.

No que respeita ao enquadramento dos gastos e rendimentos, no Código do IVA, os IGP foram preparados recorrendo-se às seguintes taxas de IVA:

TIPOLOGIA	REGIME DE IVA
Execução de Obra (construção civil) - Habitação	IVA autoliquidação
Execução de Obra (construção civil) – Outras	IVA autoliquidação
Serviços técnicos de projeto, fiscalização e obra	Taxa normal
Serviços de manutenção	Taxa normal
Serviços de apoio a outras entidades	Taxa normal
Rendas emitidas	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou prorata), há lugar a inversão do sujeito passivo.

No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o Município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmem total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a Domus Social sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

As taxas médias apuradas nos IGP, ascendem a 0,96% e 3,05%, para as operações ativas e passivas, respetivamente.

4 – GASTOS

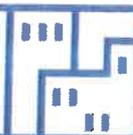
4.1- Fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas

Os fornecimentos e serviços externos foram calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”. O prazo médio de pagamento considerado nos IGP para este tipo de gastos é de 5 dias para os anos do período 2022-2026.

- a. A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, entre outros, Auditorias ao Sistema de Gestão, auditoria interna e assessoria ao Sistema de Gestão, integração dos questionários de satisfação, Projeto Domus Sustentável, grupo de ação de responsabilidade social, ensaios de ruído ocupacional e iluminância e workshop para ações de sensibilização, consultoria científica e técnica para o Observatório permanente da Habitação e outros trabalhos especializados.
- b. Na rubrica “Publicidade” está prevista uma verba para a publicação de anúncios e realização de um vídeo institucional.
- c. A rubrica “Vigilância e segurança” contempla todos os gastos com serviços de segurança do edifício de Monte dos Burgos.
- d. A rubrica “Honorários” compreende os gastos com revisão legal das contas e consultoria jurídica.
- e. A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” é essencialmente destinada à conservação dos equipamentos administrativos e manutenção dos diversos programas informáticos ao dispor da empresa, assim como licenças de aplicativos nomeadamente Microsoft e relativa à conservação dos veículos e outros equipamentos.
- f. Os gastos previstos pela rubrica “Ferramentas e utensílios” são relativos a consumíveis indispensáveis ao funcionamento dos vários serviços, quer de apoio transversal à atividade da empresa, quer de apoio à produção.

- g. Na rubrica “Livros e documentação técnica” estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica.
- h. A rubrica “Material de escritório” está diretamente relacionada com o volume do trabalho administrativo realizado, com os contratos e com os equipamentos de reprografia.
- i. A rubrica “Energia” prevê o consumo de energia elétrica nas instalações da empresa e frota de veículos elétricos e *plug-in*.
- j. A rubrica “Combustíveis” compreende o gasto de combustível da frota automóvel, com motor de combustão interna, da Empresa.
- k. A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço.
- l. Na rubrica “Rendas e alugueres” estão incluídos a renda do edifício onde se encontra sediada a empresa, assim como os gastos relativos a contratos de aluguer de equipamentos de transporte, equipamentos eletrónicos e *hardware*, equipamentos de cópia e impressão contratualizados.
- m. Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação” incluem os portes com todo o volume de correio, que se prevê necessário para prestar informação ao público-alvo da empresa, as comunicações da rede fixa e as comunicações da rede móvel.
- n. Na rubrica de “Seguros” estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da empresa, do recheio das instalações, do equipamento informático e de responsabilidade civil e danos próprios relacionados com a execução de obras.
- o. O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto” é relativo aos gastos contratuais da empresa de limpeza que presta serviço nas instalações da empresa, bem como aos gastos de produtos de limpeza.

Os fornecimentos e serviços externos e custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas encontram-se resumidos no seguinte mapa:



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS e CMVMC	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
GASTOS DIRETOS DA OBRA					
FSE e Materiais - a refaturar à Câmara Municipal do Porto	25 602 211	23 892 088	18 148 598	18 330 084	18 513 385
FSE e Materiais - a refaturar a Outras Entidades	66 336	67 000	67 670	68 346	69 030
FSE e Materiais - manutenção corrente do parque habitacional	4 370 000	4 405 700	4 085 351	4 222 119	4 334 341
Devolução de rendas à CMP de acordo com Estatutos	100 000	100 000	100 000	100 000	100 000
GASTOS ESTRUTURA / INDIRETOS					
Trabalhos especializados	103 486	104 520	105 566	106 621	107 688
Publicidade	4 407	4 452	4 496	4 541	4 586
Vigilância e segurança	101 957	102 977	104 007	105 047	106 097
Honorários	17 100	17 271	17 444	17 618	17 794
Conservação e reparação	210 174	212 276	214 398	216 542	218 708
Trabalho temporário	0	0	0	0	0
Ferramentas e utensílios	2 927	2 956	2 985	3 015	3 046
Livros e documentação técnica	1 754	1 771	1 789	1 807	1 825
Material de escritório	15 931	16 090	16 251	16 413	16 577
Eletricidade	10 000	10 100	10 201	10 303	10 406
Combustíveis	6 244	6 307	6 370	6 434	6 498
Água	0	0	0	0	0
Deslocações e estadas	5 000	5 050	5 101	5 152	5 203
Transportes de pessoal	333	336	340	343	346
Transportes de mercadorias	0	0	0	0	0
Rendas e alugueres	294 962	297 911	300 891	303 900	306 938
Comunicação	31 593	31 909	32 228	32 550	32 875
Seguros	29 590	29 886	30 185	30 486	30 791
Contencioso e notariado	1 516	1 531	1 547	1 562	1 578
Despesas de representação	602	608	614	620	626
Limpeza, higiene e conforto	34 984	35 333	35 687	36 044	36 404
Outros fornecimentos e serviços	500	505	510	515	520
Encargos bancários	883	892	901	910	919
subtotal	873 942	882 681	891 508	900 423	909 427
Total	31 012 489	29 347 469	23 293 127	23 620 973	23 926 183

Os gastos de obra a refaturar à CMP estão evidenciados no ponto 3, devendo considerar-se, para efeitos de comparabilidade, a verba atribuída ao Porto Solidário no montante de 2 650 000€ para os anos de 2022, 2023 e 2024 incluídos na rubrica de Subsídio à Exploração.

4.2 – Gastos com o Pessoal

O quadro seguinte mostra a distribuição dos colaboradores por categorias:

FUNÇÕES/CATEGORIA	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Técnico Superior	81	81	81	81	81
Técnico Especializado	31	31	31	31	31
Assistente Técnico	20	20	20	20	20
Encarregado operacional	8	8	8	8	8
Assistente Operacional	9	9	9	9	9
Total	149	149	149	149	149

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem três administradores, dois executivos e um não executivo conforme previsto nos estatutos.

Os principais pressupostos utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- i. Taxa média nominal de atualização salarial de 0,9 % para 2022;
- ii. Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FCT/FGCT, ACSS) - 25,34%;
- iii. Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- iv. Taxa anual para formação de 1,5% do total de gastos com o pessoal;
- v. Taxa anual para assistência médica e medicamentosa igual a 2,26% do total de gastos com o pessoal;
- vi. Taxa anual média para encargos com seguro de acidentes trabalho igual a 1,72%;
- vii. O cálculo dos gastos com o pessoal tem em conta os vencimentos projetados para os anos em análise e respetivos encargos.

De acordo com a Lei n.º 70/2013 de 30 agosto que consagrou o regime jurídico do Fundo de Compensação de Trabalho, cuja adesão é obrigatória para todas as entidades que celebrem contratos regulados pelo Código do Trabalho, a partir de outubro de 2013. Este Fundo, que tem por propósito garantir o pagamento da compensação devida pela cessação do contrato de trabalho,

obriga à entrega do valor correspondente a 0,925% da retribuição base e diuturnidades, pagas a cada colaborador abrangido.

O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da empresa ser constituído por trabalhadores oriundos da CMP e por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho.

4.3 – Gastos de depreciação e de amortização

As taxas de depreciação e amortização utilizadas são as seguintes, decorrentes da aplicação das vidas úteis dos ativos de acordo com o Classificador Complementar 2:

DESCRIÇÃO	TAXAS
ATIVOS INTANGÍVEIS	
Programas	33,33% - 100%
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	
Edifícios e Outras Construções	10%
Equipamento Básico	10% - 25%
Equipamento de Transporte	25%
Ferramentas e Utensílios	20% - 100%
Equipamento Administrativo	10% - 33,33% - 100%
Outras Imobilizações Corpóreas	10% - 100%

5 – RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro resulta da remuneração das aplicações de tesouraria e, principalmente, dos juros de mora aplicados sobre o incumprimento dos prazos para pagamento de rendas.

Caso os prazos médios de pagamento e de recebimento, assim como o volume de obra, não oscilem significativamente, não são previsíveis quaisquer roturas de tesouraria, pelo que não se espera que os gastos financeiros assumam valores significativos.

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO



A empresa municipal está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5% do lucro fiscal. Desta forma, e pelo princípio da prudência foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5%.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, é ainda consequência da Lei em vigor a tributação autónoma em sede de IRC.

Adicionalmente, e em resultado dos benefícios fiscais serem superiores à matéria coletável gerada no período, não se afigura tributação relevante em sede de IRC, com exceção da tributação autónoma referida no parágrafo anterior.

Foram ainda considerados nos Instrumentos de Gestão Previsional o pagamento e a devolução dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores conforme o disposto no CIRC.

7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – Ativo não corrente - Outros ativos financeiros

A rubrica “Outros ativos financeiros” integra valores de depósitos de caução relativos a depósitos de garantias prestadas pelos fornecedores, por responsabilidades assumidas inerentes às empreitadas em curso. A contrapartida destas garantias está relevada na mesma rubrica “Outras contas a pagar” no Passivo não corrente.

7.2 – Tesouraria

Na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo de tesouraria no mínimo de 3 dias do montante total de serviços prestados.

7.3 – Estado e Outros Entes Públicos

Tendo em conta os dados históricos foi calculada uma taxa média ponderada de IVA relativamente às prestações de serviços de 0,96%, sendo de 3,05% para operações passivas relativas a fornecimentos e serviços externos.

Os quadros da empresa comportam colaboradores originários da CMP que se encontram em regime de requisição de serviço, em comissão de serviço e colaboradores enquadrados no regime geral da segurança social.

- i. A taxa média ponderada de encargos sociais foi de 25,34%.
- ii. A taxa média de seguro de acidentes de trabalho considerada foi de 1,72%.
- iii. A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 17,3%.

7.4 – Diferimentos

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos a reconhecer com apólices de seguros a imputar aos períodos seguintes.

7.5 – Outras contas a receber e outras contas a pagar

A rubrica “Outras contas a receber” integra valores referentes a créditos a receber relativos a multas emitidas a fornecedores e de natureza similar.

A rubrica “Outras contas a pagar” contempla também os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Estão ainda refletidas nesta conta multas aplicadas em sede de empreitadas, parte das quais estão pendentes de decisão judicial.

7.6 – Reservas

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da Domus Social.

7.7 – Capital Subscrito

O capital subscrito é composto por 100 000 títulos nominativos de valor nominal de 5 € cada e encontra-se integralmente realizado.

8 – RESPONSABILIDADES EVENTUAIS RELATIVAS AOS CONTENCIOSOS EXISTENTES

A dependência financeira da CMP pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos.

Estas situações, estão previstas no Contrato celebrado entre a empresa e o MP, o qual regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa na medida em que existe uma total recuperação dos mesmos.

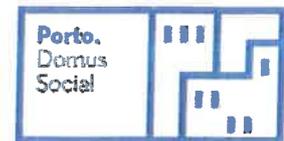
Encontra-se pendente no Tribunal Administrativo e Fiscal (TAF) do Porto:

CONTENCIOSOS | DETALHE DOS PROCESSOS | DP

N.º de processo	Ident. do Tribunal/ Unid. Orgânica	Autor	Tipo de ação	Valor da ação	Identificação do objeto do processo	
1	1227/10.2BEPR	TAF Porto	Comporto – Sociedade de Construções, S.A.	Ação administrativa comum	2 026 397,16	Bairro Fernão de Magalhães, 8 a 11 e 18
2	3097/16.8BEPR	TAF Porto	Cunha & Barroso, Lda	Ação administrativa comum	20 553,67	Empreitada Reparação Fachadas do Agrupamento Habitacional do Ilhéu
3	311/18.9BEPR	TAF Porto- Unidade Orgânica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	30 000,01	Empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
4	544/18.8BEPR	TAF do Norte - Orgânica 2	ABB - Alexandre Barbosa Borges	Ação administrativa comum	79 961,29	Empreitada de Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
5	1965/16.6BEPR-A	TAF Porto - Unidade Orgânica 1	Strong - Segurança SA	Execução por apenso - Oposição	28 302,33	Aquisição de serviços de vigilância e segurança humana no edifício sede da Domus Social e da GOP



6	2640/18.2BEPRT	TAF Porto	Befebal II, Lda.	Ação Administrativa	58 319,70	Reabilitação do "envelope" do Bloco 10 do Bairro do Bom Pastor
7	2136/19.5BEPRT	TAF Porto	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	695 145,78	Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
8	2488/19.7BEPRT	TAF Porto - Unidade Orgânica 1	Alexandre Barbosa Borges, S.A.	Ação administrativa	347 572,89	Reabilitação do Bairro S. João de Deus - Fase 1 e 2
9	24144/19.6T8PRT	Tribunal Judicial do Porto - Juízo Local Cível - Juiz 6	António Sérgio Mendes Matos, Vânia Raquel Oliveira Baptista e Diogo Baptista Matos	Ação Cível	13 247,69	Empreitada de Reabilitação do "envelope" e instalação de sistema energético (solar) nos Blocos 3, 4, 6 e 8 e Requalificação da Associação Cultural e Desportiva do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Falcão
10	243/20.0BEPRT	TAF do Porto - Unidade Orgânica 1	J.C.N.F. - CONSTRUÇÃO LDA.	Ação administrativa de impugnação de ato administrativo	145 566,59	Obras de Manutenção Exterior dos Blocos 12 a 23 do Bairro do Conjunto de Habitação Pública Municipal do Bairro do Regado
11	14635/20.1T8PRT	Juízo do Trabalho do Porto - Juiz 1 - do Tribunal Judicial da Comarca do Porto	Susana Cristina Reis da Silva Moreira da Costa	Ação de processo comum	30 000,01	Recursos Humanos
12	339/21.1BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	Dape, Lda.	Ação administrativa comum	532 582,82	Rue Tomás Gonzaga, n.º 16 a 38
13	1215/21.3BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	Emprtbuid, Lda	Ação administrativa comum	2 130,00	Obras de Remodelação do Arquivo da Direção do Parque Habitacional da Domus Social sito nas Oficinas Municipais de Monte dos Burgos
14	1216/21.1BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	Emprtbuid, Lda	Ação administrativa comum	4 144,14	Obras de Remodelação do Arquivo da Direção do Parque Habitacional da Domus Social sito nas Oficinas Municipais de Monte dos Burgos
15	1217/21.0BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	Emprtbuid, Lda	Ação administrativa comum	4 941,09	Obras de Remodelação do Arquivo da Direção do Parque Habitacional da Domus Social sito nas Oficinas Municipais de Monte dos Burgos



16	processo 1876/21.38EPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	Dape, Lda.	Ação administrativa comum	33 720,76	Reparação de Anomalias no Bairro de Aldoar, Blocos 9, 11, 13, 15 e 16 - Lote 2
17	Processo 1979_21.4BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	M. Couto Alves, SA	Ação administrativa comum	887 171,43	Reabilitação do Bairro Monte da Bela, Blocos 1 a 7
18	Processo 2058/21.0BEPRT	Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto	Dape, Lda.	Ação administrativa comum	821 029,65	Rua Tomás Gonzaga, n.º 16 a 38

Em conclusão, é convicção da Domus Social que não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional nas situações acima descritas. Não obstante, não se ignora o risco remoto, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, poderem vir a ser desfavoráveis em sede de decisão judicial.

9 – CONCLUSÃO

O cumprimento integral dos IGP no período 2022-2026 gera resultados líquidos positivos ao longo do período no montante de 102 879 €.

Os IGP geram resultados líquidos positivos, que resultam essencialmente da evolução dos resultados financeiros.

Apresentamos alguns indicadores no quadro seguinte:

INDICADORES	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Liquidez geral	1,10	1,16	1,23	1,27	1,29
Autonomia financeira	15,5%	15,8%	16,3%	16,5%	16,7%
Autofinanciamento (RL + Depreciações/Amortizações)	321 464	275 198	270 646	188 926	110 903

B. ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2022
RENDIMENTOS E GASTOS		
Vendas	IV-A-3	153 671,90
Prestações de serviços	IV-A-3	32 047 214,80
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	II-3 / IV-A-3	3 574 817,72
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	IV-A-4.1	-383 920,45
Fornecimentos e serviços externos	IV-A-4.1	-30 628 568,76
Gastos com pessoal	IV-A-4.2	-4 319 414,63
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		-98 519,68
Outros rendimentos e ganhos		6 054,82
Outros gastos e perdas		-33 728,33
Resultado antes de depreciações e gastos de financiamento		317 607,38
Gastos / reversões de depreciação e amortização	IV-A-4.3	-300 690,36
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento)		16 917,03
Juros e rendimentos similares obtidos	IV-A-5	9 924,23
Resultado antes de impostos		26 841,26
Imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-6 067,54
Resultado líquido do período		20 773,72



C. ORÇAMENTO DE TESOURARIA PREVISIONAL

DEMONSTRAÇÃO PREVISIONAL DOS FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	Unidade monetária € ANO 2022
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Recebimentos de clientes	IV-A-3	23 512 912,30
Rendas emitidas	IV-A-3	9 077 185,92
Subsídio à exploração	II-3 / IV-A-3	3 548 021,37
Pagamentos a fornecedores	IV-A-4.1	-31 938 103,37
Pagamentos ao pessoal	IV-A-4.2	-4 227 039,11
Caixa gerada pelas operações		-27 022,89
Recebimento/pagamento de imposto sobre o rendimento	IV-A-6	-5 485,00
Outros recebimentos / pagamentos	IV-A-3	762 168,15
FLUXO DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		729 660,26
Fluxos de caixa das atividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Ativos fixos tangíveis e intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	-624 853,76
Investimentos financeiros	IV-A-4.2	-5 137,08
Recebimentos provenientes de:		
Juros e rendimentos similares	IV-A-5	1 684,66
FLUXO DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		-628 306,18
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
FLUXO DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0,00
Variação de caixa e seus equivalentes		101 354,08
Caixa e seus equivalentes no início do período		1 573 875,11
Caixa e seus equivalentes no fim do período		1 675 229,20



D. BALANÇO PREVISIONAL

Unidade monetária €

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	31/dez/22
ATIVO		
ATIVO NÃO CORRENTE		
Ativos fixos tangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	362 057,11
Ativos intangíveis	IV-A-2/IV-A-4.3	432 633,58
Outros ativos financeiros	IV-A-4.2/IV-A-7.1	3 200 035,26
		3 994 725,95
ATIVO CORRENTE		
Inventários		97 694,65
Clientes, contribuintes e utentes	IV-A-3	891 221,31
Estado e outros entes públicos	IV-A-4.2/IV-A-6/IV-A-7.2	111 085,78
Outras contas a receber	IV-A-7.5	1 060 391,81
Diferimentos	IV-A-7.4	54 877,85
Caixa e depósitos	IV-A-7.2	1 675 229,20
		3 890 500,59
TOTAL DO ATIVO		7 885 226,54
PATRIMÓNIO LÍQUIDO		
Património / Capital	IV-A-7.7	500 000,00
Reservas	IV-A-7.6	114 171,84
Resultados transitados		590 775,80
Resultado líquido do período	IV-B	20 773,72
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1 225 721,36
PASSIVO		
PASSIVO NÃO CORRENTE		
Provisões		1 000,00
Outras contas a pagar		3 159 292,49
		3 160 292,49
PASSIVO CORRENTE		
Fornecedores	IV-A-4.1	437 785,89
Estado e outros entes públicos	IV-A-4.2/IV-A-6/IV-A-7.3	126 121,16
Outras contas a pagar	IV-A-7.5	2 935 305,64
		3 499 212,69
TOTAL DO PASSIVO		6 659 505,19
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		7 885 226,54

Porto, 29 de novembro de 2021

O Conselho de Administração,


(Albino Pedro Pereira Baganha)


(Filipa Alexandra Dias Pereira de Sousa Melo Tavares)

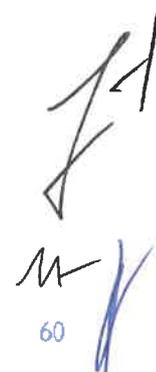

(João André Gomes Gonçalves Sendim)

V. ANEXO I – CONTRATO DE MANUTENÇÃO DE EQUIPAMENTOS, EDIFÍCIOS E INFRAESTRUTURAS PARA O TRIÉNIO 2022-2024

Contrato de Manutenção de Equipamentos, Edifícios e Infraestruturas

(Un: euro)

Designação	2022	2023	2024
2 ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO			
2.2 Educação	900 000	800 000	800 000
3 Ambiente, Energia e Qualidade de Vida			
3.2 Energia e Transição Energética:			
Painéis Fotovoltaicos	850 000	10 000	10 000
3.3 Qualidade de Vida Urbana	100 000	100 000	100 000
Subtotal	950 000	110 000	110 000
4 URBANISMO E HABITAÇÃO			
4.1 Regeneração Urbana	300 000	300 000	300 000
5 COESÃO SOCIAL			
5.1 Grupos Sociais Específicos			
Candidatura AIIA	50 000		
5.2 Saúde	1 000 000	400 000	400 000
5.4 Habitação Social:			
Habitação Social	16 012 670	15 871 537	15 612 968
Outros projetos - Condominhas	1 460 064	414 643	
Subtotal	18 522 734	16 686 180	16 012 968
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA			
7.1 Funcionamento dos Serviços	2 500 000	3 550 000	1 100 000
Total	23 172 734	21 446 180	18 322 968



VI. ANEXO II – PARECER DO FISCAL ÚNICO



RSM & Associados - Sroc, Lda

Av. do Brasil, 15-1º 1749-112 Lisboa (Sede)
T: +351 21 3553 550 F: +351 21 3561 952 E: geral.lisboa@rsmpt.pt
Rua da Saudade, 132-3º 4150-682 Porto
T: +351 22 2074 350 F: +351 22 2081 477 E: geral.porto@rsmpt.pt
www.rsmpt.pt

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL

Introdução

Nos termos do artigo 25.º, número 6, alínea j), da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedemos à revisão dos instrumentos de Gestão Previsional (IGP) de CMPH – DomusSocial – Empresa de Habitação e Manutenção do Município do Porto, E.M. (a Entidade), relativos ao período de 2022 a 2026, que compreendem os Planos anual e plurianual de atividades, investimento e financeiro, o Orçamento anual de exploração, o Orçamento anual de tesouraria e o Balanço previsional, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto IV-A. Adicionalmente, e com vista a dar cumprimento à Norma de Contabilidade Pública n.º 26, que integra o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), foram preparadas Demonstrações orçamentais previsionais que incluem o Orçamento e plano orçamental plurianual e o Plano plurianual de investimentos, os quais fazem parte integrante dos Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

Responsabilidades do auditor sobre a revisão dos instrumentos de gestão previsional

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo relatório.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.



THE POWER OF BEING UNDERSTOOD
AUDIT | TAX | CONSULTING

Matérias relevantes a enfatizar

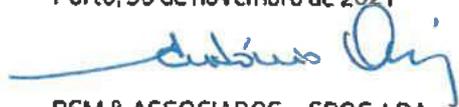
1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2021. Consequentemente, a sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2021, pelo que, o património líquido estimado, reportado a 31 de dezembro de 2021 e que serviu de ano base às projeções dos IGP em apreciação poderá estar sujeito a alterações, bem como poderão ser distintos os fluxos financeiros, devido ao impacto das diferenças entre os saldos das demonstrações financeiras estimadas e os saldos finais que se vierem a apurar.
2. Conforme decorre dos documentos em apreciação, a Entidade está dependente do Município do Porto no que respeita ao financiamento das obras de habitações devolutas e de requalificação do parque de habitação pública municipal, bem como de outras rubricas do Orçamento anual de exploração, pelo que, atrasos significativos nos fluxos financeiros para financiamento destas componentes da sua atividade poderão afetar as condições de exploração e o equilíbrio financeiro da Entidade.

Conclusão e opinião

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP) adotado em Portugal.

Devemos, contudo, advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Porto, 30 de novembro de 2021

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'António Gerardo Pinheiro de Oliveira'.

RSM & ASSOCIADOS – SROC, LDA.

Representada por António Gerardo Pinheiro de Oliveira (ROC n°945)
registado na CMVM com o n° 20160562



Instrumentos de Gestão Previsional para o Período 2022 - 2026

ÍNDICE

PREÂMBULO	2
I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS	11
A – ENQUADRAMENTO	12
B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL	18
C – PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL	25
D – PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL	30
E – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS – NCP 26	32
II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2022 - 2026	34
A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2022 – 2026 E PRESSUPOSTOS	35
B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO	54
C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA	55
D – BALANÇO PREVISIONAL	56
III – EQUILÍBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO	57
ANEXO 1 – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO EM 2022 - 2026	60
ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS/FISCAL ÚNICO	62

PREÂMBULO

tl.
dx

At

1 - BREVE RESENHA HISTÓRICA

A Gestão e Obras do Porto (adiante designada apenas de "GO Porto"), enquanto empresa municipal local de promoção do desenvolvimento regional e detida a 100% pelo Município do Porto, foi criada em 9 de agosto de 2000, com o objetivo do exercício da atividade de gestão de obras públicas para a autarquia portuense e para outras entidades, públicas ou privadas. Em finais de 2016, a GO Porto viu o seu objeto social ser alterado, no sentido de lhe conferir as competências necessárias para uma direção integral dos empreendimentos que gere, desde a elaboração e concretização de planos e projetos, até à execução e pós-garantia de empreitadas, que assegurem a promoção, construção, renovação, reabilitação, beneficiação, gestão e exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas.

Decorrente da alteração estatutária acima referida, a GO Porto viu a sua área de atuação evoluir de uma estrutura organizativa meramente prestadora de serviço - e que limitava o seu objeto social às fases de promoção, construção, renovação, beneficiação e conservação, *stricto sensu*, do património e das infraestruturas do Município do Porto -, para uma estrutura comprometida com a gestão integral do ciclo de vida dos empreendimentos, num contexto assim de novas competências, conforme se demonstra no quadro síntese seguinte:

Ciclo de Vida dos Empreendimentos

Etapas e Donos	Até 2016	A partir de 2017
1. Avaliação <i>ex-ante</i> da necessidade	CMP/GOP	GO Porto
2. Elaboração de projetos e colaboração na obtenção de fundos	CMP/GOP	GO Porto
3. Procedimentos de formação de contratos	GO Porto	GO Porto
4. Celebração de contratos e assunção de compromissos	GO Porto	GO Porto
5. Execução e gestão do contrato até à sua receção	GO Porto	GO Porto
6. Manutenção e exploração de empreendimentos delegados	CMP	GO Porto

A GO Porto encontra-se, assim, neste quadro incrementado de competências, mais apta a planear ações e a gerir as diversas fases dos empreendimentos que administra, podendo definir ou ajustar, em cada uma destas fases, a estratégia a implementar, retirando daí novos ensinamentos e aprendizagens para o futuro. Em resultado direto da adequação da estrutura da empresa a estas novas exigências - que vem convocando a mobilização de adicionais e especializados recursos humanos, materiais e tecnológicos -, o custo de estrutura realizado da GO Porto, com a devida

H.
CA
NA

cabimentação orçamental, vem evoluindo em alta face aos valores históricos da empresa que foram verificados até ao exercício de 2016.

2 – PROCEDIMENTO DE INFORMAÇÃO DAS EMPRESAS LOCAIS

Conforme resulta do estabelecido nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da GO Porto, e nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, o Conselho de Administração apresenta os **Instrumentos de Gestão Previsional (IGP)** para o Período 2022-2026.

Resulta do referido artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, que as empresas locais devem facultar, de forma completa e atempadamente, os seguintes elementos aos órgãos executivos das respetivas entidades públicas participantes, tendo em vista o seu acompanhamento e controlo:

- a) Projetos dos planos de atividades anuais e plurianuais;
- b) Projetos dos orçamentos anuais, incluindo a estimativa das operações financeiras com o Estado e as autarquias locais;
- c) Planos de investimento anuais e plurianuais e respetivas fontes de financiamento;
- d) Documento de prestação anual de contas;
- e) Relatórios trimestrais de execução orçamental;
- f) As demais informações e documentos que sejam solicitados para o acompanhamento sistemático da situação da Empresa local e da sua atividade.

Em conformidade com o determinado pelo artigo 19.º dos seus estatutos, alinhado com o regulado na Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, mais concretamente no seu artigo 25.º, n.º 6, alínea j), cabe ao Fiscal Único a emissão de um parecer sobre o presente documento.

Assim, apresenta-se para aprovação da Câmara Municipal do Porto e da Assembleia Municipal do Porto, nos termos do artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, nos termos da alínea b), do n.º 5 do artigo 25.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 3 de outubro, nos termos da alínea c) do n.º 1 do artigo 6.º da Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e de acordo com o disposto nos artigos 21.º e 23.º dos estatutos da Empresa, os Instrumentos de Gestão Previsional. Do presente documento faz parte integrante o parecer do Fiscal Único, tal como determina o já citado artigo 25.º, n.º 6, alínea j), da referida Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

3 – NORMAS DE EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

As preocupações inerentes à gestão económica, eficiente e eficaz das atividades desenvolvidas pela GO Porto, no âmbito das suas atribuições, aconselham a adoção de mecanismos reguladores e de ações de controlo.

Considera-se, assim, conveniente o estabelecimento de um conjunto de regras e princípios definidoras de políticas, métodos e procedimentos que contribuam para assegurar o desenvolvimento das suas atividades de forma ordenada e eficiente, incluindo a salvaguarda dos ativos, a prevenção e deteção de situações de ilegalidade, fraude e erro, a exatidão e a integridade dos registos contabilísticos e a preparação oportuna de informação financeira fiável. É ao abrigo destes princípios que se enquadram os artigos seguintes:

Artigo 1.º

Definição e objeto

1. O presente normativo estabelece regras e procedimentos complementares necessários ao cumprimento das disposições constantes das redações atuais do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro e do Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 22 de fevereiro (POCAL), na parte não revogada pelo SNC-AP, pontos 2.9, 3.3 e 8.3.1, relativos, respetivamente, ao controlo interno, às regras previsionais e às modificações do orçamento, constituindo estes diplomas legais, o quadro normativo aplicável à execução do IGP 2022-2026, atentos os objetivos de rigor e contenção orçamental.
2. Sem prejuízo do disposto no presente normativo, são também aplicáveis à execução dos IGP, as disposições constantes do Manual de Qualidade e as disposições previstas nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.

Artigo 2.º

Execução orçamental

1. O ciclo orçamental da receita deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de previsão de receita, liquidação e recebimento, sem prejuízo de eventuais anulações de receita emitida que corrijam a liquidação ou de eventuais reembolsos e restituições que corrijam o recebimento e, eventualmente, a liquidação. A liquidação pode exceder a previsão de receita, sendo que só poderão ser liquidadas receitas que sejam legais, tenham sido objeto de correta inscrição orçamental, estejam classificadas e haja o cumprimento do princípio da segregação de funções.
2. O ciclo orçamental da despesa deverá obedecer às seguintes fases executadas de forma sequencial: inscrição de dotação orçamental, cabimento, compromisso, obrigação e pagamento, sem prejuízo de eventuais reposições abatidas aos pagamentos que para além de corrigirem os pagamentos podem igualmente corrigir todas as fases a

montante até ao cabimento. O cabimento não pode exceder a dotação disponível, assim como o compromisso não pode exceder o respetivo cabimento. A obrigação não pode exceder o valor do compromisso, assim como o pagamento não pode exceder o valor da obrigação. Os limites definidos devem ser aferidos por transação ou evento e segundo as classificações orçamentais vigentes. Nenhuma despesa pode ser autorizada que não respeite:

- a) A legalidade da despesa/conformidade legal no que respeita à natureza do encargo a incorrer;
- b) A legalidade do facto gerador da obrigação, nomeadamente o cumprimento do Código dos Contratos Públicos;
- c) O cumprimento do princípio da segregação de funções;
- d) A regularidade financeira;
- e) A economia, eficiência e eficácia da despesa.

3. Na execução dos documentos previsionais dever-se-á ter sempre em conta os princípios da utilização racional das dotações aprovadas e da gestão eficiente da tesouraria. Segundo estes princípios a assunção de encargos geradores de despesa deve ser justificada quanto à necessidade, utilidade e oportunidade.

4. A adequação dos fluxos de caixa das receitas às despesas realizadas, de modo a que seja preservado o equilíbrio financeiro, obriga ao estabelecimento das seguintes regras:

- a) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos nos anos anteriores que tenham fatura ou documento equivalente associados e não pagos (dívida transitada);
- b) registo, no início do ano económico, de todos os compromissos assumidos em anos anteriores sem fatura associada;
- c) registo dos compromissos decorrentes de reescalonamento dos compromissos contratualizados para 2022 e para os anos futuros.

Artigo 3.º

Modificações ao IGP

Esta empresa municipal, baseada em critérios de economia, eficácia e eficiência, tomará as medidas necessárias à gestão rigorosa das despesas, reorientando, através do mecanismo das modificações orçamentais as dotações disponíveis de forma a permitir uma melhor satisfação dos objetivos estabelecidos pelo município do Porto, nos seus contratos com a empresa municipal (Contrato de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa), com o menor custo financeiro, no cumprimento estrito das regras orçamentais previstas em sede do normativo do SNC-AP.

Artigo 4.º

Gestão de Ativos da Empresa Municipal

1. A Gestão do Património da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.
2. As aquisições de ativos efetuam-se de acordo com o plano plurianual de investimentos e com base nas orientações do Conselho de Administração, através de proposta de aquisição por parte dos serviços.

ht.
at
M

Artigo 5.º

Gestão de stocks

1. A Gestão de Stocks da empresa municipal executar-se-á nos termos do disposto nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.
2. O stock de bens será um recurso de gestão a usar apenas no estritamente necessário à execução das atividades desenvolvidas pelos serviços.
3. A proposta de abate de artigos em stock carece de proposta do dirigente máximo responsável pela unidade orgânica ao qual esteja afeto o armazém a ser submetida ao Conselho de Administração.

Artigo 6.º

Assunção de compromissos plurianuais

1. Fica autorizada, pela Assembleia Municipal, a assunção de compromissos plurianuais que respeitem as regras e procedimentos previstos na Lei e nos presentes IGP, e que resultem de projetos ou atividades constantes na Demonstração Previsional de Orçamento e Plano Orçamental Plurianual do Plano Plurianual de Investimento.
2. Excetuam-se do disposto no número anterior os casos em que a reprogramação dos compromissos plurianuais implique aumento de despesa e que não esteja ao abrigo do Contrato de Gestão de Empreendimentos, uma vez que qualquer aumento de despesa neste último tem de ser aprovado pela Assembleia Municipal.

Artigo 7.º

Fundos disponíveis - Utilização do saldo de gerência anterior e aumento temporário dos fundos disponíveis

1. Considera-se autorizada a utilização do saldo das operações orçamentais transitado da gerência de 2021, para efeitos de cálculo dos fundos disponíveis para o mês de janeiro de 2022, e conseqüente reforço do valor anual de orçamento de receita deste ano.
2. Considera-se autorizado, nos termos e para os efeitos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 4.º da LCPA (Lei dos Compromissos e Pagamentos em Atraso), o aumento temporário dos fundos disponíveis pela antecipação das receitas provenientes da execução dos Contratos de Gestão de Empreendimentos e Contrato Programa, celebrados com o município do Porto, em vigor para o ano de 2022, com recurso a montantes a cobrar e a receber dentro do período compreendido entre a data do compromisso e a data em que se verifique a obrigação de efetuar o último pagamento relativo a esse compromisso, nos termos do n.º 2, do artigo 6.º do DL n.º 127/2012, de 21 de junho.

Artigo 8.º

Autorizações assumidas

1. Consideram-se autorizadas na data do seu vencimento, e desde que os compromissos assumidos estejam em conformidade com as regras e procedimentos previstos na legislação em vigor e nas presentes IGP, as seguintes despesas:

- a) Vencimentos e salários;
- b) Subsídio familiar a crianças e jovens;
- c) Gratificações, pensões de aposentação e outras;
- d) Encargos de empréstimos;
- e) Rendas;
- f) Contribuições e impostos, reembolsos e quotas ao Estado ou organismos seus dependentes;
- g) Água, energia elétrica, gás;
- h) Comunicações telefónicas e postais;
- i) Prémios de seguros;
- j) Obrigações resultantes de sentenças judiciais;
- k) Publicações obrigatórias na Imprensa Nacional e publicações de anúncios no Diário da República; Município do Porto
- l) Emolumentos do Tribunal de Contas;
- m) Encargos de natureza judicial de tramitação processual corrente;
- n) Encargos de instituições bancárias.

2. Consideram-se, igualmente, autorizados os pagamentos às diversas entidades por caixa, desde que estejam em conformidade as disposições previstas nos processos e procedimentos do sistema de gestão da qualidade da empresa.

4 – NOTAS PRÉVIAS FINAIS AOS IGP 2022 – 2026:

4.1. O novo Sistema de Normalização Contabilística para Administrações Públicas (SNC-AP).

Até 31 de dezembro de 2019, as demonstrações financeiras da GO Porto foram preparadas de acordo com o referencial contabilístico nacional "Sistema de Normalização Contabilística" (SNC), integrando as Normas Contabilísticas e de Relato Financeiro e as Normas Interpretativas, nos termos do Decreto-Lei n.º 158/2009, de 13 de julho, e respetivas alterações subsequentes.

OX
M. M.

4.1.1. A passagem do SNC para o SNC-AP.

Por força do Decreto-Lei n.º 134/2012, de 29 de junho, e com o objetivo de resolver a fragmentação e inconsistências da normalização contabilística existente em Portugal - resultantes do avanço do SNC no sentido da adoção de normas adaptadas das normas internacionais de contabilidade (IAS/IFRS) e da manutenção de um sistema contabilístico no setor público baseado em normas nacionais, entretanto, revogadas como o Plano Oficial de Contabilidade (POC) -, o Governo de então incumbiu a CNC (Comissão de Normalização Contabilística) de elaborar um novo sistema contabilístico para as administrações públicas, mais consistente com o SNC e com as Normas Internacionais de Contabilidade Pública (IPSAS), e que permitisse resolver os problemas sérios de inconsistência técnica ao nível da consolidação de contas no setor público, devido a ajustamentos indesejáveis e a falta de fiabilidade da informação gerada em sede da sua integração. Esta reforma ficou materializada com a elaboração e publicação do SNC-AP, nos termos do Decreto-Lei n.º 192/2015 de 11 de setembro, e que dota a Administrações Públicas de um sistema orçamental e financeiro convergente com os sistemas adotados a nível internacional, institucionalizando o Estado como entidade que relata, mediante a apresentação de demonstrações orçamentais e financeiras, reforçando a base de acréscimo na contabilidade e relato financeiro das entidades públicas, sem prejudicar a informação de base de caixa, uniformizando os procedimentos para a consolidação de contas de grupos públicos e das contas individuais, quer de demonstrações financeiras quer de demonstrações orçamentais e, por fim, contemplando três subsistemas articulados de informação:

- Contabilidade Orçamental
- Contabilidade Financeira
- Contabilidade de Gestão

Conforme previsto nos pontos 1 e 2 do Artigo 3.º do suprarreferido Decreto-Lei, o SNC-AP aplica-se a todos os serviços e organismos da administração central, regional e local que não tenham natureza, forma e designação de empresa, ao subsetor da segurança social, e às entidades públicas reclassificadas, entendendo-se por entidades públicas reclassificadas as entidades que, independentemente da sua forma ou designação, tenham sido incluídas nos subsectores da administração central, regional, local e segurança social das administrações públicas, no âmbito do Sistema Europeu de Contas Nacionais e Regionais, nas últimas contas setoriais publicadas pela autoridade estatística nacional, nelas inserindo-se, assim, a GO Porto.



4.1.2. O SNC-AP como normativo contabilístico na GO Porto a partir de 01-01-2020.

Inicialmente, com entrada em vigor prevista para 1 de janeiro de 2018 e após sucessivos adiamentos, o SNC-AP arrancou oficialmente a 1 de janeiro de 2020, passando a ser, a partir desta data, o normativo contabilístico aplicado GO Porto, com base no qual, a empresa procedeu à elaboração dos IGP 2022 – 2026.

4.2. A pandemia mundial provocada pelo vírus SARS-CoV-2.

Devido aos riscos relacionados com a persistência da pandemia mundial provocada pelo vírus SARS-CoV-2, a GO Porto prossegue com a adoção de todos os procedimentos e normas de contingência emanadas pela Direção Geral de Saúde. Por um lado, dadas as características do negócio da empresa e, por outro lado, os esforços envolvidos dos seus trabalhadores e parceiros, considera-se que esta situação poderá não ter um impacto significativo no desempenho operacional da GO Porto.

Contudo, e tendo presente o grau elevado de imprevisibilidade à volta da forma (duração e gravidade) como esta pandemia mundial poderá evoluir nos próximos meses/anos, pretende-se ressaltar, como hipótese, no âmbito das projeções de gastos, ganhos e investimentos incorporadas nos IGP 2022 – 2026, a necessidade de uma revisão extraordinária deste plano, que possibilite reequilibrar as projeções inicialmente efetuadas, dentro dos novos limites indicados pelo município do Porto.

4.3. Alteração da sede da GO Porto.

A partir do 2.º semestre de 2021, a Sede da GO Porto passou definitivamente para o "Edifício S. Dinis", sito na Travessa da Bica Velha, n.º 10, na cidade e concelho do Porto. Esta alteração de morada já estava prevista, em 2017, aquando da mudança de instalações da Rua de Monte dos Burgos, n.º 12 (Porto) para as instalações provisórias, na Rua Eng.º Ferreira Dias, n.º 954 (Porto), logo que ficasse concluída a reabilitação do edifício suprarreferido, facto que veio a ocorrer em meados do exercício corrente.

Nota final: Todos os montantes inscritos neste documento estão expressos em Euros.

H. ca
A



I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS

U.
ca
AA

A – ENQUADRAMENTO

1 – INTRODUÇÃO

Nos termos da Missão da GO Porto, a empresa tem inscrito nos seus plurianuais empreendimentos aos nível das áreas de negócio de Produção (obra) e Gestão e Exploração (imóveis), detalhados em procedimentos especializados de planeamento e execução de projetos, de obras em vias e edifícios, e de gestão e exploração de imóveis, tendo por objetivo responder às exigências dos seus clientes e cumprindo, rigorosamente, com a sua missão de prestar um serviço de excelência, alicerçado no conhecimento técnico, na inovação, no controlo de prazos e na racionalização de custos.

2 – OBJETIVOS PARA O PERÍODO 2022-2026

Nos termos do regime jurídico da atividade empresarial local aprovado pela Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, a GO Porto prosseguirá, em 2022, a sua atividade de promoção do desenvolvimento local e regional, com a pretensão de assegurar a grande reabilitação dos edifícios não habitacionais e a gestão integrada de todo ciclo de vida das infraestruturas urbanas do Município do Porto, cuja exploração e rentabilização lhe seja delegada. Para o efeito, e conforme decorre do n.º 2 do artigo 36.º da suprarreferida lei, esta atividade tem assento em adjudicações de serviços por intermédio, por um lado, de um contrato denominado de **Contrato de Gestão de Empreendimentos (CGE)**, atualmente em vigor para o triénio 2020 – 2022, segundo os termos do seu 2.º aditamento, outorgado a 16-12-2020, reiterando o típico processo de ligação institucional que vem, desde a sua fundação, a manter com o município do Porto e, por outro lado, no âmbito do n.º 1 do artigo 50.º, de um **Contrato-Programa 2021 - 2023 (CP)**, firmado entre o município do Porto e a GO Porto, em 14 de dezembro de 2020, no qual, constam a missão, as obrigações e as responsabilidades desta empresa municipal, orientada para a consecução dos objetivos, políticas e estratégias nele indicados.

De referir, igualmente, que à data do presente relatório, e face à revisão do nível de atividade operacional previsto no âmbito da sua área de gestão de empreendimentos (obras) para o próximo exercício e seguintes, a GO Porto irá submeter à aprovação do município do Porto uma proposta de 3.º aditamento ao CGE 2020 – 2022, nesta medida, ajustando os calendários financeiros dos empreendimentos pretendidos pelo município do Porto, com as respetivas projeções feitas em sede deste orçamento.

Em 2022, e tendo presente a importância do seu objeto social no universo municipal, a GO Porto dará continuidade à sua estratégia de reforçar a colaboração com as diversas estruturas orgânicas da Câmara Municipal do Porto que

H.
A
M



tutelam os empreendimentos em curso, bem como e, de igual forma, com as demais entidades participadas pelo Município. Com base nesta estratégia, a GO Porto está em condições de garantir, durante o período 2022 – 2026, o rigoroso cumprimento dos contratos celebrados com os seus clientes, procurando atingir, por um lado, os objetivos traçados pela gestão da empresa - inscritos e comunicados através do Sistema Geral da Qualidade – e, por outro lado, procurando rentabilizar os seus recursos e know-how, ao lançar esforços no sentido de alargar a sua atuação a outros mercados fora da esfera exclusiva do município do Porto – embora sempre a ele subordinada e/ou interligada –, como via possível, através da margem comercial obtida, para a redução do subsídio de estrutura obtido desta entidade.

Dando seguimento aos mecanismos e processos de trabalho que foram implementados, com sucesso, à luz de objetivos traçados em períodos anteriores, a GO Porto assumirá no período de orçamento 2022 – 2026 o objetivo de incrementar a evolução dos níveis de produtividade, em geral, da empresa e, em particular, de cada um dos seus trabalhadores. Tendo por base os objetivos coletivos, mensuráveis e controláveis, ao nível da empresa e das direções, o desafio passará igualmente por processos de autoaprendizagem, com estudo e a criação de soluções, mecanismos e instrumentos técnicos, jurídicos e de gestão, que permitam implementar opções que tornem a intervenção pública da GO Porto - quer ao nível das obras que executa, quer ao nível da gestão e exploração de infraestruturas, para as quais, está mandatada – mais controlada, com menos custos e melhores rentabilidades e garantias de perfeição.

Neste específico domínio da inovação, e orientada pela sua missão de prestar um serviço de excelência no segmento das obras e da gestão e exploração das infraestruturas e equipamentos que lhe sejam atribuídos pelo município do Porto ou por terceiros, a GO Porto dará, ao longo de todo o ciclo de vida dos empreendimentos que venha a gerir no âmbito destas áreas de negócio, plena expressão à solução técnico/contratual já, devida e adequadamente, testada e verificada por instâncias jurisdicionais de controlo, desta forma, cumprindo com a sua pretensão de ser uma referência no âmbito da atividade que desenvolve e na forma como presta os seus serviços, reconhecida pela sua competência, rigor e distinção.

3 – GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS, PLANEAMENTO, EXECUÇÃO E CONTROLO

No decorrer do período orçamental de 2022 – 2026, e dando continuidade aos trabalhos efetuados em sede da prestação de serviço de consultoria na área de planeamento e gestão de processos - concluída em finais de fevereiro deste ano, e que permitiu incrementar a gestão e a monitorização dos processos de negócio da empresa -, pretende-

lt.
CA
M

se prosseguir com um conjunto de investimentos ao nível dos Sistemas de Informação, cujo montante global estão devidamente acautelados no presente IGP, entre os quais:

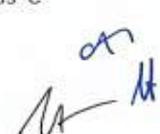
- Apreciação e decisão do cenário de implementação nos Sistemas de Informação, resultante das consultas preliminares que a GO Porto efetuou ao mercado, seja ele o cenário de total reformulação, seja o cenário de ajustes com desenvolvimento de interfaces. Mediante a escolha a ser tomada, o investimento poderá variar, entre os €150.000,00 e os €300.000,00. Prevê-se que o projeto seja iniciado durante o ano de 2022.

- Adjudicação e implementação da migração da base de dados do Int'Graal (Gestão Documental/Processual) de uma máquina virtual em ambiente Windows para o servidor físico da Oracle (ODA). Este projeto será concretizado no último trimestre de 2021, entrando em vigor de imediato o respetivo Contrato de Manutenção, que dará suporte preventivo e corretivo à Base de Dados instalada no ODA. O valor necessário para este projeto perfeitamente os €19.000,00.

- Análise e implementação de uma nova solução de *Backups* e *Disaster Recovery*. O sistema atual de *backups* está a ficar com limitações de espaço, pelo que, haverá a necessidade de melhorar e aumentar a capacidade do mesmo. A solução passa pela adjudicação de uma solução HPE StoreOnce, com a particularidade de proteger os *backups* de ataques *Ransomware*. Além da questão dos *backups*, sendo o tema da disponibilidade dos sistemas um dos principais problemas que afetam atualmente as empresas, após ataques informáticos, a GO Porto decidiu avançar com a consulta ao mercado para implementação de uma solução que permita a redundância da infraestrutura e respetivo restabelecimento dos sistemas, caso seja necessário. Para estas soluções, estima-se que seja necessário um investimento a rondar os 60 mil euros.

- Implementação de vários dashboards na solução PowerBI. Até finais de 2021, a empresa conta ter concluído o dashboard *Timeline*, que permitirá à GO Porto analisar, acompanhar, avaliar e tomar decisões dos vários Empreendimentos, tendo em conta os prazos que foram previamente planeados versus os realizados, sempre com dados oriundos do Int'Graal. Em paralelo, foram já iniciados desenvolvimentos no sentido de construção de alguns dashboards da área Financeira e Orçamental, assentes na solução ERP GIAF. Após este último desenvolvimento estar concluído, estaremos em condições de construir mapas mais complexos, com variadas fontes de informação (Int'Graal, GIAF e outros), não apontando apenas para cada um dos Sistemas.

- Por fim, os investimentos previstos nas restantes rubricas estão relacionados com algumas necessidades anuais de atualização do parque de equipamentos informáticos auxiliares, administrativos, comunicações móveis e fixas e licenciamentos de softwares de apoio à exploração.



4 – ORGANIZAÇÃO

Assente em competências avançadas ao nível da engenharia civil, desde os grandes empreendimentos estruturantes até à simple intervenção na gestão de garantias de construção e, mais recentemente, abrangendo novas responsabilidades no domínio da área de gestão e exploração de imóveis e infraestruturas, a GO Porto é hoje uma estrutura orgânica projetada para o futuro, sob um processo de melhoria contínua no sentido de poder responder, eficaz e adequadamente, às necessidades impostas pela operacionalização integral dos empreendimentos que gere. Nesta dinâmica, a GO Porto vem, desde de 2017, a encetar uma série de alterações ao seu organograma, culminando hoje numa estrutura organizativa assente em quatro direções (Direção de Produção, Direção de Gestão e Exploração, Direção Jurídica e Direção Administrativa e Financeira), dependentes do Conselho de Administração e, às quais, acresce também um gabinete de assessoria técnica especializada na área da Comunicação e Promoção.

Consequência direta da dinâmica, em alta, do Município do Porto nas suas múltiplas área de atuação (ambiente, cultura, educação, desporto, economia, habitação, segurança, urbanismo, mobilidade, etc.), a GO Porto vem sendo confrontada com novos desafios e riscos no sentido de ter que gerir um leque, cada vez mais alargado e complexo de empreendimentos, concretamente, ao nível da sua Direção de Produção, cujo volume de trabalho aumentou por isso consideravelmente, vendo-se assim reforçada com a admissão, nos últimos exercícios económicos, de novos gestores de empreendimento.

Neste sentido, a GO Porto mantém sob dotação orçamental, no período 2022 - 2026, perspetivas de medidas adicionais de reestruturação orgânica, com vista a incrementar a capacidade de resposta das suas diversas áreas, operacionais e de apoio técnico-administrativo, como forma de assegurar um desempenho exímio das responsabilidades e compromissos legais da organização e, igualmente, na defesa e salvaguarda dos seus direitos.

5 – RIGOR NA SOLVABILIDADE

O município do Porto, enquanto único acionista e principal cliente da empresa, é determinante na definição da capacidade da GO Porto de conseguir cumprir os seus deveres de tesouraria face a terceiros. Em contrapartida, e nos termos de um contrato programa firmado entre as partes, compete à GO Porto exigir aos fornecedores o cumprimento rigoroso dos prazos, custos e qualidade de execução contratualizados, vetor fundamental para a obtenção dos resultados pretendidos, dando assim cumprimento às obrigações assumidas com o município do Porto. Para o efeito, a empresa continuará a manter uma gestão precisa de tesouraria, assente num procedimento estratégico, contínuo e rigoroso, de controlo e monitorização dos compromissos assumidos pela empresa.

ca1
M H.

6 – SISTEMA DA QUALIDADE

A GO Porto encontra-se certificada ao abrigo da norma ISO 9001:2015. Reconhecida a importância desta norma, enquanto ferramenta de gestão interna, por um lado, para a identificação e análise das necessidades e expectativas dos clientes e, por outro lado, para assegurar a satisfação e confiança em relação aos serviços prestados pela empresa, a empresa prosseguirá orientada para a melhoria contínua dos seus processos de produção e dos serviços e, inevitavelmente, para a obtenção de melhores resultados.

Nesta medida, a GO Porto continuará a desenvolver durante o período de plano 2022 – 2026, ações que visem assegurar o normal funcionamento do seu Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ), destacando-se as principais:

- Definição de Planos de Ação detalhados, que ajudem a suportar a estratégia da empresa e as principais linhas orientadoras de atuação;
- Definição de indicadores de gestão, que permitam avaliar continuamente, e de forma cada vez mais rigorosa, a posição e a evolução dos processos e dos objetivos que lhe estão indexados;
- Desenvolvimento de ferramentas informáticas que visem melhorar a monitorização e medição dos objetivos;
- Desenvolvimento de Auditorias Internas (com recursos internos) ao SGQ que permitam monitorizar a operacionalização dos processos e a sua adequação aos requisitos normativos e legislação aplicável;
- Desenvolvimento de Auditorias Externas ao SGQ, de maneira a assegurar que os registos normativos e legislação aplicável estão a ser cumpridos e mantidos;
- Avaliação periódica dos riscos e/ou oportunidades definidos, e que potencialmente possam afetar a capacidade de atingir os resultados pretendidos;
- Avaliação periódica das partes interessadas consideradas relevantes para a empresa, de modo a compreender e a satisfazer melhor as suas necessidades e expectativas;
- Avaliação periódica do desempenho do SGQ, traduzindo o seu resultado em relatórios de gestão específicos.

Em paralelo, e porque qualquer sistema de gestão é dinâmico - que deve acompanhar a evolução das novas tendências, tecnologias, métodos de trabalho, que permitam melhorar a performance da empresa e gerar valor acrescentado -, é pretensão da GO Porto redimensionar o seu Sistema de Gestão, de maneira a vir a corresponder às novas necessidades e exigências que vêm emergindo noutros domínios de intervenção, tais como, Ambiente, Segurança e Saúde no Trabalho e Responsabilidade Social e que ajudam, genericamente, a aperfeiçoar os processos,



a minimizar os impactos ambientais e riscos resultantes do trabalho na organização, bem como, a atuar de forma mais sustentável, valorizando a sua dimensão social.

Por referência ao exposto, a empresa tem como desafio futuro e ambicioso, implementar um Sistema de Gestão Integrado (SGI), que agregue, para além da Qualidade, outras normas de referência, tais como, o Ambiente, a Segurança e Saúde no trabalho e a Responsabilidade Social (SGI-QASRS), tornando-se, para o efeito, imprescindível o reforço técnico da equipa, formação e contratação de alguns serviços necessários à adequação e transição do Sistema de Gestão da Qualidade (SGQ) para um Sistema de Gestão Integrado (SGI).

ca
M H.

B – PLANO DE ATIVIDADES ANUAL E PLURIANUAL

PLANO DE ATIVIDADES

CONTRATO DE EXPLORAÇÃO

No período de plano 2022 – 2026, e nos termos do contrato programa firmado com o município do Porto - no qual, estão identificadas as delegações atribuídas à GO Porto de gestão, exploração e rentabilização de imóveis e infraestruturas -, pretende-se desenvolver nesta na área de Gestão e Exploração, os empreendimentos seguintes:

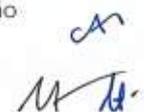
1. Mercado Temporário do Bolhão (MTB):

Aberto ao público a 2 de maio de 2018, o MTB continua a albergar, provisoriamente, os comerciantes do interior e os inquilinos do exterior do antigo edifício do Mercado do Bolhão, enquanto decorre a empreitada de restauro e modernização deste incónico imóvel da cidade. Para o efeito, foi necessário atribuir dotações orçamentais para um conjunto de gastos e proveitos a incorrer com a exploração funcional, operacional e promocional do MTB. Tendo presente, que a gestão e exploração deste espaço continuará a decorrer durante os primeiros meses do ano de 2022, entre os gastos mais relevantes estimados, destacam-se:

1.1. Os encargos decorrentes da gestão operacional do mercado ao nível de:

- Vigilância, permitindo que o espaço apresente as condições de segurança adequadas para os Comerciantes, Inquilinos e demais utilizadores;
- Limpeza, de forma a que o espaço que alberga 63 comerciantes e inquilinos tenha as melhores e mais eficazes condições de limpeza;
- Manutenção técnica dos equipamentos e sistemas, para um normal funcionamento de um espaço público;
- Gestão dos resíduos produzidos e da inerente necessidade de valorização dos mesmos, por parte da origem da sua produção;
- Fiscalização da atividade desenvolvida pelos comerciantes e da importância do cumprimento da regulamentação em vigor no quotidiano diário do mercado.

1.2. Os encargos de promoção institucional e comercial, considerados essenciais à pretendida dinamização e projeção pública do espaço nomeadamente, mas não exclusivamente, têm como objetivos:



- Impulsionar e promover o MTB através de diferentes meios e canais de comunicação de modo a reforçar a sua vertente comercial, nomeadamente, os seus produtos, os seus serviços e a experiência de compra.
- Coordenar a transição da marca MTB para a marca Bolhão de forma a vincar a nova identidade e posicionamento do histórico Mercado de Frescos da cidade do Porto.

Do lado dos proveitos, encontram-se consideradas as taxas e preços atribuídos e estipulados aos ocupantes do MTB, nomeadamente, a comerciantes e inquilinos, nos pressupostos definidos em deliberação de Câmara Municipal do dia 14 de fevereiro de 2017, nomeadamente:

- Os comerciantes existentes do interior do mercado usufruíram de uma redução de 40% até à transferência para o MTB;
- Nos primeiros 12 meses de instalação no MTB, a redução acima mencionada de 40 % manteve-se;
- Desde maio de 2019, e até ao regresso ao Mercado do Bolhão requalificado, o valor das taxas foi reduzido em 20% do valor constante do Código Regulamentar do município do Porto;
- No futuro mercado requalificado as taxas de ocupação manter-se-ão inalteradas;

Relativamente aos inquilinos do exterior do mercado que se instalaram no MTB, as rendas mantiveram-se sem alterações, apenas adaptadas às áreas dos novos espaços, nos pressupostos definidos em sessão extraordinária de assembleia municipal realizada em 29 de janeiro de 2018.

2. Mercado do Bolhão (MB):

Com a conclusão da obra de restauro e modernização do MB prevista para o final do ano de 2021, dar-se-á início à fase relacionada com os trabalhos de adaptação de cada uma das instalações privativas (comerciantes, lojas e restaurantes), bem como preparação do espaço para abertura ao público, através da implementação de comunicação, não só informativa para o Cliente, como, igualmente, de caráter promocional.

A exploração funcional e operacional deste novo espaço, irá iniciar-se após o anteriormente ocorrido, cujos gastos centrar-se-ão, por um lado, em encargos de utilitários (eletricidade, água, saneamento, e gás), encargos de limpeza e desinfestação, manutenção e serviços acessórios, vigilância e segurança do espaço, fiscalização dos comerciantes, gestão dos resíduos produzidos, balcão de informações e inerente gestão operacional, eletricidade, gás, água, saneamento e gestão de resíduos, e, por outro lado, em custos relacionados com promoção institucional e comercial do novo MB, restaurado e modernizado. Os referidos

AM
M. M.



encargos de promoção institucional e comercial, considerados essenciais à pretendida dinamização e projeção pública do espaço, terão a sua implementação num período temporal pré-definido, o qual se iniciará ainda em 2021, ainda antes da abertura do MB, e têm como objetivos:

- Lançar e promover a primeira marca oficial do histórico MB. Uma marca que além de refletir os valores, as dimensões e a personalidade do Mercado, represente um novo capítulo na história deste edifício e da sua importância para a cidade.
- Enriquecer a notoriedade do Mercado através de novos suportes de comunicação e meios publicitários. Comunicar o espaço como uma marca, mas também como um espaço que evoluiu, que inovou, e que se adaptou às necessidades, rotinas e desejos dos seus consumidores e comerciantes.
- Apresentar a génese da marca Bolhão à cidade do Porto através de uma campanha de comunicação e promoção dividida em momentos distintos.
- Reconstruir as fronteiras tecnológicas do MB e desenvolver novos canais de comunicação e interação tais como um novo website e uma aplicação mobile, permitindo não só impulsionar o sentimento de inovação como agregar novos valores à marca Bolhão.
- Fortalecer o posicionamento do Mercado e destacar a nova identidade visual através de uma proposta de Merchandising e Packaging capazes de impulsionar a vertente comercial do espaço assim como os seus valores e características.
- Definir e planear um conjunto de ações de Fidelização e de Brand Equity que permita a construção e manutenção de laços com os consumidores, aumentando o sentimento de pertença e exclusividade, assim como a eficiência das transações no local e proporcionando uma maior satisfação aos seus clientes.
- Programar uma série de eventos e ações de Marketing Experiencial, ajustados ao objeto do Mercado, onde será possível cooperar com entidades externas, exibir produtos e serviços complementares à oferta do Mercado, mas também, desenvolver ações e experiências baseadas em momentos lúdicos, épocas do ano e festividades, atividades culturais e produtos artísticos.

Os quais se traduzem, a título de exemplo, a eventos, ações promocionais, decoração e multimédia, que serão essenciais à pretendida dinamização e projeção pública deste imóvel da cidade do Porto.

De evidenciar que, contrariamente ao ocorrido com o MTB, encontram-se estimados custos relacionados com eletricidade, água e gás de zonas consideradas comuns, sendo que, nos espaços a ocupar pelos respetivos comerciantes e inquilinos, cada um será detentor do próprio contrato de serviços mencionados (água, eletricidade e gás).

CA
NA
H.

Em contrapartida, estima-se que a gestão do MB, restaurado e modernizado, entre taxas e rendas definidas pela via do Código Regulamentar do Município, acrescido das novas rendas e taxas obtidas através de Concursos públicos, permitirá encaixar um volume de proveitos significativo, no sentido de, durante o ciclo de vida do espaço, ser possível atingir o equilíbrio dos resultados de exploração, de forma a devolver à cidade um dos seus mais importantes valores patrimoniais, intacto na sua essência e sempre como mercado, tradicional e público, de frescos, tal como nasceu.

Durante o 4.º trimestre de 2021 e o início do ano de 2022, serão concluídos os concursos públicos para ocupação de novos espaços no MB, nomeadamente, 42 bancas e 6 restaurantes também no interior e 12 lojas no exterior, possibilitando a obtenção, por um lado, de uma maior variedade de produtos e serviços no MB e, por outro lado, de valores anuais de receita mais expressivos quando comparados com os atuais, à volta de um milhão de euros.

3. Antigo Matadouro Industrial do Porto:

Conforme desejo do município do Porto, pretende-se com as obras de reconversão do Antigo Matadouro Industrial do Porto – edifício desativado há mais de 20 anos -, transformá-lo num equipamento âncora do processo de reabilitação da zona oriental da cidade do Porto, permitindo incrementar os eixos da coesão social, da economia e da cultura, e cujo programa de intervenção contempla a manutenção histórica e a natureza arquitetónica deste imóvel, devolvendo-o aos habitantes da comunidade local, em particular, e aos cidadãos do Porto, em geral. Está previsto também o estabelecimento de um percurso interno de carácter público, que permitirá a circulação de pessoas entre diversas infraestruturas, tais como, estação de metro e parque de estacionamento e que, atravessando o interior do edifício principal e a partir do topo de um novo edifício a construir em altura, permitirá que pessoas e bicicletas atravessem a VCI por intermédio de uma nova passagem superior.

Contudo, e conforme é do conhecimento público, foi efetuada a consignação da presente obra no dia 18 de setembro de 2020, após emissão de visto por parte de Tribunal de Contas, tendo em vista, a prossecução efetiva daquele contrato celebrado a 1 de agosto de 2018, entre o Município do Porto e a entidade Mota Engil (vencedor do concurso público). Estima-se que durante o 4.º trimestre de 2021, sejam terminados os trabalhos técnicos de execução do projeto, no sentido de se iniciar as obras de reconversão no início do ano de 2022. A exploração do Matadouro Industrial, após a sua reconversão, encontra-se estimada iniciar entre o último trimestre do ano de 2023 e o primeiro trimestre de 2024.

ck
M H.

CONTRATO DE GESTÃO DE EMPREENDIMENTOS

No período em plano 2022 – 2026, e âmbito da atividade operacional desenvolvida pela Direção de Produção, a GO Porto tem previstas diversas intervenções em vias e edifícios da cidade, perfazendo um total de aproximadamente 238,7 milhões de euros, dos quais 56,8 milhões estão previstos executar no ano de 2022. Para o efeito, e nos termos do contrato de gestão de empreendimentos em vigor e seguintes, a empresa dará seguimento a uma série de procedimentos de contratação pública de projetos e empreitadas, entre outros bens e serviços conexos, garantindo igualmente o controlo e a monitorização dos mesmos em nome ou representação da Autarquia.

Entre os empreendimentos previstos em plano, relatam-se seguidamente os principais investimentos, agrupados pelas rubricas orçamentais CMP :

1. **Programa Mercator** – Nesta área, o restauro e modernização do Mercado do Bolhão é o investimento nuclear. Esta empreitada, que irá devolver a este imóvel o seu caráter original de mercado público de frescos, tem a sua conclusão estimada para o início de 2022. Para além desta empreitada, também está previsto o fornecimento de equipamentos para o mercado.
2. **Dinamização da Arte, Cultura e Ciência** – Nos primeiros anos do período em plano (2022 – 2026), está prevista a conclusão da obra de reabilitação do Cinema Batalha e a realização da Reabilitação do Atelier António Carneiro. Proceder-se-á ao desenvolvimento dos projetos da Requalificação da Biblioteca Pública Municipal, do Museu da Natureza Contemporânea e do Museu CACE, de modo a efetuarem-se as respetivas empreitadas.
3. **Reabilitação Urbana e Planeamento e Gestão Urbanística** – Nesta rubrica orçamental pretende-se executar trabalhos de consolidação em diversas escarpas do município, nomeadamente, da Arrábida, de S. Roque da Lameira e da Av. Fernão Magalhães, bem como também a execução dos Loteamentos do Monte Pedral, Monte da Bela e Lordelo.
4. **Promover e Fomentar a Educação** – Estão previstas intervenções em várias escolas do Ensino Básico, nomeadamente, Agra do Amial, dos Correios, Falcão e outras. Será ainda concluída a Requalificação da E. S. Alexandre Herculano, no âmbito do Acordo de Colaboração entre o Ministério da Educação e o Município do Porto.



5. **Incentivar e Dinamizar o Desporto e Animação da Cidade** – Nesta rubrica orçamental, e dando continuidade ao projeto do Parque Desportivo de Ramalde, será concretizada a ampliação deste polo desportivo, com a criação de novos campos de jogos e espaços de desporto e lazer, com todos os edifícios de apoio inerente ao exercício dessas atividades. Diversos equipamentos e infraestruturas desportivas da cidade do Porto serão alvo de intervenção, quer de melhoria, quer de criação de novos polos/edifícios, nomeadamente, do Complexo Desportivo Municipal (Campanhã) e do Campo do Outeiro. Ao nível da melhoria das condições de funcionamento, estão previstas intervenções nas Piscinas Armando Pimentel e da Constituição.

6. **Melhoria da Mobilidade e Infraestruturas** – Nesta rubrica orçamental, incluem-se as grandes intervenções na Via Pública, em coordenação com os diversos concessionários e empresas detentoras de infraestruturas no subsolo. Relevam-se as intervenções que integram o designado Programa Rua Direita (em cerca de 90 arruamentos da cidade), a requalificação do espaço público de Lordelo, da R. das Eirinhas, da Reabilitação urbana de Azevedo- Campanhã e da Praça da Corujeira. Destacam-se ainda, as obras seguintes: Ecopista do Ramal da Alfândega, Percursos Pedonais/Ligações Mecanizadas (Palácio de Cristal e Virtudes) e Envolvente da Praça da República.

A GO Porto continuará ainda a repavimentação de diversos arruamentos na cidade. Por fim, é de realçar a gestão das obras de infraestruturas da Águas e Energia do Porto, EM., associadas às intervenções no espaço público geridas pela GO Porto para o Município do Porto e a construção da Ponte D. António Francisco dos Santos, em parceria com o Município de Vila Nova de Gaia.

7. **Qualificação dos Espaços Verdes** – Além de várias intervenções em parques e jardins, destaca-se a conclusão da empreitada relativa ao Parque da Cidade – Remate Poente. Igualmente importante, será a requalificação de um jardim Histórico – o Jardim de Teófilo Braga (Praça da República). Esta intervenção será alargada, a toda a área envolvente da praça, ou seja, irá haver intervenção nos diversos arruamentos e espaços públicos adjacentes. O Parque de S. Roque verá concluída a sua remodelação.

8. **Promoções e Sustentabilidade do Ambiente** – Nesta rubrica orçamental, incluem-se intervenções generalizadas.

9. **Funcionamento dos Serviços** – Nesta rubrica orçamental, destaca-se a continuidade de obras de melhoramentos nas instalações dos BSB (Batalhão Sapadores Bombeiros).



10. **Outros** – Nesta rubrica encontra-se a dotação orçamental para gastos diversos com consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços, complementares aos empreendimentos previstos nas rubricas anteriores com a natureza de despesas correntes.

dx
M H.

C - PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL

1 – PLANO DE INVESTIMENTO PARA O PERÍODO 2022 - 2026

Integralmente assegurado com recurso a autofinanciamento, e conforme detalhado no quadro infra, o investimento previsto realizara no período de plano 2022 – 2026, perfaz 541,8 mil euros:

INVESTIMENTO	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Activos Fixos Tangíveis	70 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00	10 000,00
Hardware	65 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00	5 000,00
Equipamento Auxiliar e Administrativo	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
Ferramentas e utensílios	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00	2 500,00
Activos Intangíveis	85 950,00	5 000,00	305 000,00	5 000,00	5 000,00
Programas de computadores	85 950,00	5 000,00	305 000,00	5 000,00	5 000,00
Outros Investimentos Financeiros	4 894,68	4 943,62	5 279,76	5 332,56	5 385,89
Fundo de compensação de trabalho	4 894,68	4 943,62	5 279,76	5 332,56	5 385,89
Total	160 844,68	19 943,62	320 279,76	20 332,56	20 385,89

INVESTIMENTO EM CURSO	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Investimentos em curso	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00
Programas de computadores	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00
Total	100 000,00	100 000,00	100 000,00	0,00	0,00

Entre as rubricas assinaladas, destaca-se em Investimentos em Curso, a projeção plurianual de 300 mil euros - já prevista no orçamento anterior, e que acabou por não ser executada em sede de alguns projetos na área dos Sistemas de Informação (SI), nomeadamente, o "Projeto AS-IS e TO-BE" -, destinada a reestruturar a arquitetura dos SI da GO Porto que, atualmente, assentando num conjunto disperso de aplicações que foram concebidas e/ou adquiridas ao longo de uma janela temporal alargada, mas sem interligação efetiva entre elas, apresenta um risco crescente de poder haver, por lapso, dados registados de forma distinta nas diversas aplicações em uso, o que acresce também, dificuldades operacionais de extração, rápida e consolidada, de informação de gestão para tratamento e monitorização das atividades de negócio e de apoio da empresa. Relembra-se que a referida intenção de reestruturação dos SI da GO Porto e a respetiva dotação orçamental em plano - que, depois de uma fase inicial de identificação e modelação dos processos de negócio existentes (AS-IS), prevê a identificação das necessidades futuras e a apresentação de propostas de cenários passíveis de implementação (TO-BE) -, vêm na sequência de uma consultoria técnica que, adjudicada em finais de 2018, prossegue o objetivo de avaliar as necessidades atuais da



empresa e relevar propostas para os sistemas aplicacionais futuros, que respondam às necessidades dos utilizadores e da empresa.

No exercício de 2022, e tendo por referência a rubrica de investimento Ativos Fixos Tangíveis, destaca-se o investimento em Hardware, no valor de 65 mil euros, em grande parte (55 mil euros), referente à aquisição de um servidor de backup para efeito de preparação e implementação de um procedimento de "disaster recovery", que permita garantir a recuperação ou continuação da infraestrutura tecnologia e dos SI da empresa, na eventualidade de um desastre, natural ou de origem humana, que possa afetar estes recursos da empresa, considerados vitais para o desenvolvimento e suporte das atividades desempenhadas pela organização. No caso da rubrica de investimento Ativos Intangíveis, o valor orçamental previsto de 85.950€, engloba entre os principais procedimentos, o serviços de upgrade e licenciamento do ERP GIAF (40.000€), a aquisição e instalação do Portal do Mercado do Bolhão (25.000€) e a aquisição de um software de suporte ao Módulo de Proteção de Dados Pessoais (11.000€).

2 – PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2022 - 2026

A estrutura de recursos humanos da GO Porto, prevista para o período 2022 – 2026, é a seguinte:

ÁREAS		ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Secretariado da Administração		1	1	1	1	1
Gabinete Comunicação e Promoção	Responsável da área	1	1	1	1	1
	Marketing e Comunicação	2	2	2	2	2
	Direção	1	1	1	1	1
Produção	Gestão de Empreendimentos	13	13	13	13	13
	Fiscalização	1	1	1	1	1
	Direção	1	1	1	1	1
Exploração	Direção do Mercado	1	1	2	2	2
	Gestão de Exploração	2	2	2	2	2
Jurídico	Direção	1	1	1	1	1
	Juristas	2	2	2	2	2
	Direção	1	1	1	1	1
	Financeiro	3	3	3	3	4
Administrativa e Financeira	Qualidade	2	2	2	2	2
	Recursos Humanos	2	2	2	2	2
	Sistemas de Informação	2	2	2	2	2
	Centro documental	3	3	3	3	3
Total		39	39	40	40	41

Para além dos colaboradores indicados, a Empresa tem 3 administradores conforme previsto nos estatutos, dos quais, 2 são administradores executivos.

Face ao número de efetivos à data presente relatório (36), o número de 39 efetivos previsto para o primeiro ano de plano (2022), advém das admissões previstas de 2 colaboradores (técnicos superiores) para as áreas da Direção de Gestão e Exploração (1 – Gestor de Mercado) e da Direção Administrativa e Financeira (1 – Técnico Superior de Qualidade). A partir de 2024, mais 2 admissões estão orçamentadas ocorrer, concretamente, nas áreas da Direção de Gestão e Exploração e na Direção Administrativa e Financeira (1 – Contabilista Certificado).

De igual forma, e tendo presente o compromisso assumido pela GO Porto no âmbito da área de Recursos Humanos, decorrente da transição que efetuou para a nova norma NP EN ISO 9001:2015, considera-se este quadro de pessoal



como um capital fundamental da organização, gerido por isso, como um processo estratégico da gestão de topo da empresa que, desta forma, se compromete a desenvolver medidas que permitam um maior envolvimento de todos os colaboradores, o incremento da satisfação laboral e a consequente melhoria dos resultados globais da empresa. Neste sentido, e sempre que aplicável, a empresa dará seguimento a todos os procedimentos de correção e/ou melhoria na área de Recursos Humanos. Neste caso, e após a implementação do sistema de Gestão de Desempenho e do Plano para a Igualdade de Géneros, prevê-se em 2022 - após aprovação superior a ocorrer até ao final do exercício de 2021 -, o arranque de um Regime de Carreiras, fundamental para o entendimento dos colaboradores, quanto ao seu posicionamento remuneratório e forma de progressão na organização, como estratégia de lhes garantir potencial para a uma melhoria contínua, em concreto, dos seus desempenhos e, no geral, da empresa na prossecução da sua missão e objetivos.

2.1. Sistema de Gestão de Desempenho:

Conforme atrás referido, encontra-se implementado e em produtivo, o procedimento periódico de avaliação de desempenho que, durante o corrente ano deu origem a Planos de Desenvolvimento Pessoal e Profissional para todos os colaboradores avaliados, servindo os mesmos de base à elaboração do Plano de Formação em curso.

2.2. Formação:

Tendo em vista, o fortalecimento do conhecimento organizacional e o desenvolvimento pessoal e profissional aos seus colaboradores, a GO Porto prossegue, no período em plano, com o compromisso estratégico de execução dos planos plurianuais de formação, com destaque para as ações de formação que elevem o nível técnico dos seus colaboradores e, por conseguinte, dos processos da organização.

Conforme delineado, os planos de formação a definir terão por base a Avaliação de Desempenho decorrente do Sistema de Gestão de Desempenho baseado em competências, que permitirá a definição anual de um Plano de Desenvolvimento Pessoal e Profissional à medida de cada colaborador.

Com o propósito de garantir que o investimento realizado ao nível da formação é proporcional aos resultados pretendidos, os RH continuarão a aferir a eficácia de cada ação de formação e a avaliar a qualidade de cada uma das entidades formadoras contratadas.

CA
M H

2.3. Regime de Carreiras:

Encontrando-se, atualmente, sob análise e aprovação superiores, a área de RH da GO Porto desenvolveu um procedimento conducente à implementação de um Regime de Carreiras, no qual, e com base na definição de uma política retributiva baseada numa tabela salarial, foram criados diferentes carreiras/grupos funcionais, assente numa grelha salarial posicional de arranque de cada colaborador e respetiva política de progressão, neste caso, associada diretamente ao ao sistema de gestão de desempenho referido no Ponto 2.1.

Da associação direta do Regime de Carreiras com o Sistema de Gestão de Desempenho, pretende-se o fortalecimento da correlação de ambos os procedimentos, desta forma, contribuindo para a promoção de uma cultura organizacional de transparência, equidade e motivação dos trabalhadores. Resumidamente, pretende-se que cada colaborador saiba a sua situação atual, até onde poderá chegar e o que deverá fazer para progredir ao longo do seu percurso profissional. A seguir, no ponto 4.3 – Gastos com o Pessoal, releva-se o impacto financeiro decorrente da implementação deste regime de carreiras no orçamento do período em plano.

2.4. Outros Projetos:

Igualmente, durante o período do plano 2022 – 2026, a área de RH manterá a monitorização do Plano para a Igualdade de Géneros, no âmbito da promoção e defesa da igualdade de género preconizada pela Comissão para a Cidadania e Igualdade de Género (CIG), com o objetivo também de reforçar as boas práticas em matéria de responsabilidade social, medidas conciliadoras da relação trabalho/família e igualdade homens e mulheres em contexto de trabalho. Por fim, e no âmbito da Política de Privacidade que foi implementada na sequência da entrada em vigor do Regulamento Geral de Proteção de Dados (RGPD), a área de Recursos Humanos manterá uma atenção redobrada ao tema e aos procedimentos associados, acompanhando-os de acordo com a Política Interna definida.

D - PLANO FINANCEIRO ANUAL E PLURIANUAL

Tabela de pressupostos adstrita à elaboração do presente orçamento:

PRESSUPOSTOS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Taxa de inflação	0,56%	0,24%	0,24%	0,24%	0,24%
Taxa de IRC e demais	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%	22,50%
Taxa de Juro nominal cp	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%	0,10%
Tempo médio de recebimento (em dias)	30	30	30	30	30
Tempo médio de pagamento (em dias)	30	30	30	30	30
Taxa média de crescimento dos salários	0,00%	1,00%	1,00%	1,00%	1,00%

No período 2022 – 2026, estima-se o Plano Financeiro seguinte:

PLANO DE FINANCIAMENTO	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
INVESTIMENTO					
Activo Não Corrente (Imobilizado)	252 794,68	127 993,62	120 279,76	20 332,56	20 385,89
Fundo de Maneio - acréscimo das necessidades no período	-181 975,10	-58 694,39	47 290,36	135 953,97	120 989,47
Total	70 819,57	69 299,23	167 570,12	156 286,53	141 375,35
FINANCIAMENTO DO INVESTIMENTO					
Autofinanciamento	70 819,57	69 299,23	167 570,12	156 286,53	141 375,35
Total	70 819,57	69 299,23	167 570,12	156 286,53	141 375,35

No período em causa, a previsão de rendimentos da GO Porto decorre, por um lado, da gestão e exploração dos imóveis colocados à consideração da empresa pela Autarquia, nos termos do Contrato-Programa firmado entre as partes, e, por outro lado, da atividade operacional de gestão de empreendimentos (obra), neste caso, nos termos do Contrato de Gestão de Empreendimentos (Contrato Mandato), igualmente, firmado entre as partes.

Tendo por referência a atividade operacional da área de Gestão e Exploração, e conforme demonstrado no Ponto 3 – **PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS** do capítulo seguinte, estima-se para o período de plano 2022 – 2026 um volume de prestação de serviços e outros rendimentos de €4.781.552,72 (valor s/IVA), dos quais, €734.873,36 dizem respeito ao exercício de 2022, primeiro exercício da atividade operacional no restaurado e modernizado Mercado do Bolhão, cuja reabertura ao público poderá ocorrer em meados do 1.º semestre deste ano. Por outro lado, e refletindo a atividade operacional desenvolvida pela Direção de Produção (obras) em resposta ao desideratos do município do Porto, nos termos delineados no Plano Plurianual de Investimentos do Município, e firmados com a GO Porto em sede do Contrato de Mandato (CGE), estima-se para o período de plano um valor de prestações de serviços de €229.127.389,85 (valor s/IVA).

Para as projeções efetuadas pela GO Porto no presente orçamento, destaca-se o fator crítico de presunção de que os tempos de recebimento e a capacidade de solvência da Autarquia se manterão, no período 2022 – 2026, idênticos aos dos últimos exercícios findos, pressuposto fundamental para a manutenção do fundo de maneiço da empresa, uma vez que, permanece a incapacidade legal de livre recurso ao financiamento por parte das empresas locais:

AGREGADOS ECONÓMICO-FINANCEIRO	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
RESULTADOS					
EBITDA	79 505,93	78 900,62	176 066,96	165 787,65	153 297,43
Resultado Financeiro	499,00	499,00	499,00	499,00	499,00
Resultado Líquido do Período	11 936,34	13 629,19	9 859,01	13 316,73	21 654,10
RENDIMENTOS					
Vendas, Prestação de Serviços e Outros Rendimentos e Ganhos	55 617 887,85	67 003 820,45	59 222 751,75	38 961 029,17	14 305 453,70
Subsídio à Estrutura	3 767 500,00	3 552 500,00	4 815 000,00	4 800 000,00	4 890 000,00
GASTOS					
Custo das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9 288,00	11 604,00	11 604,00	11 604,00	11 604,00
Fornecimentos e Serviços Externos	57 483 189,10	68 649 499,70	61 969 328,63	41 694 205,59	17 075 306,14
Gastos com o Pessoal	1 794 934,28	1 803 541,13	1 867 977,16	1 886 656,93	1 942 471,14
BALANÇO					
Total do Activo	5 422 851,17	5 376 939,75	5 387 366,25	5 312 865,57	5 374 730,74
Total do Activo Não Corrente	3 851 955,07	3 918 821,57	3 875 884,20	3 747 404,81	3 634 174,48
Total do Passivo	4 071 952,91	4 012 412,30	4 012 979,78	3 925 162,37	3 965 373,44
Total do Passivo Não Corrente	3 470 166,13	3 470 166,13	3 470 166,13	3 470 166,13	3 470 166,13
Total do Património Líquido	1 350 898,26	1 364 527,45	1 374 386,46	1 387 703,20	1 409 357,30
INDICADORES					
Liquidez Geral	2,41	2,32	2,55	3,27	3,35
Autonomia Financeira	24,91%	25,38%	25,51%	26,12%	26,22%
Autofinanciamento	70 819,57	69 299,23	167 570,12	156 286,53	141 375,35
Necessidade de Fundo de Maneio - valor acumulado	-181 975,10	-58 694,39	47 290,36	135 953,97	120 989,47

Do quadro acima, observa-se que o EBITDA fixa-se positivo em todos os cinco anos do plano, perfazendo um valor total de €653.558,59. Igualmente, são visíveis projeções anuais positivas para os resultados líquidos, no total de €70.395,38.

E – DEMONSTRAÇÕES PREVISIONAIS – NCP 26

Tendo presente que o subsistema da contabilidade orçamental foi autonomizado, no âmbito do SNC-AP, nas Normas de Contabilidade Pública (NCP) 26 – Contabilidade e Relato Orçamental, e tratado na Classe 0 – Contabilidade Orçamental, estabeleceram-se conceitos, regras e modelos de demonstrações orçamentais, com vista a assegurar a comparabilidade com exercícios anteriores e com outras entidades. Neste sentido, e tendo por consideração as determinações impostas pela suprarreferida NCP 26, neste capítulo estão relevadas as demonstrações previsionais que identificam a forma, e os respetivos valores, que se prevê arrecadar recursos e os fins previstos para a sua utilização, tendo por base os quadros seguintes:

1 – ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL

ORÇAMENTO E PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL		ORÇAMENTO PARA O ANO 2022			PLANO ORÇAMENTAL PLURIANUAL			
RUBRICA	DESIGNAÇÃO	PERÍODOS ANTERIORES	ANO 2022	SOMA	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
	Receita corrente	0,00	61 716 469,51	61 716 469,51	73 520 507,81	66 735 770,58	45 664 790,13	20 473 569,11
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos Diretos	0,00	0,00	0,00	5 387,97	9 228,73	19 828,29	0,00
R4	Rendimentos de propriedade	0,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00
R5.2	Subsídios Correntes	0,00	3 767 500,00	3 767 500,00	3 552 500,00	4 815 000,00	4 800 000,00	4 890 000,00
R6	Verda de bens e serviços	0,00	57 931 197,63	57 931 197,63	69 939 972,73	61 888 894,73	40 822 314,73	15 375 154,73
R7	Outras Receitas Correntes	0,00	17 396,88	17 396,88	22 272,11	22 272,11	22 272,11	208 039,38
	Receita de capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita efetiva (1)	0,00	61 716 469,51	61 716 469,51	73 520 507,81	66 735 770,58	45 664 790,13	20 473 569,11
	Receita não efetiva (2)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Receita Total (3) = (1) + (2)	0,00	61 716 469,51	61 716 469,51	73 520 507,81	66 735 770,58	45 664 790,13	20 473 569,11
	Despesa corrente	50 358,95	61 351 746,32	61 402 105,28	73 373 873,59	66 586 589,62	45 577 356,89	20 417 126,18
D1	Despesas como pessoal							
D1.1	Remunerações certas e permanentes	39 525,61	1 321 701,17	1 361 226,77	1 378 556,88	1 428 493,04	1 443 972,73	1 487 272,50
D1.2	Abonos variáveis ou eventuais	0,29	262 36,87	262 37,16	26 499,56	27 315,08	27 588,23	28 218,10
D1.3	Segurança Social	10 433,06	386 082,29	396 515,35	402 215,74	414 533,82	418 990,92	429 722,93
D2	Aquisição de bens e serviços	400,00	59 373 526,50	59 373 926,50	71 017 154,58	64 371 942,78	43 613 189,26	18 426 518,95
D3	Juros e outros encargos	0,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
D5	Outras Despesas Correntes	0,00	244 198,50	244 198,50	549 445,83	344 303,92	73 614,74	45 392,69
	Despesa de capital	154,93	309 640,64	309 795,57	146 391,91	146 723,36	23 780,77	23 830,38
D6	Aquisição de bens de capital	0,00	304 917,00	304 917,00	141 450,00	141 450,00	18 450,00	18 450,00
D9	Despesa comativos financeiros	154,93	4 723,64	4 878,57	4 941,91	5 273,36	5 330,77	5 380,38
	Despesa efetiva (4)	50 513,88	61 661 386,96	61 711 900,84	73 520 265,50	66 733 312,99	45 601 137,66	20 440 956,56
	Despesa não efetiva (5)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
	Despesa Total (6) = (4) + (5)	50 513,88	61 661 386,96	61 711 900,84	73 520 265,50	66 733 312,99	45 601 137,66	20 440 956,56
	Saldo Total (3) - (6)			4 568,67	242,31	2 457,59	63 652,47	32 612,55
	Saldo Global (1) - (4)			4 568,67	242,31	2 457,59	63 652,47	32 612,55
	Despesa Primária			61 711 900,84	73 520 265,50	66 733 312,99	45 601 137,66	20 440 956,56
	Saldo Corrente			314 364,23	146 634,23	149 180,95	87 433,24	5 644,93
	Saldo de Capital			-309 795,57	-146 391,91	-146 723,36	-23 780,77	-23 830,38
	Saldo Primário			4 568,67	242,31	2 457,59	63 652,47	32 612,55

Para o período em plano 2022 – 2026, entre o total de despesas e receitas correntes, observa-se um saldo corrente superavitário em todos os exercícios, e suficiente para garantir um saldo primário igualmente positivo, após a dedução das despesas de capital, tendo em consideração a inexistência de previsão de receitas deste género.

2 – PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS

Para o período 2022 – 2026, o plano plurianual de investimentos inclui todos os projetos e ações a realizar no âmbito dos objetivos definidos pela GO Porto. Tendo em consideração os valores realizados em anos anteriores e as estimativas para o exercício corrente, no quadro infra discriminam-se, os grandes investimentos, por projetos / ações que implicarão despesas orçamentais a realizar por investimentos:

Objetivo (1)	N.º do projeto (2)	Designação do Projeto (3)	Rubrica orçam. (4)	Forma de realização (5)	Fonte de financ.				Datas		Fases de Exec. (12)	Realizado em períodos anteriores (13)	Estimativa de realização em 2022 (14)	Pagamentos					Total previsto (21) = (13) + (14) + (15) + (16) + (17) + (18) + (19) + (20)	
					Fonte de financ.				Datas					Períodos seguintes						
					RG 202	RP (7)	EU (8)	EMPR (9)	Início (10)	Fim (11)				ANO 2022 (16)	ANO 2023 (17)	ANO 2024 (18)	ANO 2025 (19)	ANO 2026 (20)		
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2022/0	Servidores backup B DR	D6	O	RP				01/04/2022	31/12/2022	0	- €	- €	67.650 €	- €	- €	- €	- €	- €	67.650 €
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2022/1	TO BE Int'Graf (Interface c/ GNF e módulos Central) - Cenário 3	D6	O	RP				01/01/2022	31/12/2024	0	- €	- €	30.750 €	30.750 €	30.750 €	- €	- €	- €	92.250 €
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2022/2	TO BE GNF (Interface) - Cenário 3	D6	O	RP				01/01/2022	31/12/2024	0	- €	- €	30.750 €	30.750 €	30.750 €	- €	- €	- €	92.250 €
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2022/3	TO BE RH (novo módulo c/ interface) - Cenário 3	D6	O	RP				01/01/2022	31/12/2024	0	- €	- €	30.750 €	30.750 €	30.750 €	- €	- €	- €	92.250 €
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2022/4	TO BE Gestão Ativos (novo módulo/ interface) - Cenário 3	D6	O	RP				01/01/2022	31/12/2024	0	- €	- €	30.750 €	30.750 €	30.750 €	- €	- €	- €	92.250 €
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2022/5	Aquisição de licenças GNF a serviços de suporte	D6	O	RP				01/01/2022	31/12/2022	0	- €	- €	49.200 €	- €	- €	- €	- €	- €	49.200 €
13.1 FUNC. DOS SERVIÇOS	2022/6	Portal de comércio M3	D6	O	RP				01/04/2022	31/12/2022	0	- €	- €	30.750 €	- €	- €	- €	- €	- €	30.750 €
SOMA												- €	- €	278.600 €	123.000 €	123.000 €	- €	- €	516.600 €	

Formas de realização — (A) através de contratos; (B) por empreitada; (C) por fornecimento de obras;

Fontes de financiamento: (RP) recursos próprios; (RG) recursos próprios; (EU) financiamento da UE; (EMPR) contribuição de empréstimos;

Projetos de investimento — conjunto de ações interrelacionadas, desenvolvidas no tempo, com vista à concretização de um objetivo que contribua para a FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO.

No final do período em análise (2022 – 2026), e tendo em consideração valores de exercícios anteriores, estima-se um total de despesas orçamentais em investimentos na ordem de 517 mil euros, exclusivamente financiada através de recursos próprios.

ca
M H.



II – DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PREVISIONAIS PARA O PERÍODO 2022 - 2026

CA
H H

A – NOTAS EXPLICATIVAS AO ORÇAMENTO PARA O PERÍODO 2022 – 2026 E PRESSUPOSTOS

O SNC-AP passou a ser, a partir de 1 de janeiro de 2020, o normativo contabilístico aplicado à GO Porto e, sobre o qual, foram preparadas todas as demonstrações financeiras utilizadas na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional do Período 2022 – 2026. Estas demonstrações financeiras foram preparadas de acordo com os pressupostos do regime do acréscimo (periodização económica) e da continuidade. Acresce que, as características qualitativas são os atributos que tornam a informação proporcionada nas demonstrações financeiras útil aos utentes. Nesse sentido, toda a informação integrante das mesmas é caracterizada pelos atributos da compreensibilidade, relevância, materialidade, fiabilidade, representação fidedigna, substância sobre a forma, neutralidade, prudência, plenitude e comparabilidade.

1 – MACROECONÓMICOS

Nos cinco anos em plano, a taxa de inflação prevista na elaboração dos Instrumentos de Gestão Previsional é de 0.56%, em 2022, e de 0.24%, de 2023 a 2026, conforme previsões do Banco de Portugal para a economia portuguesa.

2 – INVESTIMENTO

Este ponto encontra-se, detalhadamente, relatado no Ponto C – PLANO DE INVESTIMENTO ANUAL E PLURIANUAL do Capítulo I – PLANOS ANUAIS E PLURIANUAIS.

3 – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS

Em relação aos valores de prestação de serviços e outros rendimentos, apresentam-se nos quadros seguintes as projeções (com e sem IVA) para o período 2022 – 2026, respeitantes às diversas atividades da GO Porto desenvolvidas pelas direções de Produção e de Gestão e Exploração:

Sem IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
	Montante s/IVA				
Vendas e Prestação Serviços					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	54 642 191,73	65 809 615,21	57 951 534,51	37 689 811,93	13 034 236,46
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	223 000,00	223 000,00	223 000,00	223 000,00	223 000,00
Contrato de exploração	734 873,36	953 910,84	1 030 922,84	1 030 922,84	1 030 922,84
total de vendas e prestação de serviços	55 600 065,09	66 986 526,05	59 205 457,35	38 943 734,77	14 288 159,30
Subsídio à Estrutura	3 767 500,00	3 552 500,00	4 815 000,00	4 800 000,00	4 890 000,00
Outros Rendimentos e Ganhos					
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos - Contrato de exploração	13 330,80	17 294,40	17 294,40	17 294,40	17 294,40
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	4 491,96	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	59 385 387,85	70 556 320,45	64 037 751,75	43 761 029,17	19 195 453,70

Com IVA:

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E OUTROS RENDIMENTOS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
	Montante c/IVA				
Vendas e Prestação Serviços					
Contrato de gestão de empreendimentos com a CMP	56 752 681,00	68 492 040,00	60 346 240,00	39 279 660,00	13 832 500,00
Contrato de gestão de empreendimentos com outras entidades	274 060,00	274 060,00	274 060,00	274 060,00	274 060,00
Contrato de exploração	903 894,23	1 173 310,33	1 268 032,33	1 268 032,33	1 268 032,33
total de vendas e prestação de serviços	57 930 635,23	69 939 410,33	61 888 332,33	40 821 752,33	15 374 592,33
Subsídio à Estrutura	3 767 500,00	3 552 500,00	4 815 000,00	4 800 000,00	4 890 000,00
Outros Rendimentos e Ganhos					
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos - Contrato de exploração	16 396,88	21 272,11	21 272,11	21 272,11	21 272,11
Outros não especificados – relevados como Outros Rendimentos e Ganhos	4 491,96	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	61 719 024,07	73 513 182,45	66 724 604,45	45 643 024,45	20 285 864,45

No período do presente orçamento, o prazo médio de recebimentos considerado nas projeções financeiras é de 30 dias, pese embora, por norma, no final de cada exercício económico, o município do Porto proceda à liquidação integral da sua dívida às empresas municipais, pelo que, este facto foi tido em conta no cálculo do mapa de demonstração de fluxos de caixa previsional.

Em termos de IVA, o enquadramento dado às projeções de gastos e rendimentos do período 2022 – 2026, assenta na tabela seguinte:

Tipologia	Regime de IVA
Serviços de empreitada (empreitada, serviços técnicos de projeto, revisão de projeto, PSS, acompanhamento de concurso, fiscalização, fornecimentos e serviços necessários à empreitada, taxas de certificação e de inspeção da obra, indemnizações e multas decorrentes de incumprimento nos contratos de empreitada, etc)	Taxa reduzida
Fornecimentos e Serviços não relacionados com empreitada	Taxa normal
Serviços de manutenção e assistência técnica	Taxa normal
Projetos e estudos em imóveis onde não há expectativa de realização de obra	Taxa normal
Advogados no âmbito de contestação de empreiteiros	Taxa normal
Taxa de tribunal	Não tributado (não sujeito)
Imposto de selo (debitado fora do âmbito de uma obra)	Não tributado (não sujeito)
Juros de mora	Não tributado (não sujeito)
Serviços de gestão	Taxa normal
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - Taxas de mercados e feiras	Isenção de Iva
Receitas provenientes da gestão e exploração de património municipal - rendas e outras receitas	Taxa normal
Subsídio à Estrutura	Isenção de Iva
Outros não especificados	Taxa normal

No caso de adquirentes sujeitos passivos mistos, isto é, os que pratiquem operações que conferem o direito à dedução e operações que não conferem esse direito e, independentemente, do método utilizado para o exercício do direito à dedução (afetação real ou *prorata*), há lugar a inversão do sujeito passivo. No caso do Estado, de Autarquias, Regiões Autónomas ou de outras pessoas coletivas de direito público que apenas são sujeitos passivos porque praticam determinado tipo de operações que não são abrangidas pelo conceito de não sujeição a que se refere o n.º 2 do artigo 2º do CIVA ou que o são face ao n.º 3 do mesmo artigo 2º, só há lugar à inversão quando se trate de aquisição de serviços diretamente relacionados com a atividade sujeita, devendo, para o efeito, tais entidades informar o respetivo prestador.

Tendo em consideração que o município do Porto é sujeito passivo misto, que realiza operações fora do campo de incidência do imposto e que a norma sobre inversão do sujeito passivo de IVA é de aplicação limitada, só aplicável a sujeitos passivos que pratiquem operações que confirmem total ou parcialmente o direito à dedução, este deverá informar a GO Porto sobre o destino dos serviços de construção, para cumprimento das regras de liquidação do imposto e concomitantemente das exigências formais da faturação.

Imóveis onde se realizam os serviços de empreitada	Regime de Inversão
Bairros Sociais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Escolas de ensino básico	Taxa reduzida
Infantários e jardins-de-infância	Inversão do sujeito passivo de IVA
Pavilhões ginnodeportivos das escolas e Pavilhões cedidos à Porto Lazer	Inversão do sujeito passivo de IVA
Mercados, museus, bibliotecas, e outros edifícios culturais	Inversão do sujeito passivo de IVA
Espaços públicos e acessibilidades	Taxa reduzida
Cemitérios	Taxa reduzida
Cantis, sanitários e balneários	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios de bombeiros e edifícios destinados aos serviços do Município	Inversão do sujeito passivo de IVA
Edifícios destinados à Polícia e o edifício da Comissão Nacional de proteção de Crianças e Jovens	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências gratuitas por parte do Município e imóveis não pertencentes ao Município	Taxa reduzida
Edifícios objeto de cedências tributadas por parte do Município e edifícios objeto de locação isenta de Iva	Inversão do sujeito passivo de IVA
Parques de estacionamento	Inversão do sujeito passivo de IVA
Consultorias, pareceres, estudos e outras prestações de bens e serviços	Taxa normal

As taxas médias apuradas nos Instrumentos de Gestão Previsional para o período 2022 - 2026, nas operações ativas e passivas, são as seguintes:

Taxas médias apuradas	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Taxa média IVA sobre as Prestações Serviços e Outros Rendimentos	4,19%	4,41%	4,54%	4,83%	7,62%
Taxa média IVA sobre o Imobilizado	22,55%	22,05%	21,99%	16,97%	16,92%
Taxa média IVA sobre as Compras	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	23,00%
Taxa média IVA sobre os Fornecimentos e Serviços Externos	3,57%	3,38%	3,88%	4,50%	7,47%
Taxa média IVA sobre os custos com pessoal	0,24%	0,24%	0,24%	0,24%	0,23%
Taxa média IVA sobre os Outros Gastos	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%	0,00%

4 – GASTOS

4.1 – INVENTÁRIOS

No âmbito da Direção de Gestão e Exploração, e decorrente do processo iniciado, em 2019, no Mercado Temporário do Bolhão, de faturação de mercadorias ao público e comerciantes a preços de venda estimados abaixo do custo médio de aquisição, a GO Porto assinala na Demonstração dos Resultados por Natureza, em 2022, um custo de 4.615,71 euros, referente a imparidades de inventários (entre perdas e reversões decorrentes de faturações de mercadorias a incorrer neste período), conforme quadro infra:

MOVIMENTO DAS IMPARIDADES DE INVENTÁRIOS DO PERÍODO	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Saldo Inicial	4 615,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Reforço	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reversões	4 615,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Saldo Final	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

No que ao custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas diz respeito, o período em plano 2022 – 2026, apresenta os valores anuais seguintes:

MATÉRIAS PRIMAS, SUBSIDIÁRIAS E DE CONSUMO	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Existências Iniciais	83 989,72	53 467,00	41 863,00	30 259,00	18 655,00
Compras	0,00	0,00	0,00	0,00	65 000,00
Regularização de existências	21 234,72	0,00	0,00	0,00	0,00
Existências finais	53 467,00	41 863,00	30 259,00	18 655,00	72 051,00
CMVMC	9 288,00	11 604,00	11 604,00	11 604,00	11 604,00

4.2 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Calculados com base na técnica orçamental conhecida por “orçamento de base zero”, a projeção dos gastos de fornecimentos e serviços externos (FSE), em 2022 – 2026, encontra-se decomposta em 4 grandes grupos: gastos diretos de obra; os gastos diretos de gestão e exploração; gastos de estrutura de gestão e exploração; e, por fim, os gastos da estrutura comum da GO Porto. Em média, e demonstrativo da predominância expressiva dos FSE diretos de obra no total dos FSE, aquelas componentes apresentam, respetivamente, os seguintes pesos: 90,77%; 7,78%; 0,02%; e 1,43%.

Os gastos diretos de obra são constituídos pelas rubricas de subcontratos e de trabalhos especializados referentes a todos os serviços subcontratados a terceiros necessários à execução dos empreendimentos, solicitados pelo município do Porto ao abrigo do contrato de gestão de empreendimentos (CGE) ou por outras entidades, ao abrigo de contratos firmados para o efeito.

Em relação aos FSE da área de Gestão e Exploração, e tomando em consideração o valor médio anual no período 2022 - 2026, destaca-se a importância das rubricas Subcontratos (60,9%), Publicidade (9,4%) e Rendas e Alugueres (13,9%), reflexo direto do esforço financeiro que a GO Porto pretende continuar a sinalizar nesta área de negócio, desde logo, sendo o evento mais expressivo, em 2022, o início da gestão e exploração do Mercado do Bolhão, após restauro e

modernização, e, posteriormente, a partir de 2024, a gestão e exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto (após reconversão), e nos termos mandatados município do Porto.

Quanto aos FSE indiretos comuns a toda a estrutura da Empresa, e representando apenas 1,43% do total dos FSE planeados para o período 2022 – 2026, assumem relevância relativa os gastos com as rubricas: Subcontratos (13,6%); Trabalhos Especializados (19,6%); Conservação e Reparação (13,2%); e Rendas e Alugueres (26,8%), perfazendo conjuntamente 73,1% do total. No caso da rubrica Rendas e Alugueres, além de incluir os gastos, entre outros, a incorrer com a frota automóvel (locação operacional e parque de estacionamento), estão contemplados igualmente os gastos a incorrer com as rendas das instalações de funcionamento da GO Porto, no Edifício S. Dinis, n.º 10, na Travessa da Bica Velha, após a mudança, em julho de 2021, do Edifício Via Rápida - Instalações provisórias.

No caso concreto da locação operacional da frota automóvel, deve notar-se que:

- Por deliberação do Conselho de Administração da GO Porto de 13 de outubro de 2017, foi aprovada a decisão de contratar uma frota automóvel de veículos elétricos e híbridos plug-in, por um período de 48 meses, com recurso à constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes, nos termos do disposto no artigo 39.º do CCP. Tendo sido a adjudicação deliberada a 24/11/2017 e o contrato outorgado a 07/03/2018, o prazo de 48 meses faz vigorar o presente contrato até aos meses de maio, junho e julho de 2022, conforme as diferentes datas de entrega dos veículos suprarreferidos;

- Como tal, e por forma a garantir o normal e regular funcionamento da empresa, assegurando as condições de mobilidade que são imprescindíveis, não só para a Administração, mas, de igual modo, para as diversas áreas operacionais e administrativas, torna-se necessário manter a disponibilidade da frota automóvel para além daqueles meses finais do procedimento ainda em curso;

- Desta forma, à data do presente relatório, decorre no município do Porto um procedimento de renovação de toda a frota automóvel, cujo objeto visa o “Aluguer Operacional de Veículos Automóveis Ligeiros”, pelo período de 60 meses, recorrendo, para o efeito e à semelhança do procedimento anterior, à constituição de um agrupamento de entidades adjudicantes, no qual, participa, entre outras, a empresa municipal GO Porto, que, no passado dia 19-11-2021, por deliberação do Conselho de Administração, aprovou a constituição deste agrupamento e a designação do município do Porto como representante do mesmo, entre outras decisões conexas ao procedimento, concretamente, a autorização prévia da assunção de compromissos plurianuais para os anos de 2022 a 2027, no valor total adstrito à GO Porto de 490 mil euros, com a distribuição anual seguinte: Ano 2022 (49 mil euros); Ano 2023 (98 mil euros); Ano 2024 (98 mil euros); Ano 2025 (98 mil euros); Ano 2026 (98 mil euros); e Ano 2027 (49 mil euros).

Resumidamente, descreve-se de seguida a composição dos Fornecimentos e Serviços Externos:

- A despesa prevista na rubrica de “Subcontratos” é relativa, por um lado, à aquisição de serviços de construção civil, no âmbito do Contrato de Gestão de Empreendimentos e, por outro lado, no âmbito da área de gestão e exploração, os serviços de recolha e tratamentos de resíduos sólidos e urbanos e o contrato de “Facilities Management” adstrito à exploração dos equipamentos mandatados pelo Município (Mercado Temporário do Bolhão - MTB; Mercado do Bolhão - MB ; e o Antigo Matadouro Industrial do Porto - AMIP).
- A rubrica “Trabalhos especializados” compreende, nomeadamente, gastos com serviços conexos com a empreitada, como estudos, projeto, fiscalização e consultoria, consultores das áreas da segurança, assistência/manutenção ao software e hardware, jurídico, auditoria da Qualidade e higio-sanitárias, despesas bancárias e serviços de arquivo.
- Na rubrica “Publicidade”, estão incluídos os gastos com a publicação de relatórios e outros gastos de material de divulgação. Nesta rubrica, e para além de gastos em eventos e outras promoções adstritas à estrutura comum da GO Porto, estão consideradas as iniciativas de divulgação e promoção dirigidas a favor da gestão e exploração dos equipamentos atribuídos pelo Município do Porto à GO Porto.
- A rubrica “Honorários” compreende, entre outros, os gastos com a revisão legal das contas e os encargos previstos com consultorias de preparação e apoio à gestão e exploração dos equipamentos afetos pelo Município.
- A despesa prevista na rubrica “Conservação e reparação” refere-se aos gastos previstos na gestão da frota da GO Porto, conservação dos equipamentos de impressão e assistência técnica ao relógio de ponto e outros periféricos. Relevam-se ainda aqui, quer gastos de renovação de licenças e certificados de software em uso na empresa, quer outros gastos residuais que possam vir a ocorrer no âmbito da gestão corrente de alguns imóveis que possam estar sob a gestão e exploração da empresa.
- Na rubrica “Livros e documentação técnica”, estão compreendidos os gastos com a aquisição de bibliografia técnica ao nível das diversas áreas administrativas e técnicas da GO Porto.
- A rubrica “Material de escritório” aponta dotação orçamental para gastos desta natureza ao nível quer das áreas de negócio, quer das áreas administrativas de apoio.
- A rubrica de “Eletricidade” compreende em termos temporais o consumo energético na Sede da GO Porto no Edifício S. Dinis, como também, os gastos previstos a incorrer no futuro MB e AMIP. Relevam-se, igualmente, os gastos de consumo de eletricidade do parque automóvel existente (elétrico e híbrido) nas instalações da Sede.

- A rubrica “Combustíveis” compreende o consumo médio por quilómetro e por n.º de viaturas híbridas da Empresa, como também, encargos deste género a suportar pela GO Porto, nos imóveis sob gestão e exploração.
- A rubrica “Água” compreende em termos temporais os gastos com o consumo de água na Sede da GO Porto no Edifício S. Dinis, e nos imóveis sob gestão e exploração da empresa.
- A rubrica “Gás” compreende os gastos futuros estimados na exploração do imóvel MB.
- A rubrica “Deslocações e estadas” prevê despesas inerentes à utilização de viatura própria em serviço, bem como a previsão de despesas efetuadas com deslocações em serviço, utilizando para o efeito outros meios de transporte e alojamento.
- Na rubrica “Rendas e alugueres”, estão incluídos os gastos com a renda dos contratos de aluguer de equipamentos de transporte, hardware, cópia e impressão, como também estão relevadas as rendas do Edifício S. Dinis e as rendas decorrentes da gestão e exploração do AMIP.
- Os gastos de comunicação estimados na rubrica “Comunicação”, incluem todo o volume de correio, as comunicações da rede fixa, incluindo fax, internet e as comunicações da rede móvel. Nesta rubrica estão previstas despesas de comunicação e promoção destinada aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração da GO Porto.
- Na rubrica de “Seguros”, estão incluídos todos os seguros das viaturas ao serviço da GO Porto, de responsabilidade civil, do recheio das instalações e do equipamento informático. No caso do seguro de responsabilidade civil, está contida uma dotação orçamental destinada, quer aos equipamentos afetos pelo Município à área de exploração, quer aos empreendimentos executados pela GO Porto no âmbito da área de Gestão de Empreendimentos, neste caso, com o valor do seguro diretamente proporcional ao volume de atividade previsto no período em plano.
- Na rubrica de “Contencioso e Notariado” estão incluídos todos os custos com o pagamento de emolumentos ao Tribunal de Contas, sempre que aplicáveis no período em plano, relativos aos contratos programa e de gestão de empreendimentos, taxas de arbitragem ao tribunal e certidões.
- O valor estimado na rubrica de “Despesas de Representação” diz respeito aos gastos previstos nos contratos dos dois administradores executivos em funções na GO Porto.
- O valor estimado para a rubrica “Limpeza, higiene e conforto”, é relativo aos gastos contratualizados de serviços de limpeza, bem como, relativos aos gastos de produtos de higiene e conforto.
- O valor estimado nas rubricas de “Outros serviços” e “Ferramentas e utensílios” serve para fazer face a pequenos custos que, pela sua natureza, se efetuam dentro da empresa num cenário de atividade normal, mas que venham a ser subcontratados num quadro de excesso esporádico de atividade.

Os Fornecimentos e Serviços Externos encontram-se resumidos no seguinte mapa:



FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
GASTOS DIRETOS DE OBRA					
Subcontratos- CGE - refaturados à CMP	54 642 191,73	65 809 615,21	57 951 534,51	37 689 811,93	13 034 236,46
Subcontratos- facturados a Outras Entidades	203 000,00	203 000,00	203 000,00	203 000,00	203 000,00
Sub-total gastos de Obra / diretos	54 845 191,73	66 012 615,21	58 154 534,51	37 892 811,93	13 237 236,46
GASTOS DIRETOS DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO					
Subcontratos	1 460 036,02	1 495 357,33	1 758 031,69	1 758 031,69	1 758 031,69
Trabalhos especializados	19 000,00	24 000,00	24 000,00	24 000,00	24 000,00
Publicidade e propaganda	256 410,00	242 250,00	249 000,00	242 250,00	249 000,00
Honorários -Contratos individuais por avença	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comissões -De serviços financeiros	10 130,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00
Conservação e reparação de ativos fixos -Edifícios	215,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Livros e documentação Técnica	475,00	600,00	600,00	600,00	600,00
Material de escritório	5 289,04	6 600,00	6 600,00	6 600,00	6 600,00
Artigos para oferta e de publicidade e divulgação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros materiais diversos de consumo	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Eletricidade - Instalações	124 728,77	148 799,23	275 799,23	275 799,23	275 799,23
Combustíveis - Gasóleo	791,64	999,96	999,96	999,96	999,96
Água	110 284,65	131 567,66	142 865,40	142 865,40	142 865,40
Gás	25 528,93	30 455,57	32 305,57	32 305,57	32 305,57
Transportes de mercadorias	2 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas e Alugueres	1 751,40	1 751,40	758 711,40	758 711,40	758 711,40
Comunicação	7 606,37	9 608,04	9 608,04	9 608,04	9 608,04
Seguros	0,00	0,00	6 000,00	6 000,00	6 000,00
Sub-total gastos Da Área de Exploração / directos	2 024 246,82	2 103 989,19	3 276 521,29	3 269 771,29	3 276 521,29
GASTOS ESTRUTURA DA ÁREA DE EXPLORAÇÃO / INDIRETOS					
Conservação e Reparação	160,00	160,38	160,77	161,15	161,54
Livros e documentação Técnica	60,00	60,00	60,00	60,00	60,00
Material de escritório	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Combustíveis	840,00	840,00	840,00	840,00	840,00
Rendas e Alugueres	5 337,98	5 337,98	4 641,72	4 641,72	4 641,72
Seguros	658,56	658,56	658,56	658,56	658,56
Contencioso e Notariado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Representação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Serviços -Outros	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contencioso e Notariado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Representação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Limpeza, higiene e conforto	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros serviços	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Sub-total gastos de estrutura da Área da DGE / indiretos	7 056,54	7 056,92	6 361,05	6 361,43	6 361,82
GASTOS DE ESTRUTURA / INDIRETOS					
Subcontratos	73 964,53	73 964,53	73 964,53	73 964,53	73 964,53
Trabalhos especializados	177 442,00	90 000,00	73 500,00	88 500,00	113 500,00
Publicidade	17 350,00	32 100,00	32 100,00	17 350,00	32 100,00
Comissões	300,00	300,00	300,00	300,00	300,00
Conservação e Reparação	76 270,42	66 161,30	84 352,61	66 258,22	66 263,85
Peças, ferramentas e utensílios de desgaste rápido	1 300,00	1 300,00	1 300,00	1 300,00	1 300,00
Livros e documentação Técnica	1 520,00	1 630,00	1 630,00	1 630,00	1 630,00
Material de escritório	10 700,00	11 200,00	10 700,00	10 700,00	10 700,00
Artigos de Higiene e Limpeza	400,00	400,00	400,00	400,00	400,00
Medicamentos e artigos para a saúde	4 000,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00	4 000,00
Outros materiais diversos de consumo	30,00	30,00	30,00	30,00	30,00
Eletricidade	12 210,00	12 210,00	12 210,00	12 210,00	12 210,00
Combustíveis	4 400,00	4 400,00	5 420,00	5 420,00	5 420,00
Água	2 160,00	2 160,00	2 160,00	2 160,00	2 160,00
Destlocações e Estadas	2 050,00	2 050,96	2 051,92	2 052,89	2 053,85
Transportes de Mercadorias	1 000,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Rendas e Alugueres	141 844,72	144 253,28	147 768,45	148 411,03	149 060,06
Comunicação	20 291,60	20 421,60	20 421,60	20 421,60	20 491,60
Seguros	38 834,24	39 180,20	39 526,16	39 526,16	39 526,16
Contencioso e Notariado	9 220,00	8 670,00	8 670,00	9 220,00	8 670,00
Despesas de Representação	406,50	406,50	406,50	406,50	406,50
Limpeza, higiene e conforto	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Outros Serviços -Outros	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Sub-total gastos de estrutura / indiretos	606 694,01	525 838,38	531 911,78	515 260,93	555 186,56
TOTAL	57 483 189,10	68 649 499,70	61 969 328,63	41 684 205,59	17 075 306,14

4.3 - GASTOS COM O PESSOAL

No período 2022 – 2026, e por grupos funcionais, a constituição do quadro de efetivos da GO Porto está prevista ser a seguinte:

GRUPOS FUNCIONAIS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Direção	5	5	6	6	6
Gestão	13	13	13	13	13
Coordenação	4	4	4	4	4
Técnicos Superiores	9	10	10	10	10
Técnicos	4	3	3	3	4
Administrativos/Operacionais	4	4	4	4	4
Total	39	39	40	40	41

Para além dos colaboradores citados, a Empresa terá três administradores, conforme previsto nos Estatutos, sendo dois deles remunerados. A distribuição supracitada, quando desagregada por Área de Empresa é a seguinte:

ÁREAS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Direção de Produção	15	15	15	15	15
Direção de Exploração	4	4	5	5	5
Direção Jurídico	3	3	3	3	3
Direção Administrativa e Financeira	13	13	13	13	14
Secretariado da Administração	1	1	1	1	1
Gabinete de Comunicação e Promoção	3	3	3	3	3
Total	39	39	40	40	41

No período em plano, os pressupostos principais utilizados em relação a esta rubrica são os seguintes:

- Taxa média de encargos sociais a cargo da entidade patronal (SS, CGA, FGCT e SAT) – 24.79%;
- Subsídio de alimentação de acordo com a legislação em vigor;
- Taxa anual para formação igual a 1% do valor bruto salarial com encargos sociais;



- Taxa anual para assistência médica igual a 2,42% do total de gastos com pessoal sem as rubricas de formação e assistência médica (relevados como outros gastos com pessoal);
- O cálculo dos gastos com o pessoal tem apenas em conta os vencimentos projetados para o ano em análise e respetivos encargos.
- Atualização anual da massa salarial de 1%.
- Atualização salarial assente no Regime de Carreiras, com previsão de entrada em vigor em 2022 e progressão a partir de 2024, à taxa anual de 0,5% [a].

[a] – Deve notar-se que a proposta da GO Porto de um Regime de Carreiras, e que aguarda aprovação superior, encontra-se incorporada no plano 2022 – 2026. A mesma obrigará a assunção de dois impactos financeiros distintos na demonstração de resultados da empresa: o primeiro, resultante do desvio entre o quadro remuneratório atual e aquele que vier a ser determinando pelas posições remuneratórias de arranque no âmbito deste regime; e, o segundo, resultante das progressões de carreira por aplicação dos critérios de progressão previstos. Neste sentido, a GO Porto dotou o orçamento de gastos com o pessoal com um montante anual adicional de 52 mil euros, aproximadamente, valor considerado suficiente para a assunção daquele primeiro impacto financeiro, admitindo-se que o segundo impacto (progressões) ocorrerá apenas a partir do exercício económico de 2025, à taxa anual de 0,5%.

No cálculo dos salários, foi utilizado como base o seu valor a preços correntes de setembro de 2021. O valor da taxa média anual de encargos sociais patronais deriva do facto do quadro de pessoal da Empresa ser constituído por funcionários oriundos da Autarquia, por trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho e por um trabalhador na situação de primeiro emprego, até julho de 2022, inclusive, que beneficia de taxa mais reduzida.

O quadro de pessoal da GO Porto projetado para o período 2022 – 2026, reflete ainda a prossecução do procedimento de reorganização gradual da empresa, iniciado a partir de 2017. De facto, e após as admissões de novos trabalhadores ocorridas nos últimos exercícios – que vêm permitindo incrementar a qualidade do quadro de pessoal em ambas as áreas de negócio e nas áreas de apoio administrativo -, neste período em plano de cinco anos, estão previstas ainda novas admissões em áreas diversas da empresa, nos termos do quadro exibido no Ponto “2 – PLANO DE RECURSOS HUMANOS PARA O PERÍODO 2022-2026”, anteriormente, relatado.

Desta forma, estima-se para o período 2022 - 2026 um valor médio anual de gastos com o pessoal de cerca de 1.857 mil euros.

4.4-GASTOS DE AMORTIZAÇÕES E DEPRECIACÕES

As taxas de amortização e depreciações utilizadas são as seguintes:

DESCRIÇÃO	TAXAS
Ativos Intangíveis	
Software	33,33% - 100,00%
Ativos Fixos Tangíveis	
Ferramentas e Utensílios	12,50% - 25,00%
Equipamento Administrativo	12,50% - 33,33%
Outras Imobilizações Corpóreas	12,50% - 100,00%

4.5-OUTROS GASTOS E PERDAS

Os outros gastos e perdas orçamentados para o período 2022 - 2026 são diminutos e dizem respeito, essencialmente, a gastos com impostos, taxas e outros, bem como, despesas adicionais com taxas e licenciamentos.

5 – RESULTADO FINANCEIRO

Relembra-se que, decorrente da incapacidade legal da GO Porto de recorrer a endividamento de uma forma autónoma do município do Porto, a projeção de gastos financeiros no período em plano de 2022 – 2026 é praticamente nula. Quanto aos rendimentos, estes derivam de uma normal gestão de tesouraria, pois traduzem as aplicações por períodos curtos e/ou muito curtos dos fundos recebidos da Autarquia que, entretanto, aguardam os processamentos dos pagamentos aos fornecedores, o que faz com que os rendimentos financeiros não assumam valores significativos. Este cenário foi construído com base na opção de resolução das necessidades de financiamento do fundo de maneiio por recurso à Autarquia.

RESULTADO FINANCEIRO	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Juros e Ganhos Similares	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00

6 – IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO DO PERÍODO

A GO Porto está sujeita a uma taxa de IRC de 21%. Acresce ainda, um valor de derrama municipal que poderá ser no máximo de 1,5 % do lucro tributável sujeito a imposto. Desta forma, e pelo princípio da prudência, foi considerada uma taxa de tributação total anual de 22,5% para o período de 2022 - 2026.

Independentemente dos resultados da Empresa antes de impostos serem positivos ou negativos, a Empresa está sujeita a tributação autónoma em sede de IRC, a taxa de 10%. Foram, ainda, considerados nos IGP 2022 - 2026, o pagamento por conta e a utilização dos pagamentos especiais por conta do IRC efetuados em exercícios anteriores, conforme o disposto no CIRC.

7 – RUBRICAS DE BALANÇO

7.1 – TESOURARIA

À semelhança de IGP anteriores, na elaboração deste orçamento considerou-se um saldo mínimo de tesouraria igual a 1.000 €.

7.2 – ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Dadas as diferentes naturezas dos serviços prestados, foi calculada uma taxa média ponderada de IVA a liquidar derivada das prestações de serviços, descrita no ponto 3 deste capítulo. O valor encontrado resulta da grande representatividade dos serviços de empreitada nos FSE totais que, para o período em plano, varia entre os 4,19% de 2022 e os 7,62% de 2026. Neste mesmo ponto, foram determinadas, igualmente, taxas médias de IVA dedutível noutras rubricas de exploração.

Quanto aos encargos patronais com os regimes de apoio social ao trabalhador, foi encontrada uma taxa média ponderada (segurança social e caixa geral de aposentações) de 23,75% para o período 2022 - 2026, por serem de duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço, trabalhadores vinculado por contrato individual de trabalho, enquadrados, portanto, no regime geral da segurança social e dentro deste último regime por alguns trabalhadores na situação de primeiro emprego que beneficiam de taxas mais reduzidas).

A Lei nº 70/2013, de 30 de agosto, veio consagrar os regimes jurídicos do Fundo de Compensação do Trabalho (FCT), do Mecanismo Equivalente (ME) e do Fundo de Garantia de Compensação do Trabalho (FGCT), e entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2013. A adesão é obrigatória para todas as entidades empregadoras que celebrem contratos de trabalho regulados pelo Código do Trabalho, a partir daquela data.

O FCT e o FGCT são fundos autónomos destinados a assegurar o direito dos trabalhadores ao recebimento efetivo de metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos do Artigo 366º do Código do Trabalho. Tanto um como o outro são fundos de adesão individual e obrigatória pelo empregador, que pode, em alternativa à adesão ao FCT aderir a ME, ficando neste caso, vinculado a conceder ao trabalhador garantia igual à que resultaria da vinculação ao FCT.

O FCT é um fundo de capitalização individual, que visa garantir o pagamento até metade do valor da compensação devida por cessação do contrato de trabalho, calculada nos termos definidos para a compensação por despedimento coletivo, e que responde até ao limite dos montantes entregues pelo empregador e eventual valorização positiva. O valor das entregas para o FCT, ou ao ME, corresponde a 0,925% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido. O valor das entregas para o FGCT corresponde a 0,075% da retribuição-base e diuturnidades devidas a cada trabalhador abrangido pelo FCT ou ME. As entregas são feitas 12 vezes por ano, mensalmente, nos prazos previstos para o pagamento das quotizações e contribuições para a segurança social, por cada trabalhador.

No período em plano 2022 – 2026, a taxa média de seguro de acidentes de trabalho é de 1,01%, pelo que, o total de encargos sociais obrigatórios a cargo da entidade patronal ascende a 25,80%.

A taxa média de IRS a reter aos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 23,34% que leva em linha de conta as taxas de retenção das tabelas de IRS de 2021.

A taxa média dos encargos sociais por conta dos trabalhadores considerada para efeitos do presente orçamento foi de 11,37% que resulta das duas espécies os vínculos laborais do pessoal ao serviço da Empresa (colaboradores originários da Autarquia que se encontram em regime de requisição de serviço ou em comissão de serviço e trabalhadores vinculados por contrato individual de trabalho, portanto, enquadrados no regime geral da Segurança Social.

7.3 – DIFERIMENTOS

Os diferimentos ativos referem-se basicamente a gastos de rendas e alugueres de hardware e software a imputar aos anos seguintes.

7.4 – OUTRAS CONTAS A PAGAR E A RECEBER

No período em plano 2022 – 2026, e perfazendo uma média anual de 3.470,2 mil euros, a rubrica de “Outras Contas a Pagar”, em passivo não corrente, engloba os valores de depósitos das garantias dadas pelos fornecedores, por responsabilidades inerentes às empreitadas em curso, quer por depósitos diretamente efetuados pelos fornecedores, quer por retenções efetuadas aquando dos pagamentos, e cujos valores serão oportunamente restituídos, conforme previsto na lei. Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2021 dos depósitos de garantia prestados a terceiros, os saldos devedores e de cobrança duvidosa de fornecedores. Nesta rubrica, mas ao nível do passivo corrente, estão relevados os acréscimos de gastos respeitantes à previsão para encargos com férias e subsídio de férias vencidos em 31 de dezembro de cada ano, e pagos no ano seguinte, aquando do gozo das respetivas férias.

A legislação portuguesa sobre o trabalho define que as férias relativas a qualquer ano de serviço sejam gozadas pelo trabalhador no ano seguinte. Por tal facto, procedeu-se ao cálculo dos gastos daí decorrentes inerentes a cada exercício.

Esta rubrica integra ainda os valores conhecidos a setembro de 2021 da especialização do subsídio, perdas por imparidade e o saldo credor relativo a um processo de IVA de revisão oficiosa à Autoridade Tributária e Aduaneira instaurado pela GO Porto, e que ainda aguarda decisão judicial. Conforme referido em IGP anteriores, neste processo está em causa um montante de € 112.010,07, valor aplicável às operações subjacentes aos débitos efetuados pela GO Porto, no período de julho a dezembro de 2008, sem que a Câmara Municipal do Porto tenha pago qualquer valor de imposto à GO Porto. Ainda que, pelo facto da GO Porto não ter recebido qualquer pagamento de imposto do município do Porto, este processo seja distinto de um outro (N.º 350/2015-T) - também relacionado com o assunto IVA, mas já julgado desfavoravelmente às pretensões da empresa, em abril de 2018 -, reconhece-se haver uma probabilidade de vir a ter um desfecho, igualmente, desfavorável à GO Porto. Assim, e porque está em causa o valor suprarreferido, em crédito no ativo da empresa sobre o Estado, aguarda-se a competente aprovação por parte do município do Porto, de uma solução que mitigue o esforço financeiro que possa daí resultar.

7.5 – RESERVAS

As rubricas de Reservas Legais e de Outras Reservas incluem a aplicação de parte dos resultados líquidos positivos gerados, conforme o disposto nos Estatutos da GO Porto.

CA
NA H.



7.6 – CAPITAL SOCIAL

O capital social é composto por 100.000 ações nominativas de valor nominal de 5,00 € cada, e encontra-se integralmente realizado pelo Município do Porto.

7.7 – FINANCIAMENTOS OBTIDOS

Ponto não aplicável ao período em plano 2022 – 2026.

8 – OUTROS ASSUNTOS

A dependência financeira do Município do Porto pode originar atrasos no pagamento de faturas a fornecedores da Empresa, situação que entra em confronto com o disposto no Código dos Contratos Públicos. Estas situações estão previstas no Contrato de Gestão de Empreendimentos, celebrado entre a GO Porto e o município do Porto, o qual, regula as relações contratuais estabelecidas entre as partes e, conseqüentemente, quaisquer juros de mora reclamados por terceiros, não terão impacto líquido sobre as demonstrações financeiras da Empresa, na medida em que, existe uma total recuperação dos mesmos.

A seguir, apresenta-se um quadro síntese das responsabilidades eventuais, relativas aos contenciosos existentes:

OM
H H

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Processos n.ºs 1140/04.2BEPR (1768)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	755 204,36 €	O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou a GO Porto a pagar uma indemnização que vier a ser apurada em sede de execução de sentença. A GO Porto recorreu da sentença para o Tribunal Central do Administrativo do Norte que absolveu a GO Porto de 539.912,33€ e relegou 161.292,03€ para liquidação em execução de sentença. O Autor recorreu para o Supremo Tribunal Administrativo, no que respeita aos 539.912,33€, alegando que a sua condenação deveria ter sido relegada para liquidação em execução de sentença. O Supremo Tribunal Administrativo julgou o recurso procedente e condenou a GO Porto no pagamento da quantia que vier a ser liquidada em execução de sentença, com o limite de 539.912,33€. Na sequência do mesmo o Autor intentou um Incidente de Liquidação, que corre por apenso ao processo principal. A GO Porto impugnou o valor peticionado nesta sede, aguardando-se pela realização de Perícia a fim de apurar o valor efetivo a liquidar. As autoras apresentaram Réplica, à oposição deduzida pela GO Porto. Foi nomeado o Perito em representação da GO Porto.
Processo n.º 752/05.1BEPR (1782)	Jaime Ribeiro & Filhos SA	Acção administrativa comum com processo ordinário	Indemnização no âmbito da execução da empreitada «Requalificação da Frente da Ribeira».	4 224 882,80 €	Foi proferida sentença: a GO Porto foi absolvida de parte do pedido, em montante correspondente a € 3.935.283 e foi condenada a pagar € 289.599,95. A GO Porto interpôs recurso jurisdicional relativo à parte da sentença que lhe foi desfavorável. Autos subiram ao TCA Norte. Proferido Acórdão, favorável à GO Porto, o Autor interpôs Recurso de Revista, invocando a nulidade do Acórdão, por oposição da fundamentação, com a conclusão. A GO Porto apresentou contraalegações (03.02.2020). O Recurso de Revista foi admitido, subindo ao STJ, tendo por fundamento eventual erro de julgamento e não a referida nulidade. A GO Porto contraalegou (04.03.2020). O STJ, por Acórdão do STJ datado de 09.07.2020, decidiu não admitir a Revista, por desnecessidade da mesma. Desta forma, mantém-se a decisão do TCAN, o qual tendo revogado a decisão condenatória, no valor de 289.599,05€, remeteu o pagamento para a liquidação em montante a apurar em sede de execução de sentença.
Processo n.º 1541/07.1BEPR (1856)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Sociedade no âmbito da Execução da Empreitada «Antas 2.ª Fase - Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	15 000,00 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 que não se realizou. Aguarda-se desenvolvimento do processo (sentença).
Processo n.º 1079/08.2BEPR (1887)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase - Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	336 092,27 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1081/08.4BEPR (1888)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase - Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	158 430,97 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1076/08.8BEPR (1889)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase - Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	68 947,76 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 1085/08.7BEPR (1892)	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob a forma ordinária contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Antas 2.ª Fase - Arruamentos» também designada por «Infraestruturas e Espaço Público das Antas - 2.ª Fase».	47 783,60 €	Foi pedido, por parte da Autora, a apensação dos diversos processos pendentes, tais como o processo n.º 1541/07.4BEPR; 1076/08.8BEPR; 1079/08.2BEPR; 1081/08.4BEPR e 1085/08.7BEPR, todos relativos à Empreitada «Antas - 2.ª Fase» (e a seguir também discriminados). Foram marcadas novas datas de continuação de julgamento para Setembro de 2013. Foi realizado o julgamento. Marcada leitura de resposta aos quesitos para 15.09.14 não se tendo realizado. Aguarda-se desenvolvimento processo (sentença).
Processo n.º 2836/10.5BEPR	Costeira Empreiteiros - Sociedade de Construções, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A GO Porto em sede de execução da empreitada, responsabilizou o empreiteiro pelo custo de trabalhos de supressão de erros e omissões do caderno de encargos não tempestivamente identificados no montante de € 277.946,41. O empreiteiro impugnou judicialmente aquela decisão da GO Porto.	277 946,41 €	A GO Porto contestou a acção. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto proferiu decisão favorável à GO Porto. O empreiteiro interpôs recurso jurisdicional e a GO Porto contra alegou. Aguarda-se decisão (acórdão).

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PELIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Processo: n.º 867/11.7BEPR	Alberto Couto Alves, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora peticiona o pagamento de uma indemnização no montante de € 130.569,45, relativo a pretensos custos indirectos, de estrutura e lucros não coberto da empreitada "Requalificação das Ruas de Santa Catarina, Passos Manuel e Ateneu Comercial do Porto", decorrentes, alegadamente, do prolongamento do prazo de execução daquela.	283 893,56 €	A GO Porto apresentou a sua contestação e deduziu um pedido reconvenicional, peticionando, por sua vez, do empreiteiro uma indemnização no montante de € 153.324,11. Foi proferida sentença nos termos da qual o Tribunal decidiu condenar a GoPorto no pagamento à ACA de € 72.960,04, dos € 130.569,45 peticionados. No que respeita ao pedido reconvenicional o Tribunal decidiu condenar a ACA a pagar à GoPorto a quantia de € 17.824,31. Assim, como saldo final, a GoPorto foi condenada a pagar à ACA o montante de € 55.135,73. Foi apresentado recurso da referida sentença, tendo a ACA recorrido, igualmente, da mesma. Foram apresentadas contra-alegações de recurso por parte da GO Porto. Ou seja, ambas, as partes interpuseram recurso da sentença; aguarda-se desenvolvimento do processo.
Processo n.º 2133/14.7BEPR (2089)	Trevotopázio – Sociedade Empresarial, S.A., José Carlos Mendes dos Santos e Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mora dos Santos	Acção administrativa comum com processo ordinário	As Autoras intentaram uma acção administrativa comum contra a Empresa, na Empreitada de "Remodelação do Edifício dos Correios – Arquivo e Cantina" pedindo a condenação da Empresa a pagar a duas das Autoras o montante de € 59.117,02, acrescidos de juros à taxa legal, ou se assim se não entendesse, a condenação da Empresa a pagar à Autora "Trevoto-pázio", o referido valor e também ser condenada ao pagamento de uma sanção pecuniária no montante de €100,00 por ida de atraso de pagamento do valor que vier a ser arbitrado, após transito em julgado.	59 117,02 €	A GO Porto contestou. Em 09.07.15 foi proferida sentença que absolveu a GO Porto do pedido. Autores interpuseram recurso que subiu ao TCA Norte. A 06.11.15 foi proferido parecer do N.P. que confirmou sentença. Foi proferido acórdão, pelo TCA Norte, não favorável à GO Porto. A Go Porto apresentou recurso ao STA. Aguarda decisão final.
Processo n.º 18464/16.9TBPR (2109)	Ré:Caixa Geral de Depósitos, S.A.		A GO Porto intentou uma acção de condenação contra a Ré, pedido a sua condenação a entregar à Empresa a importância de €160.282,02, por conta das garantias bancárias por elas prestadas, bem como pagar-lhe os juros moratórios vencidos à taxa de 17,6%, no montante de €25.350,03, e vencidos, à mesma taxa até integral pagamento.	223 723,92 €	A Ré contestou. Foi proferida sentença que declarou o Tribunal Civil incompetente em razão da matéria. Em consequência após o termo do período de suspensão (decorrente da pandemia covid-19) foi requerido o envio do processo para o TAF do Porto, com aproveitamento dos atos. Foi proferido despacho de admissão do requerido. Foi remetido o processo para o TAF do Porto, que se declarou incompetente em razão da matéria, tendo oficiosamente determinado o envio do processo para o Tribunal dos Conflitos. Após notificação do Tribunal dos Conflitos a GoPorto apresentou a respetiva pronúncia.
Processo: n.º 1677/17.3BEPR	CCCAH - PortoSushi, Actividades Hoteleiras, Lda. (GOSHO)	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora pede uma indemnização por lucros cessantes, no valor de 391.672,34€, acrescido de juros legais, contados desde a data da citação.	391 672,34 €	A GO Porto apresentou contestação. Realizada audiência de julgamento. Aguarda-se decisão (sentença).
Processo n.º 1965/16.6BEPR-A -	Strong - Segurança, SA	Processo Executivo	A Exequente pede a execução da Go Porto no pagamento de 28.302,33€ a título de lucros cessantes (3.378,17€), perda de visibilidade operacional e experiência profissional (20.000,00€), despesas judiciais (3.844,16€), despesas com elaboração da proposta (1.080,00€), tudo acrescido de juros.	28 302,33 €	Foi apresentada oposição ao requerimento executivo. O Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto condenou a GO Porto a pagar uma indemnização que vier a ser apurada em sede de execução de sentença. Tendo em conta a referida decisão foi dela interposto recurso a 29.10.2018 para o Tribunal Administrativo Central Norte, pelo que se aguarda o competente Acórdão.
Processo n.º 2071/09.5BEPR (1945)	Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma acção administrativa comum, sob forma de processo ordinário contra a Empresa no âmbito da execução da empreitada «Ligação ao Viaduto da Prelada – Troço Sul».	825 150,49 €	Foi proferida sentença que condenou a Go Porto no pagamento de 47.093,86€, acrescido de juros, absolvendo-a do demais peticionado. O processo judicial está findo. Decorre processo extrajudicial para recuperação dos créditos da Go Porto, tendo em conta a sentença e as garantias existentes (retenções e garantias bancárias).
Processo n.º 1218/12.9.9 TJWF	Ré: Jaime Queirós Ribeiro, S.A.	Processo de Insolvência	No âmbito do processo de insolvência da Ré, foi reconhecido à GO Porto como crédito comum, um crédito no valor de 392.708,40 €	392 708,40 €	Já foi proferida sentença de graduação de créditos estando este apenso resolvido. Quanto à liquidação do património da massa a mesma está ainda em curso, estando a administradora judicial a promover diligência de venda dos móveis e imóveis outrora pertencentes à insolvente, e que ainda não terminou e, posteriormente, pelo respetivo rateio entre os credores.
Processos n.ºs 40/05.3BEPR (17796)	Jaime Ribeiro & Filhos, S.A. e Construtora Abrantina, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	As Autoras deduziu contra a empresa um incidente de liquidação relativo aos danos emergentes derivados de suspensão, ocorridos entre Outubro de 2002 a 13 de Março de 2013, no âmbito da execução do contrato de empreitada «Construção dos Conjuntos Habitacionais das Fontainhas 1, 2 e 3, integrados no PER».	267 718,14 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. A GO Porto foi absolvida da instância relativamente aos pedidos da Requerente Jaime Ribeiro & Filhos, SA. Foi proferida Sentença pelo Tribunal Administrativo e Fiscal absolvendo a GO Porto da instância. Fomos notificados no dia 20.02.2019, de novo incidente de liquidação interposto contra a GOP. No dia 07.03.2019 foi apresentada a respetiva oposição ao incidente, solicitando uma nova pericia. Foi apresentado relatório pericial, o qual é favorável à GO Porto. As autoras, em consequência, vieram redamar do mesmo.
Processo n.º 1277/14.0BEPR	Autoridade Tributária	Ação Administrativa Especial	Propostura de acção administrativa especial, no TAF Porto, com vista à anulação do Despacho de indeferimento de pedido de revisão offiosa, proferido pela Autoridade Tributária.	112 010,07 €	A aguardar prolação de Sentença desde 28/10/2015. Aguarda-se desenvolvimento do processo.
Processo n.º 3181/19.6BEPR	H. Santos & Companhia, S.A.	Acção administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Ação Administrativa, requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	7.310,22 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, não tendo, até ao momento conhecido quaisquer desenvolvimentos processuais. (Aguarda-se o normal decorrer da ação - diligências processuais)

CA
M H

PROCESSO	AUTOR	TIPO DE ACÇÃO	PEDIDO	VALOR	SITUAÇÃO
Processo n.º 105/20.1BEPR	M. Santos & Companhia, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Ação Administrativa, requerendo a anulação da deliberação pela qual a GO Porto aplicou multa contratual.	121.837,07 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, não tendo, até ao momento conhecido quaisquer desenvolvimentos processuais. (Aguarda-se o normal decorrer da ação - diligências processuais)
Processo n.º 2437/20.0BEPR	M. Santos & Companhia, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	A Autora intentou uma Ação Administrativa, requerendo o pagamento de trabalhos elegadamente executados, mas não reconhecidos pela GO Porto (trabalhos a mais) assim como, o pagamento de Revisão de Preços, não aceite pela GO Porto.	167.238,86 €	A GO Porto deduziu a competente contestação, verificando-se que não existiram quaisquer desenvolvimentos processuais, até ao momento. (Aguarda-se o normal decorrer da ação - diligências processuais)
Injunção n.º 84272/20.2YIPRT	FCSC, SGPS, S.A.	Ação administrativa comum com processo ordinário	Injunção com base em faturas devidas ao fornecedor "Tecnasol - Fundações e Geotecnia, S.A.", requerendo o pagamento da quantias que foram retidas para reforço de garantia	55.646,14 €	A GO Porto deduziu oposição à Injunção, tendo o Tribunal determinado a absolvição da instância por parte da GO Porto. Não se conformando com a sentença proferida, a requerente recorreu da mesma para o Tribunal da Relação do Porto
Processo n.º 273/21.5BEPR	ENPRIBUID, Lda.	Processo de Contencioso Pré-contratual	No âmbito do procedimento de formação do contrato de empreitada "Requalificação da Rua de Chamite", a autora veio impugnar a decisão de não exclusão do adjudicatário.	522.198,88 €	A GO Porto deduziu a competente contestação. Tratando-se de uma matéria de direito, o juiz entendeu dispensar a realização de audiência de audiência de julgamento. Consequentemente foram apresentadas alegações por escrito, pelo que não existindo outros atos processuais que venha a ser suscitados, aguarda-se pela prolação da sentença.

Em conclusão, é convicção da GO Porto que, salvo um ou outro caso pontual, não existe fundamento para a atribuição de qualquer compensação financeira adicional às diferentes autoras. Não obstante, não se ignora o risco, sempre existente em situações desta natureza contenciosa, de as contendas judiciais poderem vir a ser desfavoráveis.

9 – CONCLUSÃO

Para o período 2022 – 2026, está previsto que o cumprimento integral dos Instrumentos de Gestão Previsional irá gerar um valor positivo de resultados líquidos, no montante de € 70.395,38.

Ressalva-se que as obras com prazos de término imperativo poderão acarretar encargos financeiros adicionais, caso a Autarquia do Porto não possa cumprir com os prazos de pagamento contratualmente estabelecidos. Apresenta-se no quadro seguinte, alguns indicadores económico-financeiros para o período em plano:

INDICADORES	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
FINANCEIROS					
Liquidez geral	2,41	2,32	2,55	3,27	3,35
Autonomia Financeira	24,91%	25,38%	25,51%	26,12%	26,22%
Autofinanciamento	70 820	69 299	167 570	156 287	141 375

B – ORÇAMENTO DE EXPLORAÇÃO

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS	NOTAS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
RENDIMENTOS E GASTOS						
VENDAS	B-A-3	9 595,97	12 295,20	12 295,20	12 295,20	12 295,20
PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS	B-A-3	55 990 469,12	66 974 230,85	99 193 162,15	38 931 439,57	14 275 864,10
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES E SUBSÍDIOS À EXPLORAÇÃO OBTIDOS	B-A-3	3 767 500,00	3 552 500,00	4 815 000,00	4 800 000,00	4 890 000,00
CUSTO DAS MERCADORIAS VENDIDAS E DAS MATÉRIAS CONSUMIDAS	B-A-4.1	-9 288,00	-11 604,00	-11 604,00	-11 604,00	-11 604,00
FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS	B-A-4.2	-57 483 189,10	-68 649 499,70	-61 969 328,63	-41 684 206,59	-17 075 306,14
GASTOS COM O PESSOAL	B-A-4.3	-1 784 934,28	-1 803 541,13	-1 867 977,16	-1 886 656,93	-1 942 471,14
IMPARIDADES DE INVENTÁRIOS (PERDAS/REVERSÕES)	B-A-4.1	4 615,71	0,00	0,00	0,00	0,00
IMPARIDADES DE DÍVIDAS A RECEBER (PERDAS/REVERSÕES)	B-A-7.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS RENDIMENTOS E GANHOS	B-A-3	17 822,76	17 294,40	17 294,40	17 294,40	17 294,40
OUTROS GASTOS E PERDAS	B-A-4.5	-33 086,24	-12 775,00	-12 775,00	-12 775,00	-12 775,00
RESULTADO ANTES DE DEPRECIACIONES E GASTOS DE FINANCIAMENTO		79 505,93	78 900,62	176 066,96	165 787,65	153 297,43
GASTOS/REVERSÕES DE DEPRECIÇÃO E DE AMORTIZAÇÃO	B-A-30-A-4.4	-58 883,23	-55 670,04	-157 711,11	-142 969,80	-119 721,25
RESULTADO OPERACIONAL (ANTES DE GASTOS DE FINANCIAMENTO)		20 622,70	23 230,58	18 355,85	22 817,85	33 576,18
JUROS E RENDIMENTOS SIMILARES OBTIDOS	I-08-A-5	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	B-A-5	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00	-1,00
RESULTADOS ANTES DE IMPOSTOS		21 121,70	23 729,58	18 854,85	23 316,85	34 075,18
IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO	B-A-6	-9 185,36	-10 100,39	-8 995,84	-10 000,12	-12 421,07
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO		11 936,34	13 629,19	9 859,01	13 316,73	21 654,10

CA1
 H H

C – ORÇAMENTO DE TESOURARIA

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	NOTAS	ANO 2022	ANOS SEGUINTE			
			ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS						
RECEBIMENTOS						
Clientes	I-D/II-A-3	57 947 032,11	69 960 682,45	61 909 604,45	40 843 024,45	15 581 651,71
Subsídio à Exploração	I-D/II-A-3	3 767 500,00	3 552 500,00	4 815 000,00	4 800 000,00	4 890 000,00
PAGAMENTOS						
Fornecedores	I-D/II-A-4.2	59 373 926,50	71 017 154,58	64 371 942,78	43 613 189,26	18 426 518,95
Pessoal (Inclui IRS, OGA e SS)	II-A-4.3	1 783 979,28	1 807 272,17	1 870 341,93	1 890 551,89	1 945 213,54
CAIXA GERADA PELAS OPERAÇÕES		556 626,33	688 755,69	482 319,74	139 283,30	99 899,22
OUTROS RECEBIMENTOS						
Estado (IVA)	II-A-3/II-A-4.2					
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	II-A-6	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00	1 000,00
Outros recebimentos (Estado, Banca e Outros)		0,00	5 387,97	9 228,73	19 828,29	0,00
Rubricas Extraordinárias		562,40	562,40	562,40	562,40	562,40
OUTROS PAGAMENTOS						
Estado (IVA)	II-A-3	211 721,10	526 624,74	320 613,54	50 973,70	20 000,00
Imposto sobre Rendimentos Pessoas Colectivas	II-A-6	19 187,12	8 607,34	9 476,62	8 427,29	11 178,94
Outros pagamentos (Estado, Banca e Outros)		13 290,27	14 213,75	14 213,75	14 213,75	14 213,75
Rubricas Extraordinárias						
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES OPERACIONAIS		313 990,23	146 260,23	148 806,95	87 059,24	56 068,93
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO						
RECEBIMENTOS						
Activos Fixos Tangíveis	II-A-2	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Rendimentos Similares	I-D/II-A-5	375,00	375,00	375,00	375,00	375,00
PAGAMENTOS						
Activos Fixos Tangíveis	II-A-2	86 100,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00	12 300,00
Activos Intangíveis	II-A-2	218 817,00	129 150,00	129 150,00	6 150,00	6 150,00
Investimentos Financeiros	II-A-2	4 878,57	4 941,91	5 273,36	5 330,77	5 380,38
Juros e Gastos Similares		1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE INVESTIMENTO		-309 421,57	-146 017,91	-146 349,36	-23 406,77	-23 456,38
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO						
PAGAMENTOS						
Financiamentos Obtidos	II-A-7.7	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FLUXOS DE CAIXA DAS ACTIVIDADES DE FINANCIAMENTO		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
VARIAÇÃO DE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES		4 568,67	242,31	2 457,59	63 652,47	32 612,55
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 1 DE JANEIRO		4 278 876,08	4 283 444,74	4 283 687,06	4 286 144,64	4 349 797,12
MÍNIMO DE CAIXA		1 000,00				
CAIXA E SEUS EQUIVALENTES 31 DE DEZEMBRO		4 283 444,74	4 283 687,06	4 286 144,64	4 349 797,12	4 382 409,67

CA1
M M.

D – BALANÇO PREVISIONAL

BALANÇO PREVISIONAL	NOTAS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
ACTIVO						
ATIVO NÃO CORRENTE						
ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	I-A-2II-A-4.4	76 686,50	60 496,84	44 755,86	29 960,62	26 093,12
ATIVOS INTANGÍVEIS	I-A-2II-A-4.4	71 312,58	46 832,19	219 862,06	106 687,50	5 833,75
INVESTIMENTOS EM CURSO	I-A-2II-A-4.4	91 950,00	200 000,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS	I-A-2II-A-4.4II-A-7.1	3 612 006,00	3 611 492,54	3 611 266,28	3 610 756,68	3 602 247,61
		3 851 955,07	3 918 821,57	3 875 884,20	3 747 404,81	3 634 174,48
ATIVO CORRENTE						
INVENTÁRIOS	I-A-4.1	53 467,00	41 863,00	30 259,00	18 655,00	72 051,00
CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES	I-DII-A-3	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	I-A-4.3II-A-6II-A-7.2	91 843,41	171 175,13	100 319,54	52 022,07	55 453,41
OUTRAS CONTAS A RECEBER	I-A-7.4	585 483,53	404 941,99	537 647,56	587 546,37	672 802,05
DIFERIMENTOS	I-A-7.3	26 823,54	27 017,13	27 277,43	27 606,34	28 006,26
CAIXA E DEPÓSITOS	I-A-7.1	813 278,61	813 520,93	815 978,51	879 630,99	912 243,54
		1 570 896,10	1 458 118,18	1 511 482,04	1 565 460,76	1 740 556,26
TOTAL DO ATIVO		5 422 851,17	5 376 939,75	5 387 366,25	5 312 865,57	5 374 730,74
PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO						
PATRIMÓNIO LÍQUIDO						
PATRIMÓNIO/CAPITAL	I-A-7.6	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00	500 000,00
RESERVAS	I-A-7.5	765 427,05	765 427,05	765 427,05	765 427,05	765 427,05
RESULTADOS TRANSITADOS	I-A-7.5	73 534,87	85 471,22	99 100,40	108 959,42	122 276,15
		1 338 961,92	1 350 898,26	1 364 527,45	1 374 386,46	1 387 703,20
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	I-B	11 936,34	13 629,19	9 859,01	13 316,73	21 654,10
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO		1 350 898,26	1 364 527,45	1 374 386,46	1 387 703,20	1 409 357,30
PASSIVO						
PASSIVO NÃO CORRENTE						
OUTRAS CONTAS A PAGAR	I-A-7.4	3 470 166,13	3 470 166,13	3 470 166,13	3 470 166,13	3 470 166,13
		3 470 166,13				
PASSIVO CORRENTE						
CREDORES P/TRANSFERÊNCIAS E SUBS. CONCEDID	I-A-7.4	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FORNECEDORES	I-DII-A-4.2	150 400,00	90 400,00	80 400,00	10 400,00	400,00
ADIANT. DE CLIENTES, CONTRIBUÍNTES E UTENTES		0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	I-A-4.3II-A-6II-A-7.1	162 314,71	156 473,72	146 746,22	126 474,39	169 136,25
FORNECEDORES DE INVESTIMENTO	I-A-7.4	171,04	172,75	179,15	180,94	186,44
OUTRAS CONTAS A PAGAR	I-A-7.4	288 901,03	295 199,70	315 488,28	317 940,91	325 484,62
		601 786,78	542 246,17	542 813,65	454 996,24	495 207,31
TOTAL DO PASSIVO		4 071 952,91	4 012 412,30	4 012 979,78	3 925 162,37	3 965 373,44
TOTAL DO PATRIMÓNIO LÍQUIDO E PASSIVO		5 422 851,17	5 376 939,75	5 387 366,25	5 312 865,57	5 374 730,74

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a large 'M' and other marks.



III - EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

ca
M H.

EQUILIBRIO ECONÓMICO-FINANCEIRO

No período em plano 2022 – 2026, os encargos diretos com a área de Gestão e Exploração serão financiados através das receitas próprias geradas pela exploração do património não habitacional e das infraestruturas urbanísticas adstritas pelo município do Porto à gestão da GO Porto, e ainda pelo subsídio à exploração atribuído pela Autarquia.

Os encargos com os gastos de obra (subcontratos) serão financiados através das receitas obtidas via o Contrato de Gestão de Empreendimentos, firmado com o Município do Porto.

Os encargos de estrutura da Empresa – gastos operacionais indiretos – serão financiados pelo município do Porto sob a forma de subsídio à exploração, atribuído pela Autarquia.

Para o período em plano 2022 - 2026, em condições de execução contratual regulares, o pretendido equilíbrio estará garantido, conforme se apresenta no mapa seguinte:

GASTOS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Gastos Operacionais					
Contrato de Obra					
Fornecimentos e Serviços Externos Obra CGE	54 642 191,73	65 809 615,21	57 951 534,51	37 689 811,93	13 034 236,46
Fornecimentos e Serviços Externos Obra outras entidades	203 000,00	203 000,00	203 000,00	203 000,00	203 000,00
Gastos contrato de Obra	54 845 191,73	66 012 615,21	58 154 534,51	37 892 811,93	13 237 236,46
Contrato de Exploração					
Custos das Mercadorias Vendidas e das Matérias Consumidas	9 288,00	11 604,00	11 604,00	11 604,00	11 604,00
Gastos com o Pessoal	140 719,09	140 719,09	140 719,09	140 719,09	140 719,09
Fornecimentos e Serviços Externos dos Equipamentos Explorados	2 024 246,82	2 103 989,19	3 276 521,29	3 269 771,29	3 276 521,29
Fornecimentos e Serviços Externos de Estrutura DGE	7 056,54	7 056,92	6 361,05	6 361,43	6 361,82
Imparidades de Inventários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	7 244,64	9 161,87	8 332,50	2 085,63	0,00
Outros Gastos	11 076,52	12 000,00	12 000,00	12 000,00	12 000,00
Gastos contrato exploração	2 199 631,60	2 284 531,07	3 455 537,93	3 442 541,44	3 447 206,20
Estrutura					
Gastos com o Pessoal	1 644 215,19	1 662 822,04	1 727 258,07	1 745 937,84	1 801 752,05
Fornecimentos e Serviços Externos	606 894,01	525 838,38	531 911,78	515 260,93	555 186,56
Imparidades de Dívidas a Receber	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Gastos de Depreciação e de Amortizações	51 638,60	46 508,17	149 378,61	140 894,17	119 721,25
Outros Gastos	22 009,72	775,00	775,00	775,00	775,00
Juros e Gastos similares suportados	1,00	1,00	1,00	1,00	1,00
Gastos da estrutura	2 324 558,52	2 235 944,59	2 409 324,46	2 402 858,95	2 477 435,86
Imposto Sobre Rendimento do Período	9 185,36	10 100,39	8 995,84	10 000,12	12 421,07
Total	59 378 567,22	70 543 191,26	64 028 392,74	43 748 212,44	19 174 299,60

ca
M H.

PROVEITOS	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
Prestação Serviços contrato de mandato - CGE	54 642 191,73	65 809 615,21	57 951 534,51	57 689 811,93	13 034 236,46
Prestação Serviços contrato outras entidades	223 000,00	223 000,00	223 000,00	223 000,00	223 000,00
Veridas contrato de exploração	9 595,97	12 295,20	12 295,20	12 295,20	12 295,20
Prestação Serviços contrato de exploração	725 277,39	941 615,64	1 018 627,64	1 018 627,64	1 018 627,64
Reversão de Imparidades de Inventários	4 615,71	0,00	0,00	0,00	0,00
Subsídio à Estrutura	3 767 500,00	3 552 500,00	4 815 000,00	4 800 000,00	4 870 000,00
contrato de mandato	2 304 558,52	2 215 944,59	2 389 324,46	2 382 858,95	2 457 435,86
contrato de exploração	1 462 941,48	1 336 555,41	2 425 675,54	2 417 141,05	2 432 564,14
Outros Rendimentos e Ganhos	4 491,96	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Rendimentos e Ganhos contrato de exploração	13 330,80	17 294,40	17 294,40	17 294,40	17 294,40
Juros e Ganhos Similares	500,00	500,00	500,00	500,00	500,00
Total	59 390 503,56	70 556 820,45	64 038 251,75	43 761 529,17	19 195 953,70
Resultado Líquido do Período	11 936,34	13 629,19	9 859,01	13 316,73	21 654,10

Porto, 26 de novembro de 2021

O Conselho de Administração,

M. J. da Silva
1.º. - Almeida
Paulo

M



ANEXO 1 – PREVISÃO DE OBRA A EXECUTAR PARA O MUNICÍPIO DO PORTO EM 2022 - 2026

Designação das Rubricas	ANO 2022	ANO 2023	ANO 2024	ANO 2025	ANO 2026
1 CULTURA E PATRIMÓNIO					
1.2 Equipamentos e Programas Municipais	4 236 000	11 203 320	10 305 000	3 500 000	1 500 000
Sub-total	4 236 000	11 203 320	10 305 000	3 500 000	1 500 000
2 ECONOMIA, PESSOAS E INOVAÇÃO					
2.1 Consolidação da Estratégia Económica da Cidade	5 505 861	0	0	0	0
2.2 Educação	9 729 970	3 060 400	2 000 000	2 000 000	2 000 000
Sub-total	15 235 831	3 060 400	2 000 000	2 000 000	2 000 000
3 AMBIENTE, ENERGIA E QUALIDADE DE VIDA					
3.1 Ambiente	3 874 580	4 301 000	6 179 070	4 600 000	2 350 000
3.3 Qualidade de Vida Urbana	6 215 000	8 516 020	7 380 000	11 250 000	2 000 000
Sub-total	10 089 580	12 817 020	13 559 070	15 850 000	4 350 000
4 URBANISMO E HABITAÇÃO					
4.1 Regeneração Urbana	22 945 870	37 826 250	33 278 420	17 168 160	5 128 750
4.2 Qualificação do Ambiente Urbano e Espaço Público	0	0	0	0	0
Sub-total	22 945 870	37 826 250	33 278 420	17 168 160	5 128 750
6 MOBILIDADE					
6.1 Transporte Público	980 000	0	0	0	0
6.2 Modos Suaves	2 296 700	2 533 700	350 000	0	0
Sub-total	3 276 700	2 533 700	350 000	0	0
7 GOVERNÂNCIA DA CÂMARA					
7.1 Funcionamento dos Serviços	645 000	796 000	500 000	500 000	500 000
7.1 Outros	323 700	255 350	353 750	261 500	353 750
Sub-total	968 700	1 051 350	853 750	761 500	853 750
TOTAL	56 752 681	68 492 040	60 346 240	39 279 660	13 832 500



ANEXO 2 – PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS/FISCAL ÚNICO

cm
ht ht

PARECER DO FISCAL ÚNICO SOBRE OS INSTRUMENTOS DE GESTÃO PREVISIONAL 2022-2026

Introdução

Nos termos da alínea j) do n.º 6 do artigo 25.º, da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, procedi ao exame dos Instrumentos de Gestão Previsional (IGP) da Gestão e Obras do Porto, E.M. (a Entidade ou Go Porto), relativos ao período de 2022 a 2026, datado de 26 de novembro de 2021, que compreendem os planos anuais e plurianuais de atividades, de investimento e financeiros, as demonstrações orçamentais previsionais, as notas explicativas ao orçamento, orçamento de exploração, orçamento de tesouraria e os balanços previsionais para o mencionado período, incluindo os pressupostos em que se basearam, os quais se encontram descritos no ponto II dos IGP.

As demonstrações financeiras previsionais apresentam, para o ano de 2022, um total do ativo de 5 422 851 euros, um património líquido de 1 350 898 e um resultado líquido de 11 936 euros. O orçamento da receita e da despesa, para o ano de 2022, é de 61 716 470 euros e 61 711 901 euros, respetivamente.

Responsabilidades do órgão de gestão sobre os instrumentos de gestão previsional

É da responsabilidade do órgão de gestão a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e nos termos da NCP 26 - Contabilidade e Relato Orçamental.

Responsabilidades do fiscal único sobre o exame dos instrumentos de gestão previsional

A minha responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

si

O meu trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva, e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Parecer

Baseado na minha avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao meu conhecimento que me leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base razoável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em minha opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente de acordo com as políticas contabilísticas adotadas pela entidade de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Devo, contudo, advertir que frequentemente os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

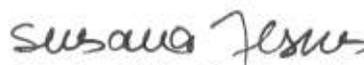
Ênfases

Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamo a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os instrumentos de gestão previsional em apreciação, tem como ano base das previsões financeiras o exercício de 2021. A sua construção exigiu estimar, de acordo com a informação disponibilizada pelo Conselho de Administração, o resultado líquido e os saldos de balanço reportados a 31 de dezembro de 2021. Consequentemente, o resultado líquido e o respetivo imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas estimados e incluídos no património líquido poderão estar sujeitos a alterações, bem como poderão ser diferentes os fluxos financeiros devido ao impacto das diferenças entre os saldos de balanço estimados e os saldos finais apurados.

2. É firme convicção do Conselho de Administração que a adoção do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC AP), desde de 1 de janeiro de 2020 não tem efeitos materialmente relevantes nas demonstrações financeiras da Go Porto, na medida em que os ativos sob gestão são propriedade do Município do Porto, sendo, também, este que detém o seu controlo efetivo para efeitos do normativo do SNC AP.
3. A Go Porto está subordinada, na sua prestação de serviços, ao grupo Câmara Municipal do Porto, procurando alargar a sua atividade a outras entidades, pelo que quaisquer atrasos significativos na geração de encomendas ou nos fluxos financeiros poderão afetar decisivamente as condições de exploração e o equilíbrio patrimonial e financeiro da Entidade.
4. No âmbito de uma revisão dos procedimentos adotados na liquidação de IVA nas relações da GO Porto com a Câmara Municipal do Porto, realizada em 2011, foi efetuado pela Go Porto, em 2012, um pedido de revisão oficiosa, de acordo com o disposto no Art.º 78.º da Lei Geral Tributária e do Art.º 98.º do Código do Imposto sobre o Valor Acrescentado, tendente à regularização de IVA em seu favor no montante de, aproximadamente, 112 mil euros, relativo a imposto liquidado em excesso no período de julho a dezembro de 2008. Este pedido foi, em 2013, indeferido pela Autoridade Tributária e Aduaneira. O Conselho de Administração recorreu da decisão da Autoridade Tributária e Aduaneira para o Tribunal Arbitral, que se declarou incompetente em razão da matéria, após o que o mesmo Conselho recorreu para o Tribunal Administrativo e Fiscal do Porto. Aquele valor está refletido no ativo da Entidade, nos balanços previsionais, na rubrica de Estado e Outros Entes Públicos (cf. Nota 7.4 dos IGP).

Porto, 26 de novembro de 2021

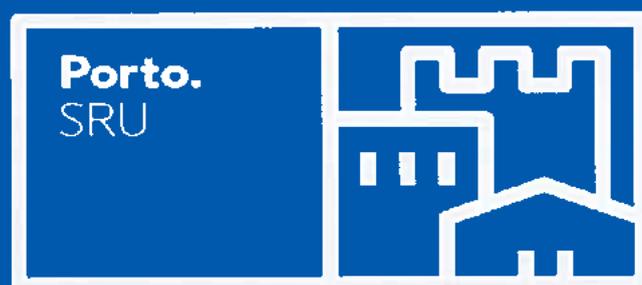


Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Revisora Oficial de Contas

1338

Registo na CMVM com o n.º 20160948



Instrumentos de Gestão Previsional

2022 – 2026

Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto,
E.M., S.A.

Rua Mouzinho da Silveira, n.º 208 a 214
4050-417 Porto

Instrumentos de Gestão Previsional

2022 – 2026

Aprovado em Conselho de Administração em 26 de novembro
de 2021

Handwritten signature and checkmark in the bottom right corner.



Índice

I.	Apresentação da Empresa.....	11	Operação de Reabilitação Urbana Campanhã – Estação e Operação de Reabilitação Urbana Corujeira.....	31	
	Introdução	13	[E3] Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis.....	34	
	Missão e Competências	14	[E4] Projeto “Ilhas” da Cidade.....	36	
	Missão.....	14	Outras Unidades de Intervenção	37	
	Competências	14	Parcela 14 do Quarteirão de Carlos Alberto.....	37	
	Organograma	15	Parcela 6 do Quarteirão de Carlos Alberto.....	37	
	Análise SWOT	15	Outras Unidades Orgânicas.....	38	
	Forças	15	Indicadores de Avaliação de Atividade.....	38	
	Fraquezas	16	Aspetos Organizacionais.....	39	
	Oportunidades.....	17	Plano de Recursos Humanos para o Período 2022	39	
	Ameaças	18	Formação	40	
II.	PLANO DE ATIVIDADES PARA 2022	21	Regulamento, Códigos e Planos.....	40	
	Eixos Estratégicos para 2022	23	Regulamento Interno	40	
	Planeamento para 2022	23	Código de Ética	41	
	[E1] ORU Centro Histórico.....	23	Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio.....	41	
	Relatório de Monitorização da ORU do “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar”	24	Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas.....	41	
	Plano de Gestão e Sustentabilidade para o “Centro Histórico, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar”	25	Plano para a Igualdade de Género 2022	41	
	Unidade de Intervenção de Santa Clara	27	III.	Orçamento para 2022	43
	Projeto Morro da Sé.....	29		Sumário.....	45
	[E2] Operações de Reabilitação Urbana – ORU	31		Orçamento de Receitas e Despesas	45
				Orçamento de Receitas	46

M
u

Comparticipações Financeiras do IHRU e do Município do Porto	46	V. PARECER DO FISCAL ÚNICO	69
Contrato Programa	47	VI. ANEXOS	71
Vendas	47		
Comparticipações Comunitárias	48		
Rendas (Propriedade SRU)	48		
Rendas (Gestão SRU)	48		
Prestação de Serviços	49		
Outras Receitas	49		
Orçamento de Despesas	49		
Pessoal	50		
Aquisição de Bens e Serviços	51		
Amortização de Financiamentos Obtidos	52		
Juros de Financiamentos Obtidos ..	52		
Outros Encargos Financeiros	52		
Impostos e Taxas	53		
Outras Despesas	53		
Investimentos em Reabilitação Urbana	54		
Outros Investimentos	55		
IV. PLANO PLURIANUAL 2022-2026	57		
Orçamento Plurianual 2022 - 2026	59		
Demonstrações Orçamentais Previsionais ..	59		
Receitas	59		
Despesas	60		
Plano Plurianual de Investimento	61		
Demonstrações Financeiras Previsionais ..	64		
Balanco	64		
Demonstração de Resultados	65		

✓
M-U



Índice de Figuras

Figura 1 Unidade de Intervenção de Santa Clara	28
Figura 2 Delimitação das 10 operações da ARU do CHP	30
Figura 3 Delimitação da ORU de Campanhã - Estação e respetiva ampliação.....	31
Figura 4 Delimitação da ARU da Corujeira e respetiva ampliação.....	32



Índice de Tabelas

Tabela 1: Tescuraria para 2022.....	46
Tabela 2: Despesas com Pessoal.....	50
Tabela 3: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços	51
Tabela 4: Despesas com Outros Encargos Financeiros.....	52
Tabela 5: Despesas com Impostos e Taxas	53
Tabela 6: Outras Despesas	53
Tabela 7: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana	54
Tabela 8: Contribuição para a Constituição do Ativo da Sociedade	55
Tabela 9: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas	60
Tabela 10: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas.....	61
Tabela 11: Plano Plurianual de Investimento.....	63
Tabela 12: Balanço Previsional 2022 – 2026	65
Tabela 13: Demonstração de Resultados Previsional 2022 – 2026.....	66



Índice de Plantas

Planta 1 ARU do CHPPM.....	23
----------------------------	----

✓
u



Lista de Abreviaturas

- AIIA** - Abordagens Integradas para a Inclusão Ativa
- ARU** - Área de Reabilitação Urbana
- BEI** - Banco Europeu de Investimento
- CCP** - Código dos Contratos Públicos
- CHP** - Centro Histórico do Porto
- CHPPM** - Centro Histórico do Porto Património Mundial
- CMP** - Câmara Municipal do Porto
- COVID-19** - Coronavírus SARS CoV 2
- CPMP** - Contrato Programa Celebrado com o Município do Porto
- DGPC** - Direção Geral do Património Cultural
- DMU** - Direção Municipal de Urbanismo da Câmara Municipal do Porto
- DRCN** - Direção Regional de Cultura do Norte
- ELH** - Estratégia Local de Habitação
- FEUP** - Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- GTEM** - Gabinete técnico de Engenharia e Manutenção
- ha** - Hectare
- IEFP** - Instituto de Emprego e Formação Profissional
- IHRU** - Instituto de Habitação e de Reabilitação Urbana, IP
- INE** - Instituto Nacional de Estatística
- MIPIM** - Exposição Marché International des Professionnels de l'Immobilier
- MP** - Município do Porto
- ORU** - Operação de Reabilitação Urbana
- PcS** - Programa Municipal "Porto com Sentido"

✓
M
U

PDM - Plano Diretor Municipal

PERU – Programa Estratégico de Reabilitação Urbana

PRR – Plano de Recuperação e Resiliência

Projeto Atlas.WH - Heritage in the Atlantic Area: Sustainability of the Urban World Heritage Sites

PVAI - Processo de Verificação e Aceitação de Imóveis

RE – Residência de Estudantes

RHSJA – Recursos Humanos e Suporte Jurídico-Administrativo

RJRU – Regime Jurídico da Reabilitação Urbana

RGPD – Regulamento Geral de Proteção de Dados

SIG - Sistema de Informação Geográfica

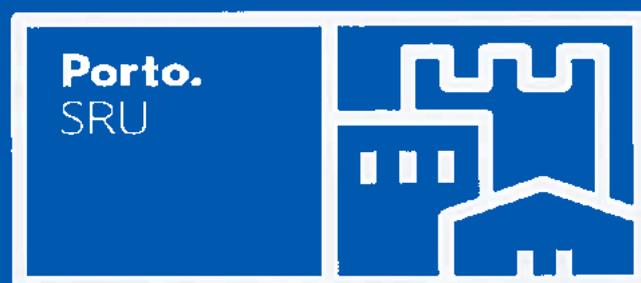
SRU - Sociedade de Reabilitação Urbana

UI - Unidade de Intervenção

UO - Unidade Orgânica

TI - Tecnologias de Informação

✓
u
u



I. Apresentação da Empresa

Introdução

O Município do Porto, em março de 2019, passou a ser o único acionista da Porto Vivo, SRU, com a alteração e ampliação do objeto social da empresa e o alinhamento com a estratégia definida pelo Município do Porto para a cidade.

A par das competências que já vinha executando, a Porto Vivo, SRU, é assim chamada ao desempenho de novas atribuições, inseridas na estratégia do Município para a cidade, consubstanciadas no seu objeto social, designadamente, coordenação, gestão, acompanhamento e avaliação das operações de reabilitação urbana para as quais seja designada entidade gestora, bem como, a reabilitação e a gestão dos edifícios do parque habitacional, identificados na estratégia municipal de habitação do Porto, vocacionados para o arrendamento a custos acessíveis e a promoção da reabilitação das habitações localizadas nas denominadas “ilhas” da cidade.

De acordo com estas atribuições, no decorrer do ano 2021, desenvolveu-se um conjunto de iniciativas e atividades destacando-se a colocação de habitações, no mercado de arrendamento acessível, ao abrigo do Programa Municipal “Porto com Sentido”, e ainda de habitações sob gestão/propriedade da Porto Vivo, SRU.

Com vista a aliar a reabilitação urbana à habitação a custos acessíveis, os dois focos de ação principal da Porto Vivo, SRU, foram criada a modalidade *Built to Rent* no âmbito do PcS, que visa a celebração de contratos-promessa de arrendamento de habitações em fase de projeto, em fase de construção ou reabilitação, para aumentar a curto-prazo a oferta de arrendamento acessível na cidade.

Na sequência do aumento de capital em espécie, operado em setembro de 2021, foram desenvolvidos estudos que visaram definir a estratégia de atuação sobre as Unidades Patrimoniais que incorporaram o património da Sociedade, direcionados também para ampliação da oferta de arrendamento acessível na cidade.

Em harmonia com o primeiro instrumento previsional definido para o período 2020-2024, o presente documento prevê dar continuidade à estratégia delineada, através da realização das atividades propostas que se apresentam no ponto II deste documento.

Missão e Competências

Missão

A Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A. tem como missão a promoção da reabilitação urbana na cidade do Porto.

Competências

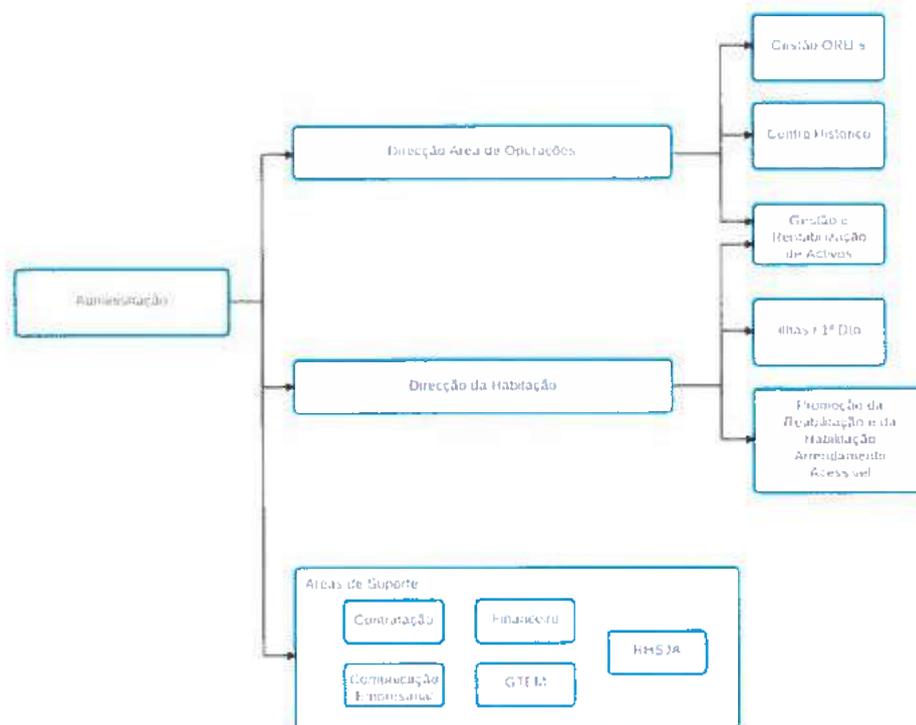
Para a prossecução do seu objeto e missão, compete à Porto Vivo, SRU:

1. Impor a obrigação de reabilitar e de realizar obras coercivas, nos termos do disposto na alínea a) do n.º 1 do artigo 54.º do Regime Jurídico da Reabilitação Urbana;
2. Recorrer à demolição de edifícios como instrumento de execução da reabilitação, nos termos do disposto na alínea c) do n.º 1 do artigo 54.º do RJRU;
3. Exercer o direito de preferência, nos termos do disposto na alínea d) do n.º 1 do artigo 54.º do RJRU;
4. Promover o arrendamento forçado como instrumento de execução da reabilitação, nos termos do disposto na alínea e) do n.º 1 do artigo 54.º do RJRU;
5. Elaborar projetos de delimitação de áreas de reabilitação urbana, de operações de reabilitação urbana ou de planos de pormenor de reabilitação urbana, sempre que para tal seja mandatada pelo Município e de acordo com os objetivos previamente definidos pela Câmara Municipal;
6. Adquirir, alienar ou onerar todos os imóveis necessários à execução das ORU na sua gestão, organizando e mantendo atualizado o seu cadastro de bens imóveis;
7. Regularmentar, organizar e executar os processos de aquisição, atribuição, alienação e cessação da ocupação dos prédios e frações sob a sua gestão;
8. Cobrar os valores devidos pela ocupação ou oneração dos prédios e frações sob a sua gestão e propor a fixação dos seus valores ao Município;
9. Executar as atividades de promoção da habitação que lhe sejam indicadas pelo Município;
10. Acompanhar e avaliar as ORU;
11. Prestar informação aos munícipes sobre programas de financiamento e medidas de apoio disponíveis para a reabilitação do seu património;
12. Exercer todas as atividades complementares e subsidiárias relacionadas com as anteriores ou outras que venham a ser atribuídas pelo Município do Porto, dentro do quadro de atribuições da sociedade;
13. Todas as demais competências delegadas no âmbito dos documentos estratégicos, das estratégias de reabilitação urbana ou dos programas estratégicos de reabilitação urbana sob a

sua gestão.

Organograma

Tendo em consideração a alteração do objeto social da Porto Vivo, SRU, em consequência da mudança dos seus Estatutos, bem como, o 2º aditamento ao contrato programa 2020-2024 e o aumento do capital social da Porto Vivo, SRU, tornou-se necessário alterar a estrutura organizacional da Sociedade por forma a dotá-la da capacidade de executar a sua Missão, conforme organograma apresentado.



Análise SWOT

Forças

Competências e Interdisciplinaridade do Capital Humano

A empresa dispõe de capital humano com competências específicas no processo de regeneração urbana, seu planeamento e monitorização, e na gestão do seu património imobiliário. Estas competências advêm da sua longa experiência nestas áreas, como também do conhecimento e das valências dos seus quadros, que poderão potenciar a interdisciplinaridade.

Entidade gestora das ORU da Cidade do Porto

Esta área, do ponto de vista estratégico, assume uma preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.

Experiência acumulada na regeneração urbana

A organização dispõe de uma vasta experiência que poderá, com as devidas adaptações, vir a ser utilizada na formulação de modelos de desenvolvimento e na implementação dos projetos estruturantes e dos eixos programáticos dos PERU das ORU, em que a Porto Vivo, SRU é, ou venha a ser, designada como entidade gestora.

Compromisso com os princípios de desenvolvimento sustentável

A Porto Vivo, SRU, tem vindo a implementar em todos os seus projetos medidas que visem a sustentabilidade ambiental, económica e social, assim como o cumprimento dos objetivos de desenvolvimento sustentável 2030.

Articulação estreita com os serviços do Município

As competências da Porto Vivo, SRU, são exercidas com maior articulação e em estreita colaboração com os serviços do Município, assegurando a prossecução dos interesses comuns e o alcance dos objetivos estratégicos definidos.

Administração proativa

Proximidade da administração aos colaboradores e stakeholders na busca de soluções.

Sistemas de Informação

No ano de 2021 foi feito um investimento na aquisição de programas e plataformas informáticas de monitorização e gestão dos trabalhos. Foram igualmente otimizados os sistemas de informação geográfica que são um suporte para o apoio à decisão. Estes sistemas de informação suportam todos os dados necessários à execução das atividades da empresa, de forma fidedigna e em tempo real. Simultaneamente permitem acompanhar o cumprimento dos indicadores e objetivos da Sociedade.

Fraquezas

Escassez de Recursos Humanos

A alteração do seu objeto social, por um lado, e do seu enquadramento legal, por outro, motivaram a necessidade, já concretizada durante o ano de 2021, de uma reorganização interna por forma a possibilitar a execução operacional da missão da empresa, bem como o cumprimento do dever de planeamento das atividades e de reporte no contexto de uma empresa municipal. Esta reorganização interna envolveu a



Handwritten signature and checkmarks.

reafecção de recursos humanos internos, que se encontravam afetos à gestão urbanística, a novas funções, cujas competências são afins. Apesar desta reorganização e reafecção, é previsível que possa acentuar-se a necessidade de contratação de colaboradores, o que será ponderado no futuro próximo.

Tecnologias de Informação em adaptação

Face ao esforço já desenvolvido, designadamente através da renovação do parque informático, da implementação do sistema de gestão documental, totalmente desmaterializado, renovação do site, promoção de plataformas de candidatura on-line, plataforma de gestão de cadastro, existe ainda um caminho a percorrer no que concerne a TI. De facto, apesar de se ter iniciado a renovação de a infraestrutura tecnológica, nomeadamente a nível de redes, o facto de ainda não estar concluída é uma restrição natural à evolução necessária dos sistemas de informação de gestão e armazenamento de informação com segurança e fiabilidade. Não desconsiderando a evolução registada em 2021 nesta área será necessário, em 2022, dar continuidade à promoção de soluções que permitam a evolução da área digital da empresa.

Oportunidades

Designação da Porto Vivo, SRU, entidade gestora das ORU da Cidade do Porto

Esta área, do ponto de vista estratégico, assume uma preponderância pelo facto de se tratar de territórios da cidade com forte necessidade de desenvolvimento social, económico e ambiental nos quais a Porto Vivo, SRU, poderá, socorrendo-se da experiência acumulada, desempenhar um papel único na dinamização da regeneração urbana.

Aposta do Município do Porto na continuidade das políticas de arrendamento a custos acessíveis

A aposta do Município do Porto no arrendamento acessível, seja incentivando o mercado privado de arrendamento através do Programa Municipal Porto com Sentido, seja pela afetação, a este segmento para a classe média, de património próprio, constituiu uma orientação clara da estratégia do Município de promoção de novas formas de (re)habitar a cidade. A competência estatutária da Porto Vivo, SRU, permite encarar este desafio como uma oportunidade de contribuir, a par das outras empresas municipais, para o aumento de oferta de habitação, valor essencial para o aumento do bem-estar da população residente.

Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)

No âmbito do PRR - Programa de Apoio ao Acesso à Habitação - o 1.º Direito pretende dar resposta às várias carências habitacionais, exigindo uma abordagem integrada e participativa, que promova a inclusão social e territorial, a concretizar através de uma nova figura de governação e planeamento estratégico, tendo em conta o estabelecido na Estratégia Local de Habitação (ELH) no município do Porto. A Porto Vivo, SRU, pretende utilizar estes apoios financeiros para alavancar o objetivo estabelecido na ELH no que

concerne a criar melhores condições de vida nos núcleos degradados (ilhas) para os diversos agregados familiares, até 2025.

Transformação do território em larga escala (ARU de Campanhã-Esção e da Corujeira)

Os PERU das ARU de Campanhã-Esção e da Corujeira são uma oportunidade de transformação em larga escala do território da zona oriental da cidade, potenciando a sua integração plena na cidade, a qual passará a ter uma unidade e coerência estendida a todo o território municipal, minimizando barreiras que hoje são sentidas nestas áreas, atualmente mais carenciadas e deprimidas.

Ameaças

Projetos de longo prazo expostos à conjuntura económica

A natureza dos projetos desenvolvidos implica ciclos longos de produção e de exploração, também sujeitos a alterações das políticas municipais.

A incumbência estatutária da Porto Vivo, SRU, no âmbito do arrendamento acessível aumenta a exposição da empresa à variação de ciclo económico. Contudo, este é um risco necessário para que a empresa possa prosseguir a sua missão.

Escassez de recursos económicos

Para dar resposta às novas atribuições da empresa a organização necessita de um aumento de receita que permita realizar as intervenções necessárias no parque habitacional que se encontra sob a sua gestão.

Concorrência por parte de outros territórios na atração de investimento

A cidade do Porto concorre com outros Municípios com uma escala territorial maior. A competitividade assenta na qualidade e centralidade que produz um efeito de atração gerado pelos impactos positivos da “ideia de habitar” na cidade. Contudo, esta dinâmica não é despercebida por parte de outros territórios que farão esforços para a contrariar.

Impacto da pandemia de SARS-CoV-2

A incerteza perante o desenvolvimento da pandemia do novo coronavírus SARS-CoV-2 leva a um planeamento prudente da atividade da Sociedade. Em causa está o previsível aumento do custo de construção perante a subida do custo dos materiais no mercado internacional e escassez de mão de obra, que caso se mantenha por período continuado terá impacto na atividade da construção.

Instabilidade do quadro legislativo

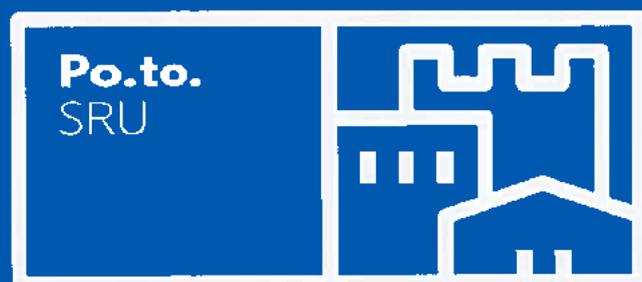


M
✓
4

A atividade da Porto Vivo, SRU, depende da estabilidade legislativa, nos vários domínios da respetiva área de intervenção. Possíveis alterações, designadamente, em matéria de políticas de habitação e de incentivos fiscais e dos apoios ao investimento podem retrair regeneração urbana do território.



Handwritten signature and checkmark



II. PLANO DE ATIVIDADES PARA 2022

Eixos Estratégicos para 2022

Decorrente da revisão dos estatutos realizada em 2019 que ditou a formulação da estratégia adotada no planeamento das atividades da Porto Vivo, SRU, e consequente definição dos respetivos eixos estratégicos, damos continuidade no presente documento - "Instrumentos Previsionais 2022-2026" - ao seu reporte, com as devidas atualizações.

Planeamento para 2022

[E1] ORU Centro Histórico

O projeto de Delimitação da Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico do Porto, em instrumento próprio, elaborado em 2012 à luz do Regime Jurídico de Reabilitação Urbana, instituído pelo Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, foi aprovado pela Assembleia Municipal do Porto em 4 de junho e publicado em Diário da República através do Aviso n.º 9562/2012 de 12 de julho.

Os limites da área de reabilitação urbana do CHP incluem toda a área no Município do Porto classificada pela UNESCO em 1996 como Património Mundial, encontrando-se representada na seguinte planta.



Planta 1 ARU do CHPPM

A Porto Vivo, SRU, foi designada entidade gestora da ORU do CHP, em 8 de julho de 2019, por deliberação da Assembleia Municipal do Porto.

A ARU do CHP para além de uma caracterização do território, em termos de edificado, espaço público, população residente, atividade económica, equipamentos, contém um programa estratégico, que define princípios de atuação e objetivos estratégicos, estabelecendo prioridades, apoios e incentivos, e uma estimativa orçamental, com uma programação temporal de 15 anos (terminando em 2027).

Relatório de Monitorização da ORU do “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar”

As entidades gestoras das ORU devem elaborar relatórios de monitorização da operação de reabilitação em curso, os quais devem ser submetidos à apreciação da Assembleia Municipal.

O território da ARU CHP corresponde ao território do sítio classificado como Centro Histórico do Porto Património Mundial. A Porto Vivo, SRU, no âmbito do acompanhamento do Plano de Ação inserido no Plano de Gestão, tem feito uma monitorização contínua do Bem¹, nomeadamente, no que respeita aos projetos em curso, ao estado de conservação, ocupação e usos do edifício.

Em 2020, para dar cumprimento ao dever estatuído no art.º 20.º-A, do RJRU, estava prevista a elaboração do relatório de monitorização da ORU do CHP, que teria por base o sistema de monitorização que resultaria do novo “Plano de Gestão e Sustentabilidade”. Contudo, dados os constrangimentos resultantes das medidas preventivas e de combate à doença COVID-19 adotadas a nível municipal, provocou um atraso na conclusão do novo Plano de Gestão e Sustentabilidade e, por conseguinte, no sistema de monitorização associado. Desta forma foi adiado para 2021 a elaboração do referido relatório, no âmbito das atuais competências, em cumprimento daquela obrigação, que reportará a operação sistemática de reabilitação urbana em curso na ARU CHP.

O último relatório de monitorização da ARU CHP reporta ao período compreendido entre 13 de julho de 2012 e 31 de dezembro de 2013. Assim, em 2021 e conforme previsto foi apresentado um relatório com informação que compreende o período de 2014 até ao presente ano civil.

Este relatório incorpora todo um trabalho anual que tem vindo a ser elaborado no âmbito da gestão e monitorização do CHPPM, bem como o diagnóstico efetuado para a elaboração do novo Plano de Gestão e Sustentabilidade. Este diagnóstico contou com contributos das diversas Direções e Empresas Municipais, bem como de entidades sediadas no CH, que desenvolvem atividades no CH, ligadas à cultura e ao turismo.

Objetivos e Atividades

Tendo como objetivo dar continuidade ao trabalho de gestão da ORU do CHPPM, bem como, atualizar o último relatório de monitorização e avaliação, será necessário desenvolver as seguintes atividades:

1. Atualizar os indicadores que permitam dar continuidade à avaliação do estado da ORU, do investimento público e privado;
2. Atualizar a cartografia e tabelas de monitorização.

¹ Atribuição dada pela UNESCO.



3. Identificar os proprietários dos prédios em mau estado de conservação ou ruína e verificar os problemas inerentes à impossibilidade de reabilitação e elaborar propostas de resolução;
4. Identificar, caracterizar e promover a resolução de problemas existentes no espaço público, em colaboração com as diferentes Direções e Empresas Municipais;

Plano de Gestão e Sustentabilidade para o “Centro Histórico, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar”

O Plano de Gestão do Centro Histórico do Porto Património Mundial foi apresentado publicamente pela Câmara Municipal do Porto, em conjunto com a Porto Vivo, SRU, em 5 de dezembro de 2008. O referido documento apresenta uma exaustiva análise do Bem classificado, reporta uma listagem das suas potencialidades, ameaças ao seu estado de conservação e assinala um conjunto de oportunidades e soluções que permitem o desenvolvimento sustentável do território procurando uma visão que garanta a sua vitalidade a longo prazo.

Nos termos definidos pela UNESCO, o documento pressupõe a existência de um Plano de Ação que visa a atualização e manutenção de todo o processo de recolha, análise e diagnóstico do sistema de monitorização, tendo por missão:

“Proteger, Preservar, Valorizar e Promover o Centro Histórico do Porto Património Mundial, Expressão Física da Natureza Universal da Criatividade Humana, Coração e Alma da Cidade, Fonte de Vida e Inspiração das Gerações Atuais e Futuras.”, (Câmara Municipal do Porto, 2008, p.152)

Refira-se a título informativo que o CHP, passou-se a designar “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar”, na 40.ª sessão do Comitê do Património Mundial (Istambul/Paris, 2016), tendo sido aprovada a declaração retrospectiva do “Valor Universal Excepcional” deste Bem.

Em 2015, decorrente da avaliação periódica realizada pela UNESCO, foi estabelecido o “Plano de Ação de Helsínquia” que visa identificar e proteger o “Valor Universal Excepcional” de cada Bem, garantir a gestão efetiva dos bens património mundial e incrementar a consciência sobre a Convenção do Património Mundial.

Em 2018, o Município do Porto² em conjunto com as cidades europeias de Santiago de Compostela, Bordéus, Florença e Edimburgo, que possuem centros históricos inscritos na lista de património mundial, estabeleceram uma parceria com vista à concretização de um projeto comum designado “Atlas-WH - Heritage in the Atlantic Area: Sustainability of the Urban World Heritage Sites”³.

² Em alinhamento com o preconizado no “Plano de Ação de Helsínquia”, bem como à recomendação da UNESCO para as Paisagens Históricas Urbanas.

³ Financiado através do programa INTERREG Espaço Atlântico, o projeto visa a cooperação transnacional e, neste caso específico, no âmbito do Património Natural e Cultural.

No âmbito desta candidatura, o Município contratou a Porto Vivo, SRU, para assessorar o MP na implementação do projeto.

No âmbito deste projeto estava previsto, para 2020, a elaboração do Plano de Gestão e de Sustentabilidade para o “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar. Contudo, a declaração do Estado de Emergência⁴ bem como das medidas preventivas e de combate à doença COVID-19 adotadas a nível municipal, impossibilitou, de forma temporária, o cumprimento integral do contrato. Atendendo que esta restrição foi verificada igualmente nas cidades dos parceiros do projeto, houve da parte do *Interreg Atlantic Area* duas extensões do prazo. A primeira prorrogou o prazo até maio de 2021, e posteriormente houve uma segunda extensão de mais 2 meses, tendo-se concluído as atividades do projeto em julho de 2021.

Assim, e no âmbito do Atlas.WH, foi concluída em 2021 a proposta do novo Plano de Gestão e Sustentabilidade, que se encontra pendente da validação por parte das entidades competentes, nomeadamente o MP, a Direção Geral do Património Cultural, e da UNESCO.

Objetivos e Atividades

Com o objetivo de divulgação e preparação da implementação do novo Plano de Gestão e de Sustentabilidade para o “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar” e, após a sua validação, prevê-se desenvolver as seguintes atividades:

1. Divulgar o Plano de Gestão e de Sustentabilidade para o “Centro Histórico do Porto, Ponte Luiz I e Mosteiro da Serra do Pilar”, através da participação em encontros, seminários ou outras sessões públicas;
2. Atualizar o sistema de monitorização e avaliação, inserindo as orientações que resultarem da metodologia do novo plano.
3. Implementar e monitorizar o Plano de Ação aprovado no Plano de Gestão e de Sustentabilidade.

Informações Adicionais

O trabalho de monitorização previsto no Plano de Gestão constitui uma base que permitirá efetuar os relatórios periódicos solicitados pela UNESCO, e contribui ainda para a atualização da informação da ORU do CHPPM.

⁴ Com fundamento na verificação de uma situação de calamidade pública, proferida através do Decreto do Presidente da República n.º 14 A/2020 de 18 de março, renovado através do Decreto do Presidente da República n.º 17 A/2020, de 2 de abril, e do Decreto do Presidente da República n.º 20 A/2020, cuja execução foi concretizada através do Decreto n.º 2 A/2020, de 20 de março.

Unidade de Intervenção de Santa Clara

Santa Clara é uma das sete suboperações da ARU CHP e, por isso, incluída nas dinâmicas de transformação, reabilitação e revitalização deste território, apresentadas tanto no relatório da Delimitação da ARU CHP como no Plano de Gestão do CHPPM. Contudo, apesar das dinâmicas favoráveis que se registaram nos últimos anos no CHP, Santa Clara não tem sido, até hoje, atrativa ao investimento privado de forma evidente.

Em 2016, o Porto juntou-se à rede 2ND CHANCE, do programa URBACT III, com vista a desenvolver o projeto denominado *Waking Up the Sleeping Giants*, cujo objetivo era o de criar modelos de reativação de grandes edifícios devolutos. O Porto optou por refletir sobre a revitalização de um território urbano constituído por diversas pequenas unidades edificadas que, no seu todo, geram um território consolidado e contínuo.

Surge, neste contexto, o Plano Integrado de Ação Local de Santa Clara, concluído em abril de 2018, que servirá de base à delimitação da UI de Santa Clara. Este instrumento irá promover um desenvolvimento urbano harmonioso através de uma execução coordenada dos planos aprovados, potenciará parcerias com agentes privados, com ganhos de eficácia, e, deverá promover a justa repartição de benefícios e encargos pelos proprietários envolvidos.

A delimitação da UI de Santa Clara abrange uma área de aproximadamente 13.335 m², na qual cerca de 51% é espaço construído e uma área bruta e construção de 15.397,88 m² distribuída pelos 47 edifícios, das 54 parcelas existentes, nos cinco quarteirões alvo desta intervenção.

Handwritten signature and checkmark.

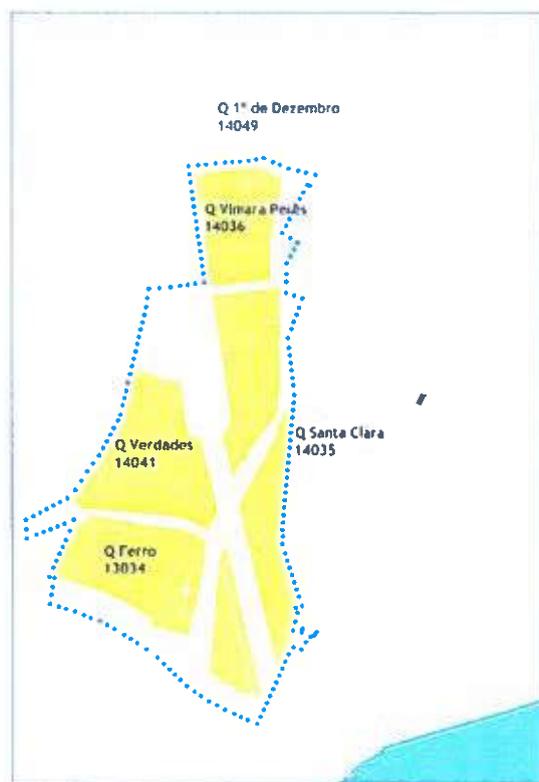
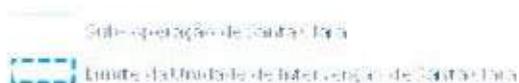


Figura 1 Unidade de Intervenção de Santa Clara



Em 2020, na área delimitada, 55% do edificado encontrava-se em ruína ou mau estado de conservação e 67% dos imóveis estavam devolutos e nos restantes residiam apenas 53 habitantes. Em termos de propriedade 67% é totalmente privada¹ e 17% é mista², o que torna esta operação de reabilitação muito complexa.

Acresce a incapacidade financeira de proprietários para promover, por si, a reabilitação do edificado e, quando esta reabilitação é realizada, o aumento das rendas leva a que os inquilinos, economicamente frágeis, tenham de abandonar as suas habitações.

Por outro lado, também está evidenciado o interesse público de garantir uma acessibilidade mais fácil entre Santa Clara e a sua envolvente, e de dinamizar melhores e mais proficuas utilizações nas propriedades municipais (dois edifícios e três terrenos), com grande potencial para melhorar o espaço público, criar um espaço de lazer fomentando o convívio da comunidade e promovendo mais qualidade de vida.

¹ Pertencente a vários proprietários, incapazes de intervir por dificuldades financeiras e incapacidade de organização, ou de o alienar por condicionaisismos administrativos.

² Propriedade privada e do Estado (Hospital de Stº António)

Para que Santa Clara possa dar resposta ao que o Município ambiciona para o CHPPM, é crucial encontrar mecanismos impositivos de intervenção no edificado, que poderão ser ativados nos casos em que se verifique inação dos proprietários, permitindo a substituição destes pela autoridade pública.

Assim, dar-se-á continuidade às atividades e objetivos que foram programados para 2021, que revelaram a necessidade de fazer um estudo mais extenso e aprofundado desta área, que se terá assim de prolongar para o ano de 2022.

Objetivos e Atividades

Tendo por objetivo iniciar o processo de reabilitação da UI de Santa Clara, cuja aprovação da proposta de delimitação poderá ocorrer apenas em 2022, prevê-se desenvolver um conjunto de atividades, que se devem se estender pelo triénio de 2023-2025:

1. Concluir e submeter à aprovação da UI;
2. Coordenar e executar as várias ações propostas;
3. Promover a reabilitação junto dos proprietários e da comunidade local, e realizar acordos de reabilitação com os mesmos;
4. Continuar a apoiar aos proprietários e moradores na concretização dos processos de reabilitação e de realojamentos;
5. Promover a execução das expropriações necessárias à concretização da reabilitação de edifícios;
6. Acompanhar o Projeto do Jardim e da Viela das Indulgências;
7. Acompanhar o Projeto do Espaço Público (vias);
8. Acompanhar o Projeto do elevador;
9. Elaborar o projeto de arquitetura do emparcelamento proposto para as parcelas H08 e H09 sitas na Av. Vimara Peres;
10. Realizar de reuniões de sensibilização com os moradores, proprietários e instituições;
11. Promover e acompanhar a criação da associação local.

Projeto Morro da Sé

A concentração de um conjunto de imóveis⁷ classificados ou de valor patrimonial numa área territorial restrita, elegem este território com uma importância relevante no conjunto patrimonial do CHP.

O Morro da Sé é uma das 10 operações do Plano de Gestão do CHPPM.

⁷ De que são exempto a Sé, o Paço Episcopal, a Igreja de S. Lourenço, a Casa do Dr. Domingos Barbosa/Casa Museu de Guerra Junqueiro, a Casa do Beco dos Redemoínhos, a Capela do Senhor dos Passos, a Ponte de D. Luiz I, o Chalariz da Rua Escura, as Muralhas de D. Fernando.

Em julho de 2006, a Porto Vivo, SRU, elaborou o Programa de Reabilitação Urbana do Morro da Sé e, a partir de 2008, esta área contou com dois programas para a sua regeneração urbana:

- I. Programa de Ação para a Reabilitação Urbana do Morro da Sé_CH.1;
- II. Programa de Realojamento, financiado pelo BEI através do IHRU.



Figura 2 Delimitação das 10 operações da ARU do CHP

Em 2021 tal como estava previsto deu-se continuidade à empreitada da operação D, localizada na UI Seminário, com a execução de três projetos distintos, abrangendo um total de cinco edifícios, para habitação e comércio, no total de 14 frações habitacionais e quatro frações comerciais, que estarão concluídas no final de 2022, o que permitirá aumentar a oferta pública de arrendamento acessível na cidade.

Objetivos e Atividades

Com o objetivo de dar continuidade ao processo de reabilitação do Morro da Sé, a Sociedade prevê:

1. Concluir a empreitada da operação D, localizada na UI Seminário;
2. Alienar com vista à respetiva reabilitação as parcelas do quarteirão da Banheira destinadas à instalação de uma RE, e as parcelas do quarteirão dos Pelames destinadas à instalação de uma unidade de Alojamento Turístico, em cumprimento do respetivo Documento Estratégico.
3. Continuar a estabelecer contactos com os proprietários de edifícios privados do Morro da Sé ainda por reabilitar, no sentido de avaliar os impedimentos ou constrangimentos que impossibilitaram a execução de obras.

[E2] Operações de Reabilitação Urbana – ORU

Operação de Reabilitação Urbana Campanhã – Estação e Operação de Reabilitação Urbana Corujeira

Em 25 de maio de 2015, foi aprovada por deliberação da Assembleia Municipal do Porto a delimitação da ARU de Campanhã – Estação tendo sido tornada pública pelo Aviso n.º 6330/2015, publicada na 2.ª série do DR de 8 de junho de 2015.

A ARU sofre uma nova delimitação, no decurso da elaboração do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana para a definição da ORU passando a abranger um território com 143 ha, e a ter os seguintes limites:

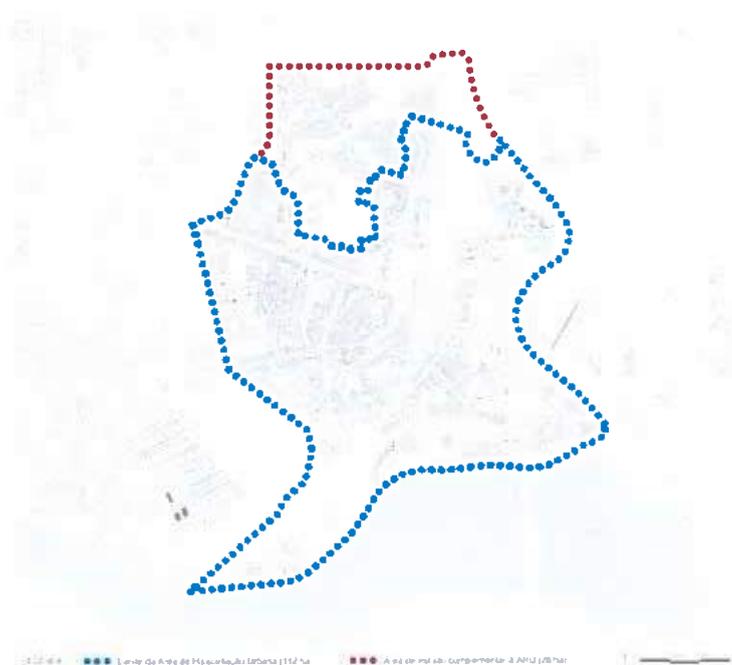


Figura 3 Delimitação da ORU de Campanhã – Estação e respetiva ampliação

Com o PERU de Campanhã – Estação, pretende-se que o investimento público induza e catalise o investimento privado em reabilitação⁴.

A caracterização e o diagnóstico do território da ARU de Campanhã – Estação, nos quais se fundamenta o respetivo Programa Estratégico, foram elaborados entre 2015 e 2016. A Porto Vivo, SRU, foi designada

⁴Essencialmente intervenções no espaço público e num conjunto de projetos públicos âncora, dos quais se destacam o Terminal Intermodal Rodoviário e Interface de duas frentes de Campanhã.

como entidade gestora da ORU Campanhã – Estação, em 8 de julho de 2019, por deliberação da Assembleia Municipal do Porto.

Atendendo à dinâmica territorial, no intervalo entre o estudo e a designação da entidade gestora existiram certamente alterações das condicionantes que presidiram à elaboração do PERU, o que levou a Sociedade a fazer um profundo trabalho de atualização e monitorização do território.

Em 19 de março de 2018, foi aprovada a delimitação da ARU da Corujeira por deliberação da Assembleia Municipal do Porto, tendo sido tornada pública pelo Aviso n.º 4428/2018, publicado na 2.ª série do DR de 4 de abril de 2018.

À semelhança do que aconteceu na ARU de Campanhã – Estação, verificou-se a necessidade de alargar, a delimitação do território abrangido pela ARU da Corujeira, passando a abranger um território com 262 ha.

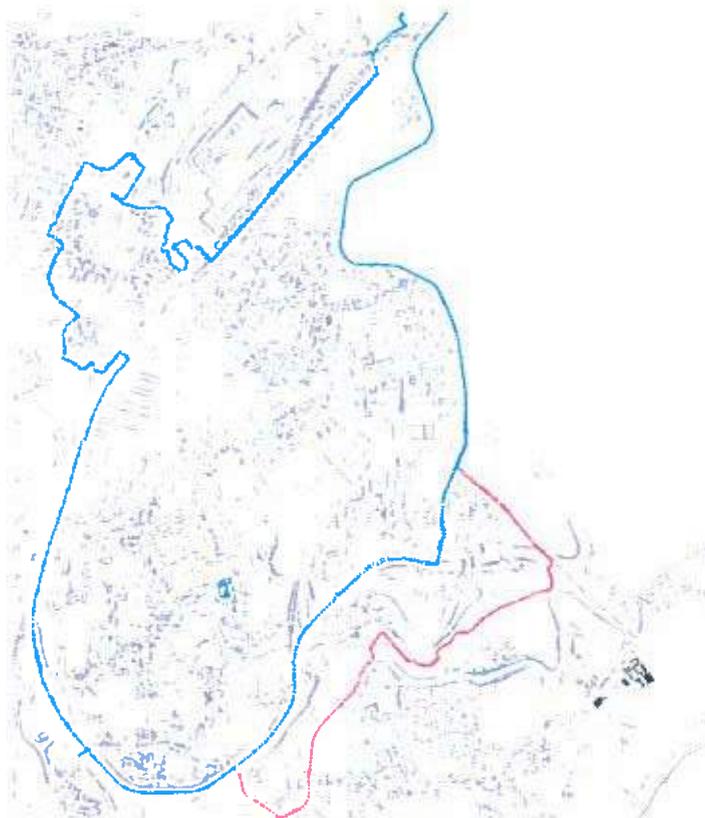


Figura 1 Delimitação da ARU da Corujeira, incluindo a respetiva ampliação.

A ORU da Corujeira, foi aprovada por instrumento próprio, por deliberação da Assembleia Municipal, de 14 de outubro de 2019, tendo sido designada a Porto Vivo, SRU, como entidade gestora.

M ✓
4

A partir da designação, foi iniciado um processo de análise documental e conhecimento do território da ARU da Corujeira e da respetiva ORU, por forma a planear e programar a futura intervenção.

Objetivos e Atividades

Os objetivos identificados para desencadear procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU com a delimitação da ARU de Campanhã – Estação são:

1. Melhorar as condições habitacionais e de bem-estar dos atuais residentes, contribuindo para o reforço da atratividade residencial;
2. Estruturar o território e requalificar os tecidos urbanos;
3. Dinamizar as atividades económicas e induzir um novo polo de criatividade urbana;
4. Renovar a imagem da zona oriental desenvolvendo iniciativas e projetos inovadores;
5. Implementar um modelo de intervenção integrado eficiente e participado.

Os objetivos identificados para desencadear procedimentos de reabilitação do edificado degradado, envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU com a delimitação da com a delimitação da ARU Corujeira são:

1. Qualificar e tornar mais inclusivo este território, melhorando as condições de vida e de bem-estar da população residente e reforçando a sua capacidade de atrair e fixar novos habitantes, utilizadores e visitantes;
2. Promover a interação territorial, socioeconómica e cultural com a restante cidade, anulando efeitos de segregação espacial e de estigmatização;
3. Atrair atividades económicas, sociais e culturais, criando um novo polo funcional;
4. Envolver os atores locais em torno de uma estratégia de atuação clara e fomentar complementaridades e sinergias entre as intervenções.

Para dar cumprimento aos objetivos acima descritos, a Sociedade prevê desenvolver as seguintes atividades:

1. Promover, nos termos previstos do RJRU, a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína;
2. Promover a identificação dos proprietários dos edifícios em mau estado de conservação ou ruína;
3. Promover reuniões com proprietários visando a otimização de modelos de intervenção no contexto da reabilitação dos imóveis;
4. Promover o diálogo com os proprietários e intermediação com parceiros/ investidores para a reabilitação;

5. Acompanhar a execução dos projetos estruturantes no espaço público, bem como a respetiva programação, contribuindo para o cumprimento do PERU por forma a permitir monitorizar o atualizar a programação de ações;
6. Atualizar o diagnóstico do estado de conservação do edificado identificado como mau estado de conservação e ruína, designadamente, através de levantamentos de acompanhamento para aferir eventuais alterações com base em submissão de projetos de licenciamento ou obtenção de alvarás de construção ou mesmo à realização de obras;
7. Acompanhar as dinâmicas das comunicações para efeitos de exercício de direitos de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas, permitindo aferir a sua evolução no tempo e a relação desta com a concretização progressiva das ações;
8. Promover a articulação entre as soluções contidas no PDM e as ações constantes do programa estratégico;
9. Implementar o plano de comunicação, visando obter e integrar a participação de moradores, proprietários, agentes económicos e associações locais, por forma a garantir a adesão de soluções de reabilitação, nomeadamente através da realização dos eventos e atividades que constam neste;
10. Criar material de apoio para eventos e atividades contempladas no plano de comunicação;
11. Criar modelos de negócio para os imóveis da Porto Vivo, SRU, com determinação de rentabilidades estimadas, para implementação de parcerias com entidades investidoras;
12. Realizar vistorias nos edifícios em estado de conservação mau ou ruína no âmbito do Art. 54º do Dec. Lei 307/2009;
13. Gerir, monitorizar e acompanhar o processo de candidatura ao Programa 1º Direito relativo ao projeto Ilhas da Lomba, composto por 6 ilhas, cujo estudo foi elaborado no ano de 2021, no âmbito do Programa AIIA.

[E3] Habitação para Arrendamento a Rendas Acessíveis

Uma das apostas do Município do Porto é a de promover soluções habitacionais destinadas a pessoas com rendimentos intermédios que, não se enquadrando no regime de arrendamento apoiado, também não conseguem suportar as rendas praticadas no mercado livre. As opções de política envolvem um espectro alargado de soluções que vão desde o investimento público, à captação para o mercado de Arrendamento Acessível de habitações que estejam devolutas e prontas a habitar, ou na modalidade “build to rent”, em fase de projeto ou mesmo em fase de obra.

A Porto Vivo, SRU, é, estatutariamente, a entidade que tem por missão concretizar a política municipal de reabilitação urbana, bem como a política municipal de desenvolvimento da habitação em regime de

arrendamento acessível. No que diz respeito ao mercado de arrendamento acessível, está estabelecido que a Sociedade deverá atuar da seguinte forma:

- a) Dar e manter em arrendamento as habitações de que é proprietário e as que venham a ser colocadas sob sua gestão;
- b) Participar em programas Municipais de habitação para arrendamento a custos acessíveis, designadamente o Programa Municipal "Porto com Sentido" (Programa PcS);
- c) Promover a reabilitação de edifícios do parque habitacional municipal cuja propriedade venha a ser transferida para a Sociedade e que se destinam a este tipo de arrendamento.

Objetivos e Atividades

Com o objetivo de aumentar a oferta de habitações em arrendamento acessível, prevê-se desenvolver as seguintes atividades:

1. Dar continuidade à política de atribuição da habitação em regime de arrendamento acessível dos imóveis do património da Sociedade que atualmente se encontram disponíveis ou que venham a estar disponíveis e os que foram ou venham a ser colocados pelo Município na sua gestão⁹.
Esta atividade compreende a promoção, coordenação e gestão de procedimentos de concurso. Desde outubro de 2020 que a Porto Vivo, SRU, disponibiliza aos candidatos do arrendamento acessível, uma plataforma eletrónica para submissão de candidaturas, que tem vindo a ser objeto de um processo de melhoria contínua, com vista à automatização das várias fases do procedimento de concurso. A atividade de promoção de concursos de arrendamento acessível, assenta e depende duma eficaz gestão do cadastro de bens imóveis da Porto Vivo, SRU. Nesse âmbito foi adquirida uma plataforma de gestão de cadastro e manutenção "eSigma", tendo-se dado início à fase de carregamento de todos os objetos e atributos dos imóveis de propriedade ou sob gestão da Porto Vivo, SRU, a partir do terceiro trimestre de 2021;
2. A gestão e encerramento do concurso lançado em 2021, com vista à celebração de contratos promessa de arrendamento de 200 imóveis em construção ou reabilitação;
3. A realização de um concurso para seleção de 250 habitações privadas, constituindo-se o Município do Porto como arrendatário, para posterior colocação no mercado de arrendamento acessível;
4. A realização de sessões de divulgação do Programa em conjunto com parceiros institucionais;
5. A gestão de contratos de subarrendamento, bem como o respetivo recebimento da rendas e consequente transferência dos valores recebidos para o Município;

⁹ Durante 2021, foi celebrado o 2.º aditamento ao Contrato Programa da Porto Vivo, através do qual o Município transferiu para a gestão da Porto Vivo, SRU um conjunto alargado de imóveis (aproximadamente 200 unidades patrimoniais).

Handwritten marks: a checkmark and the letter 'u'.

6. Participar na gestão do processo de reabilitação do conjunto de imóveis propriedade da Porto Vivo, nomeadamente daqueles que foram incorporados na sua esfera patrimonial em 2021, por aumento do capital social⁵.

[E4] Projeto "Ilhas" da Cidade

Desde alteração dos estatutos da Porto Vivo, SRU, por deliberação a Assembleia Geral de 6 de março de 2019, a reabilitação das habitações localizadas nas denominadas "ilhas" da cidade passou a fazer parte do respetivo objeto social.

Na prossecução desta atribuição, a atividade da Porto Vivo, no decurso de 2021, tem estado fundamentalmente centrada na execução da atividade III 7 — "PROGRAMA ESTRATÉGICO "AS ILHAS DO PORTO": ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS PARA A REGENERAÇÃO HABITACIONAL DAS "ILHAS" DO PORTO" que faz parte da candidatura ao aviso do Portugal 2020 - Abordagem Integrada para a Inclusão Ativa, NORTE 07-4234-FSE 000012 e cuja reprogramação foi autorizada para 1 de abril de 2022.

Este projeto permitiu definir estratégias específicas para as ilhas do Porto que resultam na definição de orientações espaciais estratégicas, especificando modelos de intervenção, promovendo e gerindo potenciais investimentos, quer de natureza infraestrutural quer imaterial, identificando ainda os respetivos instrumentos de financiamento que permitam assegurar a operacionalização das estratégias e das condições de intervenção nas ilhas do Porto.

No que concerne à definição de modelos estratégicos de intervenção, foram efetuados levantamentos físicos e sociais de cerca de 20 ilhas na Unidade de Intervenção da Lomba, estando atualmente delineadas as respetivas propostas de reabilitação.

Relativamente aos modelos de financiamento, foram elaboradas e submetidas ao 1.º Direito - Programa de apoio ao acesso à habitação" (DL n.º 37/2018, de 04 de junho), três candidaturas para reabilitação de três ilhas do Porto, elaboradas em conformidade com um dos modelos de intervenção. A aprovação será importante também, como incentivo para a submissão de novas candidaturas para reabilitação de outras ilhas a este programa de apoio ao acesso à habitação.

Além de outras situações em estudo, por solicitação dos proprietários, temos em análise cerca de 10 situações relativas a ilhas e casas localizadas em ilha cujos proprietários manifestaram o seu interesse em reabilitar conforme os modelos descritos e que cumprem o objetivo de aumentar o parque de habitação privada a custos controlados no município.

Até ao termo do prazo do "PROGRAMA ESTRATÉGICO "AS ILHAS DO PORTO": ESTRATÉGIAS ESPECÍFICAS PARA A REGENERAÇÃO HABITACIONAL DAS "ILHAS" DO PORTO, os modelos de reabilitação que poderão ser replicados na reabilitação da grande maioria das ilhas do Porto estarão concluídos para ser submetidos ao programa de financiamento acima referido, o que permitirá que os proprietários reabilitem as respetivas ilhas, criando condições de habitações dignas aos respetivos habitantes.



Handwritten signature and checkmark.

Objetivos e atividades

Com o objetivo de dar continuidade ao processo de regeneração habitacional das Ilhas do Porto, prevê-se desenvolver as seguintes atividades:

1. No primeiro trimestre de 2022, há que concluir a atividade, designadamente, no que respeita à produção e elaboração de todos os materiais de divulgação, para que possa servir de base a futuras intervenções, assim como dar apoio à operacionalização do projeto da Lomba.
2. Concomitantemente, será feito um estudo aprofundado sobre as 14 ilhas da UI da Lomba, cujos levantamentos físicos e sociais foram concluídos, no sentido de averiguar quais delas reúnem condições para serem submetidas ao programa 1º direito. Após a conclusão desse estudo será feita uma proposta de intervenção para conclusão das eventuais candidaturas ao programa 1º direito a apresentar no segundo trimestre.
3. No terceiro e quarto trimestres, serão feitos novos levantamentos físicos e sociais das demais ilhas da cidade dentro da ORU de Campanhã-Estação.
4. Sem prejuízo deste planeamento, a UO fará acompanhamento de todos os pedidos de proprietários privados de Ilhas da cidade, designadamente, por via da disponibilização de atendimento técnico e assistência de instrução de eventuais candidaturas.

Outras Unidades de Intervenção

Parcela 14 do Quarteirão de Carlos Alberto

Durante o ano de 2020 foi desenvolvido o projeto de arquitetura e respetivo projeto de execução da parcela 14 do Quarteirão de Carlos Alberto, tendo sido lançada a empreitada de obra pública durante 2021, que decorre atualmente, estimando-se que fique concluída no final de 2021. Da empreitada em curso resultarão três habitações e uma fração comercial que serão colocadas no mercado de arrendamento acessível.

Parcela 6 do Quarteirão de Carlos Alberto

Foi concluída em 2021 a revisão dos projetos de especialidades. Está previsto o lançamento do procedimento de contratação da empreitada de reabilitação no primeiro trimestre de 2022, prevendo-se a conclusão da empreitada no final de 2023. Desta empreitada resultarão três habitações e uma fração comercial, que integrarão o programa de arrendamento acessível.

Outras Unidades Orgânicas

As atividades apresentadas no ponto II, relativas aos diferentes eixos estratégicos assumidos pela Sociedade, são complementadas pelas ações das restantes UO da Porto Vivo, SRU, a saber:

- Comunicação Empresarial: tem como principal objetivo a comunicação, promoção e captação de investimento para os distintos projetos integrados nas áreas de atuação da Porto Vivo – Sociedade de Reabilitação Urbana associando-se o incremento do posicionamento dos programas municipais sob sua gestão.
- Contratação: tem como objetivo assegurar a contratação pública para a aquisição de bens e serviços e respetiva gestão dos contratos de suporte.
- Financeira: tem como principal objetivo gerir anual e plurianualmente o orçamento da Sociedade.
- GTEM: Tem como principal objetivo assegurar a manutenção preventiva e corretiva do edificado sob a gestão da Porto Vivo, SRU.
- RHSJA: tem como objetivo promover a gestão equilibrada e a distribuição do capital humano na estrutura orgânica da Porto Vivo, SRU, e assessorar jurídica e administrativamente o seu Conselho de Administração.

Indicadores de Avaliação de Atividade

A Porto Vivo, SRU, propõe avaliar a sua atividade do seguinte modo:

Eixo do Plano		Ponderação	Indicador	Ponderação por Indicador
			I _j	P _k
Eixo 1	Relatório Monitorização ORU	15	I ₁	4
	CHP		I ₂	7
	Unidade de Santa Clara Morro da Sé		I ₃	4
Eixo 2	ORU Campanha	35	I ₄	10
	ORU Corujeira		I ₅	10
	Unidades Patrimoniais		I ₆	10
	Projeto "Ilhas da Lomba"		I ₇	5
Eixo 3	Arrendamento Acessível	35	I ₈	4
			I ₉	7.5
			I ₁₀	7.5
			I ₁₁	1
			I ₁₂	7
			I ₁₃	8

Eixo 4	Projeto "Ilhas" da Cidade	15	I ₁₄	15
		100		100

$$P = \sum_{k=1}^{14} P_{k | j}$$

$P \geq 80$	Excelente
$60 \leq P < 80$	Bom
$50 \leq P < 60$	Razoável
$P < 50$	Insuficiente

Aspetos Organizacionais

Plano de Recursos Humanos para o Período 2022

A estrutura de recursos humanos da Porto Vivo, SRU, prevista para o período 2022-2026 é a que se apresenta na tabela seguinte:

Unidades Orgânicas	Ano	Ano	Ano	Ano	Ano
	2022	2023	2024	2025	2026
Direção de Habitação	1	1	1	1	1
Direção de Operações	1	1	1	1	1
Operações Reabilitação Urbana	4	4	4	4	4
Centro Histórico	3	3	3	3	3
Gestão e Rentabilização de Ativos	4	4	4	4	4
Promoção da Reabilitação e da Habitação Arrendamento Acessível	5	5	5	5	5
Projeto "Ilhas da Cidade"	1	1	1	1	1
Gabinete Técnico Manutenção	4	4	4	4	4
Contratação	2	2	2	2	2
Comunicação	1	1	1	1	1
Financeiro	3	3	3	3	3
Recursos Humanos e Suporte Jurídico-administrativo	5	5	5	5	5

M ✓
u

Total	34	34	34	34	34
-------	----	----	----	----	----

Para além dos trabalhadores indicados, a Porto Vivo, SRU, tem um Conselho de Administração, composto por um Presidente, uma Vice-Presidente e um Vogal.

Durante o ano de 2021 e decorrente de movimentos de saída de dois colaboradores, o Diretor Geral e a Diretora da Área de Suporte, e da entrada de cinco novos colaboradores (1 jurista, 1 coordenador de RH, 1 coordenador ORU e 1 administrativo), a Porto Vivo, SRU apresenta à data, um total de 31 trabalhadores. Prevê-se a contratação de um Diretor para a área da Habitação, ainda no final de 2021 e de dois técnicos superiores para reforço na área da habitação, no decorrer de 2022.

Durante o exercício de 2021, na área dos Recursos Humanos, decorreram melhorias na estratégia da gestão de pessoas, com o objetivo de permitir um maior envolvimento de todos os trabalhadores e o incremento da satisfação laboral e consequente desenvolvimento e implementação de um sistema de monitorização e adequação de afetação de tarefas, para encontrar soluções de otimização, procurando adequar os recursos humanos de que a empresa dispõe às necessidades de cada serviço e às funções desempenhadas, tendo em conta as habilitações e competências de cada trabalhador.

Neste sentido, propõe-se a partir de 2022 o desenvolvimento e implementação de um sistema de gestão de recursos humanos, através de algumas atividades, como: análise funcional; construção de perfis funcionais, mapeamento de processos e atividades, construção de indicadores e avaliação de desempenho.

Formação

Entre as principais ações de melhoria na UO Recursos Humanos, identificamos as ações de formação contínua dos seus trabalhadores, como um investimento, mantendo-se o incentivo ao reforço de competências e qualificações dos trabalhadores para se sentirem melhor preparados para novos desafios, valorizando o seu desempenho na empresa, visando a melhoria contínua da empresa e a prestação de um serviço de excelência para satisfação do público-alvo do seu trabalho.

Regulamento, Códigos e Planos

Regulamento Interno

É firme convicção da Porto Vivo, SRU que a existência de um regulamento poderá contribuir em muito para o desenvolvimento saudável das relações laborais no seu seio e, bem assim, para o seu crescimento e modernização permanentes.

O regulamento interno elaborado e aprovado em Reunião do Conselho de Administração no dia 13 de outubro de 2020 (ata n.º 1174), visa conciliar e harmonizar o direito laboral comum aplicável como regra à Porto Vivo, SRU, e o regime laboral aplicável a trabalhadores com vínculos jurídico-administrativos.

Por outro lado, o Regulamento visa constituir um contributo para o pleno cumprimento, por parte da Porto Vivo, SRU da sua obrigação de informar os trabalhadores acerca de aspetos relevantes da relação de trabalho.

Ademais, a valorização das pessoas e as relações são vetores que a Porto Vivo, SRU quer solidificar. Assim sendo, a Porto Vivo, SRU está empenhada em proporcionar um ambiente de trabalho favorável, livre de discriminação ou de qualquer forma de assédio.

Como qualquer outra compilação ou sistematização, este Regulamento e demais códigos e planos são, na sua essência, importantes ferramentas de trabalho sujeita à evolução natural da Porto Vivo, SRU, podendo ser alterado e atualizado sempre que se considere adequado e necessário.

Código de Ética

Aprovado em reunião de Conselho de Administração no dia 9 de junho de 2016 (ata n.º 1011), o Código de Ética prevê a constituição de uma Comissão de Ética para acompanhar o código em termos de aplicação, garantindo a monitorização e atualização do mesmo, apresentando propostas que ache necessárias para a sua boa aplicação e revisão. A Comissão de Ética será também responsável por qualquer tipo de esclarecimento de dúvidas quanto ao código, na sua generalidade.

Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio

O Código de Conduta para Prevenção e Combate ao Assédio, aprovado em Reunião de Conselho de Administração no dia 15 de dezembro de 2017 (ata n.º 1053), na sequência da diretriz (Lei 73/2017 de 16 de agosto), que entrou em vigor no dia 1 de outubro de 2017, que vem reforçar o quadro legislativo para a prevenção da prática do assédio no trabalho.

Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas

O Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (PPRGRCIC), aprovado em Reunião do Conselho de Administração no dia 17 de agosto de 2016 (ata n.º 1016), prevê a constituição de um Grupo de Coordenação e Monitorização do Plano de Prevenção de Riscos de Gestão, incluindo Riscos de Corrupção e Infrações Conexas, para coordenar a sua implementação, realizar reuniões periódicas de acompanhamento e elaborar o relatório anual de execução do PPRGRCIC.

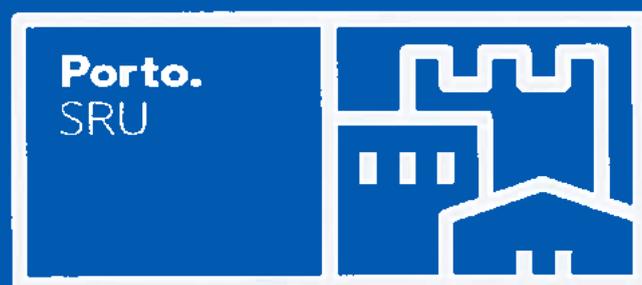
Plano para a Igualdade de Género 2022

O Plano para a Igualdade de Género de 2022, aprovado em 14 de setembro de 2021, visa a promoção de boas práticas no âmbito da igualdade de género, aplicável tanto aos(as) seus(suas) colaboradores(as),



Handwritten signature and checkmark.

como a membros dos órgãos sociais, comprometendo se na sua imple
melhorias constantes.



III. Orçamento para 2022

Sumário

O presente capítulo visa traduzir o planeamento da Sociedade para o exercício de 2022 ao nível das receitas a obter e das despesas a suportar¹⁰. Assim, nesse ano, a Porto Vivo, SRU, espera obter resultados positivos, quer ao nível orçamental, quer ao nível económico, em cerca de 92.800€ e 1.749.000€, respetivamente, tendo em consideração, principalmente, a obtenção das seguintes receitas:

1. A transferência do Município do Porto e do IHRU no valor de 2M€, no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado;
2. A alienação dos prédios adquiridos para a instalação de uma Residência de Estudantes e de uma Unidade de Alojamento Turístico no Morro da Sé, pelo valor total mínimo de 3,5M€;
3. A comparticipação do valor de 2,46M€ no âmbito da candidatura a apresentar pela Sociedade ao Programa 1.º Direito, no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência.

Tendo em consideração aquelas disponibilidades financeiras, a Sociedade avançará com o início da empreitada da parcela 6 do Quarteirão Carlos Alberto, permitindo que no ano de 2024, possam estar disponíveis novas habitações para arrendamento a preços acessíveis. Prosseguirá, adicionalmente, com a finalização da execução da empreitada da operação D pertencente ao Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé.

É ainda assegurada dotação orçamental, no valor aproximado de 2M€, para fazer face a expropriações/venda forçada a realizar na Área de Reabilitação Urbana do Centro Histórico e da Corujeira e Campanhã – Estação. De notar que a não obtenção das verbas mencionadas no ponto 2., em 3,5M€, implicará a não concretização destas despesas, bem como a necessidade de utilização de partes dos saldos de gerência de 2021, no que respeita, principalmente, às verbas ainda não utilizadas daquele financiamento, e a afetar à execução do Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé.

A comparticipação referida assegurará a estratégia da Sociedade para a Unidade de Intervenção da Lomba, consubstanciada, em 2022, através da aquisição de habitações precárias designadas como “Ilhas”, pelo valor aproximado de 1,98M€, investimento este enquadrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação que reforça o financiamento no âmbito do Programa 1.º Direito.

Orçamento de Receitas e Despesas

Conforme é perceptível na Tabela 1, a atual previsão do orçamento para 2022 traduz um excedente de tesouraria de cerca de 92.800€, apresentando quatro grandes fontes de financiamento, designadamente, as verbas a receber no âmbito do Memorando de Entendimento e do Contrato Programa celebrados, as contrapartidas previstas associadas à alienação dos prédios adquiridos para a criação da uma Residência de Estudantes e de uma Unidade de Alojamento Turístico no Morro da Sé, bem como a comparticipação

¹⁰ É anexo ao presente instrumento, o detalhe, por rubrica económica, das despesas e receitas a suportar em 2022.



Handwritten marks: a checkmark and a signature.

prevista enquadrada no Programa 1.º Direito.

Tabela 1: Tesouraria para 2022

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2022 (E) = (A) + (B) + (C) + (D)
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
	(A)	(B)	(C)	(D)	
Receitas					
Comparticipações Financeiras do IHRU e do Município do Porto	2 000 000				2 000 000
Contribuição do Programa		824 561			824 561
Outras				3 500 000	3 500 000
Comparticipações do Município			2 464 276		2 464 276
Receitas Próprias (IMU)				321 636	321 636
Receitas próprias (IMU)				1 873 711	1 873 711
Contribuição do Município				121 566	121 566
Outras receitas				193 078	193 078
A. Total de Receitas	2 000 000	824 561	2 464 276	6 211 001	11 499 838
Despesas					
Despesas Correntes					
Personal	1 013 750	1 271 800		2 081 200	4 366 750
Personal do Quadro e Adjuntos	1 013 750	1 271 800		2 081 200	4 366 750
Estágios				5	5
Aquisição de Bens e Serviços		1 000		80 000	81 000
Amortização de Financiamentos Obtidos	33 000				33 000
Juros de Financiamentos Obtidos					6 300
Outras Encargos Financeiros					23 000
Impostos e Taxas	10	10		254 000	264 110
Outras Despesas				80	80 000
Despesas de Investimento					
Investimentos em Reabilitação Urbana	1 013 600		2 464 276	2 699 000	6 266 736
Programa de Realojamento Dell'Acqua Mourão Se	1 013 600				1 092 022
Quartelão Carlos Alberto				23 000	304 415
ARU CHRP / Santa Clara	6 500			1 000	1 270 750
ORLPA				1 100 000	1 100 000
Lomba			22 000		2 463 749
Outras Áreas				10 000	30 750
Outros Investimentos				96 157	96 157
B. Total de Despesas	2 000 000	824 561	2 464 276	6 118 167	11 407 004
C. Tesouraria (A - B)				92 834	92 834

Orçamento de Receitas

A Sociedade estima obter um total de receitas de cerca de 11,5M€, distribuído por diferentes naturezas e fontes de financiamento, conforme evidenciado nos pontos seguintes.

Comparticipações Financeiras do IHRU e do Município do Porto

No âmbito do estipulado em Memorando de Entendimento e do Contrato Programa celebrado a 5 de outubro de 2015, entre o Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), o Município do Porto e a Porto Vivo, SRU, a Sociedade receberá, no exercício de 2022, a respetiva participação financeira no valor total de 2M€, repartidos em partes iguais.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including a checkmark and a stylized 'u'.

De notar que a primeira transferência do IHRU, no valor de 1M€, foi efetivada ainda em 2019, tendo em consideração o exposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 109/2018, de 4 de dezembro, nomeadamente, “cabe ao IHRU, após a extinção da sua posição acionista, proceder ao pagamento da comparticipação financeira a cargo do Estado referida na Resolução do Conselho de Ministros n.º 209/2017, de acordo com as condições determinadas e já autorizadas no n.º 2 e na alínea b) do n.º 3 daquela resolução e com as demais condições já acordadas pelos acionistas, constantes do contrato-programa assinado em 5 de outubro de 2015...”, pelo que esta comparticipação será recebida até ao exercício de 2023.

Por sua vez, a transferência anual a realizar pelo Município do Porto ocorrerá durante os exercícios de 2020-2024, na medida em que o respetivo Contrato-Programa foi apenas celebrado e aprovado pelo Tribunal de Contas em 2020.

Contrato-Programa

Não obstante a transferência do Município do Porto evidenciada no ponto anterior estar efetivada formalmente em sede do Contrato-Programa celebrado, importa distinguir os montantes que representam transferências correntes e, por isso, discriminadas nesse, e aqueles que se traduzem em subsídios à exploração. Assim, o total de 824.561€ previsto a receber ao longo de 2022 traduz os subsídios a atribuir à Porto Vivo, SRU pelo exercício das seguintes atividades:

- i. Pela gestão das ORU da Corujeira e Campanhã – Estação, designadamente, pela criação da equipa, através da afetação de recursos humanos internos, que assegure os meios técnicos necessários para que a Sociedade possa conduzir esta missão, acrescidos dos encargos indiretos e diretos associados à respetiva atividade, será recebido o valor de 540.000€¹¹;
- ii. Pela execução e gestão operacional do programa de dinamização do mercado de arrendamento acessível lançado pelo Município do Porto no ano de 2020, denominado “Porto com Sentido”, a Porto Vivo, SRU arrecadará o montante de 284.561€¹².

Vendas

Tendo em consideração que o concurso público internacional lançado no final de 2019 com vista à celebração do contrato de reabilitação urbana para a criação de uma Residência de Estudantes no Quarteirão da Bainharia, no Morro da Sé (mediante a constituição de direito de superfície sobre os imóveis durante um prazo de 40 anos), não foi adjudicado, prevê-se que a Sociedade aliene os imóveis no exercício de 2022, pelo valor de 2M€. Por sua vez e adotando a mesma estratégia para os imóveis adquiridos para a criação de uma Unidade de Alojamento Turístico, espera-se obter uma receita de 1,5M€ com a respetiva

¹¹ Conforme estipulado no Segundo Aditamento ao Contrato-Programa celebrado a 26 de março de 2021.

¹² Para a efetivação formal deste subsídio foi celebrado o Primeiro Aditamento ao Contrato-Programa.

M ✓
4

alienação.

Comparticipações Comunitárias

Enquadrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação que reforça o financiamento no âmbito do Programa 1.º Direito, a Porto Vivo, SRU pretende apresentar a respetiva candidatura tendo em vista a aquisição e reabilitação de seis ilhas localizadas no território da Unidade de Intervenção da Lomba. A execução deste programa representará um investimento para o ano de 2022 estimado em 2.463.749€¹³, cuja participação se estima receber ainda no exercício.

Rendas (Propriedade SRU)

Para o total das rendas a obter com os imóveis da Sociedade, no valor estimado de 321.646€, contribuem duas atividades distintas, (i) a promoção do arrendamento de habitações a preços acessíveis, bem como (ii) a rentabilização do investimento realizado com as frações comerciais. Deste modo, para aquele total foram assumidos os seguintes pressupostos:

- i. Estima-se que as atuais frações habitacionais da propriedade da Porto Vivo, SRU, e em processo de arrendamento sejam responsáveis pela obtenção de receitas no total de 185.389€, prevendo-se, para tal, uma taxa de ocupação das mesmas de 100%. As três frações a resultar do processo de reabilitação da parcela 14 do Quarteirão Carlos Alberto permitirão uma receita anual estimada de 8.640€, assumindo se uma taxa de ocupação das mesmas de 50%;
- ii. As dezasseis frações comerciais arrendadas ou em processo de arrendamento permitirão a obtenção de uma renda anual estimada de 124.917€, tendo em consideração uma taxa de ocupação de 100%. No que respeita à fração comercial a resultar do processo de reabilitação da parcela 14 do Quarteirão Carlos Alberto, prevê-se uma taxa de ocupação da mesma de 50% e uma renda anual de 2.700€.

Rendas (Gestão SRU)

Enquadradas contabilisticamente como uma prestação de serviços, tendo em consideração o parecer da Comissão de Normalização Contabilística, a Sociedade estima obter receitas inerentes à promoção do arrendamento acessível e enquadradas no Contrato-Programa celebrado com o Município do Porto no valor total de 1,87M€, tendo em consideração as seguintes atividades:

¹³ A diferença face ao valor apresentado na Tabela de Tesouraria é referente ao montante de 527€ a receber no âmbito do Programa Medida Emprego, promovido pelo IEFP.

- i. A transferência da gestão para a Porto Vivo, SRU, de duzentos e trinta e nove imóveis pertencentes ao Município do Porto representarão a obtenção de receitas estimadas no total de 235.113€, cujo cálculo teve em consideração:
- Uma ocupação de 100% das vinte e cinco frações arrendadas ou integrantes no concurso lançado para o efeito;
 - Uma ocupação de 95% das cento e setenta e seis frações cuja gestão estava entregue à DomusSocial e manutenção das rendas cobradas por esta entidade à data;
 - Uma ocupação de 50% das quinze frações reabilitadas e devolutas sitas na Rua Azevedo de Albuquerque e Rua de Trás e cuja renda média mensal prevista é de 300€;
 - Uma taxa de ocupação de 95% dos vinte e três imóveis ainda não transferidos para a Sociedade, com consideração de uma renda média mensal de 45€.
- ii. Associado ao desenvolvimento do projeto Porto com Sentido, estima-se que a Sociedade obtenha uma receita de 1,64M€ inerente aos contratos de sub-arrendamento celebrados e a celebrar, que se encontra igualmente traduzida na despesa, na medida em que se trata de verbas do Município do Porto.

Prestação de Serviços

Ao longo de 2022 a Sociedade prestará serviços ao Município do Porto no âmbito da execução da atividade III.7 Programa Estratégico - As Ilhas do Porto: Estratégias específicas para a regeneração habitacional das "Ilhas do Porto", da candidatura aprovada do Município do Porto no âmbito do NORTE 2020, por força da transferência de competências da DomusSocial, EM para a Porto Vivo, SRU, recebendo o valor de 121.566€ (tendo em consideração a reprogramação efetuada e cujo aditamento ao respetivo contrato se encontra em curso).

Outras Receitas

Nesta rubrica, no total de 393.078€, está previsto, essencialmente, o reembolso por parte do Parceiro Privado das despesas a suportar com a expropriação do direito de servidão da passagem do Quarteirão das Cardosas, bem como as verbas previstas a obter com a celebração de protocolos com Parceiros Privados no âmbito da participação em eventos internacionais, enquanto entidade representante do Município do Porto no processo de dinamização da reabilitação urbana.

Orçamento de Despesas

O orçamento atual de despesas correntes é decomposto pelas rubricas relacionadas com o pessoal, com a aquisição de bens e serviços necessários ao funcionamento corrente da Sociedade, com as despesas associadas ao empréstimo e linha de financiamento em vigor (amortização de capital, juros e comissões

bancárias), bem como com os impostos a suportar. Ao nível das despesas de capital, será evidenciada, a rubrica de investimento a realizar afeto ao processo de reabilitação urbana, com a execução de quatro projetos, bem como a realização de investimentos em *software* e outros equipamentos.

Pessoal

Durante o exercício de 2022 a Sociedade estima suportar encargos com o pessoal em cerca de 1,37ME, conforme sintetizado na Tabela 2, assumindo se, principalmente, para o cálculo deste total, os seguintes pressupostos:

- A contratação de prestadores de serviços afetos à execução da atividade III.7 Programa Estratégico -As Ilhas do Porto: Estratégias específicas para a regeneração habitacional das "Ilhas do Porto", da candidatura aprovada do Município do Porto no âmbito do NORTE 2020, no valor de 73.431€¹⁴;
- A contratação de dois técnicos superiores e de um assistente técnico, para apoio à execução do projeto Porto com Sentido e à atividade corrente da Sociedade, respetivamente;
- A atualização prevista de 0,9% das remunerações mensais, tendo em Consideração o previsto em sede de discussão prévia do Orçamento do Estado de 2022.

Tabela 2: Despesas com Pessoal

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2022 (E) = (A) + (B) + (C) + (D)
	Memorando de Entendimento (A)	Contrato-Programa (B)	Outros Subsídios (C)	Recetas Próprias (D)	
Pessoal	294 471	579 154		490 878	1 364 503
Remunerações (Órgãos Sociais e Quadro de Pessoal)	192 583	176 567		251 520	820 670
Remunerações (Tarifas e Ajudas)				95 172	95 172
Subsídio de Refeição	9 317	17 965		11 546	38 828
Subsídio de Férias / Natal	31 423	61 811		41 035	134 269
Aluguer (Ajudas de Custos e Outros)	208	312		2 798	3 318
Encargos Contributivos	54 093	108 391		80 483	242 967
Seguros	6 847	14 108		8 324	29 279
Outro Pessoal (Medida Emprego)			527	2 473	3 000
Total de Despesas	294 471	579 154	527	493 351	1 367 503

Conforme se pode verificar na tabela, as despesas a suportar com o pessoal serão financiadas em cerca de 64% através das transferências associadas ao Memorando de Entendimento celebrado entre o Município do Porto e o IHRU e ao Contrato-Programa celebrado com o Município do Porto, tendo em consideração a afetação do pessoal ao desenvolvimento das atividades enquanto entidade gestora das ORU do Centro Histórico e da Corujeira e Campanhã - Estação, bem como do Programa Porto com Sentido.

¹⁴ Tendo em consideração a reprogramação física e financeira aprovada.

¹⁵ O valor correspondente a remunerações com outro pessoal encontra-se espelhado, orçamentalmente, na rubrica económica referente a Transferências Correntes.

Aquisição de Bens e Serviços

Com a aquisição de bens e serviços estima-se que a Sociedade suporte um encargo total de 2,42M€, conforme evidenciado na Tabela 3, contribuindo para o mesmo, o total de 1,64M, referente a rendas a entregar ao Município do Porto, e cobradas a sub-arrendatários, no âmbito da execução do projeto Porto com Sentido. De realçar que tal contabilização se prende com o facto de a Comissão de Normalização Contabilística enquadrar o recebimento das respetivas rendas como um rendimento (designadamente, como uma prestação de serviços), devendo, por isso, a respetiva despesa, ser classificada como um gasto (nomeadamente, como um Fornecimento e Serviço Externo).

Tabela 3: Despesas com Aquisição de Bens e Serviços

Rúbrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2022 (E) = (A) + (B) + (C) + (D)
	Memorando de Entendimento (A)	Contrato-Programa (B)	Outros Subsídios (C)	Receitas Próprias (D)	
Aquisição de bens	-	33 718	-	41 385	75 103
Encargos com instalações	-	6 066	-	23 488	29 554
Limpeza e Higiene	-	11 937	-	22 328	34 265
Conservação de bens	-	8 949	-	99 266	108 215
Rendas	-	-	-	1 639 598	1 639 598
Alugueres de Material Informático	-	19 003	-	23 873	42 876
Comunicações	-	13 418	-	15 991	29 409
Transportes	-	8 970	-	10 491	19 461
Representação dos Serviços	-	-	-	500	500
Seguros	246	-	-	14 423	14 669
Deslocações e estadas	2 460	2 544	-	5 822	10 826
Estudos, pareceres, projetos e consultoria	984	25 201	-	40 672	66 857
Formação	-	1 898	-	13 002	14 900
Seminários e Publicidade	-	43 494	-	59 570	103 064
Vigilância e Segurança	-	15 121	-	17 686	32 807
Assistência Técnica	-	27 391	-	10 356	37 747
Outros Serviços Especializados	5 535	17 552	-	117 529	140 616
Outros Serviços	-	6 166	-	13 190	19 356
Total de Despesas	9 225	241 428	-	2 169 170	2 419 823

Deste modo, o valor remanescente, 0,78M€, é referente, principalmente, às despesas inerentes ao desenvolvimento das seguintes atividades / projetos:

- i. Com a execução da atividade III.7 Programa Estratégico - As Ilhas do Porto: Estratégias específicas para a regeneração habitacional das "Ilhas do Porto", da candidatura aprovada candidatura do Município do Porto no âmbito do NORTE 2020, serão suportados encargos de 50.534€;
- ii. Para a prossecução da missão inerente ao projeto Porto com Sentido e à gestão das ORU da Corujeira e Campanhã-Estação traduzir-se-á na afetação de encargos diretos e diretos no total previsto de 241.428€;

- iii. O processo de dinamização da reabilitação urbana, designadamente, a participação em feiras e eventos internacionais corresponderá a um encargo para a Sociedade de 96.565€;
- iv. A valorização e desenvolvimento dos recursos humanos internos implicará um encargo de 31.980€, englobando a realização de formação e consultoria.

Amortização de Financiamentos Obtidos

Cumprindo o estipulado na cláusula terceira do Contrato de Financiamento sob a forma de Abertura de Crédito celebrado entre o IHRU, a Porto Vivo, SRU e o Município do Porto, ora designado como Desembolso IHRU/BEI, a Sociedade procederá ao reembolso de 1/20 do montante do financiamento, no valor de 540.000€, em março de 2022.

Juros de Financiamentos Obtidos

Dado o nível de financiamento previsto no final de 2021, no valor de 9,8M€¹⁶, prevê-se que no exercício de 2022 a Sociedade suporte um encargo total associado a juros de 36.381€, tendo em consideração a amortização evidenciada no ponto anterior, bem como a taxa de juro estimada (Euribor a 3 meses¹⁷).

Outros Encargos Financeiros

Tendo em consideração a existência de uma linha de crédito sob a forma de Saldo a Descoberto Autorizado junto do Millennium BCP, no valor de 1M€, bem como a previsão de manutenção deste limite, estima-se que a Porto Vivo, SRU suporte um encargo financeiro no valor orçamentado de 5.000€, correspondente à estimativa da comissão de gestão a pagar anualmente.

Tabela 4: Despesas com Outros Encargos Financeiros

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2022 [E] = [A] + [B] + [C] + [D]
	Memorando de Entendimento [A]	Contrato-Programa [B]	Outros Subsídios [C]	Recetas Próprias [D]	
Comissões Bancárias (Financiamento)	-	-	-	5 000	5 000
Comissões Bancárias (TPA, SDO, RM)	-	2 522	-	6 127	6 649
Outros Juros	-	-	-	100	100
Total de Despesas	-	2 522	-	9 227	11 649

A este total acrescem ainda outros encargos, associados, essencialmente, à movimentação de verbas, com principal destaque para os inerentes à utilização do sistema de débito direto e de referências

¹⁶ Conforme previsto em sede da 2.ª revisão orçamental.

¹⁷ Foi assumida a média da taxa de juro suportada nos últimos cinco anos.

multibanco/payshop na cobrança de rendas. De facto, para o total estimado de 6.749€ contribui o valor de 2.522€ inerente à execução do projeto Porto com Sentido e, por isso, suportado através do subsídio à exploração previsto em sede de Contrato-Programa.

Impostos e Taxas

Para o total de 287.258€ orçamentado como despesas a suportar com Impostos e Taxas contribui, especialmente, o Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a entregar ao Estado (a liquidar no âmbito das prestações de serviços previstas e no decurso de obras de reabilitação, tendo em consideração a inversão do sujeito passivo aplicável neste último caso), o Imposto Municipal sobre Imóveis e respetivo adicional, bem como o Imposto sobre o Rendimento estimado para o ano de 2021 e que será liquidado em 2022, conforme sintetizado na Tabela 5.

Tabela 5: Despesas com Impostos e Taxas

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2022 [E] = [A] + [B] + [C] + [D]
	Memorando de Entendimento [A]	Contrato-Programa [B]	Outros Subsídios [C]	Receitas Próprias [D]	
IVA Apurado a entregar ao Estado	16 323	480	-	108 835	125 638
Retenções na Fonte efetuadas por Terceiros	-	-	-	35 733	35 733
IMI e IRC	-	-	-	106 000	106 000
Imposto de Selo	-	977	-	3 200	4 177
Taxas de justiça e Outras Taxas	-	-	-	15 710	15 710
Total de Despesas	16 323	1 457	-	269 478	287 258

Outras Despesas

Para o total orçamentado nesta rubrica, 381.397€, destaca-se, principalmente, o valor de 225.590€ para o pagamento de indemnizações pela expropriação do direito de serviço da passagem no Quarteirão das Cardosas, tendo em consideração a avaliação efetuada pelo perito nomeado pela Porto Vivo, SRU. De relevar, ainda, o pagamento previsto a efetuar no âmbito do processo judicial interposto pela entidade "Vila Galé", tendo em consideração a sentença proferida no presente ano e o recurso apresentado.

Tabela 6: Outras Despesas

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2022 [E] = [A] + [B] + [C] + [D]
	Memorando de Entendimento [A]	Contrato-Programa [B]	Outros Subsídios [C]	Receitas Próprias [D]	
Quota Urban Land Institute e AdePorto	-	-	-	7 520	7 520
Custas de Parte	-	-	-	4 000	4 000
Processos Judiciais em Curso	-	-	-	144 287	144 287
Expropriação Q. Cardosas	-	-	-	225 590	225 590
Total de Despesas	-	-	-	381 397	381 397

Investimentos em Reabilitação Urbana

No decurso do planeamento do processo de reabilitação urbana, e conforme resumido na Tabela 7, a Sociedade estima suportar despesas no ano de 2022 no valor de 6,27M€, dos quais 2,24M€ correspondem a encargos com expropriações/ou vendas forçadas. 1,4M€ são associados ao processo de reabilitação de parcelas que já pertencem ao património da Porto Vivo, SRU e 1.98M€ a aquisições no âmbito da intervenção da Lomba.

De facto, a Porto Vivo, SRU, na qualidade de gestora da ARU do CHPPM, tem constatado, através da monitorização efetuada, que existem edifícios ainda nesta área em ruína ou em muito mau estado, cujos proprietários, por razões diversas, se têm mostrado incapazes de os reabilitar, sendo por isso oportuno e necessário proceder-se à aquisição ou expropriação dos casos mais flagrantes. Para 2022 e a efetivar-se a obtenção das receitas previstas, estima-se que sejam adquiridos ou expropriados quatro a seis prédios.

Por sua vez, enquanto entidade gestora das ORU de Campanhã Corujeira e Estação, a Sociedade identificou setenta e três prédios em mau estado ou muito mau estado. Assumindo-se que 50% dos mesmos serão reabilitados pelo proprietário e que 30% serão alvo de venda forçada, prevê-se que a Sociedade necessite de expropriar 20% dos mesmos, dos quais 10% se concretizarão em 2022 e os restantes 10% em 2023. Assumindo um custo de 500€/m², prevê-se um valor a suportar com expropriações nesta área de 1M€.

Tabela 7: Despesas com o Processo de Reabilitação Urbana

Rubrica	Fonte de Financiamento				Orçamento 2022 (E) = (A) + (B) + (C) + (D)
	Memorando de Entendimento	Contrato-Programa	Outros Subsídios	Receitas Próprias	
	(A)	(B)	(C)	(D)	
Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Se	1 097 072				1 097 072
Operação D	1 097 072				1 097 072
Quarteirão Carlos Alberto				304 415	304 415
Parcela 6				27 880	27 880
Parcela 14				26 005	26 005
Centro Histórico / Santa Clara	6 528			1 264 222	1 270 750
Aquisições / Expropriações				1240 000	1240 000
Outras Despesas	6 528			24 222	30 750
ORU's Campanhã Estação/Corujeira				1 100 000	1 100 000
Aquisições / Expropriações				1000 000	1000 000
Outras Despesas				100 000	100 000
Lomba			2 463 749		2 463 749
Aquisições / Expropriações			1 980 000		1 980 000
Outras Despesas			483 749		483 749
Outras Áreas				30 750	30 750
Total de Despesas	1 103 600	-	2 463 749,00	2 699 387	6 266 736

Adicionalmente, e enquadrado no Plano de Recuperação e Resiliência (PRR), nomeadamente no Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação que reforça o financiamento no âmbito do Programa 1.º Direito, a Porto Vivo SRU pretende realizar a aquisição e reabilitação de seis “ilhas”, localizadas no território da Unidade de Intervenção da Lomba, dando cumprimento à Ação 3.1 “Reabilitação do Edificado da Zona da Lomba” do projeto Estruturante 3 “Resolução dos graves

Handwritten marks: a checkmark, a signature-like scribble, and the number '4'.

problemas habitacionais e salubridade pública de degradação e abandono do edificado, e recomposição dos tecidos urbanos”. Em 2022, espera-se, por isso, suportar o valor de 2,46M€ com esta intervenção, cujo investimento traduzirá as aquisições a realizar, bem como a elaboração dos respetivos projetos de arquitetura e especialidades.

No âmbito da intervenção no património da Sociedade, evidencia-se a execução da Operação D pertencente ao Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé, com finalização da respetiva empreitada iniciada no final de 2020, bem como, e no que respeita à intervenção no Quarteirão Carlos Alberto, a finalização da empreitada da parcela 14, e o início da execução da empreitada da parcela 6.

De relevar que, para a composição do ativo da Sociedade, contribui ainda o valor do IVA a suportar com as empreitadas, tendo em consideração o regime de afetação real aplicável à Sociedade, no total estimado de 77.676€ (incluído na rubrica de despesas referente a Impostos e Taxas), de acordo com o detalhado seguidamente, alcançando aquele o total de 3.849.913€¹⁸.

Tabela 8: Contribuição para a Constituição do Ativo da Sociedade

Despesas	PRD - Morro Sé	Quarteirão Carlos Alberto		CH Porto / Santa Clara	Campanhã-Estação / Corujelra
	Operação D	Parcela 6	Parcela 14		
Investimento ¹	1 097 072	277 810	26 605	1 270 750	1 100 000
IVA ²	62 400	14 676	600		
Total	1 159 472	292 486	27 205	1 270 750	1 100 000

¹ Pagamento ao Fornecedor

² Pagamento ao Estado, aquando do apuramento do IVA mensal

Outros Investimentos

Prevê-se que serão suportados encargos com a aquisição de *software* informático referente ao sistema de gestão de contratos de arrendamento e de avaliação de desempenho, bem como com a aquisição de dois postos de carregamento elétrico de viaturas, no total de 41.157€. Acresce, ainda, o total de 55.000€ associado à realização de obras de melhoria do edifício sede da Sociedade, montante este (acrescido de IVA) que estará refletido no ativo da Sociedade.

¹⁸ Tendo em consideração a comparticipação no âmbito da candidatura a apresentar ao Programa de Apoio ao Acesso à Habitação, da Componente 02 – Habitação do Programa 1.º Direito, o valor do investimento realizado com a Intervenção na Lomba será anulado. Não obstante se admitir que algum valor deve ser associado à aquisição destas habitações, na presente data não é possível especular sobre o mesmo pelo que não se apresenta qualquer valor para o respetivo ativo. A contabilização de um valor, representa um impacto positivo na Demonstrações Financeiras Previsionais.



IV. PLANO PLURIANUAL 2022-2026

Orçamento Plurianual 2022 – 2026

O presente capítulo pretende expor a perspetiva para o período de 2022 – 2026¹⁹, quer ao nível do saldo orçamental, quer ao que respeita à situação patrimonial e aos resultados a apurar. Dado o horizonte temporal em causa, importa realçar a limitação das previsões agora apresentadas, no que respeita, principalmente, ao investimento a realizar, porquanto apenas estão traduzidos, financeiramente, os objetivos para o atual património da Sociedade, não estando, assim, incluídos, os planos de ação para os prédios a expropriar pertencentes ao Centro Histórico do Porto ou às ORU da Corujeira e Campanhã – Estação, por, na presente data, estes ainda não estarem definidos.

Demonstrações Orçamentais Previsionais

Receitas

A previsão das receitas apresentadas na Tabela 9 tem por base os seguintes pressupostos:

- A receita no valor de 1M€ a receber do IHRU, entre 2019 e 2023, no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado entre este e o Município do Porto;
- A receita no valor de 1M€ a receber do Município do Porto, entre 2020 e 2024, no âmbito do Memorando de Entendimento celebrado entre este e o IHRU e preconizado no Contrato-Programa celebrado a 6 de janeiro de 2019, com manutenção do respetivo subsídio em 2025 e 2026, tendo em consideração a estimativa de défice de exploração para esses anos;
- O valor de 824.561€ referente ao contrato-programa celebrado e a aditar com o Município do Porto e cujo, no âmbito da Gestão das ORU da Corujeira e Campanhã – Estação e do projeto Porto com Sentido, a receber entre 2022 e 2026;
- A utilização do coeficiente de atualização de rendas de 1,01 para o período de 2023 a 2026;
- A consideração como receita (e também como despesa), dos valores estimados a movimentar com o Município do Porto, no âmbito da gestão de rendas com o projeto Porto com Sentido;
- A participação a receber no âmbito do Programa 1.º Direito equivalente ao investimento a realizar com as habitações identificadas como “ilhas”.

¹⁹ Tendo em consideração a adoção do SNC-AP pela Porto Vivo, SRU, o horizonte temporal apresentado neste documento é o que consta neste normativo legal.



Tabela 9: Demonstração Orçamental Previsional – Receitas

Rubrica	Designação	Orçamento 2022			Plano Orçamental Plurianual			
		2021	2022	Soma	2023	2024	2025	2026
	Recorre corrente		11 479 838	11 479 838	7 226 232	6 321 677	6 393 041	6 410 366
R1	Receita fiscal							
R1.1	Impostos diretos							
R1.2	Impostos indiretos							
R2	Contribuições para sistemas de proteção social e sub-sistemas de saúde							
R3	Taxas, multas e outras penalidades							
R4	Rendimentos da propriedade		321 648	321 648	373 101	442 494	477 324	481 367
R5	Transferências Correntes		5 288 837	5 288 837	4 174 679	3 174 679	3 198 057	3 198 057
R5.1	Administrações Públicas		5 288 837	5 288 837	4 174 679	3 174 679	3 198 057	3 198 057
R5.1.1	Administração Central - Estado							
R5.1.2	Administração Central - Outras entidades		3 464 276	3 464 276	2 350 118	1 350 118	1 373 496	1 373 496
R5.1.3	Segurança Social							
R5.1.4	Administração Regional							
R5.1.5	Administração Local		1 824 561	1 824 561	1 824 561	1 824 561	1 824 561	1 824 561
R5.2	Exterior - UE							
R5.3	Outras							
R6	Venda de bens e serviços		5 496 477	5 496 477	2 605 190	2 631 242	2 644 396	2 657 620
R7	Outras receitas correntes		372 678	372 678	73 262	73 262	73 262	73 262
	Recorre capital		20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
R8	Venda de bens de investimento							
R9	Transferências de Capital							
R9.1	Administrações Públicas							
R9.1.1	Administração Central - Estado							
R9.1.2	Administração Central - Outras entidades							
R9.1.3	Segurança Social							
R9.1.4	Administração Regional							
R9.1.5	Administração Local							
R9.2	Exterior - UE							
R9.3	Outras							
R10	Outras receitas de capital							
R11	Reposição não abalada aos pagamentos		20 000	20 000	20 000	20 000	20 000	20 000
	Recorre efetiva [1]		11 499 838	11 499 838	7 246 232	6 341 677	6 413 041	6 430 366
	Recorre não efetiva [2]		0	0	0	0	0	0
R12	Recorre com abcos financeiros							
R13	Recorre com passivos financeiros							
	Soma [3]=[1]+[2]		11 499 838	11 499 838	7 246 232	6 341 677	6 413 041	6 430 366

Despesas

Para previsão das despesas apresentadas na Tabela 10, contribuíram, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A atualização da massa salarial entre 2023 e 2026 em 1,005 e manutenção do quadro de pessoal previsto para 2022;
- A aplicação desse índice, ao longo de todo o período, ao nível das aquisições de bens e serviços face ao orçamentado para 2022, com exceção das despesas suportadas com a execução do projeto AIIA;
- A não consideração de encargos com Segurança Social associada à contratação de trabalhadores independentes;
- A consideração de uma taxa Euribor a 3 meses de 0,353%, correspondente à média da taxa aplicada ao desembolso IHRU/BEI desde 2017;
- A amortização anual de 540.000€, após 2023, do Desembolso IHRU/BEI;
- O não recurso ao financiamento bancário.

Tabela 10: Demonstração Orçamental Previsional - Despesas

Rubrica	Designação	Orçamento 2022			Plano Orçamental Plurianual			
		2021	2022	Soma	2023	2024	2025	2026
	Despesa corrente	0	4 504 111	4 504 111	4 735 578	4 707 124	4 674 245	4 711 906
D1	Despesas com o pessoal		1 364 503	1 364 503	1 299 938	1 308 438	1 312 970	1 319 535
D1.1	Remunerações Certas e Permanentes		1 088 939	1 088 939	1 022 997	1 026 112	1 033 252	1 038 418
D1.2	Abonos Variáveis ou Eventuais		3 318	3 318	3 335	3 351	3 368	3 385
D1.3	Segurança social		272 246	272 246	273 607	274 975	278 350	277 732
D2	Aquisição de bens e serviços		2 419 823	2 419 823	3 023 729	3 062 795	3 087 498	3 122 488
D3	Juros e outros encargos		48 130	48 130	46 038	44 039	41 855	39 764
D4	Transferências correntes		10 520	10 520	7 520	7 558	7 595	7 633
D4.1	Administrações Públicas							
D4.1.1	Administração Central - Estado							
D4.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D4.1.3	Segurança Social							
D4.1.4	Administração Regional							
D4.1.5	Administração Local							
D4.2	Instituições sem fins lucrativos							
D4.3	Famílias		10 520	10 520	7 520	7 558	7 595	7 633
D4.4	Outras							
D5	Subsídios							
D6	Outras despesas correntes		681 135	681 135	358 352	290 295	224 327	222 486
	Despesa capital	0	6 362 893	6 362 893	6 619 702	6 318 118	6 310 129	6 310 129
D7	Investimento		6 362 893	6 362 893	6 619 702	6 318 118	6 310 129	6 310 129
D8	Transferências de capital	0	0	0	0	0	0	0
D8.1	Administrações Públicas	0	0	0	0	0	0	0
D8.1.1	Administração Central - Estado							
D8.1.2	Administração Central - Outras entidades							
D8.1.3	Segurança Social							
D8.1.4	Administração Regional							
D8.1.5	Administração Local							
D8.2	Instituições sem fins lucrativos							
D8.3	Famílias							
D8.4	Outras							
D8	Outras despesas de capital							
	Despesa efetiva [4]	0	10 867 004	10 867 004	6 355 280	6 025 240	5 984 374	6 022 035
	Despesa não efetiva [5]	0	540 000	540 000	540 000	540 000	540 000	540 000
D10	Despesa com ativos financeiros							
D11	Despesa com passivos financeiros		540 000	540 000	540 000	540 000	540 000	540 000
	Despesa total [6]= [4] + [5]	0	11 407 004	11 407 004	6 895 280	6 565 240	6 524 374	6 562 035
	Saldo total [3] - [6]	0	92 834	92 834	358 952	-223 563	-111 333	-131 729
	Saldo global [1] - [4]	0	632 834	632 834	898 952	316 437	428 867	408 271
	Despesa primária	0	10 618 674	10 618 674	6 309 242	5 961 201	5 942 519	5 962 271
	Saldo corrente	0	6 975 727	6 975 727	2 490 654	1 614 553	1 718 796	1 698 400
	Saldo de capital	0	-6 342 893	-6 342 893	-1 599 702	-1 298 118	-1 200 129	-1 290 129
	Saldo primário	0	-680 964	-680 964	-936 990	-360 476	-470 522	-448 035

Plano Plurianual de Investimento

No plano plurianual de investimento estão refletidos os processos de reabilitação que, não obstante, na presente data, contribuirão para valor registado no Ativo Corrente da Sociedade, contribuirão para a valorização do Ativo Não Corrente assim que os respetivos prédios forem totalmente reabilitados e entrarem no mercado de arrendamento. Deste modo, e conforme se pode verificar, é considerado o investimento realizado e a realizar com vista à reabilitação dos projetos evidenciados seguidamente, não estando incluído o investimento associado a expropriações/exercícios de direitos de preferência e/ou venda forçada a realizar, previsivelmente em 2022 e seguintes, porquanto ainda não estão definidos os respetivos planos de ação para tais prédios, isto é, se serão alvo de reabilitação direta por parte da Sociedade.

- **Reabilitação do Morro da Sé:**
 - Programa de Realojamento Definitivo - Operação D: estando asseguradas as receitas que permitam a concretização desta operação, quer através da obtenção de receitas próprias, quer através da utilização do Desembolso IHRU/BEI, é acrescido ao valor das aquisições efetuadas, o valor previsto para a execução da empreitada de reabilitação e demais custos associados, prevendo-se a respetiva conclusão no ano de 2022 e a entrada no processo de arrendamento em 2023.

- **Reabilitação do Quarteirão Carlos Alberto:**
 - Parcela 6: perspetivando-se que no ano de 2021 seja possível efetuar o lançamento do concurso da respetiva empreitada de reabilitação, prevê-se que no exercício de 2022 seja iniciada a respetiva empreitada de reabilitação, estando esta parcela disponível para entrar no processo de arrendamento no ano de 2024;
 - Parcela 14: estando já em curso a execução da empreitada de reabilitação, prevê-se que a mesma seja concluída no ano de 2022 e que já sejam obtidos rendimentos associados a rendas.

- **Reabilitação do Edifício da Zona da Lomba:** Tendo em consideração que se trata da intervenção em seis ilhas desta zona, nomeadamente, Lourenço 5, Travessa da Lomba 41, Lourenço 43, Vera Cruz 46 A, Vera Cruz 36-42 e Vera Cruz 26, estima-se que o processo de reabilitação se prolongue até ao período de 2026, com a realização das respetivas empreitadas, sendo o ano de 2022 distinguido pelo investimento a realizar com as respetivas aquisições.



M
✓
U

Demonstrações Financeiras Previsionais

Balanço

Para a elaboração do Balanço previsional para o período de 2022 – 2026 foram assumidos, principalmente, os seguintes pressupostos:

- A passagem para propriedades de investimentos dos prédios que entrarão em mercado de arrendamento (evidenciados anteriormente), com depreciação anual a uma taxa de 2% sobre o valor do edifício (vida útil de 50 anos), correspondente este a 75% do valor de aquisição e reabilitação;
- O registo, no ano de 2024, do valor de 147.100€ em propriedades de investimento referente à entrega à Sociedade de duas frações habitacionais no âmbito da permuta realizada em 2019 com o Parceiro Privado no âmbito da execução da Operação I do Programa de Realojamento Definitivo do Morro da Sé, por contrapartida da conta de “Outras Contas a Receber”;
- A constituição de 5% de reserva sobre o valor do resultado líquido positivo obtido no ano anterior;
- A amortização do Desembolso IHRU/BEI no valor anual 0,54M€ a partir do ano de 2022, de acordo com o contratualizado;
- O registo em Rendimentos Diferidos do valor pago pelos diferentes arrendatário e sub-arrendatários (Programa Porto com Sentido), correspondente ao pagamento adiantado de uma renda;
- A não valorização no Ativo das habitações adquiridas no âmbito da intervenção na Lomba, porquanto tal implicaria a contabilização de um valor aleatório (na medida em que as participações a 100% anulam o investimento a realizar).

Tabela 12: Balanço Previsional 2022 – 2026

Rubricas	Datas				
	31/12/2022	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2026
Ativo					
Ativo não Corrente					
Ativos fixos tangíveis	295 918	279 814	261 829	247 655	239 870
Propriedades de investimento	7 069 265	9 456 747	10 629 520	10 453 806	10 260 353
Ativos intangíveis	87 789	67 867	43 858	35 059	26 261
Outros ativos financeiros	4 043	6 183	8 323	10 463	10 463
Outras contas a receber	147 100	147 100	-	-	-
	7 604 115	9 957 711	10 943 530	10 746 983	10 536 947
Ativo Corrente					
Inventários	7 854 453	5 678 362	4 527 918	4 527 918	4 527 918
Estado e Outros Entes Públicos	35 733	39 707	42 587	45 515	45 927
Outras contas a receber	1 000	1 000	1 000	1 000	1 000
Diferimentos	46 280	46 279	46 279	46 279	46 279
Caixa e depósitos bancários	4 153 370	4 504 323	4 280 760	4 169 426	4 037 697
	12 090 836	10 269 671	8 898 544	8 790 138	8 658 821
Total do Ativo	19 694 951	20 227 382	19 842 074	19 537 121	19 195 768
Património Líquido e Passivo					
Património Líquido					
Património/Capital	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609	8 382 609
Reservas	118 056	205 518	262 808	274 872	287 369
Resultados Transitados	-457 308	1 204 472	2 292 988	2 522 206	2 759 647
Resultado Líquido do Período	1 749 242	1 145 806	241 282	249 936	226 570
Total do Património Líquido	9 792 599	10 938 405	11 179 687	11 429 623	11 656 195
Passivo					
Passivo não Corrente					
Financiamentos obtidos	8 720 000	8 180 000	7 640 000	7 100 000	6 560 000
Outras contas a pagar	73 923	70 462	51 734	35 656	7 623
	8 793 923	8 250 462	7 691 734	7 135 656	6 567 623
Passivo Corrente					
Estado e outros entes públicos	140 014	92 484	21 264	21 946	20 105
Financiamentos obtidos	540 000	540 000	540 000	540 000	540 000
Outras Contas a Pagar	211 299	187 817	190 094	189 505	190 355
Diferimentos	217 116	218 204	219 295	220 391	221 490
	1 108 429	1 038 515	970 653	971 842	971 950
Total do Passivo	9 902 352	9 288 977	8 662 387	8 107 498	7 539 573
Total do Património Líquido e do Passivo	19 694 951	20 227 382	19 842 074	19 537 121	19 195 768

Demonstração de Resultados

Para a elaboração da Demonstração de Resultados previsional para o período de 2022 – 2026 foram assumidos, principalmente, e além dos critérios evidenciados nos pontos das receitas e despesas plurianuais, os seguintes pressupostos:

- O reconhecimento como gasto em 2022 das despesas suportadas em 2019 e 2020 com a participação da Sociedade no evento MIPIM, no valor estimado de 122.500€;
- Cálculo do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas tendo em consideração o seguinte:

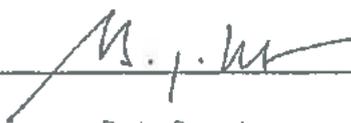
- Tributações autónomas no valor estimado de 2.100€;
- Consideração para cálculo da matéria coletável de apenas 30% do resultado antes do imposto, tendo em consideração a dedução de prejuízos apurados em anos anteriores;
- Aplicação de uma taxa de 21% à matéria coletável;
- Aplicação de uma taxa de 1% ao resultado antes de imposto, associado à derrama;

Tabela 13: Demonstração de Resultados Previsional 2022 - 2026

Rendimentos e Gastos	Períodos				
	2022	2023	2024	2025	2026
Impostos, Contribuições e taxas	81	81	81	81	81
Vendas	3 500 000	-	-	-	-
Prestações de serviços e concessões	2 167 575	2 700 161	2 778 540	2 827 801	2 855 505
Transferências correntes e subsídios à exploração obtidos	5 288 837	4 174 679	3 174 679	3 198 057	3 198 057
Variação nos inventários da produção	1 347 191	-2 170 092	1 150 444	-	-
Trabalhos para a própria entidade	0	2 524 319	1 182 547	-	-
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	-4 216 697	-	-	-	-
Fornecimentos e serviços externos	-1 698 502	-1 617 090	-4 330 932	-4 356 911	-4 391 000
Gastos com o pessoal	-1 261 945	-1 258 579	-1 265 451	-1 272 357	-1 279 297
Outros rendimentos e ganhos	526 933	241 510	251 799	243 255	243 725
Outros gastos e perdas	527 123	-137 536	137 536	-137 536	-137 536
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos	2 096 350	1 450 553	503 289	501 390	488 635
Gastos revisionais de depreciação e de amortização	-105 613	-172 864	201 353	194 302	-208 845
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)	1 930 737	1 277 689	299 936	307 088	279 790
Juros e gastos similares suportados	-11 481	-19 301	-17 391	-15 280	-31 115
Resultado antes de impostos	1 889 256	1 238 300	262 546	271 802	246 675
Imposto sobre o rendimento do período	-140 614	-162 484	-21 264	-21 940	-20 105
Resultado líquido do período	1 749 242	1 145 806	241 282	249 936	226 570

O presente documento, foi aprovado pelo Conselho de Administração em 26 de novembro de 2021

O Conselho de Administração



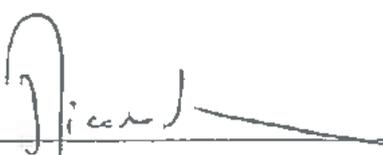
Pedro Baganha

Presidente do Conselho de Administração



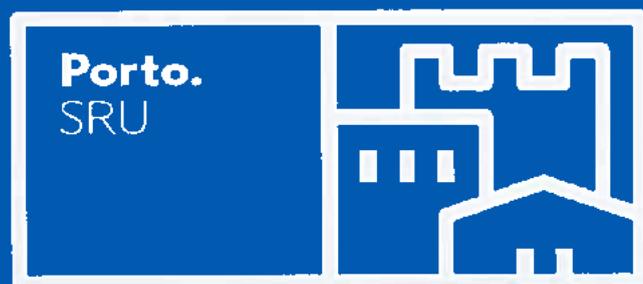
Raquel Maia

Vice-Presidente do Conselho de Administração



Ricardo Valente

Vogal do Conselho de Administração



V. PARECER DO FISCAL ÚNICO

Parecer do Fiscal Único
relativo aos Instrumentos de Gestão Previsional 2021-2025 da
Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A.

Introdução

Conforme previsto na alínea j) do n.º 6 do artigo 25º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, e na alínea j) do artigo 20º dos Estatutos da Porto Vivo, SRU – Sociedade de Reabilitação Urbana do Porto, E.M., S.A (adiante designada por Porto Vivo SRU), procedemos, na qualidade de Fiscal Único desta Sociedade, à apreciação dos Instrumentos de Gestão Previsional 2022-2026, que compreendem o Plano de Atividades, as Demonstrações Orçamentais Previsionais, o Plano Plurianual de Investimentos e as Demonstrações Financeiras Previsionais.

Responsabilidades

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação e apresentação de Instrumentos de Gestão Previsional e a divulgação dos pressupostos em que as previsões neles incluídas se baseiam. Estes Instrumentos de Gestão Previsional são preparados nos termos exigidos pelo artigo 42º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto.

A nossa responsabilidade consiste em (i) avaliar a razoabilidade dos pressupostos utilizados na preparação dos Instrumentos de Gestão Previsional; (ii) verificar se os Instrumentos de Gestão Previsional foram preparados de acordo com os pressupostos; e (iii) concluir sobre se a apresentação dos Instrumentos de Gestão Previsional é adequada, e emitir o respetivo parecer.

Âmbito

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional de Trabalhos de Garantia de Fiabilidade 3400 (ISAE 3400) – Exame de Informação Financeira Prospetiva e nas demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e consistiu:

- a) principalmente, em indagações e procedimentos analíticos destinados a rever:
 - a fiabilidade das asserções constantes da informação previsional;
 - a adequação das políticas contabilísticas adotadas, tendo em conta as circunstâncias e a consistência da sua aplicação;
 - a adequação da apresentação da informação previsional.
- b) na verificação das previsões constantes dos documentos em análise, com o objetivo de obter uma segurança moderada sobre os seus pressupostos, critérios e coerência.



Entendemos que o trabalho efetuado proporciona uma base aceitável para a emissão do presente parecer sobre os instrumentos de gestão previsional.

Parecer

Baseado na nossa avaliação da prova que suporta os pressupostos, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que esses pressupostos não proporcionam uma base aceitável para as previsões contidas nos Instrumentos de Gestão Previsional da Entidade acima indicados. Além disso, em nossa opinião, as demonstrações financeiras prospetivas estão devidamente preparadas com base nos pressupostos e apresentadas numa base consistente com as políticas contabilísticas normalmente adotadas pela Entidade, de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas adotado em Portugal.

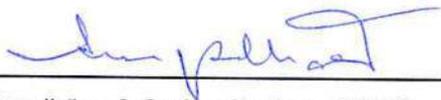
Devemos contudo advertir que, frequentemente, os acontecimentos futuros não ocorrem da forma esperada, pelo que os resultados reais serão provavelmente diferentes dos previstos e as variações poderão ser materialmente relevantes.

Ênfases

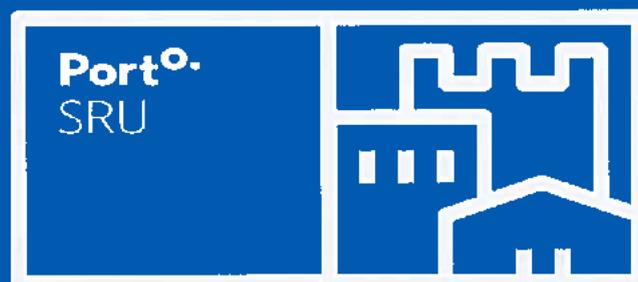
Sem afetar o parecer expresso no capítulo anterior, chamamos a atenção para os seguintes factos:

1. O modelo de projeções financeiras que suporta os Instrumentos de Gestão Previsional em apreciação tem por base previsões para o período findo em 31 de dezembro de 2021, cuja execução poderá ter impacto no nível da receita e despesa estimada, na situação patrimonial e nos resultados das operações projetados para 2022.
2. Conforme referido no documento em análise, a realização das atividades previstas em sede de plano de atividades para 2022, designadamente no que respeita aos investimentos em reabilitação urbana, dependerá, essencialmente, da concretização das receitas estimadas decorrentes da alienação de prédios do Morro da Sé (receita estimada no valor de 3.500 m€) e da aprovação da candidatura a submeter no âmbito do Plano de Recuperação e Resiliência, nos moldes previstos (comparticipação no montante de 2.464 m€).

Porto, 29 de novembro de 2021



António Magalhães & Carlos Santos - SROC
representada por António Monteiro de Magalhães - ROC n.º 179



VI. ANEXOS

Orçamento - Receita

Exercício: 2022
 Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Receitas Correntes					
01	319	06	Transferências correntes		1,000,000.00
01	319	0603	Administrações central		1,000,000.00
01	319	060301	Estado		1,000,000.00
01	319	06030101	Estados - Outras Entidades	1,000,000.00	1,000,000.00
Total das Receitas Correntes					1,000,000.00
Total F. Fin. 319					1,000,000.00
Receitas Correntes					
01	442	06	Transferências correntes		2,464,276.00
01	442	0603	Administrações central		2,464,276.00
01	442	060301	Estado		527.00
01	442	06030101	Estados - Outras Entidades	527.00	527.00
01	442	060306	Estado - Participação comunitária em projectos co-fi.	2,463,749.00	2,463,749.00
Total das Receitas Correntes					2,464,276.00
Total F. Fin. 442					2,464,276.00
Receitas Correntes					
01	513	05	Rendimentos da propriedade		321,646.00
01	513	0510	Rendas		321,646.00
01	513	051003	Habitacões		194,029.00
01	513	0510030100	Rendas Frações Habitacionais PI	194,029.00	194,029.00
01	513	051004	Edifícios		127,617.00
01	513	0510040100	Rendas Frações Comerciais PI	127,617.00	127,617.00
01	513	07	Venda de bens e serviços correntes		5,496,477.00
01	513	0701	Venda de bens		3,500,000.00
01	513	070111	Produtos acabados e intermédios		3,500,000.00
01	513	07011180	Frações em processo de reabilitação	3,500,000.00	3,500,000.00
01	513	0702	Serviços		121,766.00
01	513	070299	Outros		121,766.00
01	513	070299A0	Licenciamentos e outros		121,766.00
01	513	070299A002	Certidões e Vistorias	100.00	100.00
01	513	070299A004	Serviços de consultoria e assessoria	121,566.00	121,566.00
01	513	070299A005	Outros serviços prestados	100.00	100.00
01	513	0703	Rendas		1,874,711.00
01	513	070301	Habitacões		1,874,711.00
01	513	070301A000	Habitacões - Porto com Sentido	1,639,598.00	1,639,598.00
01	513	070301A001	Habitacões - Gestão SRU	235,113.00	235,113.00
01	513	08	Outras receitas correntes		372,878.00
01	513	0801	Outras receitas correntes		372,878.00
01	513	080101	Prémios, taxas por garantias de risco e diferenças d.	100.00	100.00
01	513	080199	Outras		372,778.00
01	513	080199A0	Protocolos e Outros		372,778.00
01	513	080199A001	Protocolos	73,062.00	73,062.00
01	513	080199A002	Reembolso de indemnizações	299,616.00	299,616.00
01	513	080199A003	Outras Receitas Correntes	100.00	100.00
Total das Receitas Correntes					6,191,001.00
Receitas de Capital					
01	513	15	Reposições não abatidas nos pagamentos		20,000.00
01	513	1501	Reposições não abatidas nos pagamentos		20,000.00
01	513	150101	Reposições não abatidas nos pagamentos	20,000.00	20,000.00
Total das Receitas de Capital					20,000.00
Total F. Fin. 513					6,211,001.00

Orçamento - Receita

Exercício: 2021

Lançamento: 000 Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Receitas Correntes					
01	540	06	Transferências correntes		1.824,561.00
01	540	0605	Administração local		1.824,561.00
01	540	060501	Continente		1.824,561.00
01	540	06050101	Transferência Município do Porto	1.824,561.00	1.824,561.00
Total das Receitas Correntes					1.824,561.00
Total F. Fin. 540					1.824,561.00
Total Orgânica 01					11,499,838.00
Total Orçamento					11,499,838.00

O Responsável

O Conselho de Administração

Em _____ de _____ de _____

Em _____ de _____ de _____

Orçamento - Despesa

Exercício: 2022
 Lançamento: 000 Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	319	02	Aquisição de bens e serviços		9,225.00
01	319	0202	Aquisição de serviços		9,225.00
01	319	020212	Seguros		246.00
01	319	020212B000	Outras	246.00	246.00
01	319	020213	Deslocações e estadas	2,460.00	2,460.00
01	319	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		984.00
01	319	020214B0	Estudos, pareceres, projetos e consultoria: Serviços ...	984.00	984.00
01	319	020220	Outros trabalhos especializados		5,535.00
01	319	020220E000	Outros Trabalhos Especializados	5,535.00	5,535.00
01	319	03	Juros e outros encargos		36,381.00
01	319	0301	Juros da dívida pública		36,381.00
01	319	030108	Administração pública local - Continente	36,381.00	36,381.00
01	319	06	Outras despesas correntes		16,323.00
01	319	0602	Diversas		16,323.00
01	319	060203	Outras		16,323.00
01	319	060203V00	Outras - Iva a Pagar	16,323.00	16,323.00
Total das Despesas Correntes					61,929.00
Despesas de Capital					
01	319	07	Aquisição de bens de capital		398,071.00
01	319	0701	Investimentos		398,071.00
01	319	070102	Habitções		398,071.00
01	319	070102A0B0	Reabilitação	398,071.00	398,071.00
01	319	10	Passivos financeiros		540,000.00
01	319	1006	Empréstimos a médio e longo prazos		540,000.00
01	319	100603	Sociedades financeiras - Bancos e outras instituições	540,000.00	540,000.00
Total das Despesas de Capital					938,071.00
Total F. Fin. 319					1,000,000.00
Despesas Correntes					
01	442	04	Transferências correntes		527.00
01	442	0408	Famílias		527.00
01	442	040802	Outras		527.00
01	442	040802B0	Outras	527.00	527.00
Total das Despesas Correntes					527.00
Despesas de Capital					
01	442	07	Aquisição de bens de capital		2,463,749.00
01	442	0701	Investimentos		2,463,749.00
01	442	070102	Habitções		2,463,749.00
01	442	070102A0B0	Aquisições	1,976,697.00	1,976,697.00
01	442	070102A0B0	Reabilitação	487,052.00	487,052.00
Total das Despesas de Capital					2,463,749.00
Total F. Fin. 442					2,464,276.00
Despesas Correntes					
01	513	01	Despesas com o pessoal		490,878.00
01	513	0101	Remunerações certas e permanentes		399,273.00
01	513	010102	Órgãos sociais	11,859.00	11,859.00
01	513	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	76,153.00	76,153.00
01	513	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato Individual trab...	135,914.00	135,914.00
01	513	010106	Pessoal contratado a termo	22,035.00	22,035.00
01	513	010107	Pessoal em regime de tarefa ou avença	95,172.00	95,172.00

Orçamento - Despesa

Exercício: 2022

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	513	010111	Representação	5.559,00	5.559,00
01	513	010113	Subsídio de refeição	11.546,00	11.546,00
01	513	010114	Subsídio de férias e de Natal		41.035,00
01	513	010114SF	Subsídio de férias	20.473,00	20.473,00
01	513	010114SN	Subsídio de Natal	20.562,00	20.562,00
01	513	0102	Abonos variáveis ou eventuais		2.798,00
01	513	010202	Horas extraordinárias	1.000,00	1.000,00
01	513	010204	Ajudas de custo	1.282,00	1.282,00
01	513	010205	Abono p ^o falhas	516,00	516,00
01	513	0103	Segurança social		88.807,00
01	513	010301	Encargos com a saúde		13.544,00
01	513	010301A0	Contribuições da Ent. Patronal ADSE	10.000,00	10.000,00
01	513	010301A1	Encargos com a saúde - SNS	3.544,00	3.544,00
01	513	010305	Contribuições p ^o a segurança social		66.939,00
01	513	010305A0.A0	Caixa Geral de Aposentações	25.239,00	25.239,00
01	513	010305A0.B0	Segurança Social	41.352,00	41.352,00
01	513	010305A0.C0	Fundo de Compensação do Trabalho	323,00	323,00
01	513	010305A0.D0	Fundo de Garantia Compensação do Trabalho	25,00	25,00
01	513	010309	Seguros	8.324,00	8.324,00
01	513	02	Aquisição de bens e serviços		2.159.170,00
01	513	0201	Aquisição de bens		41.385,00
01	513	020102	Combustíveis e lubrificantes	3.979,00	3.979,00
01	513	020104	Limpeza e higiene	665,00	665,00
01	513	020105	Alimentação-Refeições confeccionadas	100,00	100,00
01	513	020108	Material de escritório		3.876,00
01	513	020108A000	Papel	540,00	540,00
01	513	020108B000	Consumíveis de impressão	532,00	532,00
01	513	020108C000	Outro Material de Escritório	2.804,00	2.804,00
01	513	020109	Produtos químicos e farmacêuticos		188,00
01	513	020109B0.00	Vacinas	133,00	133,00
01	513	020109C0.00	Outros	55,00	55,00
01	513	020117	Ferramentas e utensílios	150,00	150,00
01	513	020118	Livros e documentação técnica	824,00	824,00
01	513	020119	Artigos honoríficos e de decoração	100,00	100,00
01	513	020121	Outros bens	31.503,00	31.503,00
01	513	0202	Aquisição de serviços		2.127.785,00
01	513	020201	Encargos das instalações		23.488,00
01	513	020201A000	Encargos das instalações	23.488,00	23.488,00
01	513	020202	Limpeza e higiene	22.328,00	22.328,00
01	513	020203	Conservação de bens	99.266,00	99.266,00
01	513	020204	Locação de edifícios		1.639.598,00
01	513	020204C000	Outros	1.639.598,00	1.639.598,00
01	513	020205	Locação de material de informática		23.873,00
01	513	020205A0	Locação de Hardware informático	23.873,00	23.873,00
01	513	020209	Comunicações		15.991,00
01	513	020209A0	Acessos à internet	12.973,00	12.973,00
01	513	020209C0	Comunicações Fixas de Voz	200,00	200,00
01	513	020209D0	Comunicações Móveis	1.194,00	1.194,00
01	513	020209F0	Outros Serviços de Comunicações	1.624,00	1.624,00
01	513	020210	Transportes	10.491,00	10.491,00
01	513	020211	Representação dos serviços		500,00
01	513	02021100	Representação dos serviços	500,00	500,00
01	513	020212	Seguros		14.423,00
01	513	0202128000	Outros	14.423,00	14.423,00
01	513	020213	Deslocações e estadas	5.822,00	5.822,00
01	513	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultoria		40.672,00
01	513	020214B0	Estudos, pareceres, projetos e consultoria- Serviços	17.099,00	17.099,00
01	513	020214D000	Estudos, pareceres, projetos e consultoria- Outros	23.573,00	23.573,00
01	513	020215	Formação		13.002,00

Orçamento - Despesa

Exercício: 2022
 Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	513	02021580	Outras	13,002.00	13,002.00
01	513	020216	Seminários, exposições e similares	48,911.00	48,911.00
01	513	020217	Publicidade		10,659.00
01	513	020217A0	Publicidade		1,200.00
01	513	020217A000	Publicidade Obrigatória	1,200.00	1,200.00
01	513	020217B0A0	Publicidade - Em território nacional	9,459.00	9,459.00
01	513	020218	Vigilância e segurança	17,686.00	17,686.00
01	513	020219	Assistência técnica		10,356.00
01	513	020219A0A0	Impressoras/Fotocopiadoras/Scanner	271.00	271.00
01	513	020219B000	Software Informático	5,925.00	5,925.00
01	513	020219C000	Assistência Técnica - Outros	4,160.00	4,160.00
01	513	020220	Outros trabalhos especializados		117,529.00
01	513	020220A0	Serviços de Natureza Informática		8,044.00
01	513	020220A0B0	Contratos de Impressão	1,327.00	1,327.00
01	513	020220A0C0	Outros Trabalhos Especializados	6,717.00	6,717.00
01	513	020220D000	Patrocínio Judiciário	28,894.00	28,894.00
01	513	020220E000	Outros Trabalhos Especializados	80,591.00	80,591.00
01	513	020221	Utilização de infra-estruturas de transportes		540.00
01	513	02022100	Utilização de infra-estruturas de transportes	540.00	540.00
01	513	020225	Outros serviços	12,650.00	12,650.00
01	513	03	Juros e outros encargos		9,227.00
01	513	0302	Outros encargos correntes da dívida pública		5,000.00
01	513	0302010000	Despesas Diversas	5,000.00	5,000.00
01	513	0305	Outros juros		100.00
01	513	030502	Outros		100.00
01	513	030502a0	Outros	100.00	100.00
01	513	0306	Outros encargos financeiros		4,127.00
01	513	030601	Outros encargos financeiros	4,127.00	4,127.00
01	513	04	Transferências correntes		9,993.00
01	513	0408	Famílias		9,993.00
01	513	040802	Outras		9,993.00
01	513	040802B0	Outras	9,993.00	9,993.00
01	513	06	Outras despesas correntes		643,355.00
01	513	0602	Diversas		643,355.00
01	513	060201	Impostos e taxas	160,643.00	160,643.00
01	513	060203	Outras		482,712.00
01	513	060203A000	Outras - Iva a Pagar	108,835.00	108,835.00
01	513	060203C000	Outros	373,877.00	373,877.00
				Total das Despesas Correntes	3,322,623.00
Despesas de Capital					
01	513	07	Aquisição de bens de capital		2,795,544.00
01	513	0701	Investimentos		2,795,544.00
01	513	070102	Habitções		2,699,387.00
01	513	070102A0A0	Aquisições	2,240,000.00	2,240,000.00
01	513	070102A0B0	Reabilitação	459,387.00	459,387.00
01	513	070103	Edifícios		55,000.00
01	513	070103A0A0	Reabilitação Edifícios Pl	55,000.00	55,000.00
01	513	070108	Software informático		26,397.00
01	513	070108D0	Administração Local		26,397.00
01	513	070108D0.B0	Outros - Software Informático	26,397.00	26,397.00
01	513	070110	Equipamento básico		14,760.00
01	513	070110D0.B0	Equipamento básico - Outros	14,760.00	14,760.00
				Total das Despesas de Capital	2,795,544.00
				Total F. Fin. 513	6,118,167.00

Orçamento - Despesa

Exercício: 2022
 Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	540	01	Despesas com o pessoal		673.625,00
01	540	0101	Remunerações certas e permanentes		689.666,00
01	540	010102	Órgãos sociais	26.875,00	26.875,00
01	540	010103	Pessoal dos quadros-Regime de função pública	111.430,00	111.430,00
01	540	010104	Pessoal dos quadros-Reg de contrato individual trab	304.424,00	304.424,00
01	540	010106	Pessoal contratado a termo	115.670,00	115.670,00
01	540	010111	Representação	10.751,00	10.751,00
01	540	010113	Subsídio de refeição	27.282,00	27.282,00
01	540	010114	Subsídio de férias e de Natal		93.234,00
01	540	010114SF	Subsídio de férias	46.453,00	46.453,00
01	540	010114SN	Subsídio de Natal	46.781,00	46.781,00
01	540	0102	Abonos variáveis ou eventuais		520,00
01	540	010205	Abono pª falhas	520,00	520,00
01	540	0103	Segurança social		183.439,00
01	540	010301	Encargos com a saúde		8.278,00
01	540	010301A1	Encargos com a saúde - SNS	8.278,00	8.278,00
01	540	010305	Contribuições pª a segurança social		154.206,00
01	540	010305A0 A0	Caixa Geral de Aposentações	39.811,00	39.811,00
01	540	010305A0 B0	Segurança Social	112.603,00	112.603,00
01	540	010305A0 C0	Fundo de Compensação do Trabalho	1.656,00	1.656,00
01	540	010305A0 D0	Fundo de Garantia Compensação do Trabalho	136,00	136,00
01	540	010309	Seguros	20.955,00	20.955,00
01	540	02	Aquisição de bens e serviços		241.428,00
01	540	0201	Aquisição de bens		33.718,00
01	540	020102	Combustíveis e lubrificantes	3.401,00	3.401,00
01	540	020104	Limpeza e higiene	565,00	565,00
01	540	020108	Material de escritório		1.818,00
01	540	020108A000	Papel	460,00	460,00
01	540	020108B000	Consumíveis de Impressão	452,00	452,00
01	540	020108C000	Outro Material de Escritório	906,00	906,00
01	540	020109	Produtos químicos e farmacêuticos		158,00
01	540	020109B0.00	Vacinas	113,00	113,00
01	540	020109C0.00	Outros	45,00	45,00
01	540	020121	Outros bens	27.776,00	27.776,00
01	540	0202	Aquisição de serviços		207.710,00
01	540	020201	Encargos das instalações		6.066,00
01	540	020201A000	Encargos das instalações	6.066,00	6.066,00
01	540	020202	Limpeza e higiene	11.937,00	11.937,00
01	540	020203	Conservação de bens	8.949,00	8.949,00
01	540	020205	Locação de material de informática		19.003,00
01	540	020205A0	Locação de Hardware Informático	19.003,00	19.003,00
01	540	020209	Comunicações		13.418,00
01	540	020209A0	Acessos à Internet	11.092,00	11.092,00
01	540	020209D0	Comunicações Móveis	1.020,00	1.020,00
01	540	020209F0	Outros Serviços de Comunicações	1.306,00	1.306,00
01	540	020210	Transportes	8.970,00	8.970,00
01	540	020213	Deslocações e estadas	2.544,00	2.544,00
01	540	020214	Estudos, pareceres, projectos e consultadoria		25.201,00
01	540	020214B0	Estudos, pareceres, projetos e consultoria - Serviços	11.339,00	11.339,00
01	540	020214D000	Estudos, pareceres, projetos e consultoria - Outros	13.862,00	13.862,00
01	540	020215	Formação		1.898,00
01	540	020215B0	Outras	1.898,00	1.898,00
01	540	020216	Seminários, exposições e similares	39.804,00	39.804,00
01	540	020217	Publicidade		3.690,00
01	540	020217B0A0	Publicidade - Em território nacional	3.690,00	3.690,00
01	540	020218	Vigilância e segurança	15.121,00	15.121,00
01	540	020219	Assistência técnica		27.391,00
01	540	020219A0A0	Impressoras/Fotocopiadoras/Scanner	229,00	229,00
01	540	020219B000	Software Informático	27.162,00	27.162,00

Orçamento - Despesa

Exercício: 2022

Lançamento: 000 - Actual

Valores em EUR

Orgânica	F. Fin.	Económica	Descrição	Valor	Total
Despesas Correntes					
01	540	020220	Outros trabalhos especializados		17,552.00
01	540	020220A0	Serviços de Natureza Informática		3,810.00
01	540	020220A0B0	Contratos de Impressão	1,133.00	1,133.00
01	540	020220A0C0	Outros Trabalhos Especializados	2,677.00	2,677.00
01	540	020220D000	Patrocínio Judiciário	1,856.00	1,856.00
01	540	020220E000	Outros Trabalhos Especializados	11,886.00	11,886.00
01	540	020221	Utilização de Infra-estruturas de transportes		460.00
01	540	02022100	Utilização de infra-estruturas de transportes	460.00	460.00
01	540	020225	Outros serviços	5,706.00	5,706.00
01	540	03	Juros e outros encargos		2,522.00
01	540	0306	Outros encargos financeiros		2,522.00
01	540	030601	Outros encargos financeiros	2,522.00	2,522.00
01	540	06	Outras despesas correntes		1,457.00
01	540	0602	Diversas		1,457.00
01	540	060201	Impostos e taxas	977.00	977.00
01	540	060203	Outras		480.00
01	540	060203IV00	Outras - Iva a Pagar	480.00	480.00
Total das Despesas Correntes					1,119,032.00
Despesas de Capital					
01	540	07	Aquisição de bens de capital		705,529.00
01	540	0701	Investimentos		705,529.00
01	540	070102	Habitacões		705,529.00
01	540	070102A0B0	Reabilitação	705,529.00	705,529.00
Total das Despesas de Capital					705,529.00
Total F. Fin. 540					1,824,561.00
Total Orgânica 01					11,407,004.00
Total Orçamento					11,407,004.00

O Responsável

Em ____ de ____ de ____

O Conselho de Administração

Em ____ de ____ de ____

Eixo do Plano	Objetivo	Atividade	Indicador	Fatores					Base de cálculo / Métrica
				1.T	2.T	3.T	4.T	Anual	
E1 - ORU Centro Histórico	Monitorizar a ORU do Centro Histórico do Povo da Ponte Luz e Médio rio da Serra do Pilar	Elaborar o relatório de monitorização da ORU do Centro Histórico do Povo	$I1 = 0,15A + 0,10B + 0,10(C \times D \times E) + 0,10(F \times G) + 0,05(H \times 0,05) + 0,15J$	(A) Recolha 8 indicadores no Plano de Gestão do CH	(A) Recolha 8 indicadores no Plano de Gestão do CH	(A) Recolha 6 indicadores no Plano de Gestão do CH	(A) Recolha 8 indicadores no Plano de Gestão do CH	(A) Recolha de 30 indicadores.	(A) = Realizado / Programado com o limite de 1,1
				(B) NA	(B) NA	(B) NA	(B) Atualização da cartografia temática (10 cartas)	(B) Atualização da cartografia temática (10 cartas)	(B) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
				(C) Identificação dos edifícios do CH	(C) NA	(C) NA	(C) Identificação dos edifícios do CH	(C) Identificação dos edifícios do CH	(C) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
				(D) NA	(D) Caracterização dos problemas de 10 edifícios	(D) NA	(D) Caracterização dos problemas de 10 edifícios	(D) Caracterização dos problemas de 10 edifícios	(D) Nº Edifícios caracterizados com problemas/10
				(E) NA	(E) NA	(E) Propostas de resolução de 5 edifícios	(E) Propostas de resolução de 5 edifícios	(E) Propostas de resolução de 10 edifícios	(E) Nº Propostas de resolução de problemas/10
				(F) NA	(F) Caracterização de 8 situações	(F) NA	(F) Caracterização de 8 situações	(F) Caracterização de 8 situações	(F) Nº Caracterizações/8
				(G) NA	(G) NA	(G) Propostas de resolução de 4 situações	(G) Propostas de resolução de 4 situações	(G) Propostas de resolução de 8 situações	(G) Nº Propostas de resolução/8
				(H) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação.	(H) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação.	(H) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação.	(H) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação.	(H) Assegurar a resposta ao DMU no prazo máximo de 10 dias após a receção do pedido de informação.	(H) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
				(I) Assegurar a participação em todas as ações	(I) Assegurar a participação em todas as ações	(I) Assegurar a participação em todas as ações	(I) Assegurar a participação em todas as ações	(I) Assegurar a participação em todas as ações	(I) Nº de participações em ações/Nº total de ações
				(J) NA	(J) NA	(J) Elaboração de 50% do relatório de monitorização	(J) Elaboração de 50% do relatório de monitorização	(J) Elaboração do relatório de monitorização da ORU.	(J) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.
				(A) Assegurar o cumprimento de 25% das ações	(A) Assegurar o cumprimento de 25% das ações	(A) Assegurar o cumprimento de 25% das ações	(A) Assegurar o cumprimento de 25% das ações	(A) Assegurar um grau de cumprimento das ações superior a 0,8	(A) = Realizado / Programado com o limite de 1,75
				(B) NA	(B) NA	(B) Iniciar 2 processos de intenção de reabilitação	(B) Iniciar 2 processos de intenção de reabilitação	(B) Iniciar 4 processos de intenção de reabilitação	(B) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário. Equivale a iniciar processo de intenção de reabilitação a submissão do projeto de arquitetura a CMP
(C) NA	(C) NA	(C) Realização de uma sessão de apresentação da UI.	(C) Realização de uma sessão de apresentação da UI.	(C) Realização de uma sessão de apresentação da UI.	(C) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.				

MV
U

<p>Promover a Reabilitação da Residência de Estudantes</p> <p>Promover a Reabilitação Unidade de Alojamento Turístico e</p>	<p>Concluir o programa de reabilitação urbana do Morro da S4</p> <p>Promover a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína na ARU de Campanhã Estação</p> <p>Acompanhar a execução dos projectos estruturantes e intervenções no espaço público</p> <p>Atualizar o diagnóstico do estado de conservação do edifício dos edifícios em mau estado de conservação e ruína</p> <p>Acompanhar as dinâmicas locais no que concerne à transmissão de imóveis e ao processo de reabilitação do edifício, através da monitorização das comunicações para efeitos de exercício de preferência e dos processos de controlo prévio de operações urbanísticas.</p> <p>Promover a articulação entre as soluções contidas no POM e as ações constantes do programa</p> <p>Realizar as ações constantes plano de comunicação</p>	<p>13 = 0,50A+0,50B</p>	<p>(D) NA</p> <p>(A) Concretizar a alienação</p> <p>(B) Lançar concurso</p> <p>(A) Validar e acompanhar a reabilitação de 3 imóveis</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU de Campanhã Estação</p> <p>(D) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização realtivo à análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado</p> <p>(E) Realizar 1 reunião trimestral</p> <p>(F) Realizar 2 atividades inerentes ao plano de comunicação</p>	<p>(D) NA</p> <p>(A) NA</p> <p>(B) Concretizar a alienação</p> <p>(A) Validar e acompanhar a reabilitação de 3 imóveis</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU de Campanhã Estação</p> <p>(D) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização realtivo à análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado</p> <p>(E) Realizar 1 reunião trimestral</p> <p>(F) Realizar 3 atividades inerentes ao plano de comunicação</p>	<p>(D) NA</p> <p>(A) NA</p> <p>(B) Concretizar a alienação</p> <p>(A) Validar e acompanhar a reabilitação de 3 imóveis</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU de Campanhã Estação</p> <p>(D) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização realtivo à análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado</p> <p>(E) Realizar 1 reunião trimestral</p> <p>(F) Realizar 2 atividades inerentes ao plano de comunicação</p>	<p>(D) NA</p> <p>(A) NA</p> <p>(B) Concretizar a alienação</p> <p>(A) Validar e acompanhar a reabilitação de 3 imóveis</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU de Campanhã Estação</p> <p>(D) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização realtivo à análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado</p> <p>(E) Realizar 1 reunião trimestral</p> <p>(F) Realizar 3 atividades inerentes ao plano de comunicação</p>	<p>(D) NA</p> <p>(A) NA</p> <p>(B) Concretizar a alienação</p> <p>(A) Validar e acompanhar a reabilitação de 3 imóveis</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU de Campanhã Estação</p> <p>(D) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização realtivo à análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado</p> <p>(E) Realizar 1 reunião trimestral</p> <p>(F) Realizar 3 atividades inerentes ao plano de comunicação</p>	<p>(D) NA</p> <p>(A) NA</p> <p>(B) Concretizar a alienação</p> <p>(A) Validar e acompanhar a reabilitação de 3 imóveis</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU de Campanhã Estação</p> <p>(D) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização realtivo à análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado</p> <p>(E) Realizar 1 reunião trimestral</p> <p>(F) Realizar 3 atividades inerentes ao plano de comunicação</p>	<p>(D) NA</p> <p>(A) NA</p> <p>(B) Concretizar a alienação</p> <p>(A) Validar e acompanhar a reabilitação de 3 imóveis</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU de Campanhã Estação</p> <p>(D) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização realtivo à análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado</p> <p>(E) Realizar 1 reunião trimestral</p> <p>(F) Realizar 3 atividades inerentes ao plano de comunicação</p>	<p>(D) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.</p> <p>(A) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.</p> <p>(B) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.</p> <p>(A)=Obras iniciadas/12 com o limite de 1 2</p> <p>(B) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.</p> <p>(C) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.</p> <p>(E) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.</p> <p>(F) assume o valor 1, se cumprido; 0, caso contrário.</p>	<p>Acompanhamento dos 2 processos de expropriação</p> <p>Alienar a "Residência de Estudantes"</p> <p>Alienar "Unidade de Alojamento Turístico"</p> <p>Induzir a reabilitação de 12 imóveis</p> <p>Relatório anual de monitorização</p> <p>Proceder ao diagnóstico de 100% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU de Campanhã Estação</p> <p>Elaborar 1 relatório anual de monitorização realtivo à análise estatística que permita aferir da dinâmica do mercado</p> <p>Realizar 4 reuniões com técnicos das diferentes entidades</p> <p>Cumprir em 90% atividades constantes no plano de comunicação (dependente da UO Comunicação Empresarial)</p>
---	--	-------------------------	---	--	--	--	--	--	--	--	--

M ✓

U

Operações de Reabilitação Urbana - ORU	Desencadear os procedimentos de reabilitação do edifício degradado envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU Corujeira	Promover a reabilitação dos edifícios que apresentam um mau estado de conservação ou ruína na ARU da Corujeira	<p>(A) Validar e acompanhar reabilitação de 1 imóvel</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU da Corujeira</p>	<p>(A) Validar e acompanhar reabilitação de 1 imóvel</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU da Corujeira</p>	<p>(A) Validar e acompanhar reabilitação de 1 imóvel</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU da Corujeira</p>	<p>(A) Validar e acompanhar reabilitação de 1 imóvel</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 100% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU da Corujeira</p>	<p>(A) Induzir a reabilitação de 4 imóveis</p> <p>(B) Relatório Anual de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 100% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU da Corujeira</p>	<p>(A) Obras iniciadas/4 com o limite de 1,2</p> <p>(B) assume o valor 1, se cumprido, 0, caso contrário.</p> <p>(C) assume o valor 1, se cumprido, 0, caso contrário.</p> <p>(D) assume o valor 1, se cumprido, 0, caso contrário.</p>
Operações de Reabilitação Urbana - ORU	Desencadear os procedimentos de reabilitação do edifício degradado envolvendo todos os agentes responsáveis pela implementação das ações preconizadas no documento regulador da ORU Corujeira	Promover a articulação entre as soluções candidatas no PDM e as ações constantes do programa de reabilitação	<p>(A) Validar e acompanhar reabilitação de 1 imóvel</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU da Corujeira</p>	<p>(A) Validar e acompanhar reabilitação de 1 imóvel</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU da Corujeira</p>	<p>(A) Validar e acompanhar reabilitação de 1 imóvel</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 25% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU da Corujeira</p>	<p>(A) Validar e acompanhar reabilitação de 1 imóvel</p> <p>(B) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(C) Proceder ao diagnóstico de 100% dos edifícios em mau estado e ruína na ARU da Corujeira</p>	<p>(A) Obras iniciadas/4 com o limite de 1,2</p> <p>(B) assume o valor 1, se cumprido, 0, caso contrário.</p> <p>(C) assume o valor 1, se cumprido, 0, caso contrário.</p> <p>(D) assume o valor 1, se cumprido, 0, caso contrário.</p>	
								<p>(D) Elaborar 1 relatório trimestral de monitorização</p> <p>(E) Realizar 1 reunião trimestral</p> <p>(F) Realizar 2 atividades inerentes ao plano de comunicação</p>

Handwritten marks and signatures at the bottom right of the page.

	Acompanhar e validar o estudo prévio relativo à proposta de reabilitação.		(C) Validar os estudos prévios submetidos pelos investidores (Não aplicável no trimestre)	(C) Validar 100% dos estudos prévios submetidos pelos investidores	(C) Validar 100% dos estudos prévios submetidos pelos investidores	(C) Validar 100% dos estudos prévios submetidos pelos investidores	(C) Validar 100% dos estudos prévios submetidos pelos investidores	(C) Assume o valor: 1. se cumprido; 0, caso contrário;
Projeto "Ilhas da Lomba"	Gerir, monitorizar e acompanhar o processo de candidatura ao Programa 1º Direito, cujo estudo foi elaborado no ano de 2021, no âmbito do Programa AIIA	17*1A	(A) Gerir, monitorizar e acompanhar o processo de candidatura ao Programa 1º Direito, cujo estudo foi elaborado no ano de 2021, no âmbito do Programa AIIA	(A) Gerir, monitorizar e acompanhar o processo de candidatura ao Programa 1º Direito, cujo estudo foi elaborado no ano de 2021, no âmbito do Programa AIIA	(A) Gerir, monitorizar e acompanhar o processo de candidatura ao Programa 1º Direito, cujo estudo foi elaborado no ano de 2021, no âmbito do Programa AIIA	(A) Gerir, monitorizar e acompanhar o processo de candidatura ao Programa 1º Direito, cujo estudo foi elaborado no ano de 2021, no âmbito do Programa AIIA	(A) Assume o valor: 1. se cumprido; 0, caso contrário;	
Assegurar a gestão patrimonial	Gerir o cadastro de bens imóveis	18*1A	(A) Atualizar o cadastro dos imóveis, com a informação disponível, assegurando obrigatoriamente, de modo continuado, a informação "caracterizadora" de todos os objetos, estado de ocupação, arrendatário(s), renda e contactos (não cumulativo)	(A) Atualizar o cadastro dos imóveis, com a informação disponível, assegurando obrigatoriamente, de modo continuado, a informação "caracterizadora" de todos os objetos, estado de ocupação, arrendatário(s), renda e contactos (não cumulativo)	(A) Atualizar o cadastro dos imóveis, com a informação disponível, assegurando obrigatoriamente, de modo continuado, a informação "caracterizadora" de todos os objetos, estado de ocupação, arrendatário(s), renda e contactos (não cumulativo)	(A) Atualizar o cadastro dos imóveis, com a informação disponível, assegurando obrigatoriamente, de modo continuado, a informação "caracterizadora" de todos os objetos, estado de ocupação, arrendatário(s), renda e contactos (não cumulativo)	(A) Assume o valor: 1. se cumprido; 0, caso contrário;	
	Promover e realizar concursos, de arrendamento, das habitações sob gestão da Porto Vivo, SRU.	19* 0,40A+0,30B+0,30C	(A) Lançamento de concurso de arrendamento dos imóveis, no prazo de 15 dias, a contar da data da sua disponibilização para concurso, comprovadas que estejam as adequadas condições para a sua utilização e um mínimo de habitações para concurso, definido pela unidade orgânica	(A) Lançamento de concurso de arrendamento dos imóveis, no prazo de 15 dias, a contar da data da sua disponibilização para concurso, comprovadas que estejam as adequadas condições para a sua utilização e um mínimo de habitações para concurso, definido pela unidade orgânica	(A) Lançamento de concurso de arrendamento dos imóveis, no prazo de 15 dias, a contar da data da sua disponibilização para concurso, comprovadas que estejam as adequadas condições para a sua utilização e um mínimo de habitações para concurso, definido pela unidade orgânica	(A) Lançamento de concurso de arrendamento dos imóveis, no prazo de 15 dias, a contar da data da sua disponibilização para concurso, comprovadas que estejam as adequadas condições para a sua utilização e um mínimo de habitações para concurso, definido pela unidade orgânica	(A) Assume o valor: 1. se cumprido; 0, caso contrário;	
Reabilitar os átrios			(B) Realizar o sorteio, até 21 dias após o termo do prazo da apresentação das candidaturas	(B) Realizar o sorteio, até 21 dias após o termo do prazo da apresentação das candidaturas	(B) Realizar o sorteio, até 21 dias após o termo do prazo da apresentação das candidaturas	(B) Realizar o sorteio, até 21 dias após o termo do prazo da apresentação das candidaturas	(B) Assume o valor: 1. se cumprido; 0, caso contrário;	
			(C) Garantir a celebração do contrato de arrendamento até 45 dias após o sorteio	(C) Garantir a celebração do contrato de arrendamento até 45 dias após o sorteio	(C) Garantir a celebração do contrato de arrendamento até 45 dias após o sorteio	(C) Garantir a celebração do contrato de arrendamento até 45 dias após o sorteio	(C) N.º contratos celebrados / N.º contratos a celebrar * 0,90, com limite de 1.1	

Handwritten marks: a checkmark, a signature, and the number 4.

<p>Operacional do Programa "Porto com Sentido"</p>	<p>Organizar e executar os procedimentos de consulta pública dos quais resultará a seleção de projetos de construção ou reabilitação de edifícios ou frações, que terão lugar e contratos, promessa de arrendamento, por aplicação das Condições Gerais do Programa;</p>	<p>113=0,25A+0,25B+0,25C+0,25D</p>	<p>Gestão do concurso do Programa Porto com Sentido</p> <p>(A) Concluir a análise das candidaturas até 20 dias após a sua submissão</p> <p>(B) Submeter a candidatura ao PAAP a cada 3 candidaturas ou 60 dias seguintes à conclusão da análise</p> <p>(C) Garantir a celebração do contrato de promessa de arrendamento até 10 dias após a adjudicação</p>	<p>(A) NA</p> <p>(B) NA</p> <p>(C) NA</p>	<p>(A) Assume o valor 1, se cumprido 0, caso contrário</p> <p>(B) Assume o valor 1, se cumprido 0, caso contrário</p> <p>(C) Assume o valor 1, se cumprido 0, caso contrário</p> <p>(D) Assume o valor 1, se cumprido 0, caso contrário</p>			
<p>E4 Projeto "Ilhas" da Cidade</p> <p>Estratégias específicas para a regeneração habitacional das "ILHAS" do Porto Cidade</p>	<p>Candidatura ao programa 1º Direito referente ao Projeto "Ilhas da Lomba"</p> <p>Produção e elaboração de todos os materiais de divulgação, não só para evidenciar tudo o que foi feito, mas para que possa servir de base a futuras intervenções, como dar apoio à operacionalização do projeto da Lomba</p> <p>Estudo aprofundado sobre as 14 ilhas da UI da Lomba, cujos levantamentos físicos e sociais foram concluídos, no sentido de averiguar quais delas reúnem condições para serem submetidas ao programa 1º direito</p> <p>Levantamentos físicos e sociais das demais ilhas da cidade dentro da ORU de Campanhã Estação</p>	<p>114=0,3A+0,1B+0,30C+0,1D+0,2E</p>	<p>Gestão do concurso do Programa Porto com Sentido</p> <p>(A) Concluir a análise das candidaturas até 20 dias após a sua submissão</p> <p>(B) Submeter a candidatura ao PAAP a cada 3 candidaturas ou 60 dias seguintes à conclusão da análise</p> <p>(C) Garantir a celebração do contrato de promessa de arrendamento até 10 dias após a adjudicação</p> <p>(D) Preparar a candidatura ao programa 1º Direito referente ao Projeto "Ilhas da Lomba"</p>	<p>(A) NA</p> <p>(B) NA</p> <p>(C) NA</p> <p>(D) NA</p>	<p>(A) NA</p> <p>(B) NA</p> <p>(C) NA</p> <p>(D) NA</p>	<p>(A) NA</p> <p>(B) NA</p> <p>(C) NA</p> <p>(D) NA</p>	<p>(A) Assume o valor 1, se cumprido 0, caso contrário</p> <p>(B) Assume o valor 1, se cumprido 0, caso contrário</p> <p>(C) Número de propostas/candidaturas elaboradas / N.º de proprietários interessados</p> <p>(D) Número de ilhas levantadas/ Número de ilhas propostas, com limite máximo de 1,2, se NA considerar cumprido(1)</p>	

Handwritten marks: a checkmark and the number 5.

		<p>Acompanhamento de todos os pedidos de proprietários privados de ilhas da cidade, designadamente, por via de disponibilização de atendimento técnico e assistência de instrução de eventuais candidaturas</p>	<p>(E) Preparar as candidaturas ao programa 1º Direito para as quais os proprietários de ilhas na cidade que o solicitem</p>	<p>(E) Preparar as candidaturas para as quais os proprietários de ilhas na cidade que o solicitem</p>	<p>(L) Preparar as candidaturas ao programa 1º Direito para os quais os proprietários de ilhas na cidade que o solicitem</p>	<p>(E) Preparar as candidaturas ao programa 1º Direito para as quais os proprietários de ilhas na cidade que o solicitem</p>	<p>(E) Preparar as candidaturas ao programa 1º Direito para as quais os proprietários de ilhas na cidade que o solicitem</p>	<p>(E) Número de candidaturas elaboradas / N.º de proprietários interessados</p>
--	--	---	--	---	--	--	--	--

u ✓